

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**VIVIANE RIBEIRO CORRÊA**

**“NÓS E OS OUTROS” – O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES E DOS  
PROGRAMAS DE MORADIA EM FLORIANÓPOLIS: RELAÇÕES  
SOCIAIS E CONFLITOS NA ÓTICA DE MORADORES ADULTOS  
E DE JOVENS NO BAIRRO SACO GRANDE.**

Florianópolis, maio de 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**VIVIANE RIBEIRO CORRÊA**

**“NÓS E OS OUTROS” – O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES E DOS  
PROGRAMAS DE MORADIA EM FLORIANÓPOLIS: RELAÇÕES  
SOCIAIS E CONFLITOS NA ÓTICA DE MORADORES ADULTOS  
E DE JOVENS NO BAIRRO SACO GRANDE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, como exigência para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Wivian J. Weller.

Florianópolis, maio de 2005



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

**“NÓS E OS OUTROS – O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES E DOS  
PROGRAMAS DE MORADIA EM FLORIANÓPOLIS: RELAÇÕES  
SOCIAIS E CONFLITOS NA ÓTICA DE MORADORES ADULTOS E  
DE JOVENS NO BAIRRO SACO GRANDE”.**

VIVIANE RIBEIRO CORRÊA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final pela Orientadora e Membros da  
Banca Examinadora, composta pelos  
Professores:

Profª. Drª. Vivian Jany Weller  
Orientadora

Profª. Drª. Ilse Scherer-Warren  
Membro

Profª. Drª. Janice Tellei Ponte de Sousa  
Membro

Profª. Drª. Tamara Benakouche  
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), MAIO DE 2005.

## DEDICATÓRIA

Aos sujeitos entrevistados, jovens e adultos, moradores do bairro Saco Grande.

À minha voinha Antônia Alves dos Santos (17/04/1924 – 21/06/1983) que, com sua grande experiência de vida e sabedoria, me ensinou a importância da educação (*in memoriam*).

*Pescador de ilusões*  
(letra de Marcelo Yuka/O Rappa)

se meus joelhos não doessem mais  
diante de um bom motivo  
que me traga fé, que me traga fé  
se por alguns segundos eu observar  
e só observar  
a isca e o anzol, a isca e o anzol  
ainda assim estarei pronto  
pra comemorar  
se eu me tornar menos faminto  
que curioso, curioso

o mar escuro trará o medo lado a lado  
com os corais mais coloridos

valeu a pena, eh eh  
sou pescador de ilusões

se eu ousar catar  
na superfície de qualquer manhã  
as palavras de um livro  
sem final, sem final,  
sem final, sem final, final

valeu a pena, eh eh  
sou pescador de ilusões

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e aos profissionais: Albertina, Otto e Fátima. Agradeço também à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela bolsa (CAPES) de estudo durante uma parte do curso de mestrado. Como também ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) pela colaboração com os mapas do bairro, aos policiais do posto de atendimento do bairro Monte Verde pelas informações e ao 5º DP da Trindade pelos esclarecimentos prestados, e a coordenadora do projeto Agente Jovem à época da pesquisa de campo, que possibilitou minha aproximação com os jovens nesse espaço de sociabilidade.

Agradeço as professoras que participaram da banca de qualificação: Ilse Scherer-Warren, Janice Tirelli Ponte de Sousa e Wivian Weller, pelos comentários e sugestões que ampliaram as possibilidades de análises do objeto.

De certa forma, essa dissertação é um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no curso de licenciatura em geografia e na minha experiência como bolsista de iniciação científica e de apoio técnico no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), órgão de pesquisa ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociológica Política da UFSC. Nesse espaço de reflexão teórica e de prática de pesquisa empírica, obtive ricas experiências de troca intelectual ao longo dos onze anos que aí trabalhei. Nesse sentido, gostaria de manifestar meu especial agradecimento à coordenadora deste Núcleo – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilse Scherer-Warren – pela acolhida, pelo apoio e pela amizade. Seu exemplo intelectual instigou meu interesse pelos fenômenos das ações coletivas e sua perspicácia empírica e analítica despertou minha paixão pela pesquisa. Não poderia deixar de agradecer, ainda, o apoio na forma de recursos como material bibliográfico, gravador, fitas, etc., imprescindíveis à condução de uma pesquisa.

Foi também através do NPMS que me aproximei da orientadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wivian Weller. Sua ênfase na adoção de procedimentos de coleta de dados, como a observação participante, entrevistas narrativas e entrevistas de grupo (grupos de discussão), bem como a utilização de recursos analíticos sofisticados – como o *método documentário de interpretação* – foram recursos imprescindíveis para a compreensão do fenômeno, que enfatiza o olhar dos sujeitos que vivenciam uma realidade. Suas

indicações, sugestões e críticas ajudaram a transpor muitas das dificuldades inerentes ao processo de pesquisa, instigaram minha curiosidade e criatividade. Agradeço, ainda, sua amizade e estímulos nessa empreitada.

Nesse processo de pesquisa, interagi ainda com outros pesquisadores do NPMS, nos vários estágios da investigação. Em especial, destaco Karine Pereira Goss, companheira de pesquisa de longa data, com a qual estabeleci uma parceria acadêmica consistente, que também se transformou numa relação de amizade. Agradeço sua atenta leitura, discussão, sugestões, comentários e o acompanhamento durante todo o processo da pesquisa, bem como o carinho e o incentivo de todas as horas. Conte também com o apoio das companheiras do NPMS Claudete Bonetto, na fase exploratória da pesquisa; Kelly Prudêncio, na leitura e sugestões para a qualificação do projeto, e Thereza C. B. S. Viana pelo acompanhamento em visita a campo na fase pós-entrevistas e pelos intercâmbios acadêmicos.

Mas, uma pesquisa não se faz apenas com uma estrutura acadêmica. Nesse sentido, agradeço ao meu companheiro Luiz Octávio Bertoncini pelo amor, amizade e o apoio incondicional, bem como por ter abdicado de minha presença em muitos momentos familiares durante essa empreitada, e aos seus familiares e seus filhos – Jaína, Jorgete e Caio – pelo incentivo. A minha mãe Eliane, meus irmãos Hugo, Alan e Augusto e minha tia Gina pelo carinho e amor a mim dedicado e pela ajuda de sempre. Aos amiguinhos Pilo, Nicolau e Tuim pelos momentos de descontração proporcionados por uma interação não dialógica.

Contei ainda com o apoio, amizade e longas conversas descontraídas com as amigas Dirce T. Locatelli, Ivone D. Martins, Rosicler Z. Bertoncini, Dalantina Boteon, Rosana Q. Bertoncini, Virgínia M<sup>a</sup> A. Marinho, Rosiani Krautz, Vera L. de Oliveira e Adriana Maine. Agradeço também aos amigos André G. Soares pela torcida, ao arquiteto Maurício Melo pelas discussões técnicas e ao jornalista Fernando Goss pela revisão dos originais.

Agradeço, sobremaneira, aos moradores do bairro e aos membros do Conselho dos Moradores do Bairro Saco Grande que participaram como informantes durante o trabalho de campo. À colega Sirlei Lima Scherer por ter proporcionado o contato com os sujeitos adultos da pesquisa. Aos monitores Marcelo, do Projeto Agente Jovem, e Thiago, do Projeto Agente Jovem Ambiental, que disponibilizaram esses espaços de sociabilidade e tornaram possível o encontro com os jovens do bairro.

Por fim e, principalmente, gostaria de prestar um agradecimento especial aos sujeitos da pesquisa – jovens adolescentes e adultos moradores do bairro Saco Grande – que ajudaram a construir um processo de pesquisa e de construção de conhecimento.

## SUMÁRIO

	Página
<b>RESUMO</b> .....	xi
<b>ABSTRACT</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01

### PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

<b>1. CARACTERIZANDO ALGUMAS TEORIAS SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INTEGRAÇÃO</b> .....	04
1.1. Exclusão e representações sociais na modernidade: o outro marginalizado .....	05
1.2. Situando as teorias do desvio na teoria social: exclusão e anomia como paradigmas das interações sociais contemporâneas .....	13
1.3. Os processos de exclusão e integração na sociologia do desvio: Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico .....	15
1.3.1. A teoria do desvio de Howard Becker .....	18
1.3.2. A categoria de estigma de Erving Goffman .....	22
1.4. Alguns aspectos teóricos sobre a exclusão e a integração na configuração estabelecidos- <i>outsiders</i> de Norbert Elias e John Scotson .	27
1.4.1. Uma contribuição para a análise das situações de estranhamento: a dinâmica dos processos de estigmatização e contra-estigmatização .....	30
1.5. Integração, representação e reconhecimento em Erving Goffman .....	35
1.6. O reconhecimento como prática política cotidiana .....	38
<b>2. PROBLEMATIZANDO JUVENTUDES EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO</b> .....	42
2.1. Juventude e sociedade: processos de integração e representações sociais .....	47



2.2.	Socialização e sociabilidade juvenil na virada do século .....	51
<b>3.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>54</b>
3.1.	A observação participante .....	54
3.2.	Sobre as entrevistas .....	56
3.2.1.	As entrevistas de grupo .....	58
3.2.2.	A entrevista narrativa .....	59

## SEGUNDA PARTE:

### DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

<b>4.</b>	<b>CONFLITUALIDADES CONTEMPORÂNEAS EM FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO SACO GRANDE .....</b>	<b>62</b>
4.1.	Contexto urbano e ações coletivas: breve caracterização sobre relações entre estabelecidos e <i>outsiders</i> em Florianópolis .....	65
4.1.1.	Situando as ações coletivas no contexto urbano .....	66
4.2.	Contextualizando o projeto Bom Abrigo e o estranhamento no bairro ..	69
4.3.	Caracterizando o bairro Saco Grande e os conjuntos habitacionais .....	72
4.4.	Descrição das relações de conflito com a implantação do conjunto habitacional Vila Cachoeira .....	77
<b>5.</b>	<b>SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: A OBSERVAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E AS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E COM OS JOVENS .....</b>	<b>79</b>
5.1.	Contatos estabelecidos e instituições nas quais participam os sujeitos entrevistados .....	79
5.1.1.	Entidades contatadas durante a pesquisa de campo .....	81
5.1.2.	O Conselho dos Moradores do Bairro Saco Grande (COMOSG) .....	82
5.1.3.	Projetos desenvolvidos pelas associações comunitárias direcionados para os jovens .....	83
5.2.	Sobre a escolha dos entrevistados .....	88
5.2.1.	Descrição das entrevistas realizadas com algumas lideranças do bairro	88
5.2.2.	Perfil dos jovens entrevistados e descrição do contexto das entrevistas	97
5.2.2.1.	Grupos <i>Primas</i> e <i>Irmãs</i> (Projeto Agente Jovem) .....	98
5.2.2.2.	Grupos <i>Viagem</i> e <i>Mosaico</i> (Projeto Agente Jovem Ambiental) .....	99
5.2.2.3.	Breve caracterização da trajetória migratória e situação atual de moradia dos jovens entrevistados .....	112

<b>6.</b>	<b>ALGUNS ASPECTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO NA VISÃO DOS ADULTOS: PROCESSOS DE MOBILIDADE SOCIAL E SEUS “IMPACTOS”</b> .....	113
6.1.	Sobre o estranhamento e sua configuração .....	116
6.2.	A relação estabelecidos e <i>outsiders</i> sob a ótica dos moradores adultos .	121
6.3.	A dinâmica dos processos de estigmatização e contra-estigmatização no bairro .....	127
6.4.	O processo de integração das crianças e dos jovens em contextos de exclusão: sociabilidade e reconhecimento .....	130
<b>7.</b>	<b>NARRATIVAS JUVENIS SOBRE O ESTRANHAMENTO E O BAIRRO</b> .....	138
7.1.	Uma narrativa sobre a Via Expressa na visão de duas adolescentes moradoras do conjunto habitacional .....	139
7.2.	Os problemas apontados pelos jovens entrevistados em relação ao bairro .....	145
7.2.1.	As dificuldades apontadas pelos jovens .....	145
7.2.2.	O sofrimento com a perda de pessoas significantes devido ao envolvimento com drogas. Grupo <i>Primas (Solange e Janaína)</i> .....	146
7.2.3.	O sofrimento com a adaptação a um novo local de moradia. Grupo <i>Irmãs (Antônia e Ana Lúcia)</i> .....	150
7.2.4.	O “bafão” como forma de violência simbólica. Grupo <i>Viagem (Fernanda, Fátima e Tomás)</i> .....	151
7.2.5.	O sofrimento com o preconceito e a violência: jovens como vítimas. Grupo <i>Mosaico (Joana, Cássia e Mateus)</i> .....	155
7.3.	Constrangimentos sofridos na escola e processos de contra-estigmatização dos jovens .....	159
7.4.	Constrangimentos causados pela polícia e a ação dos jovens .....	164
7.5.	Análise comparativa dos grupos .....	172
<b>8.</b>	<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: A VIOLÊNCIA NA ÓTICA DOS JOVENS E DOS ADULTOS ENTREVISTADOS</b> .....	176
8.1.	Violência e exclusão no bairro Saco Grande: processos de integração e formas de reconhecimento entre os moradores estabelecidos e os <i>outsiders</i> .....	186
8.2.	Alguns subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas a partir dos problemas apontados pelos entrevistados .....	189
<b>9.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	192

<b>10.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>200</b>
10.1.	Roteiros de tópicos temáticos para as entrevistas .....	200
10.2.	Questionário aplicado com os jovens entrevistados .....	201
10.3.	Códigos de transcrição .....	203
10.4.	Folder (s/d) da Prefeitura Municipal de Florianópolis .....	204
10.5.	Cartaz .....	210

### **LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES**

1.	Mapa nº 1 – Bairro Saco Grande e seu entorno .....	73
2.	Mapa nº 2 – Bairro Saco Grande .....	74
3.	Mapa nº 3 – Planta de Quadra do conjunto habitacional Vila Cachoeira	76
4.	Quadro nº 1 – Origem e trajetória de moradia dos adultos .....	96
5.	Quadro nº 2 – Identificação dos participantes dos grupos .....	98
6.	Quadro nº 3 – Trajetória migratória e atual local de moradia dos jovens entrevistados .....	112
7.	Quadro nº 4 – Tópicos-temas discutidos pelos grupos .....	146

## RESUMO

A presente dissertação analisa o impacto das migrações e dos programas de moradia em Florianópolis, em especial as relações sociais e os conflitos existentes entre moradores estabelecidos e *outsiders* no bairro Saco Grande decorrentes da implantação de um conjunto habitacional popular a partir do ano de 2000. O projeto Bom Abrigo da prefeitura municipal foi implantado no bairro de forma impositiva, com poucos esclarecimentos por parte dos órgãos competentes para as populações de origem e de acolhimento, o que levou uma parte dos moradores rejeitarem os novos vizinhos. O objetivo foi o de reconstruir esse processo de estranhamento e de conflitos a partir das narrativas de quem viveu esse momento da história do bairro: por um lado, moradores adultos empenhados na inserção desses novos migrantes por meio de ações coletivas, por outro, grupos juvenis, já que são eles que se encontram mais vulneráveis a processos de estigmatização e contra-estigmatização. As entrevistas de grupo com os jovens ajudaram a construir um quadro de problemas e das ações de enfrentamento por esse segmento populacional em situações em que não são considerados. A pesquisa revelou ainda aspectos positivos das relações sociais no bairro, como, por exemplo, a tentativa de desconstrução de rótulos sobre os *outsiders* e a implementação de ações coletivas com o objetivo de integrar os novos moradores. A análise desses problemas e das possíveis soluções a partir da experiência intersubjetiva dos sujeitos que vivem no bairro busca oferecer subsídios para a elaboração de políticas de habitação do município, que produzam menos estranhamentos e impactos entre antigos e novos moradores.

Palavras-chave: migrações, programas de moradia popular, juventude, exclusão, integração, relações sociais, conflito.

## ABSTRACT

The following dissertation analyses the impact of migrant population and the dwelling programs in Florianópolis. More specifically, it analyses the social relationships and the existing conflicts among the dwellers that are established in that program centers and the *outsiders* in the neighborhood of Saco Grande, who come from the implantation of a popular dwelling center from the year 2000. The Bom Abrigo project, created by the municipal city hall, was implanted in the neighborhood in an imposing way, with just a few clarifications on behalf of the competent departments to the origin populations and the visiting ones, which caused part of the dwellers reject the new neighbors. The objective was to reconstruct this process of unfamiliarity and of conflicts starting from the narratives of the ones who have lived this moment in the neighborhood history. On the one hand, adult dwellers that made an effort to insert these new migrants by means of collective actions. On the other hand, youthful groups, the ones who are more vulnerable to this stigma and counterstigma process. The interviews in groups with the youth helped constructing a framework on how they cope with and their actions as regards these problems even in situations in which their participation is not taken into account. The research also revealed positive aspects of the social relationships in the neighborhood, such as a tentative of labeling deconstruction concerning the *outsiders* and the implementation of collective actions with the objective of integrating new dwellers. The analysis of these problems and of their possible solutions starting from the intersubjective of the people who live in that neighborhood aims at offering subsidies for the elaboration of dwelling politics in the city that may lessen the unfamiliarity and the impacts between the antique and the new dwellers.

Keywords: migrations, popular dwelling programs, youth, exclusion, integration, social relationships, conflict.

## INTRODUÇÃO

Estudar as relações sociais em contextos de exclusão se torna relevante para compreender as inter-relações de fenômenos sócio-espáço-culturais relacionados à mobilidade, como as migrações. Os processos subjacentes a essas interações colocam em pauta questões sociais como a exclusão, a discriminação, a estigmatização, a segregação e a violência.

A cidade de Florianópolis tem uma certa “tradição” no desenvolvimento de relações que envolvem conflitualidades decorrentes de processos de mobilidade social. Essa situação foi acelerada a partir dos anos 1960, quando ocorreu uma acentuação de processos migratórios. Nesse sentido, a história da cidade tem uma forte relação com esses fluxos migratórios e com os decorrentes estranhamentos entre a população local, cujas raízes remontam às tradições de várias gerações e os de “fora”, os estranhos.

A presente dissertação analisa as relações de estranhamento ocorridas no bairro Saco Grande, em função da implantação de um conjunto habitacional popular implantado no ano de 2000. Nosso objetivo foi o de compreender como os jovens e os adultos lidam com conflitualidades que configuram relações entre estabelecidos-*outsiders* no bairro. Procuramos captar aspectos divergentes e convergentes sobre essas relações e os problemas do bairro nas visões desses sujeitos.

O trabalho está estruturado em duas partes: na primeira apresentamos o referencial teórico-metodológico da pesquisa e na segunda descrevemos a pesquisa empírica.

Na parte I, o primeiro capítulo traz algumas abordagens sobre exclusão e integração nas Ciências Sociais, particularmente aquelas discutidas na sociologia do desvio (Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico) e na sociologia de Norbert Elias. Neste capítulo discutiremos a contribuição da teoria das rotulações e da categoria de estigma para a análise dos processos de exclusão e integração nas interações cotidianas, assim como da teoria das figurações e dos processos de estigmatização e contra-estigmatização entre estabelecidos e *outsiders*. Por fim, trabalharemos com algumas teorias sobre o reconhecimento.

O segundo capítulo problematiza as juventudes em contextos de exclusão. Nesse sentido, discute o fenômeno juvenil como problema social e como problema sociológico, e apresenta a contribuição de alguns autores no que diz respeito à socialização e a sociabilidade juvenil na virada do século.

O terceiro capítulo trata do referencial teórico-metodológico que norteou a coleta de dados da pesquisa empírica. Nesse capítulo apresentamos as técnicas da observação participante e das entrevistas narrativas e de grupo. Esses procedimentos tornaram possível reconstruir um momento da história vivenciada pelos sujeitos da pesquisa no cotidiano do bairro.

A segunda parte da dissertação, dedicada à análise dos dados empíricos, inicia com um capítulo que apresenta a problemática das relações de conflito no município de Florianópolis a partir da configuração estabelecidos-*outsiders* e situa as ações coletivas no contexto urbano (quarto capítulo). Parte do capítulo é dedicada ainda à descrição do projeto Bom Abrigo, do bairro com seus conjuntos habitacionais e suas relações de estranhamento, em especial as relações de conflito que emergiram com a implantação do conjunto habitacional Vila Cachoeira.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação dos dados coletados e ao tratamento dos mesmos, por meio de uma exposição pormenorizada do processo de observação empírica e do processo de entrevista utilizado. Inicialmente, descreve os contatos estabelecidos com as instituições em que participam os sujeitos entrevistados, bem como os projetos desenvolvidos pelas associações direcionados para os jovens. Em seguida, situa os procedimentos desenvolvidos para a escolha dos informantes e apresenta os sujeitos entrevistados, o contexto de cada entrevista e o processo de composição dos grupos.

No sexto capítulo são analisados os principais temas que surgiram nas entrevistas realizadas com os adultos. Neste sentido, a parte analítica do trabalho dedica-se, por um lado, à reconstrução da história do bairro e das relações sociais estabelecidas na localidade a partir das narrativas dos mais velhos. Com base na teoria das figurações entre estabelecidos-*outsiders* e seus mecanismos de estigmatização e contra-estigmatização, busca-se nesse capítulo contextualizar as relações de estranhamento como é vista pelos adultos. São analisados ainda alguns elementos que interferiram no processo de integração dos jovens e das crianças no bairro, apresentados por esses sujeitos da pesquisa.

Por outro lado, o trabalho analítico ou de análise dos dados empíricos dedica-se à reconstrução das narrativas sobre o estranhamento e sobre o bairro sob a ótica dos mais novos, ou seja, com base nas entrevistas realizadas com grupos juvenis. Inicialmente, apresenta uma narrativa sobre alguns aspectos da vida dos moradores da Via Expressa na visão de duas jovens. Em seguida, analisa os temas sugeridos pelos

grupos. Nesse sentido, os temas indicados referem-se aos problemas sofridos pelos jovens no cotidiano do bairro e a algumas estratégias de ação dos mesmos no enfrentamento de situações que geram sofrimentos e/ou constrangimentos para os jovens entrevistados. Para fechar esse capítulo, realizamos uma apreciação comparativa dos grupos, recuperando os tópicos sugeridos por eles.

À guisa de conclusão, inicialmente apresentaremos uma reconstrução das representações dos jovens e dos adultos sobre o fenômeno da violência na cidade e no bairro, cuja intenção foi a de compor um quadro sobre um problema que esses segmentos experienciam em comum no cotidiano de suas interações sociais no bairro. Em seguida, traz alguns problemas em relação ao estranhamento, analisado à luz das teorias sobre os processos de exclusão, de desvio e de reconhecimento, na tentativa de situar as formas de não-reconhecimento que afetam as relações sociais no bairro, na visão dos sujeitos entrevistados. Por fim, assinala algumas ações desenvolvidas pelo conselho dos moradores do bairro para integrar os *outsiders*. Nesse sentido, indicamos algumas das experiências desenvolvidas por esse ator comunitário que produziram novas informações acerca dos novos moradores, o que proporcionou uma alteração nas representações a favor destes. Também demarca as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados e que interferem no processo de integração dos jovens e crianças ao bairro. A indicação desses problemas sob a ótica de quem os vive no cotidiano pode demarcar outros olhares acerca desses processos de mobilidade social e servir como subsídio para reflexões, tanto por parte das comunidades de acolhimento e de origem, como por parte dos órgãos responsáveis, com o objetivo de elaboração de políticas públicas de integração que causem menos impactos sociais às populações atingidas.



**PRIMEIRA PARTE:**  
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

## PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 1. CARACTERIZANDO ALGUMAS TEORIAS SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

O excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador [...] (Nascimento, 1994, p. 44).

A exclusão social é um tema amplamente estudado na sociologia contemporânea. Contudo, falar sobre processos de exclusão implica considerar um par teórico oposto, porém complementar – a integração. Na teoria sociológica clássica, a integração remete para a idéia de coesão, sendo, pois, seu oposto a anomia, uma expressão da exclusão<sup>1</sup>.

A exclusão e a integração se evidenciaram nas sociedades contemporâneas de maior mobilidade social. A maior mobilidade, advinda com os processos migratórios e associada às transformações no mundo do trabalho, produziu mudanças nas relações sociais (familiares, de vizinhança) que afetam também os indivíduos<sup>2</sup>.

Na teoria sociológica contemporânea esses dois fenômenos são relativizados, pois a exclusão passa a ser considerada uma potencialidade de negociação de identidades e afirmação de diferenças, bem como uma forma de luta pelo reconhecimento<sup>3</sup> social e cultural. A exclusão não é mais vista como anomia, mas sim como possibilidade de permanência ou preservação cultural. Entretanto, ela se transforma numa ameaça para indivíduos e grupos privilegiados ou dominantes que não reconhecem os “excluídos” como sujeitos de direitos<sup>4</sup>. Nesse contexto, grupos e indivíduos produzem representações sobre a exclusão. O diferente, ou o desviante, é uma representação construída sobre o que não é reconhecido, sendo, pois, estranho, não conforme, dessemelhante.

O termo exclusão é polissêmico, porém os sentidos apontam para a direção de uma incompatibilidade – econômica, cultural, social – construída nas representações

---

<sup>1</sup> Cf. XIBERRAS (1996).

<sup>2</sup> Cf. CASTEL (1997).

<sup>3</sup> Cf. HONNETH (2003).

<sup>4</sup> Cf. TAYLOR (1994).

sociais sobre os indivíduos e grupos menos favorecidos ou marginalizados, gerando constrangimentos e/ou violências, e restringindo as possibilidades de se estabelecerem relações sociais mais amplas.

Dessa forma, pares como exclusão-integração, e mais recentemente, exclusão-inclusão ou marginalização-reconhecimento, predominam nas discussões sobre populações marginalizadas como mulheres, negros, homossexuais, jovens, pobres e tantos quantos forem os grupos estigmatizados.

As teorias que discutiremos a seguir se encaminham na direção de analisar esse binômio teórico exclusão-integração. Inicialmente apresentaremos algumas abordagens que enfatizam a relação entre exclusão e marginalidade. Depois, caracterizaremos o conceito de exclusão na sociologia do desvio. Em seguida, discutiremos duas posturas teórico-metodológicas: a Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico, enfatizando as teorias das rotulações de Howard Becker e as de estigma e de representações de Erving Goffman. Apresentaremos também alguns aspectos teóricos sobre exclusão e integração na configuração estabelecidos-*outsiders* elaborados por Norbert Elias e John L. Scotson. Para finalizar, trataremos algumas teorias sobre o reconhecimento, como a de Erving Goffman, Charles Taylor e Axel Honneth.

### 1.1. EXCLUSÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MODERNIDADE: O OUTRO MARGINALIZADO

A marginalidade é um mito, e também a descrição de uma realidade social. Na qualidade de mito, serve de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica. Na qualidade de descrição de uma realidade social, refere-se a um conjunto de problemas específicos que precisam ser abordados desde um ponto de vista teórico diferente [...] (Perlman, 1977, p. 285).

Vários autores abordam a questão da exclusão social na contemporaneidade, entre eles Robert Castel (1997), que analisa o tema a partir do contexto francês e se constitui em uma das principais referências internacionais da temática. Elimar Pinheiro do Nascimento (1994) também estuda o tema, porém se detém na análise da realidade brasileira.

Já Castel (1997) analisa a exclusão como um processo de marginalização. Ele busca interpretar o modo de existência de grupos ou indivíduos para compreender a situação dos atuais “rejeitados” nas relações sociais como “indigentes, ‘*drop out*’, sem domicílio fixo, certos toxicômanos, jovens à deriva em subúrbios deserdados, ex-pacientes psiquiátricos ou ex-delinqüentes saídos de instituições, etc.” (op. cit., p. 19, grifos do autor). O autor parte do pressuposto de que o fenômeno da marginalização é um processo ou estágio anterior a uma situação de dessocialização, pois: “A grande marginalidade apresenta-se, assim, ao **fim de um percurso**. Esta zona de exclusão ou de quase exclusão é alimentada tanto por marginais propriamente ditos como por aqueles que estão ameaçados, instáveis, frágeis, correndo o risco de cair na marginalidade” (op. cit., p. 20, grifos do autor).

Segundo o autor, a abordagem do tema é complementar às apreciações mais clássicas relacionadas à pobreza, como a “economicista” e a “técnico-clínica”. Ele considera importante pensar a pobreza em termos econômicos, porém apenas como um aspecto da questão que serve para “caracterizar as situações marginais”. A segunda abordagem está relacionada à “lógica dos serviços sociais” do Estado e da sociedade civil (filantropia) para populações-alvo, em que são mobilizados recursos (materiais, profissionais e institucionais) como forma de atender a “problemas particulares”. Nesse aspecto, Castel afirma que o mérito do último enfoque foi o de criar “serviços sociais” em vez de apenas abandonar os “despossuídos”. Porém, essa prática provocou dois inconvenientes. Primeiro, imprimiu um “caráter estigmatizante”, sendo o caso das instituições psiquiátricas clássicas, cujos desdobramentos técnicos – atendimento, profissionais e legislação específicas – legitimou a exclusão dos doentes mentais. O segundo desdobramento é que essa legitimação estabeleceu “novas formas de marginalidade” que rotulam ou classificam os indivíduos com tendência a “instabilidade”, como no caso dos rótulos sobre os jovens de periferias, mesmo que essa marcação não lhes caiba precisamente. Seguindo Dubet, o autor afirma que “[...] certos jovens que povoam subúrbios deserdados em torno das grandes cidades são de modo geral, simultânea ou sucessivamente um pouco delinqüentes, um pouco toxicômanos, um pouco vagabundos, um pouco desempregados ou um pouco trabalhadores precários” (op. cit., p. 22).

Castel propõe a denominada “abordagem transversal” como alternativa para pensar a questão da marginalidade. Com este enfoque, busca deslocar o eixo da análise sobre essas populações, trazendo outros elementos “que não seja[m] **somente** o seu

nível muito baixo de renda, ou uma deficiência pessoal qualquer” (idem, ibidem, grifo do autor).

O autor parte do pressuposto de que as “situações marginais” decorrem de um “duplo processo de desligamento” – das relações de trabalho e da “inserção relacional”. A partir desses dois aspectos das relações sociais, o autor constrói um modelo que denomina de “Quatro zonas”. Cada zona indica uma situação de marginalidade.

Dessa forma, partindo desses dois eixos de análise, define três gradações para cada um:

- no eixo do trabalho: estável, precário e não trabalho
- e no eixo de inserção relacional: forte, frágil e isolamento social

Essas gradações indicam níveis de marginalidade que podem ser descritos como: zonas de integração, zonas de vulnerabilidade e zonas de “desfiliação”. Ter-se-ia, respectivamente, “trabalho estável com forte inserção relacional”, “trabalho precário com fragilidade relacional” e “ausência de trabalho e isolamento social” (op. cit., p. 23).

Com os elementos elencados acima, o autor descreve as quatro zonas de marginalização que caracterizam os despossuídos. As três primeiras decorrem dos elementos trabalho e inserção relacional, e a última é uma decorrência das outras três primeiras. Assim, ter-se-ia a zona de integração (pobres que não geram problemas), zona de vulnerabilidade (trabalhadores precarizados), zona de desfiliação ou “duplo desligamento” (cujo personagem é o “vagabundo”). A quarta zona – a de assistência – está relacionada à forma de tratamento dispensada aos grupos denominados como “vagabundos” ou indigentes, que estabelece um sistema de proteção ou assistência para essas populações. O autor diferencia dois sistemas de proteção: “proteção aproximada” (associada à caridade), e o de “proteção de proximidade” (os “normais” ou grupos dominantes que rejeitam o estigmatizado) (op. cit., p. 23-6).

A vantagem dessa tipificação é o enquadramento diferenciado para esses indivíduos ou grupos, bem como o deslocamento de uma lógica de análise das relações em termos binários. Dessa forma, ocorre um alargamento na forma de enquadramento dessas populações marginais, que antes eram ou marginais ou incluídos.

O autor problematiza a relação entre a proteção e a marginalidade denominada de “residual”, ou seja, que não é alvo dos sistemas de proteção estatal ou filantrópico. Segundo Castel, o sistema de proteção se transformou do “direito ao socorro” ou “espírito filantrópico” ao recurso do seguro social. Explica que, com o *Welfare State*, ocorreu uma institucionalização da assistência para essas populações, que por sua vez

dividiu as populações marginalizadas em dois grupos: os “sem-estatuto” (catadores de papel, coletores de lixo, etc.) e os “institucionalizados em **espaços separados**” (estigmatizados e inválidos), que recebem uma “proteção social especializada” (op. cit., p. 29, grifos do autor). Nesse sentido, aponta que os marginais contemporâneos caracterizam-se pela não-institucionalidade, isto é, são indivíduos ou grupos sem-estatuto. Nas palavras do autor: “Os grandes marginais são ou aqueles que mais fogem à institucionalização e se entregam ainda, a formas de nomadismo incertas e arriscadas, nas sociedades modernas, ou aqueles que se encontram superinstitucionalizados em espaços de reclusão [...]” (op. cit., p. 29).

Castel (op. cit.), sugere uma reatualização da questão da “vulnerabilidade” nas sociedades contemporâneas. Segundo sua interpretação, até os anos 1970 a exclusão era tida como uma “não integração social” nos termos do *Welfare State*. Porém, na década de 80 do século passado, ocorre a vulnerabilidade relacionada à precarização do trabalho e à fragilização relacional, indicando um processo de instabilidade quanto aos processos de integração e exclusão.

O autor afirma que as transformações do mundo do trabalho vieram acompanhadas da “degradação dos apoios sociais relacionais”, fragilizando os mecanismos de “proteção aproximada”, e isto aumentou o contingente de populações pobres com risco de vulnerabilidade, que o autor denomina de processo de “desfiliação”<sup>5</sup>. Aponta que esse fenômeno está muito associado aos processos sociais nas cidades dos grandes centros urbanos, onde são criadas “zonas de emergência” de novas marginalidades, como os subúrbios e as áreas segregadas. De um lado, as mudanças no crescimento econômico e nas relações de trabalho originaram a “desestabilização de uma fração importante do mercado de trabalho”, produzindo a precarização do trabalho. Por outro, aponta que ocorreu uma fragilização na estrutura familiar, o que propiciou a degradação nas redes de sociabilidade e nas formas de solidariedades tradicionais.

As novas marginalidades são produzidas por uma “relação duplamente negativa”, isto é, as pessoas não conseguem estabelecer uma trajetória de estabilidade profissional e, como as relações sociais predominantes são secundárias, também geram instabilidade nas interações. Castel aponta que os jovens são os mais atingidos por esses processos:

---

<sup>5</sup> Segundo CASTEL (op. cit., p. 31) esse processo ocorre quando se conjuga perda de trabalho e isolamento relacional.

[...] em relação ao trabalho, quando a alternância do desemprego e do subemprego não permite definir uma trajetória profissional estável; e em relação às referências sociorrelacionais, uma vez que a família não possui capital social a transmitir, quando o sistema escolar é estranho a cultura de origem, como a situação de imigrantes, e quando a sociabilidade se esgota em relações esporádicas, ou se ‘mata o tempo’ com pequenas provocações e pequenos delitos para superar o tédio de uma temporalidade sem futuro” (op. cit., p. 32).

O pesquisador exemplifica esse aspecto com o fenômeno “*galère*”, um tipo de desfiliação não-ancorada no mundo do trabalho e nas interações sociais. Para o autor, a não-definição ou instabilidade estabelece as marginalidades contemporâneas, e seria essa instabilidade que explicaria a nova face da marginalidade.

Conforme foi apontado anteriormente, Nascimento (1994) analisa a marginalidade no Brasil e problematiza o tema das iniquidades sociais – desigualdade, pobreza e exclusão. Segundo o autor, o fenômeno da exclusão apresenta múltiplas dimensões: histórica, econômica e das representações sociais.

Para o sociólogo, os termos acima têm um sentido próximo, porém são distintos: a desigualdade social está relacionada às discrepâncias na distribuição das riquezas; a pobreza indica uma situação de falta de recursos para viver dignamente, material ou simbolicamente. Já o termo exclusão refere-se à ruptura dos laços sociais<sup>6</sup>, estando, pois, em oposição à coesão. Significa o ato de excluir ou colocar à margem determinado grupo. Sendo, pois, um processo social de “[...] não-reconhecimento do outro [...] trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios” (op. cit., p.31). Isto é, a condição de excluído é estabelecida fora do indivíduo ou grupo, é imputada do exterior, pelos outros.

Nascimento destaca três sentidos para o vocábulo exclusão: discriminação, exclusão de direitos, e um terceiro que denomina de “nova exclusão”. Segundo sua análise, em termos históricos a sociedade pré-moderna excluía pessoas com algum tipo de deformidade, como os leprosos ricos ou pobres, não havendo uma relação direta com a participação na riqueza.

Cabe ressaltar, que o autor parte das idéias de exclusão de Castel (op. cit.) e Xiberras (1996), mas, enfatiza a dimensão da representação social. Essa dimensão

---

<sup>6</sup> Cf. análises de XIBERRAS (1996), que veremos no próximo item.

relacionada à exclusão indica uma forma de “não-reconhecimento social” (op. cit., p. 35).

A exclusão, ainda de acordo com o sociólogo brasileiro, decorre das mudanças sociais no mundo do trabalho e nas interações sociais, e das transformações ocorridas nas representações sociais: os indivíduos discriminados se tornam indivíduos “ameaçantes”. O autor afirma que novas formas de representação estão associadas à violência. Porém, essas representações diferenciam-se em função das características de cada sociedade. Por exemplo, na Europa ocorre tanto a “quebra de coesão”, como a “perda da mobilidade ascendente” de suas populações. Já na América Latina há mais um fator a ser considerado, relacionado à rápida urbanização e ao “aumento da visibilidade das desigualdades sociais” ou “empobrecimento social”.

Segundo Nascimento, no caso brasileiro os personagens historicamente excluídos foram os negros, os índios e os trabalhadores rurais. Ele indica que a exclusão vem sendo associada à idéia de uma “cidadania hierarquizada”. Nesse sentido, seguindo Hanna Arendt<sup>7</sup>, recoloca a questão do reconhecimento para a realidade brasileira. De acordo com sua interpretação, o reconhecimento em nossa sociedade tem o sentido de inclusão, isto é, a idéia de “ter direito a ter direitos” e não como ser reconhecido como tendo direitos.

O autor afirma que no Brasil historicamente a exclusão passou a ser um problema social em decorrência dos processos de integração, associados aos processos de construção da cidadania política e social. Descreve que, nos anos 1920/30, o Estado Novo e o populismo iniciaram um processo de integração, especialmente de trabalhadores urbanos, porém excluindo os trabalhadores rurais. Nos anos 1950/60 a integração foi impulsionada pelas lutas dos movimentos sociais e sindicatos e os direitos políticos e sociais foram conquistados por parte dos trabalhadores. Na década de 1980, com a constituição de 1988, a cidadania política é estendida para todos os cidadãos brasileiros, porém ocorreu o esgotamento dos direitos sociais (idem, p. 39).

Nesse sentido, a configuração desse processo para a realidade brasileira indica que o reconhecimento teve dois momentos associados aos direitos políticos e aos direitos sociais. Essa dualidade, ora um ora outro tipo de direito, produziu um não-reconhecimento ou reconhecimento fragmentado, pois “uns têm mais direitos do que

---

<sup>7</sup> Cf. NASCIMENTO (op. cit.), em Hanna Arendt o reconhecimento está associado à idéia de ser reconhecido como semelhante, como revestido de direito e com possibilidades de ampliar os direitos.



outros. A cidadania excludente é substituída pela cidadania fragmentada, melhor dito, hierarquizada” (idem, *ibidem*). No paradoxo do crescimento econômico e das desigualdades sociais a exclusão foi associada ao tema das “iniquidades sociais”.

Entretanto, o autor aponta que novas interpretações foram construídas sobre a realidade brasileira e, nesse sentido, deslocou-se o eixo da análise. Nascimento explica que a partir da década de 1980 a exclusão passa a ser associada à pobreza. Nomes como Alba Zaluar e Sérgio Abranches, dentre outros pesquisadores, são citados pelo autor nesse contexto, pois realizaram pesquisas e produziram novos elementos teóricos e objetos empíricos. Aponta que esses pesquisadores buscavam conhecer as condições de vida, as representações sociais dos pobres, como um esforço para “desnaturalizar” a pobreza.

Para a realidade dos anos 1990, Nascimento (op. cit) apresenta mais um outro deslocamento analítico: pensar a exclusão na interface pobreza e violência. Pois essa seria a “nova exclusão” que consistiria “[...] fundamentalmente, na possibilidade de grupos sociais, através do processo de não-reconhecimento agudo, serem passíveis de extinção” (op. cit., p. 41)<sup>8</sup>.

A violência considerada pelo autor não está diretamente relacionada à pobreza, mas às representações sociais construídas sobre os pobres, possuindo também um caráter simbólico. Os aspectos que influenciaram a disseminação dessas representações são: ocorrência da predominância de relações sociais secundárias (mais frouxas que as primárias), o desejo de consumo propalado pela mídia possibilitou a visibilidade das desigualdades, a consciência sobre as desigualdades evidenciou as injustiças, e as crises econômicas, que geram instabilidades e esgotam as perspectivas (op. cit., p. 42). Diante desse quadro, o autor sugere que os pobres têm duas alternativas: ou se conformam ou se desviam.

A violência, nesse contexto, surge em consequência da ruptura dos laços sociais e também como uma resposta aos constrangimentos decorrentes das representações construídas sobre os marginalizados. Para o sociólogo, a violência seria “[...] um tipo de sociabilidade e uma resposta de revolta à sociedade que não apresenta recursos de assimilação, mas, inversamente, agudiza seus mecanismos de expulsão” (idem, *ibidem*).

---

<sup>8</sup> Essa problemática também é discutida por TAYLOR (1994).

Dessa forma, ele chama a atenção para as representações decorrentes desse tipo de resposta. O senso comum estabeleceu uma relação de causa-efeito entre pobreza e violência. Porém, sua pesquisa na cidade de Brasília demonstrou que a “dimensão imaginária da violência urbana [...] é superdimensionada” (idem, p. 43). Nascimento indica que as representações construídas sobre a violência parecem não corresponder à realidade.

Com a maior visibilidade da pobreza, mais concentrada nas periferias dos centros urbanos, evidenciou-se uma representação, geralmente “desqualificante”, que coloca o pobre como marginal: “Agora o pobre é representado como um bandido em potencial” (idem, *ibidem*). Nas palavras de Goffman (1988), são indivíduos desacreditados e desacreditáveis, situação que se desdobra na criminalização ou marginalização da pobreza<sup>9</sup>. Os pobres passaram a ter um rótulo que os incapacita de estabelecer e/ou ampliar as relações e interações sociais.

Podemos associar que a característica da nova exclusão apontada pelo autor está muito próxima ao conceito de desfiliações de Castel (*op. cit.*). Nascimento lança, porém, alguns argumentos para pensar a exclusão no Brasil e, nesse aspecto, sua hipótese central é a de que os excluídos passaram de excluídos necessários para excluídos desnecessários.

Do exposto podemos perceber que é necessário redimensionar nossas representações sobre os excluídos, compreendendo o fenômeno como um processo para além da interface pobreza-violência. Nessa direção, as teorias do desvio abordam a exclusão como um paradigma para as interações nas sociedades contemporâneas.

---

<sup>9</sup> Ver, dentre outros, PERLMAN (1977); CALDEIRA (1984); ZALUAR (1985).

## 1.2. SITUANDO AS TEORIAS DO DESVIO NA TEORIA SOCIAL: EXCLUSÃO E ANOMIA COMO PARADIGMAS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Além dos autores anteriormente analisados, Martine Xiberras (1996) também se dedica ao estudo da exclusão social. A autora elabora um mapeamento das teorias da exclusão desde a sociologia clássica até a pós-moderna, buscando construir um “imaginário do desvio”<sup>10</sup>.

Segundo a antropóloga, os sociólogos clássicos fundaram uma “teoria do equilíbrio social”. Durkheim, Simmel e Weber estudaram os problemas de coesão partindo de dois elementos da estrutura social: a natureza do laço social e suas representações. A autora aponta que Durkheim analisou a questão da coesão buscando um nexo entre a densidade moral e a anomia. Assim, uma maior densidade moral indicaria uma maior coerência das representações coletivas. Do contrário ocorreria a anomia que representaria uma desagregação. O laço social seria explicado através das solidariedades mecânica (semelhança) e orgânica (cooperação). Simmel analisou as relações de reciprocidade que ligam os indivíduos. Neste autor, o elemento “estrangeiro” exerce pressão “interna e externa” ao grupo, sendo as noções de distância ou proximidade definidoras dos laços sociais. Weber, por outro lado, estudou o laço político, isto é, “aquele [laço] que liga os agentes sociais à autoridade que os submete” (op. cit., p. 42) em função do tipo de dominação (tradicional, carismática e legal). Os laços teriam dois níveis: os que ligam os homens à autoridade (verticais – dominação tradicional e legal) e os que ligam os homens entre si (horizontais – dominação carismática).

Xiberras (op. cit.) explica que os fundadores da sociologia não estudaram os excluídos, mas trouxeram elementos para pensar os “processos de exclusão próprios da modernidade” (p. 85). Para a antropóloga esses autores clássicos enfatizaram uma “exclusão por defeito”, na medida em que suas análises partiam de um modelo de coesão de sociedades tradicionais para compreender as sociedades modernas. A autora explica que isso gerou uma lacuna na “ordem das representações colectivas”, pois o desaparecimento desse tipo de laço não era acompanhado por um substituto.

---

<sup>10</sup> Uma alusão ao título de sua obra: “*As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*”.

A autora assinala ainda que Durkheim descreve essa lacuna como anomia, isto é, “ausência dos quadros sociais de integração tradicional”. A anomia se torna um mecanismo de exclusão porque leva a desagregação até as últimas conseqüências: a morte. Em Simmel existe um “erro de perspectiva” em relação à “escolha das representações sociais”. Xiberras aponta que esse erro de perspectiva estaria no fato de basear a relação com o Outro sob o enfoque da diferença, levando a uma “agregação parcial” ou uma “aparência de inclusão”. Isto porque o “estrangeiro” na modernidade é “acolhido por necessidade”, conservando “suas características de estrangeiro”, uma relação pautada na “estranheza” e na “hostilidade”, e o laço social se define “excluindo o Outro por natureza”. Em Weber é o desencantamento do mundo a maior expressão desse processo (op.cit, p. 85-8). Nesse sentido, o problema da coesão na modernidade abriu lacunas nos sistemas de representações coletivas que expressam mecanismos de exclusão.

Para a antropóloga, a questão da passagem para a modernidade supõe uma escolha entre duas estruturas sociais: comunidade ou sociedade. Assevera que todos os autores concordam com o pressuposto de que na modernidade ocorre uma destruição da morfologia social tradicional (comunidade), como também concordam que a morfologia social moderna (sociedade) promove um relaxamento do laço social. Porém, a autora, seguindo Tönnies, salienta que o problema está justamente no “princípio de estruturação social proposta pela modernidade”, pois ambos os termos (*Gemeinde* – comunidade e *Gesellschaft* – sociedade) falam de coisas que unem e separam, ou seja, uma “concepção da ordem social que conduz à desordem” (p. 88-9).

Segundo Xiberras, na modernidade ambas as formas de estruturação social se relacionam e nesse sentido os autores clássicos forneceram um “modelo de coesão social global” (op. cit., p. 90), que descreve conjuntos de valores, crenças e sentimentos, formando três níveis de coerência nas representações coletivas: comunidade, sociedade e humanidade, o que proporcionou novas morfologias sociais – comunitária, societária e humanitária. Assim, a cada nível de coerência corresponderiam também um tipo de representação e um tipo de coesão. As representações coletivas colocadas sob estes termos flexibilizaram o entendimento sobre a construção dos laços sociais, pois: “Os substratos sociais formados pelos homens que são portadores destas representações colectivas podem ser, por seu turno, completamente separados ou congruentes uns com os outros, quer dizer incluídos uns nos outros e não mais somente excluídos uns dos outros [...]” (op. cit., p. 90).

Podemos abstrair que ocorreu um avanço na percepção sobre a relação entre coesão e representações coletivas, pois elas se tornaram mais maleáveis, abrindo a possibilidade para outras leituras possíveis sobre os processos de exclusão.

Nesse sentido, as teorias do desvio abordaram o contrário da coesão, partiram do pressuposto da anomia. Para Xiberras, a temática do desvio inaugurou outras discussões sobre os processos de exclusão. Por que desvio? Porque parte de uma perspectiva de conflito na base das normas sociais. Se antes as regras sociais eram mais claras, nas sociedades complexas as normas se tornaram obscuras, gerando conflitos para os indivíduos e entre os grupos.

Construída em torno do conceito de anomia, a sociologia do desvio retoma, com a Escola de Chicago, a hipótese durkheimiana da defasagem entre densidade moral e densidade social. Dessa forma, uma defasagem nessas densidades explicaria as “patologias sociais modernas: vícios, criminalidade, anomia, desvio, marginalidade, etc.” (op. cit., p. 95). No entanto, outras posturas teórico-metodológicas sobre o desvio se desenvolveram, como é o caso do Interacionismo Simbólico. Segundo Xiberras, essas visões sobre o desvio trouxeram a exclusão para o centro de suas análises, bem como proporcionaram novas perspectivas sobre a coesão social na modernidade.

### 1.3. OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INTEGRAÇÃO NA SOCIOLOGIA DO DESVIO: ESCOLA DE CHICAGO E INTERACIONISMO SIMBÓLICO

O século XIX e as primeiras décadas do século XX foram períodos de intenso fluxo de imigrantes para os EUA. Abriu-se então um debate sobre a questão dos imigrantes. De um lado falava-se em “americanização dos imigrantes” e de outro se pensava em limitar esses fluxos. Nesse sentido, segundo Coulon (1995a), a sociologia da escola de Chicago ocupou-se de temas relacionados às relações étnico-raciais, aos processos de integração dos migrantes e aos problemas decorrentes da urbanização e segregação.

Segundo Joas (1999), a Escola de Chicago<sup>11</sup> pode ser considerada uma “escola pragmática de sociologia”<sup>12</sup> (p. 132), cuja marca foi a interdisciplinaridade e que

---

<sup>11</sup> Segundo VILA NOVA (1998), o departamento de sociologia da universidade de Chicago foi fundado em 1892.

possibilitou estabelecer interfaces entre a sociologia, a antropologia e a psicologia social. Os objetos de análise eram os fenômenos decorrentes dos processos migratórios e da urbanização, e os pesquisadores se utilizavam da associação diversificada de técnicas de pesquisa como a etnografia, a observação participante, as entrevistas, além da pesquisa tipo *survey* e das estatísticas.

Para Xiberras (op. cit.), a partir dos anos 1930, a Escola de Chicago, abriu um campo importante de análise na área da criminologia. Os pesquisadores ocuparam-se da “densidade moral” e evidenciaram os problemas urbanos que levavam a “exclusão material e moral do gueto” (p. 96). O gueto (bairro de excluídos) passou a ser objeto de estudo e buscava-se apreender como os laços sociais eram reconstruídos nesses espaços.

O conceito de “desorganização”<sup>13</sup> foi central para as análises da Escola de Chicago. Coulon (op. cit.) afirma que este conceito é próximo ao de anomia de Durkheim, porém com a diferença de ter um caráter provisório, isto é, a desorganização é seguida de uma reorganização. Dessa forma, esse conceito ajudava a perceber a dinâmica das regras sociais, que ocorriam no sentido de “perda da eficácia”. Ao mesmo tempo, indicava uma mudança no tipo de solidariedade. Para Xiberras (op. cit.), as análises dessa escola em relação aos excluídos têm o sentido de reconstrução, isto é, ligam uma ordem moral a um tipo de solidariedade, segundo a classificação durkheimiana.

Joas (op. cit.), analisando os entrelaçamentos entre a Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico, indica que existe uma diferenciação entre as duas correntes. A primeira refere-se a um coletivo de pesquisadores preocupados com os problemas dos meios urbanos. A segunda indica uma postura teórico-metodológica, um processo auto-reflexivo de conhecimento. Em termos metodológicos, a pesquisa passa a ser um processo auto-reflexivo, em que o conhecimento ocorre multilateralmente entre pesquisador e pesquisado.

O Interacionismo Simbólico foi um desdobramento da Escola de Chicago. Segundo Joas (op. cit.), o termo foi cunhado em 1938 por Herbert Blumer que retomou as idéias de Mead sobre o *self* e a teoria dos papéis.

---

<sup>12</sup> Essa expressão está associada ao fato de a Escola de Chicago ter se desenvolvido com base numa “teoria científico-social concreta e em pesquisa empíricas”, seguindo um pouco a tradição da pesquisa americana da época.

<sup>13</sup> O conceito de desorganização foi introduzido por Thomas e Znaniecki, cf. COULON (1995a, p. 33-8).

Segundo Bazilli et. al. (1998), o Interacionismo Simbólico surgiu com um grupo de pesquisadores que buscava compreender os aspectos objetivos e subjetivos do comportamento nas interações sociais das experiências cotidianas. Nesse enfoque, a interação ocorre através da linguagem (sistema de significado compartilhado), o que possibilita uma “realidade negociada”, e a socialização ocorre pela incorporação de “padrões organizados de interação” (op. cit., p. 36). A interação ocorre segundo uma “definição de situação” e sua dimensão simbólica indica como as interações são representadas no cotidiano. Dessa forma, as categorias ou classes construídas nas interações são consideradas uma linguagem, cujos símbolos dão sentido às características compartilhadas que organizam o comportamento.

Diferente da Escola de Chicago, o Interacionismo Simbólico colocou sob outros termos a questão do desvio, que passou a ser uma característica das interações entre os grupos. Xiberras (op. cit.) afirma que esse enfoque não busca explicar as razões dos comportamentos desviantes, mas conhecer “o conjunto das relações sociais que concorrem para o desvio” (op. cit., p. 115-6). A maior contribuição dessa escola, segundo a autora, foi estudar o desvio considerando-o como “dois sistemas de acção” que se defrontam nas representações coletivas e, em especial, nas “relações face a face”, ou seja, “uma situação dos excluídos face às sociedades de acolhimento” (p. 143). Nas palavras da autora: “Para os interaccionistas, o desvio não é, pois, jamais inerente aos actos ou aos indivíduos, mas construído pouco a pouco, no decurso de actividades numerosas e misturadas, por agentes múltiplos, com aproximações diferentes e mesmo antagonistas” (op. cit., p. 116).

Segundo Xiberras, o Interacionismo Simbólico trouxe uma perspectiva renovadora para a sociologia, bem como salientou novas formas de exclusão. Nessa perspectiva, crime e violência não são os únicos atos sancionados pela sociedade. Outras práticas e situações sociais como, por exemplo, alcoolismo, homossexualismo e doenças mentais também o são. Essa escola considera, pois, “dois sistemas em interação”: a sociedade e os excluídos. Aqui as representações são estigmatizantes e o tipo de exclusão é simbólico, isto é, a exclusão é determinada pelas representações sociais construídas sobre indivíduos e grupos.

Nesse sentido, o conceito de desvio forma um par teórico quando associado ao de norma, pois é justamente sobre a norma que decorrem as conflitualidades. Conforme Xiberras (op. cit.), a norma é definida como “toda a situação ou de todo o

comportamento esperado por um grupo” (p. 118). A dificuldade estaria justamente em definir os que transgridem as normas.

### 1.3.1. A teoria do desvio de Howard Becker

A teoria do desvio de Howard Becker também é denominada de teoria das rotulações ou, ainda, teoria da etiquetação (*labeling approach*). Essa teoria tem como foco o outro, o desviante. Gilberto Velho<sup>14</sup> na apresentação da obra *Uma teoria da ação coletiva* de Howard Becker (1977) afirma que o autor é um dos “maiores expoentes vivos da sociologia do desvio”.

Segundo Velho (1985), a idéia de desvio<sup>15</sup> ocorre quando o comportamento médio ou ideal é rompido. O autor explica que cada cultura constrói suas características desviantes, o que relativiza o conceito, uma vez que o que é considerado desvio numa sociedade ou contexto pode não o ser em outra. Dessa forma, para o autor, permanece a questão ou dúvida de saber quais seriam os comportamentos ditos “normais”. Com base no conceito de cultura de Geertz, o autor afirma que o “inadaptado” não percebe o mundo sem significado, apenas o percebe de forma diferente.

Para Velho (op. cit.), indivíduos ou grupos elaboram uma “[...] leitura diferente de um código sociocultural”. O desvio seria, pois, decorrência do “monolitismo de um meio sociocultural”, que desconsidera o caráter multifacetado e dinâmico da vida cultural (op. cit., p. 21). Para o autor: “A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural [...]” (op. cit., p. 23).

Velho (op. cit.) ainda assevera que a principal contribuição de Becker foi perceber que o “comportamento desviante não é uma ‘inadequação cultural’, mas um problema político, obviamente vinculado a uma problemática de identidade” (op. cit., p. 24). Por isso sua contribuição para as análises sobre a “política do cotidiano”. Sendo

---

<sup>14</sup> Esse antropólogo participou de pesquisas nos Estados Unidos juntamente com Howard Becker. Numa entrevista publicada para a revista *Estudos Históricos*, do Museu Nacional, BECKER (1990) ressalta sua relação com o pesquisador brasileiro. Nessa entrevista, Becker revelou sua admiração pela música brasileira, fato que o levou a aprender o português. Explica que essa identidade musical deve-se ao fato de ter sido músico profissional antes de sua afirmação acadêmica.

<sup>15</sup> BECKER (1977) explica que o conceito de desvio vem da teoria do desvio de Merton.



uma relação de poder, engendra tensões entre grupos ou atores. Entretanto, manifesta-se tanto no sistema social quanto no psicológico.

Dessa forma, o desvio pode ser associado aos impulsos que não se conformam às regras ou normas. São respostas instintivas não-convencionais. Segundo Becker (1977), a função do desvio é questionar a norma. A problemática na qual o autor se debruça refere-se à quebra das regras, que podem ter força de lei ou de tradição, mas podem ser mantidas vivas por uma imposição.

Para Becker, o desvio se aprende nas relações sociais, tendo, pois, um caráter social. Os não-conformados às normas são marcados e tratados como desviantes. Na perspectiva teórico-metodológica interacionista, considera-se ambos os lados envolvidos numa situação interacional – os normais e os desviantes. Dessa forma, estudar o desvio indica que “[...] o ponto central da abordagem interacionista do desvio é tornar claro que alguém teve que fazer a rotulação. Ela não aconteceu simplesmente” (op. cit.p. 34).

Existem várias definições ou entendimentos sobre o tema. Para Becker, o termo desvio pode variar quanto a maior ou menor complexidade de análise. Por exemplo, no senso estatístico tem-se uma perspectiva mais simplista do fenômeno. Outra tendência concebe o desvio como “doença”. Outros, ainda, relativizam o desvio, considerando-o como “fracasso em obedecer às regras”.

O desvio para Becker (1971)<sup>16</sup> é uma dinâmica entre os grupos sociais que se conformam e não se conformam às regras, não havendo um consenso sobre o rótulo. Para o autor, não existe “algo intrinsecamente desviado” em situações de quebra de normas que permita distinguir um desviado como qualitativamente diferente dos que seguem as normas, pois as situações de quebra das normas possuem um caráter variável. Os grupos criam o desvio ao fazerem as regras e ao aplicá-las de forma a qualificar o outro como desviante:

*[...] los grupos sociales crean la desviación al hacer las reglas cuya enfracción constituye la desviación, y al aplicar dichas reglas a ciertas personas em particular y cualificarlas de marginales. Desde el punto de vista, la desviación no es una cualidad del acto cometido por la persona, sino una consecuencia de la aplicación que los otros hacen de las reglas y las sanciones para um «ofensor» (op. cit., p.19, grifos do autor).*

---

<sup>16</sup> Parte dessa obra está inserida em BECKER (1977).

E o desviado seria: “[...] una persona a quien se ha podido aplicar com êxito dicha calificaci3n; la conducta desviada es la conducta as3 llamada por la gente” (idem, *ibidem*).

Becker (1977) explica que o desvio n3o 3 uma “qualidade do ato” desviante, mas a imposi3o de regras e san3es a um “transgressor”. J3 o desviante “3 algu3m a quem aquele r3tulo foi aplicado com sucesso [...]” (op. cit., p. 60). O elemento que caracteriza o ato desviante vai depender da rea3o das pessoas.

Para o soci3logo, existem dois modelos para analisar o desenvolvimento do comportamento individual perante o desvio: o simult3neo e o seqüencial. O primeiro considera o desvio como patologia, buscando suas causas. A ferramenta utilizada para o diagn3stico 3 a an3lise multivariada. Por exemplo, ao estudar a delinqüência juvenil busca-se encontrar pistas em dados do tipo classe, local onde vive etc., para explicar o fato do jovem ser delinqüente. O segundo tipo, o seqüencial, 3 indicado pela concep3o de carreira. Est3 impl3cita 3 id3ia de que nos comportamentos desviantes t3m-se uma “seqüência de movimentos de uma posi3o 3 outra” (op. cit., p. 72).

Nesse sentido, o autor trabalha com a id3ia de “hierarquia de credibilidade”<sup>17</sup>, isto 3, considera todos os pontos de vista envolvidos numa conflitualidade para estabelecer um conjunto de comportamentos. Dessa forma, Becker construiu tipos ideais de desvio<sup>18</sup>.

O autor afirma que neste tipo de rela3o, o diferencial de poder 3 expresso pela diferen3a entre a capacidade de fazer regras e a de aplicar as mesmas a outrem. Assim, existe o ponto de vista das pessoas que imp3em o desvio (que julgam o outro como desviante), e o ponto de vista do desviante (que contesta as regras impostas). Como as regras impostas n3o s3o universalmente aceitas, ocorrem os conflitos. O conflito 3, ent3o, a express3o ou dimens3o pol3tica do desvio.

Ainda segundo Becker (1971), os grupos sociais criam as regras e em determinadas circunst3ncias tentam imp3-las. Da3 as regras serem elementos que definem uma situa3o. Em suas palavras: “Las reglas sociales definen ciertas situaciones y los tipos de comportamiento apropiados para las mismas, prescribiendo

<sup>17</sup> Um procedimento te3rico-metodol3gico que consiste conhecer os v3rios pontos de vista sobre o problema a ser analisado. Quando se estuda uma empresa, por exemplo, busca-se captar os pontos de vista dos superiores e dos subordinados, ou quando se estuda a criminalidade buscaram-se os pontos de vista entre policiais e criminosos, por exemplo.

<sup>18</sup> Alguns dos grupos estudados por Becker foram m3sicos e consumidores de maconha. Em suas pesquisas, o autor chegou a quatro categorias de desvios: a) de conformidade; b) desviante puro; c) falsamente acusado e d) desvio secreto.

algumas actuaciones como «correctas» y prohibiendo otras como «incorrectas»” (op. cit., p. 13).

As pessoas que não se conformam às regras passam a ser vistas como marginais. Porém, desse ponto de vista, essas pessoas podem também não concordar com esse rótulo e questionar a legitimidade das pessoas que as julgam e considerar que “los jueces son marginales”. Por isso, o autor define esse tipo de interação como uma dinâmica entre “situaciones de ruptura de reglas y de imposición de las mismas” (idem, *ibidem*).

Becker distingue as regras segundo sua forma de imposição: as leis podem ser promulgadas e asseguradas pela força policial do Estado, como também podem ser estabelecidas por acordos informais sancionados pela tradição. Entretanto, também existem regras informais que são impostas como as “*blue laws*”<sup>19</sup>, e regras informais que são abolidas por falta de imposição.

Seu interesse está em estudar como as regras são operacionalizadas pelos grupos, para perceber o grau de marginalização em que se encontram. A partir do tratamento dado pelas pessoas nas situações cotidianas é possível perceber a dinâmica da imposição das regras. Assim, por exemplo, numa situação no trânsito de uma grande cidade a infração das leis são mais toleradas. Porém noutras, como uma situação de roubo, parece ocorrer uma quebra de uma regra moral, pois o preceito de não-roubar caracteriza as situações de interações baseadas na propriedade privada. Já em situações de adultério, o grau de tolerância é maior quando o mesmo é praticado pelos homens, mas aplicam-se leis com maior rigor para as mulheres. Dessa forma, as regras são aplicadas com maior ou menor rigidez dependendo do ponto de vista que se considera uma questão, isto é, depende do contexto no qual são aplicadas.

Isso pode indicar que as leis morais organizam nossas relações e interações e a quebra destas expressa uma maior propensão à sanção do que as leis impostas ou sancionadas pelo Estado. Por esse motivo, a importância das condutas para entender os desvios e as normas, isto é, a forma como tratamos os que quebram as normas interfere no entendimento ou tratamento dispensados em cada situação.

*Outsider* foi o termo cunhado por Howard Becker para designar os que transgridem as normas. Um marginal é entendido como aquele que transgride as regras de um grupo. Xiberras (op. cit.), seguindo Becker, considera que existem duas situações

---

<sup>19</sup> Um tipo de lei puritana imposta na Nova Inglaterra que impõe normas de conduta rígidas (op. cit., p. 14).

*outsiders*, duas situações em que um indivíduo ou grupo se sente “estranho”: “[...] serve para designar o que contém de estranheza tanto o olhar dos desviantes para os normais, como o olhar dos normais para os desviantes” (op. cit., p. 118). Isso indica que normais e desviantes tanto podem ser *outsiders* ou estranhos, dependendo da situação.

Xiberras (op. cit.) afirma que foi Becker quem propôs uma “concepção sociológica do desvio” e partiu do pressuposto de que as normas não são universais, mas se constituem como elementos próprios das interações entre indivíduos e grupos modificando o enfoque sobre o desvio: “Assim, Becker propõe uma perspectiva inversa do desvio, que não é mais uma qualidade do acto cometido, ou do seu autor, mas uma consequência provocada pela reacção dos outros: um atributo, ou um estigma, segundo Goffman.” (Xiberras, op. cit., p. 119).

O desvio passa a ser um tipo peculiar de exclusão, pois gera uma situação insustentável que impede o “desviante” de participar de grupos “normais”. Uma característica desviante tem, pois, um valor simbólico e interfere na construção da identidade.

Segundo Xiberras (op. cit.), isso ocorre porque altera o olhar do normal sobre o desviante, bem como a forma como é tratado pelos demais. Nesse processo, ocorrem mecanismos que ajudam a “modelar o desviante segundo a imagem que os outros dele possuem” (p. 127). E, nesse sentido, uma característica desviante tem a potencialidade de prever, de esboçar um conjunto de outras características para um indivíduo ou grupo desviante. Nas suas palavras: “Ora, tratar uma pessoa desviante com base num aspecto, como se este representasse todos os outros aspectos, equivale a formular uma predição que contribui para a sua própria realização” (op. cit., p. 126).

Podemos afirmar que a sociologia do desvio ofereceu um arcabouço teórico para pensar o desvio como processo de marcação ou rotulação próprio das interações sociais. Para finalizar esse esboço sobre o Interacionismo Simbólico, resta-nos explicitar outras categorias de desvio, relacionadas a processos classificatórios, como o estigma.

### 1.3.2. A categoria de estigma em Erving Goffman

Segundo Xiberras (op. cit.), a categoria estigma nos dá uma ideia de que, numa situação desconhecida, tendemos a “classificar os objectos em categorias conhecidas” (p. 137). Esse procedimento nos permite definir uma “identidade social”, ou seja, uma pertença social. Atribuimos categorias de classe, por exemplo, e estas geram identidades

sociais “reais”. Porém, outros atributos apenas existem em “potência” e geram “identidades virtuais”. Ocorre, pois, um desvio entre essas duas identidades que “isola o indivíduo da sociedade” (p. 139), gerando também processos de exclusão.

Em Goffman (1988), o termo estigma sugere que o indivíduo está inabilitado a ser plenamente aceito perante a sociedade. Essa problemática envolve a relação entre a “informação social” e a informação que cada um transmite de si.

Um dos objetivos do autor é demonstrar a relação entre estigma e desvio. Segundo Goffman, historicamente o estigma teve várias interpretações. Na Grécia era associado aos sinais corporais que evidenciavam algo de “extraordinário ou mau” sobre o “*status* moral” do indivíduo. As pessoas eram marcadas com cortes e fogo e isso indicava que deviam ser evitadas nos espaços públicos. Na era Cristã teve dois significados: como uma “graça divina” e como um “distúrbio físico”. Atualmente, está associado a esses dois sentidos, contudo evidencia uma “desgraça corporal” (op. cit, p. 11).

O autor assinala que a estrutura do estigma está associada ao fato de a sociedade estabelecer categorizações de pessoas a partir de seus atributos, isto é, tendemos a classificar os indivíduos a partir de certos padrões de características, projetamos “expectativas normativas” (normas) ou “exigências” como forma de identificar os membros do grupo. Ou seja, cada ambiente social agrupa uma categoria de pessoas em função de determinados atributos que comunicam uma identidade ao grupo.

Goffman (op. cit.) explica que nos relacionamentos cotidianos e entre pessoas conhecidas essas expectativas ocorrem sem muita “reflexão”. Porém, isso muda quando se trata de um “estranho”. Nesse caso, ocorre a tendência de “prever” sua “identidade social” em função das expectativas normativas do grupo. Inicialmente imputamos ao estranho uma “identidade social virtual” até que este prove sua “identidade social real” (op. cit., p. 12). Dessa forma, em relações presenciais é possível classificar um estranho pelos atributos que o diferenciam dos outros. Se a classificação projetada indicar que se trata de uma pessoa perigosa, esse indivíduo não é considerado e é até diminuído, ocorrendo uma incongruência em relação aos atributos desejáveis.

Para o sociólogo, o estigma ocorre quando um atributo “depreciativo” imprime um “efeito de descrédito” (idem, ibidem), indicando que ocorreu uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real. Porém, conforme o autor, é possível

reverter um estigma. Isso ocorre quando um indivíduo ou grupo passa a ser reclassificado de forma a alterar positivamente a estimativa feita inicialmente.

Ainda segundo o autor, existe uma dupla perspectiva sobre o termo: a do estigmatizado que assume seu atributo como evidente e a do estigmatizado que pode ocultar determinada característica. Goffman afirma que são duas as formas de considerar o estigmatizado: como um indivíduo ou grupo “desacreditado” e/ou como “desacreditável”. O termo estigma para ele:

“[...] e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável*” (op. cit., p. 14, grifo do autor).

Porém, muitos indivíduos lidam com essa dupla característica e isso os marginaliza, pois ficam impossibilitados de estabelecer relações sociais. O sociólogo afirma que a característica do estigma que interessa para a análise sociológica está relacionada ao fato de um indivíduo ou grupo ser cerceado de estabelecer relações sociais mais amplas devido a um atributo que o diferencia dos outros. Os “normais”, para Goffman, são aquelas pessoas que “[...] não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão [...]” (idem, *ibidem*). Dessa forma, deve-se considerar tanto o defeito como a resposta defensiva do estigmatizado.

A resposta dada em uma situação de estigma é um tipo de retribuição ao tratamento empregado, ou seja, de como consideramos o outro. O que está em foco para a análise do estigma, segundo o autor, é o “padrão de julgamento”, pois este estabelece o comportamento a ser adotado, tanto dos estigmatizados para os normais quanto o contrário.

Nas relações entre “normais”, as normas podem ser cumpridas e/ou apoiadas, ocorrendo uma exigência para com os outros no sentido de fazer cumprir uma norma, mesmo que esta possa não ser diretamente aplicável para si.

O autor explica que o estigma surge quando existe a probabilidade de uma regra ser cumprida. Os indivíduos estigmatizados acreditam também ser pessoas normais, “um ser humano como qualquer outro”. Porém, como incorporam os padrões de normalidade da sociedade mais ampla, são mais suscetíveis aos olhos dos outros,

podem ser apontados como tendo um defeito, e isso gera constrangimentos e vergonha para esses grupos (op. cit., p. 16-7).

A forma como um estigmatizado pode ser aceito explica sua situação. A questão da “aceitação” é central. O autor aponta quatro tipos de respostas dos estigmatizados como formas de aceitação: o indivíduo estigmatizado tenta corrigir seu “defeito” (é o caso de plásticas, readaptações de deficientes físicos etc.), usa o estigma para “ganhos secundários” (um tipo de desculpa para justificar seu fracasso), considera o estigma como uma “bênção” (acredita que o sofrimento é uma forma de ensinamento), e, por último, pode reafirmar as limitações impostas pelos normais. (op. cit., p. 19-21).

Goffman (1988) também estabelece que desvio e norma relacionam-se ao que é diferente e ao que é comum. A norma pode ser associada ao que é comum e o desvio ao que é diferente:

Está, então, implícito, que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum. A questão das normas sociais é, certamente, central, mas devemos nos preocupar menos com os desvios pouco habituais que se afastam do comum do que com os desvios habituais que se afastam do comum.

Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado (op. cit., p. 138).

Do exposto podemos afirmar que o estigma é um atributo que desacredita ou envergonha aquele que o possui. Segundo Xiberras (op.cit., p. 137), Goffman alargou o conceito de estigma, que era tido como uma marca ou sinal que indicava uma “desordem física ou moral”, para uma relação que se estabelece entre um atributo (característica, qualidade) e um estereótipo (modelo, norma). Nesse enfoque, como também na análise sobre os rótulos, são considerados dois pontos de vista: o do estigmatizado e o da sociedade que estigmatiza.

Entretanto, a autora avalia que nessa relação existe uma terceira via, na qual outros encontros são estabelecidos, como por exemplo, entre os “compassivos” (pessoas que compartilham o mesmo estigma) e os “iniciados” (pessoas “normais” que conseguem compreender os estigmatizados). Porém, nos encontros mistos, isto é, entre pessoas “normais” e estigmatizadas, permanece o princípio da “incerteza”, uma vez que

para os estigmatizados não é possível antecipar se no encontro com o outro serão desacreditados ou desacreditáveis, nos termos de Goffman (1988).

Xiberras assevera que a exclusão é pensada no Interacionismo Simbólico por meio de semelhanças e diferenças, o que representa um avanço para a teoria sociológica, pois não concebe a exclusão como forma de ruptura dos laços sociais, mas como uma forma de reconstrução possível dos laços sociais na modernidade.

Se o interaccionismo simbólico trabalha sobre o desvio sem nunca abordar o conceito de anomia é porque, para esta corrente de pensamento, a exclusão não é o vazio, nem nas representações, nem no laço social que liga os excluídos em conjunto. Se há vazio ou, mais exactamente, símbolos de ordem negativa, estes são somente uma imagem, ou uma etiqueta negativa, que a sociedade prende ao estigma. (op. cit., p. 143-4).

Um aspecto forte da sociologia do desvio é a forma como os pesquisadores lidam com o objeto e o processo de pesquisa, o que possibilitou estabelecer uma nova postura teórico-metodológica na investigação sociológica. O método de pesquisa se constrói a partir de uma “empatia com o objecto” e o processo de pesquisa ocorre de forma presencial com maior envolvimento entre pesquisador-pesquisado.

Segundo Lima (2001), as teorias interacionistas do desvio “[...] privilegiam o processo através do qual os comportamentos de alguns indivíduos respondem, positivamente ou negativamente, às expectativas dos outros” (op. cit., p. 191). Na perspectiva interacionista, norma e desvio são encarados de forma diferente: “O desvio e o seu controle são agora encarados de maneira dialética, através de um processo de interação dinâmico e variável entre as duas partes” (op. cit., p. 192).

Erving Goffman e Howard Becker, entre outros autores, contribuíram para a difusão desta postura teórico-metodológica, bem como definiram novos objetos de análise, o que propiciou um alargamento sobre o entendimento da questão do desvio. Os autores buscaram compreender as práticas sociais que sancionavam os comportamentos desviantes.

Podemos afirmar com Xiberras que a sociologia do desvio trouxe uma outra abordagem sobre a anomia que enfatiza as formas e os laços sociais possíveis na modernidade. Sua análise ajudou a compreender melhor os estranhamentos contemporâneos e as interações sociais a partir das contribuições da sociologia americana, com a Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico. Essas duas escolas



também estabeleceram novos objetos de estudos e práticas de pesquisas, desenvolveram uma postura teórico-metodológica crítico-reflexiva considerando que pesquisador e pesquisado constroem uma compreensão sobre os problemas cotidianos no processo de pesquisa.

#### 1.4. ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE EXCLUSÃO E INTEGRAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO ESTABELECIDOS-*OUTSIDERS* DE NORBERT ELIAS E JOHN SCOTSON

Elias é outro autor que se dedica ao estudo da exclusão social associada aos processos de integração (Elias, 1994). Para ele, os processos de integração têm aspectos positivos e negativos que podem engendrar também processos de “desintegração”. Nesse sentido, a configuração<sup>20</sup> estabelecidos-*outsiders*<sup>21</sup> (cf. Elias & Scotson, 2000) que veremos a seguir, pode ser analisada como uma forma de interpretar os processos de integração em situações de mobilidade social.

Os autores interpretam os processos de integração de forma processual e analisam a dinâmica da interdependência entre os indivíduos numa dada configuração, no caso uma comunidade ou bairro. Nesse espaço de interconexão as relações sociais se estabelecem de forma conflituosa e as representações construídas produzem os estigmas. Na configuração estabelecidos e *outsiders* os diferenciais de poder podem também se inverter e produzir contra-estigmas.

No final dos anos 1950 Elias e Scotson desenvolveram uma pesquisa de campo numa pequena comunidade inglesa. Para estudá-la, estabeleceram como modelo de relações a configuração estabelecidos-*outsiders*, buscando “compreender a natureza dos laços de interdependência, que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos

---

<sup>20</sup> O conceito de configuração ou figuração é central para Norbert Elias. Indica uma forma específica de interdependência que liga os indivíduos entre si. Segundo BRANDÃO (2003) o conceito de figuração possui três aspectos: a) os seres humanos são interdependentes; b) as figurações estão em permanente fluxo, têm caráter processual; c) cada figuração possui uma dinâmica própria (p. 63).

<sup>21</sup> Cf. ELIAS & SCOTSON (2000, p. 7), essas expressões vêm do inglês *establishment* e *established*, respectivamente, grupo que se autopercebe e é reconhecido como “boa sociedade”, uma identidade que se constrói a partir da combinação de “tradição, autoridade e influência”. Os *outsiders* são definidos como “conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos”.

sociais.” (op. cit, p. 9). Nesse tipo de estudo prevalece a necessidade de compreender o “outro”, o diferente, bem como os fatores emocionais e afetivos que ligam os grupos.

Os desdobramentos teóricos da configuração estabelecidos e *outsiders* auxiliam na análise das desigualdades que engendram formas de exclusão em relações sociais conflituosas, nos processos de mobilidade social em comunidades ou situações nas quais os círculos de solidariedade ou interdependência são alterados.

Norbert Elias no posfácio da edição alemã (in Elias & Scotson, op. cit.) analisa “Outras facetas da relação estabelecidos-*outsiders*” através do modelo “Maycomb”<sup>22</sup>. Segundo Elias, os processos de exclusão relacionados à “desigualdade” social engendram uma “falsa representação simbólica da realidade” (p. 199). Para o autor, isso ocorre devido a uma discrepância na forma de expressar ou significar uma representação de “igualdade”. Elias parte do pressuposto de que a desigualdade distingue os grupos e indivíduos, porém algumas sociedades, especialmente as democráticas, representam um estado de “igualdade” (idem, ibidem) para encobrir práticas sociais dominantes e discriminatórias.

A desigualdade de que nos fala o sociólogo alemão está relacionada a processos de exclusão, na forma de discriminação, decorrente do monopólio das chances de poder e *status* que confere uma valoração. Nesse sentido, judeus e pobres seriam exemplos de grupos *outsiders*. O autor afirma que “relações dessa espécie são uma realidade universal” (idem, ibidem).

Segundo Norbert Elias, existe uma diversidade de relações estabelecidos-*outsiders* – em pequenas comunidades, entre homens e mulheres, entre governos e partidos. Porém, elas têm em comum algumas regularidades, bem como diferenças e semelhanças estruturais. Em termos de regularidades, elas têm em comum o aspecto de serem relações estabelecidas por conflitos (de classe, étnicos, partidários, etc.). Para cada tipo de conflito tem-se os diferenciais de poder pelos quais os grupos ou indivíduos lutam para manter uma determinada posição de domínio ou constituir um “establishment”.

---

<sup>22</sup> Modelo de análise estabelecido pelo autor inspirado num romance de Harper Lee sobre a relação entre brancos e negros nos anos 1930 numa cidade dos Estados Unidos. O modelo Maycomb apresentado pelo autor é ilustrativo para perceber outra forma de relações estabelecidos-*outsiders* decorrentes de situações de conflitualidades étnicas. Nesse caso, “o romance mostra a estratégia social do establishment local” (op. cit., p. 202), quando um advogado branco aceita a defesa de um homem negro, rompendo assim o “círculo de solidariedade dos brancos” (idem, ibidem). O autor faz uma auto-reflexão, numa nota de rodapé, sobre as vantagens e desvantagens desse tipo de material de análise. Contudo, avalia como positivo o aspecto da própria autora ter vivido essa situação e, nesse sentido, ser um material de pesquisa confiável.

O poder social, tanto do modelo estabelecido na cidade de Winston Parva quanto o da de Maycomb está relacionado “à longevidade de uma tradição comum”. Para Elias, as “velhas famílias”, em ambos os casos, formavam um *establishment* que era legitimado por uma “superioridade social”. Nesses dois tipos de configuração, a riqueza não predominou como critério de superioridade. Porém, existia uma “distância social” advinda com as “chances de poder” que separava os grupos: em Winston Parva referia-se às velhas e novas famílias, em Maycomb entre negros e brancos. Em ambos os casos, o *establishment* era legitimado pela forma incondicional de solidariedade entre os membros do grupo dominante (op. cit., p. 204).

Norbert Elias enfatiza que se deve levar em consideração que os dois modelos “representam estágios diversos do desenvolvimento do Estado Nacional, e especialmente da organização da violência física” (op. cit., p. 205). Nesse sentido, os dois modelos apresentam diferenças: em Winston Parva o uso da violência física não ocorreu, ao contrário do modelo Maycomb. Para o autor, isso ocorre porque os dois modelos demonstram estágios diferenciados da “organização e regulação da violência física”, sendo prerrogativas do Estado (op. cit., p. 206). Ele explica que no caso Maycomb os brancos tinham acesso a armas de fogo, além de terem os meios de controlar ou proibir brigas entre negros, o que aumentava suas chances de poder.

Em termos do direito, a igualdade, no caso Winston Parva, se coloca como uma “igualdade simbólica”, isto é, “os cidadãos são vistos simbolicamente como ocupando a mesma posição e tendo o mesmo poder, mesmo se suas fontes de poder diferem intensamente” (idem, ibidem). Já em Maycomb: “Membros de grupos sociais diferentes são percebidos e tratados como tais” (op. cit., p. 207), isto é, “os brancos não consideravam os negros como seres humanos no mesmo sentido que consideravam a si próprios” (idem, ibidem).

Dessa forma, o fato de não haver uma “igualdade simbólica” no caso Maycomb levou o autor a considerar a questão da auto-estima, sendo, pois, indicada com uma dimensão da estrutura da personalidade afetada nesse tipo de figuração. Elias explica que em estados escravocratas americanos o monopólio da violência física e de mulheres brancas por parte de homens brancos enaltecia a auto-estima ou orgulho destes. Assim, o autor interpreta que o enfraquecimento desses privilégios influenciava na auto-estima, isto é, uma autovalorização construída sob “símbolos de superioridade social” (idem, ibidem).

O problema, segundo o sociólogo, está na forma de dimensionar a autovalorização, lembrando que o conceito de “valor” pode ser interpretado de várias formas: em sociedades tradicionais o “orgulho” de um indivíduo advinha de uma habilidade guerreira, pastoril etc., o que reforçava a auto-estima. Já em sociedades contemporâneas, a autovalorização vem sendo pensada de forma equivocada em termos de “elevação ou diminuição”. Nesse caso a autovalorização é conseguida às custas da desvalorização do outro. Para Elias, uma alternativa seria reconhecer que o valor do grupo “pode ser aumentado *sem* diminuir o valor do outro grupo” (op. cit., p.209, grifo do autor).

As relações estabelecidos-*outsiders* indicam que grupos em conflito estabelecem fronteiras pressupondo uma representação sobre uma certa ordem social (normatização) que demarca as condutas e os comportamentos perante o diferente. Uma forma de exclusão relacionada à desigualdade, especialmente a desigualdade de poder e de *status* que interfere na auto-estima.

A questão da valorização é central nesse tipo de relação social. De acordo com as palavras de Elias: “Seja como for, os seres humanos são sempre valorizados do seu próprio ponto de vista e aos olhos dos outros” (idem, *ibidem*). Ele explica ainda que talvez seja uma forma de sobrevivência num mundo de rivalidades, porém os seres humanos estabelecem fronteiras em suas relações e interações sociais como, por exemplo, o medo e o preconceito.

Os elementos levantados nesses estudos contribuem para a interpretação das conflitualidades que os processos de integração engendram quando grupos estabelecem interdependência ao coexistirem em espaços de convivência familiar e de vizinhança. A seguir veremos como os autores analisaram empiricamente uma configuração estabelecidos-*outsiders*.

#### 1.4.1. Uma contribuição para a análise das situações de estranhamento: a dinâmica dos processos de estigmatização e contra-estigmatização

Os autores utilizaram a configuração estabelecidos-*outsiders* como um modelo empírico e como uma postura teórico-metodológica para analisar uma comunidade, buscando apreender os problemas específicos de uma “rede de relações entre pessoas”, organizadas em uma unidade residencial que estabelecem relações pelo fato de morar

num mesmo lugar. Essas relações são comunitárias porque as interdependências entre as pessoas são construídas no âmbito das relações familiares e de vizinhança.

Dessa forma, os autores trabalham com a idéia de que a estrutura social muda em cada grupo ou sociedade, porque as relações e a distribuição de poder se configuram de modo específico em cada situação e preocupam-se como esses elementos influenciam no comportamento intergrupalo.

Elias & Scotson (2000) enfatizam que esse tipo de figuração<sup>23</sup> não está relacionado aos critérios de classe, mas à mobilidade social<sup>24</sup> em consequência dos processos migratórios. Para eles, os processos migratórios tornam-se problemas sociológicos à medida que um grupo social se desloca para o local de outro grupo, ocorrendo necessidade de “estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes” (op. cit., p. 174). Nesse sentido, afirmam que esta problemática está associada à integração social entre comunidades, cuja mobilidade está relacionada ao deslocamento constante de grupos ou populações possibilitado pelo desenvolvimento industrial da sociedade moderna.

No caso de Winston Parva havia uma situação de violência diagnosticada por alguns moradores e pela mídia. Mas, o que chamou a atenção dos pesquisadores, foram as estatísticas que indicavam altos índices de delinqüência naquela localidade. Porém, no decorrer das observações de campo perceberam que na comunidade ocorria um processo de divisão interior em dois grupos distintos, que denominaram estabelecidos e *outsiders*. Nas relações entre esses grupos, um deles se auto-representa como “humanamente superior”, e via o outro grupo como socialmente inferior, isto é, de “valor humano inferior”. Os estabelecidos lutavam para manter uma posição ou *status* de poder.

Curiosamente, na comunidade estudada pelos autores não havia diferenciações em termos de nacionalidade, etnia, raça ou classe. Os autores perceberam que a principal diferença entre os grupos consistia no “tempo de moradia”. O critério de antigüidade produzia um alto grau de coesão grupal, uma identificação coletiva e normas comuns (op. cit., p.167-172). No grupo mais coeso, as posições sociais com

---

<sup>23</sup> Nos escritos de Elias e sobre Elias aparece ora o termo figuração e ora configuração (cf. HEINICH, 2001, p. 116-120).

<sup>24</sup> Segundo os autores, a mobilidade social está associada a deslocamentos de um local ou grupo para outro local ou grupo, tendo, pois, que estabelecer relações com grupos já existentes (op. cit., p. 174).

potencial de poder eram ocupadas por membros da comunidade estabelecida, o que fazia com que excluíssem o grupo de menor coesão – os *outsiders*.

Segundo a avaliação dos autores, as fontes de poder que fundamentavam a superioridade do grupo estabelecido estavam relacionadas ao sentimento de “superioridade social” ou “prestígio social”. O que imprimia num grupo o caráter “exemplar” ou “virtuoso”, e no outro, o caráter “pior” ou “ruim”. Nas palavras dos autores: “Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo” (op. cit., p. 23).

Um aspecto importante dessa figuração é a “sociodinâmica da estigmatização”, isto é, a tendência de um grupo estigmatizar o outro tem um papel significativo nas relações entre grupos diferentes. Nesse tipo de figuração, a eficácia de uma estigmatização ocorre segundo um “equilíbrio instável de poder”. Assim, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (op. cit., *ibidem*). Por exemplo, os estabelecidos estudados pelos dois sociólogos participavam de associações e agremiações na localidade, o que lhes permitia manter posição ou *status* de serem membros de uma boa sociedade.

Nas “disputas de poder” ocorre a imposição de um estigma social – rotula-se o outro grupo como inferior para sustentar uma “superioridade social”. Isso se reflete na auto-imagem do grupo, desarmando-o e enfraquecendo-o (op. cit., p. 24), gerando um “efeito paralisante nos grupos de menor poder” (op. cit., p. 27). Ao mesmo tempo, a capacidade de estigmatizar diminui ou se inverte. Nesse sentido, pode ocorrer também uma contra-estigmatização, isto é:

Lutas para modificar o equilíbrio de poder [...] desde os cabos de guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes [...] os grupos *outsiders* (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior. (op. cit., p. 37).

Os autores afirmam que para entender a “mecânica da estigmatização” é necessário examinar o “papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo” (op. cit., p. 24-5). Os termos que possibilitam gerar o estigma variam em função das características sociais e das tradições do grupo.

Segundo os autores, a coesão é a expressão sociológica do problema. Para eles, os “diferenciais de coesão e integração” são aspectos do “diferencial de poder”. A coesão seria o elemento propulsor de uma “desigualdade de força”. Ao mesmo tempo, a coesão também pode ser estabelecida quando se partilha estilos de vida e normas comuns. Assim, estilos de vida tanto podem servir para preservação dos valores ou para proteção da identidade grupal como também podem afirmar a superioridade de um grupo.

Nesse tipo de figuração se estabelece uma “barreira emocional” dos grupos estabelecidos contra os grupos *outsiders*. No caso estudado pelos autores, essa barreira gerava os preconceitos sociais.

As normas partilhadas pelo grupo inserem os membros num carisma. Os membros do grupo estabelecido sujeitavam sua conduta a padrões específicos de “controle dos afetos”. Os elementos do “carisma grupal” são o orgulho de encarnar o carisma do grupo, a satisfação de pertencer e de representar um grupo poderoso. A “equação afética” relacionada ao “singularmente valioso e humanamente superior” está relacionada à submissão dos membros às obrigações. Como os *outsiders* não compartilhavam as regras dos estabelecidos eram vistos por estes como “anômicos” (op. cit., p. 26). Os grupos mais atingidos por esse tipo de figuração são as crianças, os jovens adolescentes e os mais velhos. Os autores mostraram, por exemplo, que a estrutura da comunidade podia “influenciar o desenvolvimento da personalidade dos jovens que ali cresciam” (op. cit., p. 185). A citação a seguir ilustra bem esse aspecto:

As crianças e adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitados, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas ‘respeitáveis’ da ‘aldeia’, com um rigor e crueldade ainda maiores do que os reservados a seus pais, porque o ‘mau exemplo’ que davam era uma ameaça às defesas dos jovens ‘respeitáveis’ contra seus próprios impulsos internos de desregramento; e, como a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada, procurava revidar, portando-se mal de maneira ainda mais deliberada. Saber que, sendo barulhentos, destrutivos e insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como párias funcionava como um incentivo adicional [...] para o ‘mau

comportamento?. Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhes eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam (op. cit., p. 30).

A sociodinâmica desse tipo de figuração “é determinada por sua forma de vinculação”. Os conflitos podem ocorrer “abertamente”, ou manter-se “latentes”. No primeiro caso, ocorrem mudanças de equilíbrio de poder que favorecem os *outsiders*; no segundo, mantêm-se grandes diferenciais de poder em favor dos estabelecidos (idem., p. 32).

Podemos perceber que existem paralelos entre a teoria da figuração estabelecidos-*outsiders* e as teorias do desvio discutidas nesse capítulo. O estigma pode ser associado a uma espécie de fronteira entre o eu e outro e à imagem que um indivíduo ou grupo tem de si e do outro, que dificulta o reconhecimento e, ao mesmo tempo, restringe o estabelecimento de relações sociais mais amplas. Esse processo de marcação gera vergonha, embaraço e medo para aqueles que são estigmatizados e esses constrangimentos expressam violências simbólicas e psicológicas<sup>25</sup>.

Para analisar as relações que se estabelecem entre os jovens e entre os jovens com os adultos em um bairro de Florianópolis, autores como Norbert Elias, Howard Becker e Erving Goffman, que analisaram as interações sociais em grupos diferenciados e as configurações que certas relações assumem, oferecem uma contribuição fundamental.

Na pesquisa realizada no Bairro Saco Grande, em Florianópolis, encontramos dois tipos de “estabelecidos”. Por um lado, os que imputam aos *outsiders* as mazelas da localidade, como, por exemplo, o aumento da criminalidade e da violência na localidade. Por outro, os que, em decorrência dessa conflitualidade, promovem ações que não são apenas de “exclusão”, mas também de “inclusão” dos *outsiders*, como, por exemplo, as redes de ações coletivas<sup>26</sup> que articulam o Conselho de Moradores local e os moradores do conjunto habitacional. A análise das configurações entre os jovens moradores do bairro e do conjunto habitacional, bem como o grupo de estabelecidos que

---

<sup>25</sup> ZALUAR & LEAL (2001) analisam a relação entre violência e educação. Diferenciam a violência simbólica da psicológica. No estudo foram analisadas as representações de alunos e professores sobre o fenômeno da violência. Segundo as autoras, a violência simbólica ocorre por meio da linguagem e a psicológica ocorre nos espaços de socialização como escola, rua, família, comunidade. As pesquisadoras concluem que ambos os tipos de violência interferem no comportamento dos sujeitos e nas representações sociais sobre o fenômeno da violência em nossa sociedade, indicando que existem várias representações sobre o fenômeno.

<sup>26</sup> Sobre redes de ações coletivas ver SCHERER-WARREN (2002).



promoveram ações de integração para com os *outsiders* no bairro, constitui o foco central da pesquisa empírica, que será apresentada na segunda parte desse trabalho.

#### 1.5. INTEGRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO EM ERVING GOFFMAN

Goffman (1975) estuda os aspectos microsociológicos dos processos de integração social nos encontros cotidianos face a face, como por exemplo, situações de transeuntes nas ruas, em empresas e instituições, etc. Nessas situações, cada participante busca obter informações sobre o outro para formar um “quadro de referência” de como lidar com o outro e definir a situação de cada participante. Essa dinâmica interacional ocorre como um “jogo” de comunicação dramatizado, em que cada participante define uma situação e representa um papel perante o outro.

O autor enfatiza que esses encontros colocam os atores diante do problema da “representação do eu”, isto é, no encontro com o outro cada participante representa e age de forma a manter um certo tipo de imagem. O “eu” é um personagem construído nas representações: “[...] O eu, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado” (op. cit., p. 231).

Estas imagens sobre si que o outro contribui para formar podem ser ou não reais. Podem também, dependendo do tipo de situação e do objetivo de cada participante, serem projetadas de forma a estabelecer um determinado tipo de personagem que desempenha um papel. Como as pessoas representam no encontro com o outro, o processo ocorre de forma a gerar algum tipo de impressão. Através dos indícios que consegue captar como informação, o indivíduo elabora uma “atividade significativa” sobre si. Desenvolvem-se, pois, estratégias para produzir uma imagem condizente com a conduta que se pretende representar.

A problemática de Goffman está associada ao como representamos e projetamos os personagens perante o outro e de como o outro interfere em nossas representações. Nesse sentido, sua perspectiva teórico-metodológica está embasada na abordagem dramaturgica – cada “situação” é analisada como uma peça teatral em que

cada personagem desempenha seu papel. É também denominada, pela psicologia social, de teoria dos papéis<sup>27</sup>. O princípio primordial é a comunicação que, para ser estabelecida, exige que os participantes obtenham informações para construir um quadro de referência que lhes permita situar seu comportamento nas interações cotidianas.

As informações, nesse contexto, servem para definir uma situação. Com as informações que já possui ou as que se obtêm sobre determinada pessoa ou situação é possível orientar um tipo de atitude em determinada interação, isto é, orientar um comportamento perante o outro. Nos encontros face a face algumas informações são acessíveis pelos “veículos de indícios”, por exemplo, a conduta e a aparência são indícios para “aplicar estereótipos”. As pessoas podem ser conhecidas ou desconhecidas e em cada uma destas situações estabelecemos uma forma de agir, um tipo de conduta.

A comunicação de que o autor fala é uma forma de “expressividade”, de capacidade de criar impressão com algum tipo de significado. A forma como os significados são expressos produz uma “atividade significativa”. Nesse sentido, o autor aponta duas espécies de impressões significativas para obter as informações: a que se transmite (baseada em símbolos) e a que se emite (inclui as ações). Dependendo do tipo de informação obtida e da experiência anterior adquirida em outras situações é possível representar papéis nas interações cotidianas. Porém, as imagens construídas podem não corresponder à realidade, podem indicar comportamentos fraudulentos ou dissimulados.

Goffman (op. cit.) afirma que parte do pressuposto de William I. Thomas que considera a vida cotidiana como não sendo regida pela racionalidade, mas sim pela “inferência”, isto é, tendemos a agir de forma a considerar as primeiras impressões e adotamos um comportamento para com o outro segundo essas impressões.

Do ponto de vista do estranho, este age no sentido de regular a forma como é tratado. O autor afirma que nas interações cada participante deseja regular as repostas dos outros, ou seja, exerce um tipo de controle para regular a conduta e o tratamento dispensado ao outro.

Para Goffman, existe uma “assimetria” no processo de comunicação, em que a informação se estabelece na forma de um jogo, cuja dinâmica é organizada por um sistema de regras e estratégias que vão estabelecer o comportamento. O autor aponta quatro possibilidades de jogadas – encobrimento, descobrimento, revelações falsas e

---

<sup>27</sup> Para essa discussão ver BAZILLI et. al. (1998, p. 113 ss).

redescobertas (op. cit., p. 17). Porém, em algumas interações, é possível estabelecer um “acordo operacional” como forma de evitar conflitos abertos nas situações interacionais.

O autor afirma ainda que existe um “caráter moral das projeções” nas interações, cujo princípio é “[...] o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada [...]”. E esse caráter indica um jogo em que os participantes teriam possibilidades iguais. Desta forma, quando um estranho projeta uma definição da situação, indica ser um determinado tipo de pessoa e ao mesmo tempo “[...] exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar [...]”. (op. cit., p. 21).

A representação do eu em Goffman está associada à crença no papel que o indivíduo está representando. Já a noção de “papel social” diz respeito à “promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social”. (op. cit., p. 24). Nesse sentido, desempenhar um papel significa criar uma “máscara”, podendo produzir tanto imagens cínicas como sinceras. A forma cínica indica que não se acredita na impressão projetada, já a sincera é seu oposto. Para o autor, as representações têm um ciclo que vai da descrença à crença. As representações atingem três níveis de análise: a “personalidade do indivíduo”, a “interação” e a “estrutura social”. Os problemas se colocam quando ocorre uma “ruptura” nas representações, pois geram problemas para a personalidade do indivíduo, para a interação e para a estrutura social. Nesse sentido, declara o autor:

as rupturas na representação por conseguinte têm conseqüências em três níveis de abstração: personalidade, interação e estrutura social. Embora a probabilidade de ruptura varie amplamente de interação para interação, e conquanto a importância social de prováveis rupturas varie de uma interação para outra, ainda assim parece não haver interação na qual os participantes não tenham uma apreciável probabilidade de ficar ligeiramente embaraçados ou uma ligeira probabilidade de ficar profundamente humilhados. A vida social pode não ter muito de semelhante a um jogo, mas a interação tem. Além disso, na medida em que os indivíduos fazem esforços para evitar rupturas ou para corrigir as que não puderem ser evitadas, estes esforços também terão conseqüências simultâneas nos três níveis [...] (op. cit., p. 223).

Para Joseph (2000), as teorias interacionistas estabeleceram as bases da microsociologia, cujo objeto é uma situação de interação. Segundo o autor, essas teorias enfatizam o “mal-estar nas interações”, pois “interagir é analisar a distância das relações sociais [...] em termos de ações recíprocas”. (op. cit., p. 17). Afirma que a

microsociologia está amparada na “temática das civilidades”, e isso a difere da psicologia. Com isso, as interações são pensadas como ações recíprocas nos encontros cotidianos, interessando perceber a ordem das interações e o que cada indivíduo experiencia na vida social.

#### 1.6. O RECONHECIMENTO COMO PRÁTICA POLÍTICA COTIDIANA

Taylor (1994) mostra a importância do reconhecimento para a formação da identidade a partir de um resgate das diferenças e similitudes da política do igual respeito em sociedades democráticas – liberais e multiculturais, partindo de um estudo da problemática do reconhecimento cultural da sociedade canadense de origem “francófona”<sup>28</sup>. Nesse texto, o autor delinea as contradições das idéias de honra, dignidade, reciprocidade, orgulho, valor, solidariedade etc., para mostrar a relação entre direitos-liberdade-diversidade.

Contudo, o autor avalia que a idéia do não-reconhecimento é salutar para a discussão da problemática de reconhecimento de grupos excluídos ou marginalizados como mulheres, negros e pobres, dentre outros. Através das idéias sobre não-reconhecimento foi possível problematizar a questão, bem como apontar algumas das potencialidades de mudança na forma de pensar o “igual tratamento para os cidadãos sob a forma de diversos tipos de respeito” (op. cit., p. 74).

O autor afirma que houve uma aceitação ou chegou-se a um consenso por parte de vários segmentos políticos e acadêmicos que o reconhecimento é uma forma de luta, pois “[...] a mudança da imagem adoptada implica uma luta, que tem lugar dentro do indivíduo subjugado e contra o dominador [...]” (idem, p. 85). Podemos afirmar, com o autor, que o reconhecimento é uma forma de luta individual e coletiva contra o tratamento discriminatório.

Para Taylor (op. cit.), o reconhecimento é um dos componentes da identidade que confere importância aos indivíduos ou grupos. Se o reconhecimento inexistente ou é precário pode prejudicar ou interferir nas representações. Pessoas e grupos nessa situação podem ser: “alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam

---

<sup>28</sup> O autor refere-se à problemática jurídico-política que envolveu o reconhecimento, no caso a questão da língua francesa em estados canadenses, uma forma de luta para “preservar” uma identidade cultural.

reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afectar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe [...].” (op. cit., p. 45).

Axel Honneth (2003), é outro autor significativo que se debruçou sobre a temática do reconhecimento. Sua análise sobre o assunto percorre a interface entre a sociologia, a psicologia e a filosofia. Mostra a transformação da origem desse fenômeno, que passou de um pressuposto metafísico em Hegel, sendo aperfeiçoado pela psicologia social de Mead e ganhando contornos com as teorias fenomenológicas, sinalizando para a construção de um fenômeno concreto.

O autor defende a tese de que o reconhecimento é uma forma de luta que indivíduos e grupos travam nas experiências cotidianas no sentido de serem reconhecidas suas identidades e autonomias, construídas de forma recíproca e/ou intersubjetiva com outros semelhantes e diferentes, nos vários âmbitos das relações sociais. Segundo Honneth, a perda dessas referências interferem na auto-relação prática, ou seja, na experiência cognitiva intersubjetiva que molda o caráter e a personalidade do indivíduo, causando-lhe sofrimento, insegurança e perda de autonomia. Ele afirma que processos de não-reconhecimento ou não-aceitação podem atingir de forma indelével a imagem que o indivíduo tem de si que o outro ajudou a construir, interferindo assim na sua forma de se integrar ao grupo.

Entretanto, segundo o autor e no sentido de Taylor (op. cit.) e Goffman (1975), é possível que, na impossibilidade de ser reconhecido ou ser-lhe negado o reconhecimento, o indivíduo passe a desenvolver mecanismos para alterar essa situação. Sendo, pois, uma forma de ação prática que informa ao indivíduo as estratégias e os comportamentos a serem desenvolvidos no transcurso de suas relações sociais. Podemos interpretar também que a luta por reconhecimento de que nos falam os autores perpassa a discussão da cidadania em seu sentido político mais amplo – fazer valer os direitos e os princípios fundamentais de liberdade, igualdade e reciprocidade, que conferem autonomia, integridade e respeito aos indivíduos.

Oliveira (2004), discutindo a relação entre racismo, direitos e cidadania problematiza a questão “entre insulto moral e (des)respeito a direitos no Brasil” (op. cit., p. 81). Ele assevera que essa discussão está na pauta da temática das discriminações. Segundo sua interpretação, as características da discriminação no Brasil têm algumas particularidades, como o “estilo indireto da discriminação, da vergonha do preconceito,

e das ambigüidades da classificação [...]” (idem, *ibidem*). Mostra, por exemplo, que a discriminação racial e em relação aos pobres no Brasil perpassa a relação raça e classe social. Entretanto, afirma que nem sempre uma

[...] condição explica a outra. Em outras palavras, a ascensão social não elimina a discriminação racial, ainda que possa reduzi-la ou suavizá-la, assim como os pobres não deixam de estar mais sujeitos a atos de discriminação cívica do que os cidadãos de classe média, especialmente por parte da polícia [...], mesmo quando são classificados como brancos, se tomamos como referência a cor da pele. (Oliveira, *op. cit.*, p. 81).

Para a realidade brasileira, Oliveira indica a ocorrência de práticas discriminatórias que acontecem de forma indireta, referindo-se às formas dissimuladas de discriminação que dificultam a identificação dessas práticas. Segundo o autor, a discriminação e o preconceito são práticas sancionadas tanto no plano legal como no moral, que ocorrem corriqueiramente em nosso cotidiano.

Comparando a realidade brasileira com a dos Estados Unidos, Oliveira aponta que a primeira difere da segunda em relação ao “exercício da cidadania” (*op. cit.*, p. 83). Nos EUA enfatiza-se o “respeito aos direitos universalizáveis” e no Brasil, segundo o autor, o respeito aos direitos está restrito às “manifestações de *consideração* e *deferência*” (idem, *ibidem*, grifos do autor). Nesse caso, o reconhecimento está associado a uma “substância moral”, que delimita o que é ou não merecedor de reconhecimento. Nesse sentido, para o autor, as idéias ou valores sobre direitos e consideração deslocam a questão do direito para uma questão de “*déficits* de cidadania”.

Segundo Oliveira (*op. cit.*), esse deslocamento imprimiu para a realidade brasileira uma “discriminação cívica” orientada “pelo mesmo padrão ou atitude frente ao interlocutor portador de identidade estigmatizada ou que não permite, em princípio (ou em um primeiro momento), uma classificação favorável da identidade presumida” (p. 83-4). Em sua forma “menos agressiva”, essa modalidade de discriminação ocorre de forma “difusa” em várias situações cotidianas. Entretanto, assumem formas agressivas em situações de negação de direitos, como por exemplo, quando consumidores vêm seus direitos desrespeitados e agredem os balconistas ou mesmo os policiais em relação ao tratamento dispensado à população pobre.

Para o autor, a “discriminação cívica” diz respeito à negação dos direitos e/ou da dignidade e tem aspectos positivos e negativos. De um lado, agrava as “iniquidades

vigentes”, de outro, tem a potencialidade de “ser revertida” ou relativizada. Porém, o fato é que para a realidade brasileira, o problema da universalização dos direitos passa pelo “filtro da consideração”, pois só respeitamos os direitos de outrem se os considerarmos “merecedores de deferência” (op. cit., p. 85). Dessa forma, a questão da discriminação envolve também os sentimentos e as valorizações. Sendo este o caso de formas de discriminação menos aparentes como os insultos morais. Essa forma de discriminação ocorre nas práticas cotidianas quando demonstramos desprezo pelo direito de outrem ou mesmo em situações nas quais “aquele que respeita os direitos não é capaz de transmitir, ao interlocutor, a convicção de que assim o faz porque reconhece sua dignidade ou a adequação normativa dos respectivos direitos àquela circunstância” (idem, *ibidem*).

A questão da valorização e do respeito que subjaz à idéia de reconhecimento dos direitos dos outros, indica o sentido da integração numa “sociedade mais ampla”. Para o autor, “a falta de reconhecimento é percebida como um *ato de desconsideração* por meio do qual a identidade do grupo seria negada ou rejeitada, caracterizando uma atribuição de indignidade que não permitiria sua aceitação plena” (op. cit., p. 86, grifos do autor). Conforme suas palavras: “o reconhecimento ou a consideração poderia ser definido como um direito moral, de caráter eminentemente recíproco [...], pois não pode se realizar unilateralmente ou na ausência de um mínimo de mutualidade entre as partes” (idem, *ibidem*). Essa seria então a dimensão social da questão.

## 2. PROBLEMATIZANDO JUVENTUDES EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO

Na linguagem da Sociologia, ser jovem significa sobretudo ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo. (Mannheim, 1968, p. 75)

Mannheim (1968) argumenta que a maior contribuição da juventude para a sociedade está no seu potencial de “dar nova saída”, pois possui um “espírito aventureiro” e questionador que subverte a ordem social. A relevância da juventude não está no fato biológico, mas torna-se um fenômeno socialmente relevante quando entra “na vida pública e na sociedade moderna e é então que ela [a juventude] se vê confrontada pela primeira vez com o caos das valorizações antagônicas” (op. cit., p. 74). O autor explica que os “conflitos mentais” relativos à adoção ou não de normas não são em si um problema para a juventude. Eles só atingem os jovens quando entram em contradição com as normas que os jovens já partilhavam. Ocorrem conflitos de normas nos vários espaços de sociabilidade (vizinhança, família, comunidade, vida pública), pois “o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera” (op. cit., p. 75).

Segundo Mannheim (op. cit.) os jovens assumem uma “posição de estranho” e esse é um fato sociologicamente importante para explicar seu caráter mutável e receptível. Entretanto, a juventude existe em potencialidade, o que definirá se ela será suprimida ou mobilizada serão as “influências orientadoras e diretoras vindas de fora” (op. cit., p. 76). A partir da constatação de Mannheim podemos perguntar como a teoria social vem refletindo sobre o potencial juvenil em contextos de exclusão?

Na presente pesquisa, a juventude será problematizada dentro de um contexto de estranhamento que produz formas de exclusão dessa parcela da população. Conforme visto anteriormente, a sociologia do desvio trouxe os processos de exclusão para o centro do debate sobre os laços sociais na modernidade.

Para Martine Xiberras (1996), a exclusão é um componente das relações sociais contemporâneas que define os laços possíveis de serem estabelecidos em contextos de rupturas. Como as relações sociais se complexificaram, os laços sociais se tornaram



mais frouxos, as interações mais conflituosas, os processos de identificação mais difusos. As tradições e as normas tendem a ser questionadas, os comportamentos são construídos, produzidos e reproduzidos; os sentimentos exacerbados. De um lado, a exclusão pode ser interpretada como um mecanismo de marginalização, estigmatização, segregação, especialmente se tomamos a juventude como problema social. Por outro, ela potencializa resignificações e novas interpretações sobre a condição juvenil se consideramos as sociabilidades construídas nesse contexto<sup>1</sup>.

Para Sousa (1999), os jovens pressionam e são pressionados pelos contextos sociais, econômicos, culturais, políticos e psicológicos dominantes e estabelecem interdependências constantes com o universo adulto. A autora explica que a juventude é um fenômeno das sociedades modernas e que os jovens têm a potencialidade de resignificar as tradições. Uma das características apontadas é sua condição transitória, e o poder da juventude estaria justamente nessa qualidade de transição, mais exposta aos conflitos, às rupturas e às descobertas. Para a autora, “o poder do jovem está na capacidade de potencializar sua condição transitória” (op. cit., p. 28). Dessa forma, Sousa analisa a juventude numa dupla dimensão: como uma etapa da transição etária e como um “elo”. Afirma que o jovem é um “elo” que transita nos tempos passado-presente-futuro. Sendo um “elo” transitivo, tem a potencialidade de construir papéis sociais e conduzir “conteúdos”, isto é, ser “agente social”. Entretanto, os sentidos são construídos pelas “relações empreendidas” na sociedade (op. cit., p. 26). A juventude para a socióloga “é uma relação social que o jovem vivencia” (op. cit., p. 25).

José Machado Pais (1993) diferencia “juventude” de “juventudes”. O primeiro termo remete para uma fase da vida e o segundo informa um contexto, uma situação ou uma experiência juvenil. Para o autor, o termo “juventude” foi construído sob dois “eixos semânticos”: uma “unidade” (quando se refere à fase da vida) e, ao mesmo tempo, uma “diversidade” (relacionada aos atributos sociais que os distinguem). Para o autor, existem várias juventudes com suas unidades e diversidades (das classes médias e das pobres, rurais e urbanas, solteiras e casadas) (op. cit., p. 33).

No Brasil, podemos observar que a problemática da juventude em contextos de exclusão passou a ter maior visibilidade a partir da década de 1990, época na qual tornou-se tema das discussões públicas e privadas da sociedade brasileira. Atualmente, tem-se discutido um estatuto para os jovens, a diminuição da idade penal e as condições

---

<sup>1</sup> Cf. WELLER (2004).

de instituições como a FEBEM (Fundação do Bem Estar do Menor). A problemática juvenil tem também colocado na pauta das políticas públicas questões concernentes a esse segmento como DST/Aids, prevenção ao uso de drogas, gravidez na adolescência, baixa escolarização, profissionalização, emprego e renda, criminalidade juvenil, prostituição infanto-juvenil, violência doméstica, entre outros. Além disso, também vem crescendo a incidência de criminalidade na faixa etária juvenil (roubos, assaltos à mão armada, homicídios, seqüestros, tráfico de drogas e de armas, vêm sendo associados ao universo juvenil), bem como o índice de mortes violentas (trânsito, armas de fogo) envolvendo especialmente os jovens do sexo masculino<sup>2</sup>. De um lado, os jovens são tratados como segmentos marginalizados, alvo de políticas públicas. Por outro, são associados a práticas criminosas, são criminalizados. Ademais, são vistos como vítimas, ou seja, vitimizados. Dessa forma, a juventude passou a ser representada como um perigo para a sociedade, uma ameaça à ordem pública. As juventudes em contextos de exclusão estão mais vulneráveis em relação ao ingresso no mercado de trabalho, às políticas públicas, à mídia e à sociedade. Elas são vistas e tratadas como consumidoras, populações-alvo, criminosas, jovens-problema.

O universo juvenil contemporâneo se configura como segmento populacional importante (são aproximadamente 34 milhões de jovens na faixa entre 15 e 24 anos), o que justifica a necessidade de estudos para analisar sua amplitude enquanto problema a ser administrado pelos governos e pela sociedade através de políticas públicas direcionadas para esses grupos<sup>3</sup>. Nos âmbitos internacional, nacional e local não se consegue encontrar mecanismos que diminuam as conflitualidades colocadas pelo crescimento de violências e de estigmatizações que culminam com a exclusão dos jovens dos processos sociais. Estando à margem – da sociedade, das possibilidades econômicas, das políticas públicas, da mídia –, os jovens em contextos de exclusão estão sujeitos às representações que os inferiorizam e/ou que exacerbam o *ethos* guerreiro de sua condição juvenil.

Segundo Matheus (2003), a partir da década de 1980 ocorreu uma explosão demográfica da população jovem no Brasil que não foi absorvida pelo mercado de

---

<sup>2</sup> Cf. WAZELFILS (2002); ABRAMOWAY & CASTRO (2002).

<sup>3</sup> Cf. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da MP que cria o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e institui a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude. Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2005. In: [http://www.info.planalto.gov.br/download/Informe\\_da\\_Hora/pr673.doc](http://www.info.planalto.gov.br/download/Informe_da_Hora/pr673.doc). Acesso em: 02/02/2005.

trabalho, denominada de “onda jovem”<sup>4</sup>. Esse aumento da população juvenil pode ser associado a melhorias na qualidade de vida geral da população relacionadas, por exemplo, ao aumento da perspectiva de vida, a diminuição da mortalidade infantil, etc.

De qualquer forma, o fato é que o crescimento da população jovem influencia no comportamento da sociedade. Para Pais (2003), esse crescimento promove uma “juvenilização da sociedade”, o que sugere a ocorrência de um aumento na “capacidade de os jovens influenciarem os adultos” (p. 42).

Marília Sposito em palestra<sup>5</sup> sobre juventude e políticas públicas, problematizou o fenômeno juvenil na contemporaneidade. Segundo a pesquisadora, as políticas de juventude no Brasil tiveram seu apogeu em 1997. Para Sposito, o assassinato do índio Galdino por jovens de classe média em Brasília representou um marco para a adoção de programas federais para a juventude<sup>6</sup>.

Na interpretação de Pais (1993), a juventude indicando uma fase da vida vem sendo bastante tematizada, porém poucos são os estudos sobre as juventudes em seus mais diferentes contextos. Abramo (1997) ressalta que a “a tematização social da juventude no Brasil” tem crescido nas últimas décadas e tem sido debatida nos vários setores de nossa sociedade: meios de comunicação, academia, setores políticos e instituições governamentais e não-governamentais. A autora observa que nos meios de comunicação, a juventude é focada ora como consumidora (de produtos, de estilos de vida, comportamentos) ora como problema social (violência, criminalidade, drogadição, etc.). Na academia, as teses e dissertações restringem-se a “discutir os sistemas e instituições presentes na vida dos jovens [...] ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações ‘problemáticas’ para os jovens [...]”. Segundo a autora, o Brasil não tem uma tradição em políticas públicas<sup>7</sup> específicas para o segmento juvenil. De modo geral, os programas das instituições governamentais e não-governamentais atuam em duas direções: na ressocialização e na capacitação profissional. Destes programas, poucos são os que se voltam para a “questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a ‘cidadania’” (op. cit., p. 25-6). Isso denota que a juventude vem sendo considerada como um problema social e não como sujeito, o que

---

<sup>4</sup> MATHEUS (op. cit.) refere-se a uma pesquisa da Fundação SEADE, publicada em 1998.

<sup>5</sup> Palestra realizada em 12/11/2004 no Centro de Educação da UFSC.

<sup>6</sup> Segundo Marília Sposito, 80% dos programas do governo federal para jovens foram criados a partir de 1997.

<sup>7</sup> Para a temática das políticas públicas sobre a juventude ver SPOSITO & CARRANO (2003). Para um diagnóstico sobre a juventude brasileira ver a rede Projeto Juventude, cujos resultados foram disponibilizados na página [www.projetojuventude.org.br](http://www.projetojuventude.org.br).

corroborar a construção de representações depreciativas sobre esse segmento social. Abramo (op. cit.) ressalta que existe uma dificuldade em “considerar efetivamente os jovens como sujeitos” (op. cit., p. 28).

Pais (1993), problematizando a transição dos jovens para a vida adulta, diferencia problemas sociais e problemas sociológicos. Para o autor, os problemas sociais da juventude são os problemas vividos pelos jovens, como uso de drogas, delinqüência, desemprego, etc.. Indicam, pois, uma realidade material e social. Já, os problemas sociológicos interrogam essa realidade. O autor afirma que a juventude passa a ser problematizada, reconstruída. A principal questão a ser debatida seria: como transformar um problema social (juventude) num problema sociológico (“culturas juvenis”<sup>8</sup>). Segundo o autor, a problemática juvenil carece de enfoques diferenciados, voltados para a compreensão de como o jovem constrói sua trajetória para a vida adulta. Sugere a “sociologia da vida cotidiana”<sup>9</sup> como caminho teórico-metodológico para compreender ou descobrir as juventudes como construções sociológicas (p. 21-2).

Podemos perceber que ao mesmo tempo em que ocorrem situações que envolvem ações violentas de jovens das classes mais ou menos abastadas, como por exemplo, agressões a homossexuais, índios, etc. Também ocorrem ações sociopolíticas em que jovens lutam por passe livre, pela paz, pelo desarmamento, se articulam em movimentos antiglobalização<sup>10</sup>. Muitos jovens utilizam a arte como forma de expressar seus questionamentos e inquietações<sup>11</sup>, o que endossa a tese outrora apresentada por Mannheim (op. cit.) de que “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (p. 74-5).

Existem inúmeras imagens, contextos, situações e práticas que sugerem que o universo juvenil representa um problema social. Jovens em contextos de exclusão são estigmatizados e marginalizados. Suas possibilidades de estabelecer relações sociais mais amplas restringem-se a uma cidadania parcial na medida em que são mão-de-obra barata e semiqualficada e estão restritos a um ensino precário. Essas juventudes estão

---

<sup>8</sup> Segundo Pais (op. cit.) o conceito de cultura juvenil abarca a juventude como fase da vida (atributo) e como um processo (socialização). Para o autor, importa “interpretar as práticas simbólicas que caracterizam as *culturas juvenis* a partir dos contextos sociais em que os jovens se movem” (p. 61, grifo do autor).

<sup>9</sup> Cf. PAIS (2003).

<sup>10</sup> Cf. SOUSA (2004).

<sup>11</sup> Ver, dentre outros, WELLER (2002a, 2004); SILVA (2003).

sendo cerceadas em seu potencial criativo e reflexivo e estão sujeitas às vicissitudes das relações sociais, econômicas, políticas, culturais.

Entretanto, os jovens também denunciam o descaso e a falta de perspectiva. Eles questionam as tradições, constroem estilos de vida e comportamentos, assim como novos sentidos e sociabilidades, buscando ocupar um espaço onde possam afirmar-se como sujeitos.

## 2.1. JUVENTUDE E SOCIEDADE: PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Mannheim (1968), a problemática da juventude na modernidade se estabeleceu nos termos do que ela pode oferecer e o que pode esperar da sociedade. Para o autor, a contribuição da sociologia para a apreensão dos fenômenos juvenis ocorreu em dois sentidos: buscando compreender a “natureza concreta da sociedade em que a juventude se encontra” e considerando a reciprocidade entre juventude e sociedade (p. 69-70).

O autor, problematizando a “função sociológica da juventude na sociedade”, explica que a juventude é um “recurso latente” a ser mobilizado nos processos de revitalização societal. Dessa forma, é da natureza da sociedade fazer uso ou não desse recurso, bem como é a “estrutura sociológica” que vai orientar o modo de sua utilização. Para Mannheim (op. cit.), as sociedades podem se diferenciar em função de como consideram os jovens e os adultos<sup>12</sup> e na forma como integram ou mobilizam a juventude.

Segundo esse autor, os processos de integração abrangem duas funções: uma social que enquadra as forças vitais das crianças e dos jovens, por exemplo, através da educação; a outra se refere à função sociológica da integração. Nesse sentido, ele considera que “sentimento, emoção e pensamento” (elementos que constituem as representações sociais) são “socialmente significativos” se integrados aos processos sociais. Mannheim explica que as opressões sofridas pelas mulheres ou as “insatisfações das classes oprimidas” são exemplos de questões que foram integradas a partir da

---

<sup>12</sup> Para MANNHEIM (1968) existem dois tipos de sociedades: as estáticas e as dinâmicas, em função de como se consideram as populações jovens e adultas. Nas estáticas a ênfase recai nos mais velhos, nas dinâmicas ocorre o contrário.

mobilização das mulheres e dos trabalhadores. Assim, esses sentimentos mobilizados contribuíram para aperfeiçoar “nossas opiniões a respeito do lugar e da função” das mulheres e dos trabalhadores na sociedade moderna (p. 73). Podemos dizer que ocorreu o mesmo com a juventude. Nas palavras do autor:

sòmente através de formas específicas de integração as reservas latentes podem ser mobilizadas e integradas produtivamente na sociedade. Ao tratar o significado da juventude para a sociedade, é igualmente importante indagar qual é a natureza do potencial que a mocidade representa e quais as formas de integração por cujo intermédio essa reserva pode ser transformada em função [...] (op. cit., p. 73).

Para Pais (1993), transformações socioeconômicas e nas interações sociais (cf. Castel, 1997; Nascimento, 1994; Xiberras, 1996) interferem nos processos de integração dos jovens no percurso para a vida adulta. Também podemos acrescentar que as representações construídas sobre a juventude influenciam nos processos de integração dos jovens (cf. Abramo, 1997).

Segundo Durkheim (2001), as representações sociais são formas de pensar e agir que imprimem uma “maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam” (op. cit., p. 21). As representações coletivas podem ser concebidas e traduzidas por meio de uma linguagem própria: “Os mitos, as lendas populares, as concepções religiosas de toda a espécie, as crenças morais [...]” (p. 22). Para o autor, as representações elaboram e expressam uma realidade por meio de pensamentos, ações e sentimentos que dão sentido ao mundo. Para compreender como a sociedade se representa, de acordo com Durkheim, deve-se considerar sua natureza, seu “sentimento”, seu modo de pensar e de agir que é expresso por símbolos.

Paulilo (1998), em sua análise sobre o pensamento de Moscovici, afirma que ele desenvolveu seu estudo sobre as representações sociais, partindo da concepção de Durkheim para compreender fenômenos que envolvem percepção individual e coletiva. Segundo essa autora, para Moscovici as representações sociais são formas de conhecimento que orientam o comportamento e a comunicação entre os indivíduos. Entretanto, afirma que a concepção de Durkheim evidencia as representações como “entidades explicativas absolutas”, que não dão conta de explicar a complexidade dos fenômenos contemporâneos. Paulilo (op. cit.), esclarece que: “Representar uma coisa [...] não é simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la, mas reconstruí-la. As

representações sociais fazem com que o mundo seja o que nós pensamos que ele é ou deva ser” (p. 88).

Magnani (1986) levanta a questão do uso indiscriminado do termo representação, que passou a ser uma mera “transcrição de entrevistas e depoimentos” (op. cit., p. 127). O autor aponta que o uso corrente da noção de representação vem sendo associado à idéia de “imagem mental da realidade” (op. cit., p. 128). Na sua interpretação, as representações tanto podem corresponder aos discursos dos agentes como servir de “precaução metodológica”. O autor parte do estudo de Malinowski sobre a crença “baloma” entre os “Kiriwineses” para esclarecer como as representações são trabalhadas por Malinowski e mostra como ele se apropriou desse conceito. Magnani reconstrói parte dos percalços metodológicos percorridos pelo antropólogo com o objetivo de apontar as dificuldades de considerar as representações apenas como material discursivo. Nesse caso, a análise se restringe aos fenômenos em seus significados mais superficiais. O antropólogo brasileiro afirma que para compreender uma representação de forma mais significativa é preciso considerar como os indivíduos “colocam em prática” ou “agem sob” a influência das representações, como os indivíduos vivenciam/experienciam uma representação. Magnani conclui que a representação deve ser abordada nesses dois aspectos, ou seja, como material discursivo e como precaução metodológica (op. cit., p. 140), o que corrobora para uma compreensão sobre o significado ou sentido das representações num tempo-espço de experiências em comum.

Pais (1993) afirma que existem representações que mistificam a juventude – consideram o jovem um problema social bem como as representações que contribuem para desmistificar a condição juvenil – problematizam a juventude como uma construção sociológica. O desafio para estudar a juventude na contemporaneidade, segundo o autor, seria “o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea” (p. 28).

Para esse autor, as “representações correntes da juventude” na sociologia indicaram duas tendências na análise dos jovens: como “conjunto social” uniforme (“fase da vida”, “geração”) e como “conjunto social” diversificado (“diferenças sociais” ou “pertencas de classe”). Segundo sua análise, as culturas juvenis compartilham tanto elementos “*próprios* ou *inerentes* à fase da vida”, como os “derivados ou assimilados” de gerações precedentes e de pertencas de classe. Dessa forma, aponta que é possível

encontrar outros sentidos para as representações partindo-se das manifestações que os jovens expressam nos seus comportamentos cotidianos, nos modos de pensar e agir, nas perspectivas em relação ao futuro e nas representações e identidades sociais (op. cit., p. 22-3, grifo do autor). Na interpretação de Pais, é possível desmistificar as representações sobre as juventudes, por exemplo, partindo-se do olhar do jovem, conhecendo como os jovens constroem suas sociabilidades, como experienciam as situações cotidianas.

Abramo (1997) elaborou um panorama das representações sobre a juventude ao longo dos últimos cinquenta anos. Segundo a autora, nos anos 1950 a juventude figurava como “rebeldes sem-causa”. Posteriormente, nos anos 1960 e 1970, é vista como ameaça à ordem social e, ao mesmo tempo, como um ator social que participava de movimentos sociais e aspira por transformação. Nos anos 1980, a juventude é vista como “patológica”, ou seja, incapaz “de resistir ou de oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social [...]” (op. cit., p. 31). Nos anos 1990, vem sendo associada “à violência, ao desregramento e desvio” (op. cit., p. 32), como uma “ameaça a integridade social” (op. cit, p. 35). A autora avalia que a análise da juventude como problema social apenas corrobora a justificativa de que o jovem é vítima de uma sociedade que não o compreende (p. 35-6). Urge a necessidade de pensá-lo como sujeito.

Podemos dizer que a forma como os jovens são integrados, representados e reconhecidos na sociedade influenciará nos seus comportamentos e orientações. De um lado, se nos atermos apenas aos dados estatísticos e considerarmos os jovens como problema, eles, por fim, se transformarão num problema para a sociedade. Por outro, existe um esforço para reconstruir as representações dos jovens sobre o seu universo. Nesse sentido, estudos vêm sendo realizados no sentido de compreender como as sociabilidades juvenis são construídas em contextos de exclusão. Este é o caso de estudos sobre jovens pobres das periferias das grandes cidades, de fenômenos juvenis como galeras e *gangs*, como também da mobilização dos jovens em movimentos sociais e culturais, como, por exemplo, de Meninos e Meninas de Rua, de Hip Hop, de Ambientalistas, entre outros. Enfim, esses estudos indicam que além de uma diversidade de formas de integração, os jovens em contextos de exclusão também constroem espaços de sociabilidades alternativos.



## 2.2. SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE JUVENIL NA VIRADA DO SÉCULO

Na coletânea Sociologia da Juventude (1968) vários autores contribuíram com pesquisas teóricas e empíricas sobre o universo juvenil na modernidade. Suas análises, entretanto, polarizaram as discussões sobre a juventude em enfoques classistas e geracionais (cf. Pais, 1993). O debate se estabeleceu no sentido de pensar a socialização da juventude (transição para a vida adulta) nos espaços tradicionais de sociabilidade e integração (trabalho, movimentos estudantis, escola, comunidade).

Para Mannheim (1993), o problema das gerações como forma de socialização não é uma questão de sucessão, mas de conexão, isto é, um “ser com outro” (p. 206). Para esse autor, enquanto um problema filosófico, as gerações não são estanques ou estagnadas. Seguindo Pinder, o autor afirma que: “Varias generaciones viven en el mismo tiempo cronológico. Pero como el único tiempo verdadero es el tiempo vivencial, se puede decir propiamente que todas viven en un tiempo interior que en lo cualitativo es plenamente diferente a los otros” (op. cit., p. 200).

Cada geração constrói suas próprias “enteléquias”<sup>13</sup>, isto é, compreensões e sentimentos diferentes sobre a vida e o mundo (op. cit., p. 201). O autor compreende as conexões geracionais como “tipo específico de posición social” (op. cit., p. 209). Entretanto, afirma que a posição como critério de conexão geracional estabelece vínculos pautados em situações de classe e etários. A conexão geracional de que nos fala Mannheim (op. cit.) estabelece um “vínculo concreto”, “uma participação nos destinos comuns”, uma “adesão” (p. 221). Para Mannheim, cada conexão geracional se diversifica pelos modos de vivenciar uma época: cada conexão estabelece uma “unidade geracional”. Esta unidade é produzida pela consciência (representações) e estabelece uma vinculação entre os indivíduos (efeito socializador) (op. cit., p. 223).

De acordo com a análise de Pais (1993), as relações entre jovens e adultos são inter-relacionadas e configuradas dentro das estruturas que perpassam as relações sociais. Tanto a tendência geracional quanto a classista ocuparam-se da questão da reprodução social. No enfoque geracional, a reprodução ocorre nas relações sociais entre gerações, envolve a questão da continuidade ou descontinuidade de “valores intergeracionais” (op. cit., p. 38). Na tendência classista, a reprodução refere-se às

---

<sup>13</sup> Cf. FERREIRA (1999) o termo refere-se a um princípio aristotélico que indica uma transformação, porém desconsiderando os processos que lhe deram origem.

relações entre classes sociais e a transição para a vida adulta é permeada por “desigualdades sociais”. O autor avalia que a teoria funcionalista de Parsons e a das gerações de Mannheim trataram as relações entre jovens e adultos como processos de integração que ocorrem de forma problemática ou aproblemática (op. cit., p. 41). As culturas juvenis e adultas seriam diferenciadas em termos de compatibilidade e complementaridade ou incompatibilidade e divergência.

Autores como Pais (1993, 2003) e Sposito (1993) avaliam que os processos de socialização ocorrem em todas as fases da vida, sendo, processos não-lineares de transição e de integração que abrangem jovens e adultos. Para ambos os pesquisadores, as análises clássicas (geracionais e classistas) sobre a juventude continuam tendo importância para a apreensão do fenômeno juvenil na contemporaneidade, pois a partir delas foi possível problematizar outras perspectivas acerca dos processos de socialização e de sociabilidade.

Para ambos os autores, os recortes de classe e por idade, associados aos étnicos, de gênero, de meio (rural e urbano), imprimem maior especificidade aos problemas juvenis. Os dois autores compartilham a ideia de que o conceito de juventude na atualidade está pautado na unidade e na diversidade. Nesse sentido, Sposito (1993), pondera que é importante perceber o que há de comum para as diversas juventudes, exemplificando com um problema que atinge os jovens ricos e pobres: a segregação em espaços públicos e privados como *shoppings center*, condomínios e escolas, em decorrência da violência urbana.

No que se refere à socialização ou à passagem-trajetória dos jovens para a vida adulta, os pesquisadores assinalam como algo que se diferencia em cada sociedade. Grupo, comunidade, família e Estado estabelecem seus sistemas de transmissão de valores, normas e tradições a seus membros. Ao mesmo tempo, os membros mais jovens, devido a sua natureza mutante e questionadora, constroem suas próprias referências, estilos e comportamentos. Se, por um lado os processos de socialização dos jovens pensados na interface com os adultos evidenciam as desigualdades e os conflitos existentes entre eles, por outro, corroboram para a compreensão de novas formas de sociabilidade juvenil.

Um outro aspecto relacionado à problemática juvenil refere-se à dimensão da experiência, que estabeleceu novos olhares sobre os fenômenos sociais na contemporaneidade. As principais contribuições vieram da Sociologia Compreensiva de Max Weber, da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e da Fenomenologia

Social de Alfred Schütz (1979). Essas teorias influenciaram novas posturas teórico-metodológicas como a Etnometodologia<sup>14</sup>, o Interacionismo Simbólico<sup>15</sup> e a Sociologia da Vida Cotidiana<sup>16</sup>. Estabeleceram, assim, novas metodologias de pesquisa e métodos de análise e de interpretação para tratar a experiência cotidiana em seus contextos rotineiros, em interações face a face, em situações vividas em comum com os outros num determinado tempo e espaço. Dessa forma, a experiência compõe um espaço-tempo social, sendo, pois, um conhecimento produzido entre sujeitos que vivem, sentem, elaboram e reconstróem as relações e interações sociais. É um conhecimento significativo que merece ser desvendado ou teorizado.

Os pesquisadores analisados nesse capítulo, além de outros que também tematizam essa questão<sup>17</sup>, demonstram como os jovens que vivem em contextos de exclusão, violência, segregação e marginalização constroem novas sociabilidades em espaços como ruas, escolas, conjuntos habitacionais e centros comunitários. Essas formas de sociabilidade são desencadeadas por situações distintas, como processos migratórios ou de mobilidade social e segregação socioespacial.

A partir da análise desenvolvida nesse capítulo, foi possível observar que parte das representações sociais construídas sobre o universo juvenil tendem a representá-lo como formado por indivíduos ou grupos perigosos. E tais representações, nas palavras de Goffman (1988), tornam esses sujeitos desacreditáveis. Contudo, nas últimas duas décadas o tema da juventude em contextos de exclusão vem se configurando como um importante objeto de pesquisa. Paralelamente às pesquisas estatísticas oficiais e extra-oficiais, o número de pesquisas qualitativas vem crescendo e ganhando visibilidade. Espera-se, portanto, contribuir para a desconstrução das representações desqualificantes sobre os jovens, na tentativa de vê-los como sujeitos que agem, pensam e produzem formas alternativas de sociabilidade em contextos de rupturas de laços sociais.

---

<sup>14</sup> Para maior aprofundamento ver HERITAGE (1999).

<sup>15</sup> Ver JOAS (1999).

<sup>16</sup> Ver PAIS (2003).

<sup>17</sup> Autores como PAIS (1993, 2003); ABRAMO (1997); PERALVA (1997); SOUSA (1999, 2004); TAKEUTI (2002, 1998); SPOSITO (1993); WELLER (2004); ABRAMOWAY et. al. (2002); DIÓGENES (1998, 2000); GUIMARÃES (1997); ZALUAR & LEAL (2001), ZALUAR (1997); VIANNA (1997); PEREIRA & RONDELLI (2000), dentre outros autores, estudaram formas de sociabilidade juvenil em contextos de exclusão.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas de grupo, entrevistas narrativas, observação participante junto aos jovens e em eventos organizados no bairro, participação em seminários relacionados ao tema, análise de documentos e pesquisa bibliográfica. A seguir, apresentaremos as principais técnicas utilizadas durante o trabalho de campo.

#### 3.1. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A Escola de Chicago e a antropologia de Malinowski foram vertentes que priorizaram a observação participante como orientação teórico-metodológica. Na Escola de Chicago<sup>1</sup> foram realizadas inúmeras pesquisas sobre a problemática urbana que utilizavam a observação participante como um de seus principais recursos metodológicos.

Whyte (1990) faz uma reflexão sobre a prática da observação participante. O autor descreve com minúcia sua interação no cotidiano de um bairro estudado, bem como sua relação com seus informantes e as estratégias para estabelecer sua entrada no grupo, mostrando as identidades e as alteridades construídas e o impacto de sua presença na localidade. Ao mesmo tempo, descreve as dificuldades da pesquisa relativas à coleta e à sistematização de dados, o cuidado no estabelecimento do contato, as impressões e os sentimentos de sua interação com aquele grupo, como também reflete sobre as expectativas do grupo em relação a sua pesquisa.

As vantagens e desvantagens dessa técnica também são enfatizadas por Becker (1994) e Cicourel (1990). Cicourel (op. cit.), seguindo Becker, afirma que a virtude da observação participante está na possibilidade do pesquisador “modificar continuamente concepções e resultados anteriores”, permitindo uma flexibilidade acerca dos procedimentos de pesquisa.

Esse autor destaca ainda os problemas na observação do familiar. Para ele, a diferença entre estudar uma sociedade familiar ou exótica está na forma como o contato inicial é estabelecido e “depende da sofisticação da comunidade e da informação prévia

---

<sup>1</sup> No capítulo dois da presente dissertação é apresentada uma caracterização da Escola de Chicago.

que o pesquisador consegue” (Cicourel, op. cit., p. 88). Desse modo, explica o autor, os primeiros contatos devem ser estrategicamente estabelecidos com pessoas que “controlam a comunidade” (idem, p. 89). Ele também destaca a dimensão da participação do pesquisador no grupo. Segundo Cicourel, o pesquisador deve adotar uma postura adequada, tendo em mente as conseqüências da posição adotada para o desenvolvimento da pesquisa, para não incorrer no que Durham (1986) denominou de “participação observante”<sup>2</sup>.

Becker (1994) também utiliza o método da observação na prática da pesquisa social. Entretanto, explicita a problemática relativa à inferência, à prova e à evidência na observação participante. O autor, na pretensão de desmistificar os equívocos relativos à coleta de dados no que se refere ao valor de cientificidade, pergunta-se: seriam os dados coletados na pesquisa de campo – levantados através da observação participante e da técnica da entrevista – menos confiáveis que os produzidos por *surveys*? A partir dessa questão central, o autor discorre sobre o critério de validade da observação participante nas ciências sociais. De acordo com sua interpretação, os dados coletados no trabalho de campo na pesquisa qualitativa são tão confiáveis quanto os levantamentos estatísticos, desde que o pesquisador adote determinados critérios de confiabilidade.

A observação participante, segundo Johnson (1997), “é um método de pesquisa no qual o observador realmente toma parte no fenômeno social que estuda” (p. 160). Enquanto trabalho de campo, este método possibilita o contato face a face e os dados são obtidos através da observação direta e em situações de entrevistas.

Autores como Velho (1978), Da Mata (1978) e Cardoso (1986) também analisam a observação participante como uma situação de interação e enfatizam a postura do pesquisador frente ao desconhecido, ao outro – o pesquisado. Conforme Zaluar (1986), a observação é uma “experiência interacional” que possibilita reconstruir o social.

No caso da pesquisa realizada no bairro Saco Grande II, foi possível estabelecer os contatos com os jovens através da observação participante. Percebeu-se, por exemplo, as estratégias dos jovens para testar a confiança no observador, como também os sentimentos de insegurança quanto a minha presença no grupo.

Na pesquisa acompanhamos dois grupos de jovens, um que participa do “Projeto Agente Jovem”, localizado no Conjunto Habitacional e o outro integrante do

---

<sup>2</sup> Segundo DURHAN (1989), no trabalho de campo deve-se evitar a “participação observante”, isto é, a participação do pesquisador em termos de militância política (p. 27).

“Projeto Agente Jovem Ambiental”, situado no Conselho dos Moradores, ambos no mesmo bairro. Os grupos eram formados por jovens adolescentes moradores do conjunto habitacional e do bairro. No primeiro grupo permanecemos mais tempo (cerca de três meses). Além de comparecer às atividades do projeto, acompanhamos os jovens em outros espaços, como, por exemplo, nas gincanas organizadas pela coordenação do projeto. No segundo, o relacionamento deu-se por menos tempo (cerca de dois meses). A partir de nossa inserção nesses grupos, houve o estabelecimento de um conhecimento mútuo, o que possibilitou que alguns destes jovens ficassem curiosos com o processo de pesquisa. A partir desses contatos, alguns dos jovens aceitaram participar das entrevistas.

### 3.2. SOBRE AS ENTREVISTAS

Segundo Gaskell (2002), as entrevistas são elementos de coleta de dados da prática de pesquisa qualitativa. Para o autor, esse tipo de coleta de dados influencia a forma como tratamos o mundo social, pois parte-se do pressuposto de que o mundo social “é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas” (op. cit., p. 65). A entrevista qualitativa é empregada para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, com o objetivo de compreender melhor os comportamentos das pessoas a partir de suas motivações, valores, atitudes, crenças e em realidades específicas (idem, ibidem).

Para esse autor, a pesquisa com a utilização de entrevista é um processo social, uma interação:

Toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (op. cit., p. 73).

A utilização de entrevistas em pesquisas qualitativas decorre da necessidade de compreender as *visões de mundo* das pessoas entrevistadas<sup>3</sup>. Gaskell oferece alguns

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de visão de mundo de Karl Mannheim ver WELLER et. al. (2002).

elementos teórico-metodológicos para a utilização dessa técnica. Ele indica que duas questões são fundamentais: *o que* perguntar (tópico-guia) e *a quem* perguntar (seleção dos entrevistados). Segundo nossa experiência, existe ainda uma terceira questão a ser colocada, que diz respeito a *como* perguntar (cf. Weller, 2005).

De acordo com o autor, a seleção dos entrevistados é uma espécie de “amostragem”. Porém, para não haver confusões sobre os termos seleção e amostragem (utilizado na estatística, por exemplo), oferece um termo alternativo. Refere-se a “grupos naturais” para diferenciar de “grupos estatísticos”. De acordo com Gaskell, nos “grupos naturais” ocorre uma interação entre as pessoas que partilham valores mais ou menos semelhantes e formam um “meio social”.

Uma outra questão apontada por Gaskell refere-se à quantidade necessária de entrevistas para compor um “grupo natural”. Sua resposta é a de que tudo depende da “natureza do tópico”, do número de ambientes considerados na pesquisa e dos recursos disponíveis. Segundo ele, não é a quantidade de entrevistas que vai indicar maior qualidade ou detalhamento de informações, até mesmo porque existe uma limitação em relação às versões da realidade. O pesquisador explica essa limitação nos seguintes termos: “Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais” (op. cit. p. 71).

Segundo o autor, uma maneira de saber o momento de encerrar a realização de entrevistas, é quando, a partir de um certo ponto, os temas colocados nas entrevistas apresentam semelhanças. Esse seria o momento de terminar a coleta de dados. Outro importante indicativo é o tamanho do *corpus* a ser analisado. Nesse caso, as dificuldades na análise podem ser geradas pelo excesso de temas. Se considerarmos o tamanho da transcrição da entrevista (cerca de 15 páginas, por exemplo), ao realizar 15 entrevistas, teremos um *corpus* de 225 páginas.

Uma forma de avaliar a qualidade da entrevista, ainda segundo o autor, está na capacidade de o pesquisador “quase que viver e sonhar as entrevistas – ser capaz de lembrar cada ambiente entrevistado, e os temas-chave de cada entrevista” (op. cit., p. 71).

Gaskell (op. cit.) também acentua a importância de associar a entrevista (individual ou grupal) com a observação participante. Dessa forma, é possível ao entrevistador “triangular” as informações e impressões. Esse sistema de análise,

denominado de “triangulação”, refere-se a uma “tríade dialógica” e pode ser considerado como um sistema social mínimo de uma representação.

A situação de entrevista, para o autor, é uma forma de relação incomum, pois duas pessoas que não se conhecem conversam por um tempo considerável. Além disso, na entrevista espera-se que o pesquisador faça perguntas e o pesquisado responda, porém o tópico é uma escolha do entrevistador. No entanto, no decorrer da entrevista o pesquisador pode deixar de propor os temas e, dessa forma, permitirá que o entrevistado assuma a condução da entrevista falando sobre os temas escolhidos por ele.

### 3.2.1. A entrevista de grupo

Nas entrevistas de grupo mudam-se as estratégias. Nesse tipo de interação, o entrevistador é uma espécie de “moderador”, um “catalisador da interação social”. Para Gaskell (op. cit.), o objetivo nesse tipo de entrevista é “estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem” (op. cit., p. 75). Ele aponta as três principais características deste tipo de entrevista: a) “o grupo é mais do que a soma de suas partes”, b) a dinâmica do grupo pode ser percebida em termos de atitudes, de variações de opinião e de liderança de idéias e c) indica também que, numa entrevista de grupo, pode ocorrer um outro tipo de envolvimento, talvez mais emocional (idem, p. 76).

Gaskell (op. cit.) aponta as dificuldades em se optar por um ou outro tipo de entrevista. Na entrevista de grupo podem ocorrer dificuldades para a formação do grupo, pois, para ele, os grupos tendem a ser “auto-seletivos”. Também podem ocorrer problemas no recrutamento ou formação de um grupo, como, por exemplo, minorias, velhos, portadores de deficiência etc.

O processo de entrevista de grupo é comparado por Gaskell a uma metáfora: o “grupo é antes mais como uma novela, uma perspectiva sobre a vida cotidiana mostrada apenas quando se assiste a todo o programa e não apenas pela contribuição de um único autor” (idem, p. 77). Nesse aspecto, numa entrevista de grupo não podemos concentrar a atenção em um único partícipe, pois o que caracteriza uma entrevista de grupo é seu aspecto de interação social.

Destarte, nas entrevistas individuais e de grupo que realizamos, a seleção dos entrevistados ocorreu seguindo o critério de ser morador do bairro. Nas entrevistas individuais com adultos, o critério de seleção foi o envolvimento das pessoas com



projetos para crianças e jovens. Para as entrevistas de grupo com os jovens adolescentes, o critério para a formação dos grupos era que estes fossem moradores do bairro e do conjunto habitacional e que tivessem algum tipo de relacionamento entre si.

### 3.2.2. A entrevista narrativa

O estudo de narrativas na investigação social tem conquistado um significativo espaço dentro das ciências sociais nos últimos anos. Embora as narrativas tenham se tornado um método muito difundido, sua discussão vai, muito além de seu emprego como método de investigação. Segundo Jovchelovitch & Bauer (2002), a narrativa como uma forma discursiva de diversos tipos de histórias foi abordada por teóricos culturais e literários, lingüistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos.

O uso de narrativas como forma de expressão, de narrar um fato ou contar uma história está presente em toda a experiência humana. Pois contar histórias implica na construção de estados intencionais que podem aliviar ou tornar familiares acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.

Os autores abordam a narrativa como teoria, técnica de coleta de dados e técnica de geração de dados. Apontam também para os problemas epistemológicos sobre o que “de fato, as narrativas nos contam” (idem, p. 91). Explicam que a sistematização dessas narrativas possibilita uma reconstrução dos acontecimentos sociais sob a ótica dos informantes. Esse método é utilizado quando o objetivo é reconstruir uma história.

De acordo com a interpretação feita por Jovchelovitch & Bauer (op. cit.) sobre o método de análise de narrativas desenvolvidas por Schütze, uma narrativa contém elementos indexados e não-indexados que devem ser diferenciados para que se possa iniciar uma análise. Schütze chama de elementos indexados todas as referências concretas dentro da narrativa: quem fez, o que, quando, onde e por quê. Já os elementos não-indexados vão além dos acontecimentos e expressam valores, juízos e toda uma forma de generalizada “sabedoria de vida”.

Embora a narrativa possua, em sua maioria, uma estrutura semelhante à estrutura de orientação para ação, ou seja, um contexto com acontecimentos seqüenciais e uma certa cronologia, os autores afirmam que a compreensão de uma narrativa não passa apenas pelo entendimento da seqüência cronológica dos fatos ou acontecimentos

que são apresentados. É preciso conhecer também sua dimensão não-cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo.

A entrevista narrativa, enquanto técnica de coleta de dados, assemelha-se a uma forma de entrevista não-estruturada. Porém, possui características diferenciadas. Os autores apontam que essa técnica é uma crítica ao tipo de esquema pergunta-resposta. Nesse caso, o entrevistador orienta os temas e tópicos, ordena as perguntas, verbalizando-as com sua linguagem. Nesse tipo de entrevista, deve-se evitar a “pré-estruturação”.

Segundo Jovchelovitch & Bauer (op. cit.), na entrevista narrativa o entrevistador tem uma participação mais restrita, pois o pressuposto subjacente está na forma como o entrevistado conta uma história, prioriza-se que o informante conte uma história com sua linguagem.

Desse modo, toma-se os devidos cuidados e são seguidas certas regras na entrevista. A narração passa por quatro etapas: a) iniciação, b) narração, c) questionamentos e d) fala conclusiva. Os autores alertam que não se trata de seguir a risca essas fases, mas elas proporcionam uma orientação ao entrevistador para captar a riqueza de uma narração.

No processo de preparação da entrevista, o entrevistador deve ter uma compreensão mínima sobre um acontecimento, para saber o que explorar na narrativa do informante. Assim, o pesquisador se guia por um roteiro de questões “exmanentes”, isto é, questões do interesse do pesquisador. Porém, podem surgir questões “imanentes”, ou seja, temas ou tópicos e relatos colocados pelo informante. Segundo Jovchelovitch & Bauer (op. cit.), o objetivo dessa tarefa de coleta de dados é “*traduzir questões exmanentes em questões imanentes*” (p. 97, grifos dos autores).

Por meio da utilização dessa técnica foi possível reconstruir uma narrativa sobre a origem do bairro e sobre como ocorreu o encontro entre os moradores estabelecidos e os novos moradores. Bem como captar como os jovens vêem as relações estabelecidas no local de origem e como ocorre a relação no novo lugar de moradia.

Percebemos também uma diferenciação nas falas dos adultos e dos jovens adolescentes. Nas entrevistas com adultos foram colocadas poucas questões exmanentes e os entrevistados incluíram várias questões imanentes. Suas narrativas contêm riquezas de detalhes que possibilitaram a reconstrução de um momento da história do bairro.

Com os jovens adolescentes, o desenvolvimento da entrevista se deu de forma diferente, pois eles tinham uma idéia de entrevista a partir do modelo da entrevista

estruturada (tipo perguntas e respostas). Portanto, eles perguntavam a todo o momento o que eu queria saber. Nessas situações, esclarecemos que gostaríamos que eles contassem um pouco da sua história e da história do bairro. E para os jovens – novos moradores – era perguntado como havia sido o processo de eles saírem de um lugar e virem morar em outro.

Apesar dos problemas dos jovens com relação ao entendimento sobre o tipo de entrevista, foi muito importante realizá-las tendo em mente essa técnica de coleta de dados. O fato de recorrermos ao tópico-guia ou roteiro de perguntas com os grupos de jovens adolescentes não inviabilizou a possibilidade de que pudessem ser extraídas narrativas de qualidade. Por exemplo, a partir da narração dos jovens adolescentes foi possível construir uma história de como era seu bairro de origem e as relações sociais naquele espaço, bem como seus problemas e virtudes. Ou mesmo reconstruir uma história para o bairro através da narração dos jovens e dos adultos entrevistados sobre suas experiências cotidianas na localidade (cf. capítulo 7).

Finalmente, a partir das narrativas dos adultos e dos jovens, foi possível reconstruir um momento da relação entre estabelecidos e *outsiders*, bem como suas experiências e representações acerca desse encontro.

Na parte II, a seguir, apresentaremos como utilizamos esses procedimentos na pesquisa empírica, bem como procederemos com a análise das entrevistas.

**SEGUNDA PARTE:**  
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

## SEGUNDA PARTE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

### 4. CONFLITUALIDADES CONTEMPORÂNEAS EM FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO SACO GRANDE

A existência de ‘camadas inferiores’ também tem valor num sentido social. Antes de mais nada, os favelados são os bodes expiatórios para uma vasta gama de problemas sociais, emprestando legitimidade para as normas dominantes. Podem ser considerados a fonte de todas as formas de aberração, perversidade e criminalidade, e, como eles não possuem os meios de defender as próprias ações ou imagem, o resto da sociedade pode constantemente repurificar a auto-imagem. Além disso, os favelados constituem um ponto de referência, um marco para indicar a posição social de todos os outros grupos – especialmente a classe trabalhadora, que se sente privilegiada, em comparação. Culturalmente, os favelados fornecem muita vitalidade à cultura burguesa, ainda que sejam por ela desdenhados. Sua gíria, sua música, seu futebol, seus sambas – tudo isso se tornou parte da vida e das diversões da classe média (Perlman, 1977, p. 304).

A partir do ano 2000 novos conjuntos habitacionais destinados à população de menor poder aquisitivo foram implantados em várias localidades do município de Florianópolis, como parte da política habitacional do governo municipal<sup>1</sup> que recebeu o nome de Projeto Bom Abrigo<sup>2</sup>.

Segundo *folder* explicativo sobre o Projeto Chico Mendes<sup>3</sup> da prefeitura municipal de Florianópolis, o projeto “busca melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nas comunidades [...]”. As famílias serão beneficiadas com melhorias no

---

<sup>1</sup> Gestão de Ângela Amim (1996-1999 e 2000-2004).

<sup>2</sup> Projeto desenvolvido com recursos do Programa Habitar Brasil do governo federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do município para financiar moradia para pessoas de baixa renda. Projeto inspirado no modelo Singapura de São Paulo, desenvolvido na gestão de Paulo Maluf.

<sup>3</sup> O Projeto Chico Mendes é uma denominação dada ao Projeto Bom Abrigo para a comunidade de mesmo nome situada no bairro Monte Cristo, parte continental de Florianópolis/SC. Cf. *folder* (s/d) em anexo.

sistema viário, saneamento básico, iluminação pública, construção de creches, moradias e área de esporte e lazer, mudando para melhor a vida nas comunidades” (cf. cópia do folder em anexo). Com esse *folder*, os órgãos responsáveis pelo projeto buscam esclarecer algumas questões para a comunidade a ser beneficiada quanto ao empreendimento proposto. Um destes motes refere-se à escolha da comunidade Chico Mendes para o desenvolvimento do projeto. Segundo consta, uma das justificativas é que a prefeitura considera a “região do Chico Mendes muito importante para o desenvolvimento de toda a cidade e como ponto de ligação com os municípios vizinhos” (op. cit.). Sendo assim, justifica-se que esta foi “escolhida” para fazer parte do “plano de desenvolvimento integrado do município”, devido a sua importância estratégica, pois essa comunidade inconvenientemente se estabeleceu numa via de acesso ao município de Florianópolis, bem como pela proximidade de bairros do município de São José (SC).

A implantação desses projetos, porém, não ocorre de forma pacífica e sem constrangimentos, conforme é possível constatar a partir de outras pesquisas semelhantes, como, por exemplo, a desenvolvida por Alba Zaluar (1985) no Rio de Janeiro. A antropóloga pesquisou as relações sociais no conjunto habitacional Cidade de Deus na década de 1980. Este conjunto habitacional também foi implantado num lugar de ligação entre as zonas norte e sul daquele município. Seu estudo nos oferece um histórico sobre a política habitacional vigente na época, bem como uma problematização sobre o tema dos conjuntos habitacionais.

Segundo a autora, as “medidas de urbanização das favelas” surgiram na década de 1940 como estratégia política adotada pelos governantes, sendo parte das políticas públicas de habitação. Tinham por objetivo atender a população pobre marginalizada que morava em favelas. Zaluar afirma que essas políticas passam a ser empreendidas principalmente a partir da década de 1960, caracterizando uma política de remoção de favelas (op. cit., p. 65).

Contudo, como afirma a pesquisadora, foi um “processo dramático” para os moradores favelados, pois “foram transferidos para o extremo oposto da cidade sob a mira das armas” (idem, p. 70). Com base na literatura e em pesquisas sobre o tema, a autora arrola alguns dos “efeitos negativos” desse processo para esse segmento populacional: “queda da renda familiar, a destruição da sociabilidade e das redes de solidariedade antes existentes na favela, bem como a transformação do conjunto em

áreas de ‘passagem’, ou seja, de permanência transitória na volta à favela” (idem, ibidem).

Apesar desse processo ter ocorrido na década de 1980 e ter tido uma dada configuração naquele município, é possível perceber semelhanças com o projeto Bom Abrigo, implantado no ano de 2000 no município de Florianópolis. Por exemplo, as famílias que iriam habitar esses empreendimentos passaram por um processo de remoção compulsória de seu antigo lugar de moradia – comunidades de bairros periféricos da cidade<sup>4</sup>. Podemos constatar que os “efeitos negativos” apontados por Zalar são passíveis de ocorrer também no caso de Florianópolis.

Nessa pesquisa, enfatizaremos o estranhamento numa configuração do tipo estabelecidos-*outsiders*. Segundo Elias & Scotson (2000), nesse tipo de configuração a exclusão social (e espacial) pode ser associada a processos de integração, que podem também engendrar processos de “desintegração”. Em outros termos, esse tipo de configuração refere-se a processos de integração conflituosos que envolvem monopólios de poder baseando em *status* ou tradições que fundamentam artificios classificatórios ou estigmatizantes que induzem a reprodução de crenças ou representações desqualificantes sobre um grupo ou indivíduo, dificultando assim o seu reconhecimento.

A fim de situar melhor a problemática da pesquisa, faremos uma breve caracterização sobre o contexto urbano e um pequeno retrospecto das ações coletivas como forma de situar a importância dos atores sociais no processo de produção do espaço urbano do município de Florianópolis.

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, MARCON et. al. (1987).

#### 4.1. CONTEXTO URBANO E AÇÕES COLETIVAS: BREVE CARACTERIZAÇÃO SOBRE RELAÇÕES ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* EM FLORIANÓPOLIS

Santa Catarina é um mosaico étnico-cultural. A população tem múltiplas origens, fazendo coexistir lado a lado os mais diversos costumes [...]. (Santos, 1998, p. 7)

Essa epígrafe sintetiza a diversidade cultural que configurou a formação populacional do estado de Santa Catarina. A história catarinense tem uma forte relação com processos migratórios, coadunados por disputas e conflitos, especialmente pela posse de terras, que integraram uma diversidade de populações de várias etnias. Nas palavras de Santos (1998): “Santa Catarina é competição, é conflito, é integração” (op. cit., p. 11). O município de Florianópolis não foge a essa tendência.

A história do município está intimamente ligada aos fluxos migratórios. A ocupação de Florianópolis, outrora Desterro, teve início no século XVIII com a vinda de migrantes açorianos que desenvolveram a pesca e a lavoura como suas principais atividades econômicas (setor primário). Com o processo de urbanização do município, acelerado a partir da década de 1960<sup>5</sup>, novos fluxos populacionais se estabeleceram em torno das atividades da administração pública<sup>6</sup> e do turismo (setor terciário) (cf. Santos, 1998; Ribas Junior, 1998).

A partir do incremento do processo de urbanização, vários grupos populacionais passam a estabelecer relacionamentos com os grupos existentes e os problemas de integração se impuseram. O processo de mobilidade social vivenciado na cidade contribuiu para complexificar as relações sociais. Ocorreu uma maior diversidade de relações sociais entre a população “nativa” e os novos moradores ou os

<sup>5</sup> Segundo Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento – SEPLAN (1991), o processo de urbanização no estado de Santa Catarina “antes de 1940 era inexpressiva. A economia estadual era essencialmente agrícola [...]” (p. 76). No município de Florianópolis, esse processo se intensificou a partir do final dos anos 1950.

<sup>6</sup> Por exemplo, no final da década de 1960 empresas como a ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil, Subsidiária da Eletrobrás) que funcionava numa pequena sede no Rio de Janeiro, foi transferida para uma nova sede no município de Florianópolis, trazendo com ela parte de seus funcionários (cf. Folder Eletrosul, s/d). Bem como a Universidade Federal de Santa Catarina que também foi fundada nessa época.



de “fora”, configurando-se muitas situações de estranhamento em várias comunidades do município<sup>7</sup>.

O processo de urbanização pelo qual passou Florianópolis é um fenômeno das sociedades modernas. Segundo Santos (1994), a urbanização está associada ao crescimento e diferenciação das cidades e aos processos de integração territorial<sup>8</sup>. Dessa forma, a problemática do urbano envolve fenômenos relativos à mobilidade social como migrações, bem como aspectos populacionais (op. cit. p. 24-5).

#### 4.1.1. Situando as ações coletivas no contexto urbano

Autores como Bitoun (1994), Carlos (op.cit.), Abreu (1994) e Silva (1994) apontam que a produção do espaço urbano envolve práticas socioespaciais desenvolvidas pelas ações coletivas. Carlos (op. cit.) afirma que “não é possível pensar o urbano, no Brasil, sem a reflexão sobre movimentos e lutas urbanas” (p. 188). Os movimentos sociais urbanos vêm sendo considerados por esses autores como produtores de espaço. Dessa forma, esses atores coletivos passam a ser considerados interlocutores e produtores de demandas, passando a influenciar nas políticas públicas urbanas. Por isso sua importância no contexto da cidade. Pereira & Tomiello (1996) recordam que as primeiras iniciativas de mobilização da população florianopolitana ocorreram no período da ditadura e, paradoxalmente, por iniciativa do Estado, à época do governo de Antonio Carlos Konder Reis, como parte de sua política de ação comunitária. Nessa época, vigorava o “Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários”. Este programa foi resultado do Decreto Lei 75.922 de 1975, que instituiu o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. Esses Conselhos foram implementados em alguns bairros do município e tinham por função mediar as relações entre população e prefeitura. As autoras apontam que eram órgãos com “forte vínculo com o Estado” (op. cit., p. 17-8).

Com a abertura política nos anos 1980, os Conselhos de moradores “optaram pela autonomia” em relação ao Estado. Ainda neste período, surgem as primeiras redes de articulação (idem, ibidem). Dessas articulações surgiu o Movimento Popular Comunitário: uma mobilização bem diversificada que contava com a participação de

<sup>7</sup> Ver KUHNEN (1994, 2002); CECCA (1996); FANTIN (2000); CARVALHO (2002); SILVA (2003).

<sup>8</sup> Essa integração deu-se através dos sistemas de interligação entre as cidades (redes viárias, de comunicações, de transportes, etc.).

militantes políticos, pastorais da Igreja Católica, associações de moradores e conselhos comunitários, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), sindicatos e membros de comunidades periféricas. (op. cit, p. 18).

Nos anos 1990, com a campanha das “Diretas Já” e com as eleições municipais, surge uma nova mobilização denominada de “Articulação de Entidades” (idem, ibidem). Entretanto, devido às divergências dos objetivos envolvidos, ocorreu uma ruptura que dividiu o movimento em dois segmentos: “comunitário” e “popular”. Surgiram, respectivamente, a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) e o Movimento Sem-Teto; ambos passaram a assumir um papel de interlocução com o Estado. O Movimento Sem-Teto congregou grupos de esquerda engajados na organização das ocupações que estavam ocorrendo no período, bem como na luta pela autonomia em relação ao Estado (op. cit., p. 19).

No município as primeiras organizações não-governamentais, como, por exemplo, a Fundação Água Viva, o grupo MEL (Associação Movimento Ecológico Livre) e o CECCA (Centro de Estudos, Cultura e Cidadania)<sup>9</sup>, passam a dar maior visibilidade aos problemas ambientais.

Com essa rápida explanação, queremos enfatizar que a produção do espaço urbano de Florianópolis teve o Estado como seu principal produtor, já que os conselhos foram criados por leis federais. Contudo, na década de 1980, com a abertura democrática e o estabelecimento de novas relações sociopolíticas, outras relações mais autônomas em relação ao Estado e com maior envolvimento e/ou participação popular entram em cena.

Nos anos 1990 observou-se o aprofundamento das questões urbanas e a inclusão e/ou diversificação de temas ambientais, étnicos, de gênero, etc. por parte dos movimentos sociais. A partir de 1994, ocorrem mobilizações de vários setores em torno do Plano Diretor do município<sup>10</sup>. Uma das ações coletivas significativas nesse contexto foi a mobilização para a discussão da Agenda 21, bem como o envolvimento da população e comunidades com o Orçamento Participativo. Outra ação emblemática de

---

<sup>9</sup> Sobre o surgimento dessas organizações ver entrevistas de militantes dos movimentos sociais de Florianópolis, In SCHERER-WARREN & ROSSIAUD (1999).

<sup>10</sup> Segundo TEIXEIRA & SILVA (1999, p. 18), a partir de 1996, o Movimento pela Participação Pública no Plano Diretor faz oposição ao projeto de verticalização da cidade sugerido pelo órgão de planejamento do município.

articulação e organização envolvendo a problemática urbana foi o Movimento Campeche Qualidade de Vida, no final dos anos 1990<sup>11</sup>.

Dessa forma, concomitante ao crescimento da cidade e aos problemas associados como a falta de moradia, especulação urbana, favelização etc., também ocorreram manifestações do segmento popular, que organizou e problematizou discussões sobre o urbano. Conforme Wolf (1999), o processo de planejamento urbano florianopolitano iniciou-se em 1976 com uma lei de uso de solo<sup>12</sup> para o centro da cidade (p. 15). A partir daí, esse processo foi marcado por uma série de ações coletivas.

Segundo Scherer-Warren (2004), foi a partir do final da década de 1980 que novas práticas associativas<sup>13</sup> se configuraram no município trazendo novas tendências em relação às identidades construídas pelos movimentos<sup>14</sup>. Nesse sentido, podemos afirmar que as demandas das ações coletivas comunitárias não foram centradas apenas em infra-estrutura e serviços urbanos, mas, sobretudo, incorporaram em suas práticas a discussão e a participação democrática.

Em relação ao movimento comunitário, Lüchmann et. al. (2004) analisa as identidades e diferenças desse ator social. Os pesquisadores afirmam que o movimento comunitário passou por novas configurações no decorrer dos anos, bem como por novas identificações (temáticas, práticas) que produziram “mudanças nos padrões associativos” (p. 57). Eles ainda apontam que esses movimentos se configuraram nos anos 1990 devido a uma “pluralidade de orientações e ações” (op. cit., p. 65). Os movimentos comunitários incorporam temas diferenciados, que caracterizam novas demandas em termos urbanos. Podemos exemplificar essa mudança temática com a problemática dos jovens, que vem tendo uma maior visibilidade no cenário urbano local.

---

<sup>11</sup> Rede que mobilizou e articulou os moradores do sul da Ilha de Santa Catarina sobre as discussões para a elaboração de um plano diretor comunitário, uma alternativa ao estudo realizado pelos órgãos encarregados de planejar o desenvolvimento urbano do município. Sua estratégia de atuação foi baseada em conhecimento técnico-jurídico-político sobre questões relativas ao planejamento urbano. Essa experiência possibilitou a ampliação do diálogo entre os moradores, bem como colocou em relação de igualdade de conhecimento um movimento comunitário nas discussões com os órgãos municipais responsáveis pelo planejamento, como, por exemplo, o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

<sup>12</sup> O uso do solo caracteriza uma dada utilização do solo urbano em função de suas potencialidades econômicas e especificidades (culturais, ambientais etc.). A definição do uso do solo urbano é uma das prerrogativas dos Planos Diretores, pois são criados instrumentos de normatização para a ordenação dos usos do solo de um município.

<sup>13</sup> Para aprofundamento do associativismo civil em Santa Catarina ver SCHERER-WARREN & CHAVES (2004).

<sup>14</sup> Ver também CORRÊA et. al. (2004); GOSS (2003); VIANA (2003).

No caso dessa pesquisa, a juventude passou a fazer parte das demandas e das ações do Conselho dos Moradores do Saco Grande. Segundo os adultos entrevistados *Beatriz, Gerusa e Daniel*<sup>15</sup> que participam desse conselho, uma das reivindicações da associação é a de trazer equipamentos de lazer para o bairro Saco Grande. Segundo os informantes, o único espaço que pode ser utilizado pelos jovens no bairro é a rua. Para os adultos entrevistados, depois da escola e/ou dos projetos que os jovens participam, eles não têm o que fazer no tempo livre, condição que propicia, segundo os informantes, o problema de “delinqüência” de alguns jovens. Além da carência de equipamentos de lazer para esse estrato etário, existem os problemas de saúde pública (DST/AIDS, gravidez na adolescência) e de relacionamento familiar (estupros, agressões) que demandam políticas públicas específicas para esse segmento populacional.

Passaremos no tópico seguinte a descrever mais especificamente o projeto Bom Abrigo, desenvolvido para as populações menos favorecidas de Florianópolis e o processo de estranhamento ocorrido em detrimento das mudanças na paisagem arquitetônica do bairro.

#### 4.2. CONTEXTUALIZANDO O PROJETO BOM ABRIGO E O ESTRANHAMENTO NO BAIRRO

A partir do depoimento de um dos entrevistados<sup>16</sup> – confirmado por outras entrevistas – foi possível concluir que no bairro Saco Grande o projeto Bom Abrigo foi executado pela prefeitura municipal sem o conhecimento dos moradores. Os moradores não foram consultados pelos órgãos competentes para uma discussão prévia sobre a construção do conjunto habitacional na localidade e só ficaram sabendo do fato quando as obras já estavam em andamento. A partir desse momento, o Conselho dos Moradores do Bairro Saco Grande (COMOSG)<sup>17</sup> procurou os órgãos competentes para obter maiores informações sobre o projeto. Entretanto, como já era um fato consumado, a alternativa adotada pelo COMOSG foi negociar com a prefeitura que parte das casas

---

<sup>15</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios, doravante serão grafados em itálico.

<sup>16</sup> *Daniel* foi um dos entrevistados da pesquisa, cuja entrevista foi realizada em 14/01/2004.

<sup>17</sup> O COMOSG foi inaugurado em 1980. No capítulo 5 faremos uma breve caracterização sobre esse ator comunitário.

(cerca de 40 casas)<sup>18</sup> fossem destinadas para moradores do bairro. O conselho dos moradores se encarregou de realizar um cadastro das famílias interessadas e procedeu a entrega das chaves mediante sistema de sorteio. Dessa forma, na composição do conjunto habitacional, grande parte dos moradores veio de outras localidades do município de Florianópolis, principalmente de Via Expressa<sup>19</sup>, e outra parte foi oriunda da própria localidade.

De acordo com *Daniel*, *Beatriz*<sup>20</sup> e *Gerusa*<sup>21</sup>, os novos moradores vieram para o conjunto habitacional com várias promessas de auxílio por parte da prefeitura, de que receberiam apoio durante o processo de integração ao bairro, de que haveria escola e transporte para as crianças, capacitação profissional para os adultos, entre outras. Todavia, até o momento da transferência das famílias para o conjunto habitacional em 2000, a escola e a creche não haviam sido concluídas e o posto de saúde do bairro não tinha condições de atender o aumento da demanda<sup>22</sup>.

Os novos moradores foram residir no local na esperança de uma vida melhor, entretanto eles já eram rotulados (cf. Becker, 1977) pela população florianopolitana como “favelados” e viviam em um espaço já segregado. Desta forma, quando chegaram no bairro foram estigmatizados (cf. Goffman, 1988) pelos moradores da localidade, o que contribuiu para um processo de estranhamento. A falta de informação e discussão por parte dos órgãos competentes acarretou em um mal-estar entre os moradores do bairro que, sem maiores conhecimentos, sabiam apenas que pessoas vindas da Via Expressa seriam seus novos moradores e vizinhos<sup>23</sup>.

Concomitante a isso, ocorreram vários casos de violência no bairro, como mortes<sup>24</sup> e situações de agressões na escola<sup>25</sup>, que demandaram o aumento do

<sup>18</sup> Segundo *Daniel*, o conselho dos moradores negociou com a prefeitura 40 casas, isto equivale a cerca de 20% do total das 205 residências.

<sup>19</sup> Via Expressa é um rótulo dado para algumas comunidades como a Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte situadas no bairro Monte Cristo. Essas comunidades estão localizadas às margens da BR 282, isto é, via que dá acesso à Ilha de Florianópolis. Além de a denominação ter uma associação com a localização espacial dessas comunidades, Via Expressa é também uma representação, geralmente desqualificante, construída pela população florianopolitana sobre essas comunidades, que estigmatizou seus moradores como “favelados”.

<sup>20</sup> Entrevista realizada com *Beatriz* em 21/11/2003.

<sup>21</sup> Entrevista realizada com *Gerusa* em 24/11/2003.

<sup>22</sup> Cf. entrevistas com *Daniel*, *Beatriz* e *Gerusa*.

<sup>23</sup> Cf. entrevista realizada com *Gerusa* em 24/11/2003 e com *Daniel* em 14/01/2004.

<sup>24</sup> Segundo os entrevistados jovens e adultos, ocorreram três execuções de jovens no conjunto habitacional no período de 2002 a 2004. Conforme informação da Polícia Militar obtida no posto policial local, ocorreram no bairro Saco Grande II nesse mesmo período dez mortes, sendo que oito decorrentes de armas de fogo.

<sup>25</sup> Segundo uma informante, a polícia foi acionada por várias vezes devido a agressões na escola. Na entrevista do grupo *Mosaico*, realizada em 12/02/2004, eles também se referem a essas situações.

policiamento no local. Esses fatos foram divulgados na mídia e, dessa forma, o bairro passou a ser representado como um local violento. Eram comuns entre os moradores já estabelecidos no bairro comentários, geralmente desqualificantes, sobre os moradores das “casinhas da Ângela”<sup>26</sup>.

Iniciamos a pesquisa em setembro de 2002 e *Alice*<sup>27</sup> passou a ser o principal elo de ligação entre a pesquisadora e os moradores do bairro. Através da informante tive a oportunidade de conhecer e estabelecer contato com outros membros da comunidade. Na ocasião da realização do estudo exploratório, fui informada por *Alice* que haveria uma atividade festiva para inauguração das novas salas do COMOSG. Nessa ocasião, pude estabelecer os primeiros contatos com as pessoas do bairro, conhecer moradores, voluntários que desenvolviam atividades com crianças e jovens – por exemplo, professoras, a diretora de uma escola, participantes do COMOSG – assim como algumas lideranças do conjunto habitacional.

Os contatos iniciais, portanto, ocorreram com pessoas adultas<sup>28</sup> moradoras do bairro e do conjunto habitacional. Naquele momento, elas relataram alguns problemas da comunidade, como a relação com os moradores do conjunto habitacional, o aumento da violência e da criminalidade – roubos, tráfico de drogas, mortes, entre outros – bem como enfatizaram suas preocupações com os jovens “problemáticos” daquele local<sup>29</sup>.

Desde o início da pesquisa, procuramos entender de que forma os jovens vivenciavam essa situação de segregação e estranhamento que os adultos faziam referência. Procuramos investigar ainda o tipo de respostas ou de ações desenvolvidas pelos jovens adolescentes moradores do bairro e do conjunto habitacional diante das situações de estranhamento do tipo estabelecidos-*outsiders*.

A seguir, apresentaremos uma descrição do bairro e dos conjuntos habitacionais, visando delinear as relações de conflito estabelecidas em decorrência da implantação do Projeto Bom Abrigo.

---

<sup>26</sup> Grande parte da população local e municipal representa o Projeto Bom Abrigo com essa expressão, pois foi a então prefeita do município Ângela Amim que implementou esse projeto.

<sup>27</sup> *Alice* foi minha primeira informante e fui apresentada a ela por minha ex-coordenadora de pesquisa no NPMS, professora Ilse Scherer-Warren.

<sup>28</sup> Nessa atividade festiva percebi uma presença maior de adultos e crianças e menor de jovens adolescentes.

<sup>29</sup> Cf. relatório de campo, 29/08/2002.

#### 4.3. CARACTERIZANDO O BAIRRO SACO GRANDE E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

O bairro Saco Grande está localizado na porção Centro-Oeste do município, é separado da Baía Norte pelo manguezal do Saco Grande e margeia a rodovia SC-401. Sua denominação está aparentemente relacionada à formação geográfica, ou seja, uma estrutura que lembra a forma de saco e que conforma a baía norte da Ilha de Santa Catarina. O bairro tem uma localização privilegiada, apresenta proximidade com o centro da cidade e com os balneários do Norte da Ilha. Segundo o entrevistado *Daniel*<sup>30</sup>, o bairro Saco Grande ia do trevo do bairro Itacorubi ao trevo de Cacupé. A partir dos anos 1980 foi subdividido em três localidades: Saco Grande I<sup>31</sup> (atualmente denominado João Paulo), Monte Verde<sup>32</sup> e Saco Grande. O mapa 1, a seguir, indica essas subdivisões<sup>33</sup>.

---

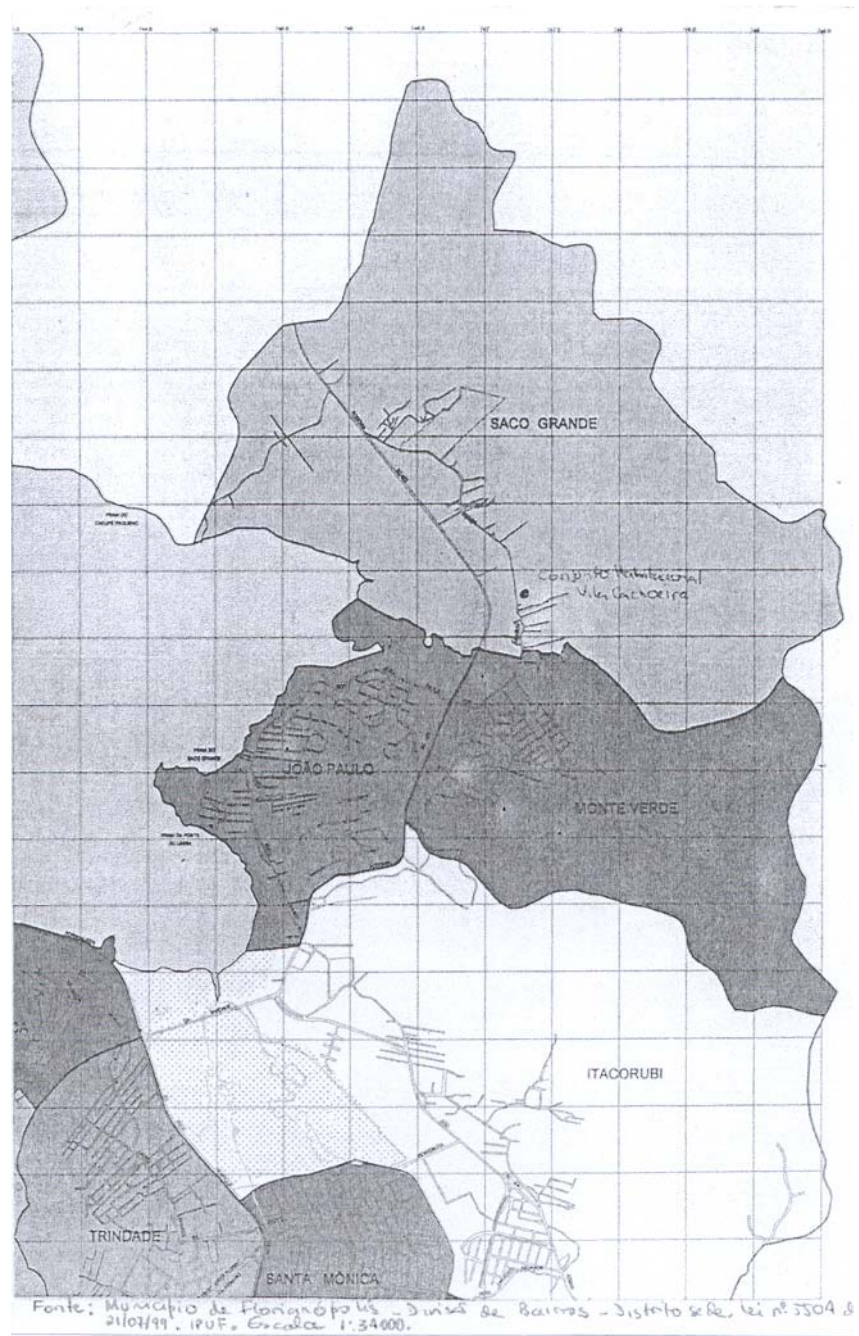
<sup>30</sup> Entrevista realizada em 14/01/2004.

<sup>31</sup> Na localidade Saco Grande I, mais próxima ao trevo do bairro Itacorubi, prevalece o uso do solo residencial. No final dos anos 1980 e decorrer dos anos 1990 foram implementados vários condomínios residenciais de classe média e média alta. No final da década de 1990 a localidade passa a ser denominada de João Paulo.

<sup>32</sup> A localidade Monte Verde está situada na parte central do bairro. Surgiu inicialmente como um conjunto habitacional, implementado nos anos 1980 pela extinta COHAB (Companhia de Habitação). No final dos anos 1990 esse conjunto habitacional adquiriu *status* de bairro.

<sup>33</sup> Segundo o IPUF, a partir de 1999 o bairro Saco Grande foi desmembrado através de uma lei municipal. Dessa forma, o que antes era o bairro Saco Grande, atualmente são três bairros: Saco Grande, Monte Verde e João Paulo.

### Mapa nº 1 - Bairro Saco Grande e seu entorno

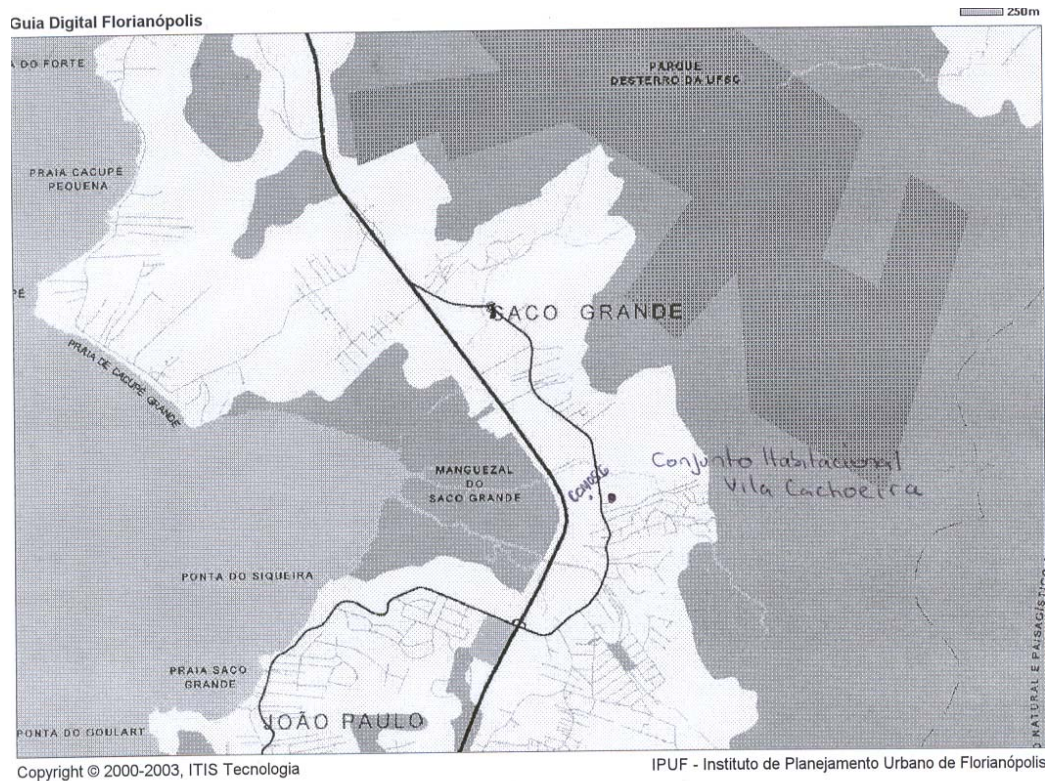


A maior parte da população está adensada nas encostas do bairro. No que se refere ao uso do solo, o bairro Saco Grande comporta uso residencial, comercial, bem como empreendimentos de lazer. Lá também estão sediadas várias associações civis como a Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), Associação Catarinense de Medicina (ACM), Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Em 2003, a



sede do governo estadual foi transferida para esta localidade e, além disso, está sendo construído um *shopping center* no local. A ilustração nº 2 a seguir nos dá uma idéia da atual configuração do bairro Saco Grande.

### Mapa nº 2 - Bairro Saco Grande



Nos últimos 30 anos, o bairro vem passando por mudanças sociais advindas dos múltiplos fluxos migratórios, que acarretaram no aumento da população local e no crescimento do bairro. Segundo *Daniel*, o bairro tem uma história de “impactos” decorrentes da implementação de vários conjuntos habitacionais na localidade, como o Conjunto Habitacional Monte Verde e o Conjunto Habitacional Parque da Figueira nas décadas de 1980 e 1990, e o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, a partir do ano 2000. Pode-se concluir que o crescimento do bairro apresenta forte ligação com vários fluxos migratórios procedentes dos vários conjuntos habitacionais implantados na localidade, bem como pela vinda de migrantes provenientes do interior do estado de Santa Catarina e do Paraná. Com isso, o bairro tem passado por problemas de integração das populações advindas desses múltiplos processos migratórios.

A partir do ano de 2000 foram construídos no município vários conjuntos habitacionais em diversas localidades<sup>34</sup>. Nesses conjuntos habitacionais implantados sob a denominação de Projeto Bom Abrigo, as casas foram projetadas com certa padronização: as unidades de moradia são de material (tijolos, cimento), têm aparência estética uniformizada, mantendo o mesmo padrão arquitetônico e estão dispostas de forma geminada.

O conjunto habitacional Vila Cachoeira<sup>35</sup>, situado no bairro Saco Grande, possui infra-estrutura básica de equipamentos e serviços urbanos como creche, sede para associação comunitária, centro de formação e treinamento (capacitação), quadra de esporte, bem como arruamento, iluminação e saneamento. O conjunto possui 205 residências, distribuídas em seis quadras<sup>36</sup>. As casas têm dois pavimentos, onde estão distribuídos os quartos, banheiro, sala, cozinha e uma pequena área de serviço que fica na parte externa da residência. Foi projetado para acolher aproximadamente 1.100 pessoas, cerca de 200 famílias. A maior parte das pessoas (cerca de 80%) foi morar no conjunto de forma compulsória e uma menor parte (cerca de 20%) foi morar de forma espontânea<sup>37</sup>. O mapa nº 3 oferece uma visualização da disposição das quadras e dos equipamentos que compõem o conjunto habitacional.

---

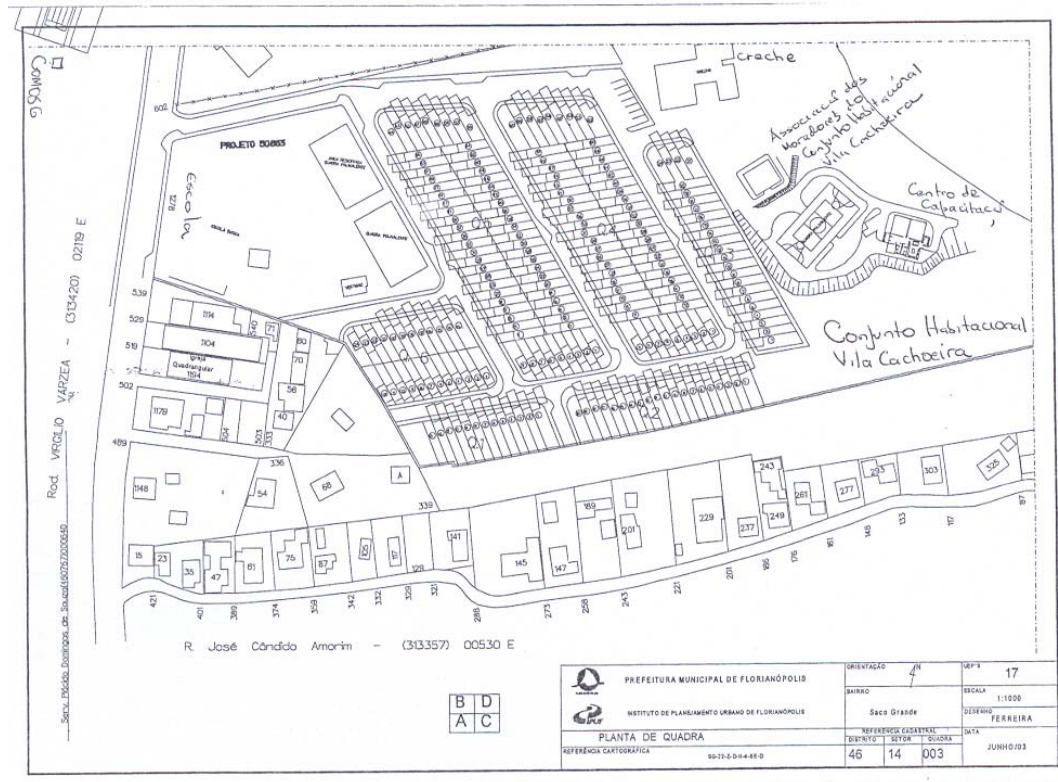
<sup>34</sup> Conforme consta na página da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o projeto Bom Abrigo foi implantado na Vargem do Bom Jesus (Vila União), no bairro Monte Cristo (Chico Mendes), no bairro Saco Grande (Vila Cachoeira), no bairro Abraão, e dois na SC 403. Endereço: [www.pmf.sc.gov.br/governo/obras/projetos.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/governo/obras/projetos.htm).

<sup>35</sup> ZURBA (2003), realizou pesquisa sobre a vida cotidiana dos moradores do conjunto habitacional Vila Cachoeira em sua tese de doutorado.

<sup>36</sup> Podemos observar através do mapa nº 3 a distribuição das residências por quadra: as quadras Q1 a Q6 são compostas respectivamente por 13, 20, 24, 60, 64, 24 residências, totalizando 205 residências.

<sup>37</sup> Remoção compulsória refere-se à retirada ou remoção obrigatória de pessoas de uma localidade, por exemplo, de uma favela, para um outro lugar. Ver ZALUAR (1985), especialmente o capítulo "A política habitacional e os pobres: o 'sonho' dos políticos". A forma espontânea ou voluntária refere-se à adesão não-forçada a um projeto de habitação popular (idem, *ibidem*, p. 69). É o caso dos moradores do bairro Saco Grande que se inscreveram de forma espontânea para participar do sorteio da chave.

### Mapa nº 3 – Planta de Quadra do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira<sup>38</sup>



A prefeitura mantém no conjunto habitacional uma assistente social, professoras da creche, e, em 2003, o conjunto sediou o projeto “Agente Jovem”. É importante salientar que os problemas dos moradores do conjunto habitacional não estão centrados apenas nas questões de infra-estrutura, como é característico do associativismo de bairro<sup>39</sup>, pois os moradores já possuem parte da infra-estrutura necessária e alguns serviços básicos. A ênfase de suas preocupações está situada em questões relacionadas às crianças e aos jovens, bem como à capacitação profissional e para inserção dos moradores no mercado de trabalho e/ou geração de renda.

Abaixo explanaremos os problemas levantados através dos informantes e entrevistados durante a coleta de dados.

<sup>38</sup> Fonte: IPUF. Planta de Quadra (SG-22-Z-D-11-4-SE-D).

<sup>39</sup> Cf. SCHERER-WARREN & NPMS (1996).

#### 4.4. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONFLITO COM A IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA CACHOEIRA

Durante uma de minhas primeiras visitas ao bairro<sup>40</sup>, os problemas citados pelos moradores adultos foram os seguintes: conflito e discriminação socioespacial (segregação), estigma, “choque de culturas” e “perda de identidade” do bairro. Além destes, outros problemas mencionados referem-se à violência doméstica (maus-tratos de crianças: espancamentos, estupro) e outros que afetam o universo juvenil como gravidez na adolescência, prostituição infantil, sexualidade precoce e os “adolescentes problema” (jovens que depredam as instalações urbanas e provocam brigas). Além desses problemas, os adultos também se referiram à marginalidade (envolvimento de pessoas jovens e adultas com o tráfico de drogas, assaltos à mão armada, roubos de residências, etc.) e à violência (mortes, estupro, brigas).

Diante dessas dificuldades, com o intuito de chamar a atenção das autoridades locais, os moradores adotaram algumas estratégias para dar visibilidade à situação. Uma delas foi a participação no programa César Souza<sup>41</sup>, conforme o relato de uma informante (cf. entrevista com *Alice*<sup>42</sup>).

Uma forma inicial de organização e mobilização dos novos moradores foram as “Lideranças de Quadra”<sup>43</sup>. Estas lideranças realizavam um trabalho junto aos moradores de suas quadras. Não ficou claro, porém, como estas pessoas se articulavam na busca de resolução dos problemas e como realizavam seu trabalho, ou mesmo quais seriam as demandas dos moradores dessas quadras.

No final do ano de 2002 e durante o ano de 2003, várias mortes de jovens no conjunto habitacional foram registradas<sup>44</sup>. Foi um período de intenso policiamento na localidade. Para se ter uma idéia, na escola municipal local e na creche situada dentro do conjunto habitacional, foram colocados seguranças armados. Também era comum encontrar duas ou três viaturas da polícia na entrada do conjunto habitacional nas

<sup>40</sup> Inauguração de novas salas do Conselho dos Moradores. Foram construídas novas salas para as atividades com as crianças. A parte mais antiga do COMOSG foi destinada aos projetos com jovens e adultos.

<sup>41</sup> Um programa de auditório popular exibido há cerca de dez anos que abre espaço para as comunidades reivindicarem providências das autoridades municipais em relação a seus problemas. Realizada em 06/11/2003.

<sup>42</sup> *Fátima*, uma jovem entrevistada, cita que existiu este tipo de organização no conjunto habitacional (linhas 447-455 da entrevista).

<sup>43</sup> Todos os entrevistados adultos e três dos grupos entrevistados citam a ocorrência de três mortes nesse período. *Gerusa*, ex-moradora do conjunto habitacional, narra com detalhes a situação de morte de uma jovem que era sua vizinha (linhas 160-164 e 195-230 da entrevista).

manhãs em que me dirigi ao bairro para realizar a pesquisa. Um grupo de jovens relatou, por exemplo, que a partir das 22 horas várias viaturas realizavam rondas no local. Contaram também que os policiais praticavam “revistas” em todos, indistintamente. Bastava estar em grupo para que fossem abordados pelos policiais.

Entretanto, tais acontecimentos ocorriam concomitantemente a uma intensa mobilização dos moradores do conjunto habitacional. Em agosto de 2002, quando teve início a pesquisa de campo, já havia comentários sobre a campanha para eleição da primeira diretoria da recém-criada Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira (AMVIC). Em setembro de 2002 foi realizada a primeira eleição para essa associação, na qual concorriam duas chapas. Nessa ocasião, a chapa 1 foi eleita<sup>45</sup> e uma mulher assumiu a presidência do Conselho. Na oportunidade, mantivemos contato com a presidente eleita e alguns dos membros da chapa. Foram escolhidos dois temas como prioridades da nova diretoria: a conscientização ambiental e os jovens. Porém, no início de 2003, esse processo já havia sido desmobilizado. Segundo uma informante, a presidente que tomou posse por um breve tempo na direção da associação dos moradores do conjunto habitacional foi ameaçada de morte, o que a levou a mudar-se para outro lugar.

Da parte do COMOSG existe, além da preocupação com as crianças e com os jovens adolescentes do bairro, uma tentativa de “integração” dos novos moradores. Este Conselho desenvolveu um trabalho de mediação entre a comunidade do bairro e do conjunto habitacional, e tem representado, junto aos órgãos públicos, prefeitura e empresários, os anseios da comunidade. Segundo os entrevistados adultos<sup>46</sup>, o conselho dos moradores tornou-se uma referência para a população do conjunto habitacional: os moradores do conjunto habitacional procuravam nesse órgão comunitário ajuda material e informações que os ajudassem a resolver seus problemas cotidianos.

Após essa breve caracterização do bairro e do conjunto habitacional, faremos, no capítulo a seguir, uma descrição dos contatos estabelecidos e das instituições onde os sujeitos foram observados. Depois, apontaremos os critérios de seleção dos informantes adultos e jovens para, em seguida, apresentarmos os sujeitos da pesquisa e o contexto de cada entrevista.

---

<sup>45</sup> Cf. cartaz (anexo 10.5) confeccionado pelos participantes da chapa 1, o tema de campanha foi “de mãos dadas com a comunidade”.

<sup>46</sup> *Alice, Beatriz, Gerusa e Daniel.*

## 5. SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: A OBSERVAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E AS ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E COM OS JOVENS

Os dados coletados durante a pesquisa de campo constituíram a principal fonte de informações, uma vez que existem poucos estudos sobre o bairro<sup>1</sup>. Através da observação, do contato com os informantes e da realização das entrevistas individuais com pessoas-chave, bem como através das entrevistas de grupo com jovens adolescentes moradores do bairro e do conjunto habitacional, foi possível obter uma visão do conjunto de problemas vivenciados pelos moradores do bairro. E, ao mesmo tempo, identificar as ações desenvolvidas tanto pelas associações civis como pelos jovens no sentido de superar ou pelo menos diminuir as relações de estranhamento entre antigos e novos moradores.

Contudo, antes de apresentarmos a metodologia utilizada, cabe uma explicação inicial em relação ao critério de nomeação adotado nessa pesquisa. Por um lado, optamos em utilizar o nome verdadeiro para o bairro e para as instituições locais (Conselho dos Moradores, projetos, escola, etc.). Por outro, adotamos o critério do sigilo para os nomes dos entrevistados e de pessoas citadas pelos mesmos, como forma de resguardar as identidades dos mesmos. Já os nomes atribuídos aos grupos juvenis foram escolhidos segundo algumas características dos entrevistados. Dessa forma, doravante os nomes próprios citados são fictícios e grafados em itálico.

### 5.1. CONTATOS ESTABELECIDOS E INSTITUIÇÕES NAS QUAIS PARTICIPAM OS SUJEITOS ENTREVISTADOS

O processo de observação teve início no segundo semestre de 2002, fase em que elaborava o pré-projeto de pesquisa, e terminou em outubro de 2004, fase de análise dos dados. As observações ocorreram em três etapas:

---

<sup>1</sup> As poucas referências bibliográficas discutem aspectos como a ocupação de encostas (área da geografia) e saúde comunitária. No período da observação de campo, uma acadêmica do curso de história da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) estava desenvolvendo monografia sobre o COMOSG.



- a) *Observações iniciais.* Essa etapa foi importante para o levantamento de informações iniciais para a construção da problemática da pesquisa e para conhecer alguns moradores do bairro.

As observações iniciais ocorreram em atividades como:

- Inauguração das novas instalações do Conselho dos Moradores do Bairro Saco Grande (COMOSG), em 29/08/2002.
- Eleição da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, em 07 de setembro de 2002.
- Festa em comemoração ao dia das crianças, realizada em 12 de outubro de 2002.
- 1ª Feira Saúde e Lazer, realizada em novembro de 2002. O COMOSG promoveu o evento que contou com a colaboração de vários estudantes do curso das áreas da saúde e educação física de várias universidades catarinenses, que realizaram trabalho de conscientização sobre saúde e desenvolveram atividades de lazer e arte para os moradores, especialmente para crianças e jovens;
- Natal das Crianças, em 21/12/2002. Essa atividade foi articulada por moradores voluntários e integrantes do COMOSG. Foram arrecadados presentes e distribuídos entre as crianças do bairro. A festa foi regada a cachorros-quente e refrigerantes.

- b) *Observações durante a pesquisa de campo:* Nesse período, buscou-se estabelecer uma aproximação maior com os jovens do bairro.

Num primeiro momento me dirigi à escola municipal local para sondar a possibilidade de observar os jovens naquele espaço. Entretanto, diante dos obstáculos colocados pela direção da escola, não foi possível realizar as observações nessa instituição.

Num segundo momento, obtive a informação que havia um grupo de jovens participando do Projeto Agente Jovem, na Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Entrei em contato com o coordenador do Grupo, um aluno estagiário do curso de enfermagem da UNISUL (Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina), que acolheu positivamente a minha presença no grupo.

Num terceiro momento, em meados de dezembro de 2003, obtive informações, com alguns dos adultos entrevistados, sobre a existência de outro grupo de jovens reunidos no Projeto Agente Jovem Ambiental, no COMOSG.

Meu contato com os jovens deu-se em dois momentos e em dois projetos:

- No período de setembro a dezembro de 2003 estive em contato com os jovens do Projeto Agente Jovem - que será descrito em seguida - localizado no conjunto habitacional. Nesse local, pude realizar duas entrevistas de grupo com jovens adolescentes entre 14 e 17 anos<sup>2</sup>.
- No período de janeiro e fevereiro de 2004 entrei em contato com os jovens que participavam do Projeto Agente Jovem Ambiental, localizado no COMOSG, no qual também realizei duas entrevistas de grupo.

c) *Observações e contatos pós-entrevistas*: de março a dezembro de 2004 mantive contatos esporádicos com alguns dos jovens e adultos entrevistados. Em 28/10/2004 realizei uma última visita, pois buscava obter informações sobre a atual configuração das relações entre os moradores do bairro e do conjunto habitacional.

Os projetos Agente Jovem e Agente Jovem Ambiental permitiram um amplo convívio com os jovens residentes em espaços distintos, ou seja, no conjunto habitacional e no conselho dos moradores do bairro, mas que freqüentavam um espaço comum durante algumas horas do dia.

#### 5.1.1. Entidades visitadas durante a pesquisa de campo

Os contatos iniciais foram obtidos por intermédio da entrevistada *Alice* que realizava um trabalho voluntário na escola municipal local e participava da Associação de Pais e Professores (APP), bem como no COMOSG.

---

<sup>2</sup> As observações foram realizadas semanalmente e em dias alternados. Por exemplo, numa semana eu participava das atividades de artesanato, noutra de percussão. Observei também os jovens em atividades fora do conjunto habitacional como nas gincanas e em duas apresentações do grupo que participava da Banda Balakubatuki, atividades que descreverei mais adiante.



### 5.1.2. O Conselho dos Moradores do Bairro Saco Grande (COMOSG)

Esse conselho, com mais de vinte anos de existência, foi criado em 1980. Apresenta estrutura organizativa tradicional de diretoria e presidência. Parte de seus recursos provém da “subvenção social”<sup>3</sup> da prefeitura municipal e parte através de doações. O COMOSG conta com um pequeno corpo de profissionais – professores cedidos pela rede municipal de ensino e alguns professores contratados, algumas pessoas voluntárias e o pessoal de apoio, como merendeiras. Além disso, o COMOSG estabelece parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais para a realização de alguns projetos.

O conselho possui dois tipos de espaço físico: a sede e seu entorno. A parte interna é composta de cozinha, dois banheiros, uma sala para a secretaria, duas salas para projetos com crianças e um anexo que outrora foi destinado ao projeto com jovens. A parte externa conta com uma área que serve de campo de futebol. O conselho possui também alguns recursos audiovisuais, como televisão e vídeo, além de um computador.

O COMOSG disponibiliza seu espaço físico para a realização de projetos que envolvem atividades educativas para as crianças e jovens, de geração de renda para os adultos, como também para atividades festivas de lazer, cultura e esportes.

Alguns dos projetos desenvolvidos pelo COMOSG são: “Jornada ampliada”<sup>4</sup>, grupo de jovens<sup>5</sup>, de mães, de gestantes, terceira idade e oficina de pães. A oficina de pães contou com a participação de voluntários moradores do bairro. Segundo a entrevistada *Alice*, para desenvolver essa oficina o COSMOG recebeu alguns recursos através de doações adquiridas junto aos empresários da localidade e da realização de um brechó que complementou os recursos mínimos necessários. A idéia dos idealizadores desse projeto era ensinar as mães do conjunto habitacional a produzir pães, bolos e biscoitos como forma de complementar a alimentação e a renda familiar.

---

<sup>3</sup> Segundo *Beatriz*, entrevista realizada em 21/11/2003, subvenção é uma verba de cerca de dois mil e setecentos reais por mês que a prefeitura repassa para o COMOSG para a manutenção de algumas despesas básicas como merenda e professores.

<sup>4</sup> Projeto desenvolvido com crianças do bairro. Neste projeto, as crianças vão à escola num período e noutro participam de atividades e recebem merenda.

<sup>5</sup> Para os jovens adolescentes as atividades envolveram arte, esportes, dança. No momento da pesquisa, o único projeto oferecido aos jovens adolescentes era o projeto Agente Jovem Ambiental.

### 5.1.3. Projetos desenvolvidos pelas associações comunitárias e direcionados para os jovens

Apesar das preocupações com os jovens adolescentes do bairro, os entrevistados adultos apontam que os recursos físicos, financeiros e de pessoal do conselho são insuficientes para atender as demandas desse segmento. Uma alternativa para os jovens do bairro está sendo o projeto Agente Jovem<sup>6</sup>. No período da pesquisa existiam dois projetos: Agente Jovem (realizado na sede da associação dos moradores do conjunto habitacional) e o outro, Agente Jovem Ambiental<sup>7</sup> (realizado na sede do COMOSG). Aparentemente eles tinham a mesma estrutura organizacional, porém, pelo que pude perceber, a diferença era que o primeiro era coordenado pela secretaria de habitação e o segundo pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM).

#### a) *Projeto Agente Jovem*

O Projeto Agente Jovem é uma iniciativa do governo federal, cujo objetivo é a formação de agentes comunitários juvenis<sup>8</sup>. Na introdução do Guia de Capacitação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano – Versão preliminar (s/d), consta que esse projeto foi “idealizado para atender jovens em situação de vulnerabilidade social, de forma que os mesmos possam interferir de forma positiva na realidade onde vivem, e se habilitem a desenvolver um verdadeiro projeto de vida, a capacitação dos Agentes Jovens foi desde o princípio uma das maiores preocupações da SEAS”<sup>9</sup> (op. cit., p. 4).

Durante a pesquisa (setembro de 2003 a outubro de 2004), o projeto Agente Jovem<sup>10</sup> estava sendo desenvolvido em Florianópolis por um órgão da secretaria de habitação, sob a coordenação de uma assistente social. Esse projeto foi implementado em várias localidades, como na Vila União (Próximo a Ingleses), Vila Cachoeira (Saco

<sup>6</sup> Para maiores aprofundamentos ver SPOSITO (2003).

<sup>7</sup> Esse projeto foi coordenado pela FLORAM, um órgão municipal de meio ambiente que apóia e/ou desenvolve projetos de educação ambiental com crianças e jovens em algumas comunidades do município.

<sup>8</sup> Para maiores detalhes ver Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (versão preliminar), s/d.

<sup>9</sup> Secretaria de Estado de Assistência Social.

<sup>10</sup> Para melhor aprofundamento sobre o projeto Agente Jovem no município de Florianópolis ver CARVALHO (2004).

Grande II), Chico Mendes (Monte Cristo). No Centro da cidade, o projeto foi sediado na Casa da Liberdade<sup>11</sup>. Os critérios de inserção no projeto são:

- ter idade entre 15 e 17 anos;
- estar matriculado e ter frequência no sistema de ensino oficial;
- renda familiar (1/2 salário mínimo por pessoa).

A contrapartida do projeto para os jovens é uma bolsa de R\$ 65,00. Também oferece suporte assistencial e psicológico, além de desenvolver atividades como esportes e artes para os jovens inscritos.

Segundo o que pude observar, o órgão responsável pela execução do projeto seleciona acadêmicos de vários cursos de universidades como a UNISUL e a UFSC, para que os mesmos desenvolvam atividades com os jovens que participam do projeto. Os acadêmicos atuam como monitores e capacitadores, sendo que os monitores são responsáveis pelo grupo de jovens e os capacitadores pelo apoio psicológico e assistência social. Outros capacitadores desenvolvem ainda atividades como artesanato, educação física, etc.

No grupo observado no conjunto habitacional Vila Cachoeira, o monitor responsável era um acadêmico do curso de enfermagem. Havia acadêmicos dos cursos de psicologia, de serviço social e de educação física. No período da pesquisa, estabeleci contato com uma acadêmica do curso de pedagogia e com outra do curso de ciências sociais<sup>12</sup> da UFSC, que realizavam oficinas com jovens.

O projeto Agente Jovem, à época da observação, funcionava nas instalações da associação dos moradores do conjunto habitacional, de terça a sexta-feira, no período da manhã (das 8:00 às 11:30 horas). Os jovens que participaram desse projeto eram moradores do bairro, morros, conjunto habitacional e do Monte Verde.

### **Atividades observadas no projeto Agente Jovem:**

#### *Atividades gerais*

Durante a observação de campo, as atividades propostas pelo projeto Agente Jovem eram distribuídas durante a semana da seguinte forma: percussão (terça-feira),

<sup>11</sup> A Casa da Liberdade é uma instituição municipal que desenvolve projetos com crianças e jovens adolescentes e fica localizado na passarela do samba Nego Querido.

<sup>12</sup> A acadêmica realizava uma oficina de fotografia com jovens da comunidade Chico Mendes.

palestras (quarta-feira), capacitação em aberto (quinta-feira) e esportes (sexta-feira). Quando iniciei as observações, em setembro de 2003, estava sendo realizado um ciclo de debates sobre violência (psicológica, doméstica, etc.).

*Atividades específicas: Projeto Balakubatuki e Gincanas*

Durante as observações pude perceber que a atividade que mais envolvia os jovens adolescentes e a de que eles mais gostavam era a de percussão. Essa atividade era coordenada por um componente de uma banda local conhecida, denominada banda Iriê, que desenvolve um estilo musical afro-*reagee*. Alguns membros da banda realizam trabalho voluntário relacionado à música, ministram aulas de percussão para os jovens de várias localidades. O Balakubatuki era a denominação para a banda formada pelos jovens adolescentes participantes do projeto Agente Jovem das várias localidades: Vila Cachoeira, Chico Mendes e da Casa da Liberdade.

Essa atividade era coordenada por um músico da banda Iriê, que trazia os instrumentos de percussão. Cada jovem optava pelo instrumento que melhor lhe aprazia. Numa das atividades do Balakubatuki, solicitei autorização do músico para gravar o ensaio. Nessa ocasião, o músico iniciou a atividade fazendo uma roda com o grande grupo e realizou uma retrospectiva da origem dos ritmos afros-descendentes em Florianópolis, como o maculelê. Nesse grupo participavam jovens negros e brancos.

Essa atividade também era uma forma de integração entre os jovens dos projetos das várias localidades. Alguns destes jovens acompanhavam a banda Iriê em determinadas ocasiões. Acompanhei o grupo em duas apresentações, como a realizada em um evento da UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina). Em outra oportunidade, o grupo realizou uma apresentação juntamente com um grupo de dança afro durante a realização de um Seminário da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em novembro de 2003.

Entretanto, poucos jovens que participavam dos ensaios da banda compareciam às apresentações. Percebi que isso deixava o coordenador da atividade um pouco desapontado, pois ele fazia uma maratona para levar os instrumentos e para buscar os jovens nas várias localidades e, apesar do esforço, sentia pouca empolgação dos jovens em participar dos eventos.

Contudo, essa era a atividade que mais motivava os jovens. Além dos integrantes do projeto, outros jovens, crianças e adultos, moradores do conjunto

habitacional iam para o local assistir e até participar da atividade<sup>13</sup>. A participação das moças nessa atividade era bem menor<sup>14</sup> e se restringia praticamente à observação dos colegas e do músico.

Durante o período da pesquisa de campo, o projeto Agente Jovem também realizou gincanas como forma de congregar os jovens participantes de todos os projetos das várias localidades (Vila União, Vila Cachoeira, Chico Mendes e Casa da Liberdade). Nesses eventos, procurei observar como os jovens do bairro interagem com os de outros projetos.

Em termos da participação feminina e masculina dos jovens, chamava a atenção o fato de o grupo do conjunto habitacional Vila União e do Chico Mendes, terem maior número de jovens adolescentes do sexo feminino. Já no Vila Cachoeira, maior número de jovens era do sexo masculino<sup>15</sup>. Em relação ao grupo da Casa da Liberdade, havia equivalência de participação entre ambos os sexos.

Percebi que havia um forte espírito de competição entre os jovens dos vários projetos nesses eventos. Observei também que o grupo de jovens do Vila Cachoeira aparentava maior interação quando na presença de outros grupos de jovens das outras localidades. Eles pareciam se ajudar mais e ficavam mais próximos nas gincanas, o que não ocorria nas atividades cotidianas do projeto.

A primeira gincana foi realizada no SESC de Cacupé em 20/09/2003 e a segunda no espaço da Polícia Militar situado na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, em 15/11/2003. Essas atividades foram organizadas pela coordenação geral do projeto. A primeira gincana ocorreu no período da tarde e disponibilizou lanche e refrigerante para os participantes. A segunda ocorreu no período da manhã e da tarde. Nesta ocasião foi oferecido um almoço para os participantes.

Em relação às atividades do projeto citadas anteriormente, não foi possível perceber um maior envolvimento por parte dos jovens, exceto na oficina do Balakubatuki. Nas atividades de artesanato, as moças pareciam estar mais envolvidas que os rapazes, mas de uma forma geral, a motivação para a participação no projeto Agente Jovem parecia estar mais associada à bolsa recebida do que às atividades oferecidas aos jovens.

---

<sup>13</sup> Algumas crianças do conjunto habitacional iam para o local para tocar os instrumentos. Os adultos iam para assistir a atividade.

<sup>14</sup> Nos ensaios e nas apresentações apenas duas moças desse projeto participavam da atividade.

<sup>15</sup> Nesse grupo de cerca de vinte jovens adolescentes, sete eram do sexo feminino. No final das atividades do projeto, apenas três moças estavam freqüentando.

b) *Projeto Agente Jovem Ambiental*

Estabeleci contato com esse grupo em janeiro de 2004, por indicação de alguns entrevistados adultos. O projeto Agente Jovem Ambiental, localizado no COMOSG, era coordenado pela FLORAM. Aparentemente possuía as mesmas características do projeto Agente Jovem, como o sistema de monitores e capacitadores, bem como atividades de artes, esportes e educação ambiental. Além disso, mantinha alguns critérios como idade (entre 15 e 17 anos), renda familiar, estar matriculado e ter frequência escolar.

Funcionava de segunda a quinta, no período da manhã. O grupo estava sob a monitoria de um acadêmico do curso de engenharia ambiental da UFSC. Nessa ocasião, estava sendo realizada uma atividade sob a coordenação de um capacitador.

Participava desse projeto cerca de 20 jovens adolescentes, a maioria do sexo feminino (aproximadamente 13 meninas). A maior parte dos integrantes era de jovens moradores do conjunto habitacional. Entretanto, participavam também alguns jovens moradores do bairro. Esse grupo de jovens parecia muito animado nas atividades e interagiu muito com o monitor e o capacitador, bem como entre eles.

Meu contato com esse grupo foi mais curto (janeiro a fevereiro de 2004). Dessa forma mantive apenas quatro encontros com o grupo, pois era um período de término de atividades nesse projeto. O grupo estava trabalhando com mosaico (atividade manual) e com os preparativos para uma gincana<sup>16</sup> prevista para 17/02/2004. A lógica desse evento também era a da integração entre os vários grupos de jovens inseridos nos projetos Agente Jovem Ambiental. Para esses eventos, que alguns denominaram de “passeio”, os grupos organizavam times de futebol e vôlei, bem como apresentações de dança e teatro. Para a gincana, um grupo ensaiava uma peça teatral<sup>17</sup> escrita por um dos participantes. Para a realização dessa atividade são oferecidos pela coordenação do projeto meios de transporte e alimentação, bem como o espaço para a realização do evento.

No período da pesquisa, havia uma certa incerteza sobre a continuação desse projeto no COMOSG. Entretanto, em outubro de 2004, segundo uma jovem adolescente entrevistada, o projeto ainda estava em andamento e funcionava no período da tarde.

<sup>16</sup> Realizada numa associação no bairro Tapera, município de Florianópolis.

<sup>17</sup> Criada pelo jovem adolescente entrevistado *Tomás*. Intitulada “A Viagem”, o autor falava do meio ambiente na ilha de Santa Catarina.

Com esse grupo tive a oportunidade de conhecer mais alguns jovens no bairro e apesar de nosso breve contato foi possível realizar mais duas entrevistas de grupo (grupo *Viagem* e grupo *Mosaico*).

## 5.2. SOBRE A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A fim de averiguar a possibilidade de encontrar os jovens, me dirigi até o conjunto habitacional e estabeleci contato com o grupo do projeto Agente Jovem e, posteriormente, com o grupo do Projeto Agente Jovem Ambiental.

De forma geral, quando iniciei a pesquisa de campo tinha apenas uma vaga idéia sobre os critérios de seleção dos informantes. Sabia apenas que deveria realizar entrevistas individuais com pessoas-chave (adultos) e entrevistas de grupo com jovens adolescentes. Outro critério era que os entrevistados fossem moradores do bairro e do conjunto habitacional.

As informações a seguir visam fornecer subsídios sobre a coleta de dados. Descreveremos como foi o encontro com cada entrevistado e como ocorreu o antes, o durante e o pós-entrevista, sendo, pois, uma forma de explicar como se deu o processo de interação entrevistado-entrevistador.

### 5.2.1. Descrição das entrevistas realizadas com algumas lideranças do bairro

Com relação aos adultos, o critério estabelecido para ser um possível entrevistado foi o do envolvimento com projetos para crianças e jovens no bairro. Através de uma professora voluntária do COMOSG – que passarei a chamar de *Alice* obtive a indicação de alguns nomes. Segundo essa informante, as pessoas que atendiam a esse critério estariam no COMOSG e na APP da escola<sup>18</sup>. *Alice* também chamou a atenção para a possibilidade de algumas destas pessoas não desejarem ou poderem conceder as entrevistas. Todavia, forneceu os seus telefones.

Entrei em contato com os possíveis entrevistados me apresentando como aquela pessoa que eles conheceram na inauguração no COMOSG e em outras visitas

---

<sup>18</sup> Quatro das pessoas indicadas participavam do COMOSG e uma da APP. Das quatro pessoas do COMOSG, entrevistei três. Na ocasião da pesquisa de campo, a pessoa da APP indicada por *Alice* estava afastada de suas atividades na escola e também não consegui entrar em contato com ela. Esses dois aspectos impossibilitaram a realização dessa entrevista.

realizadas ao conselho. Assim, falei um pouco sobre a pesquisa e aproveitei para solicitar uma entrevista. Cada pessoa reagiu à sua forma a minha solicitação.

Assim, diante da concordância dos moradores em conceder as entrevistas, solicitei para que cada um indicasse a melhor data, local e horário para a realização do encontro. A seguir passarei a descrever cada um desses entrevistados<sup>19</sup>, bem como o contexto das entrevistas.

---

<sup>19</sup> As informações sobre os entrevistados foram extraídas de suas entrevistas e do diário de campo.



<b>Entrevista com <i>Alice</i></b>	<b>Data: 06/11/2003</b>	<b>Duração: 1:05:55</b>
------------------------------------	-------------------------	-------------------------

a) Sobre a entrevistada:

*Alice* tem aproximadamente 50 anos, migrou para Florianópolis no início dos anos 1990, é casada, mãe de dois filhos, professora de pintura e voluntária do COMOSG.

Já conhecia *Alice* antes de iniciar a pesquisa. Porém, tive maior contato quando estava realizando a observação inicial. Ela me colocou em contato com várias pessoas - do Conselho, da escola, do conjunto habitacional - o que possibilitou mapear, inicialmente, alguns dos problemas relatados por alguns dos adultos da comunidade. Seu envolvimento maior com a comunidade ocorreu através de sua participação voluntária na APP da escola e em projetos do COMOSG.

*Alice* havia desenvolvido um projeto de pintura em tela com crianças e jovens adolescentes na escola, participado de oficinas de pão com mães e senhoras do bairro, de brechós beneficentes e oficinas de enxovais para mães carentes; também havia ajudado a organizar festas para crianças no COMOSG. A partir de 2003, devido a problemas de saúde, afastou-se das atividades voluntárias. No momento da entrevista ainda manifestava interesse em voltar a realizar trabalhos voluntários.

b) Contexto da entrevista:

Como *Alice* foi meu contato inicial, mantivemos relação ao longo de todo o período da pesquisa. Assim, mesmo não participando ativamente das atividades e dos projetos do COMOSG e da APP, mantinha-se informada sobre os acontecimentos do bairro. Depois de ter iniciado o processo de observação dos jovens (setembro de 2003), telefonei para marcamos uma entrevista. Ela sugeriu que a entrevista fosse realizada em sua residência no dia 06/11/2003, uma quarta-feira chuvosa. Antes de iniciarmos a entrevista, conversamos sobre outros assuntos, e isso gerou um ambiente de descontração que favoreceu o processo da entrevista.

Depois da entrevista, solicitei a *Alice* que, na medida do possível, indicasse alguns nomes para novas entrevistas. Expliquei o critério de seleção para os adultos e prontamente ela indicou quatro nomes.

<b>Entrevista com <i>Beatriz</i></b>	<b>Data: 21/11/2003</b>	<b>Duração: 1:27:10</b>
--------------------------------------	-------------------------	-------------------------

a) Sobre a entrevistada:

*Beatriz* tem 46 anos, é moradora do bairro, casada, mãe de duas filhas. É uma líder comunitária e no período da pesquisa também era diretora do COMOSG e integrante do conselho de saúde do bairro.

*Beatriz* foi indicada como possível entrevistada devido a sua participação nos projetos com crianças do conselho. Tivemos um contato inicial na inauguração das novas salas do Conselho dos Moradores em 29 de agosto de 2002.

A entrevistada nasceu no bairro, afastando-se por um período de aproximadamente dois anos e voltando a morar no local. Quando moça, acompanhava seu pai, que era cabo eleitoral e uma espécie de liderança comunitária daquele bairro e realizava um “trabalho de rua”<sup>20</sup>. A entrevistada admirava o trabalho de seu pai e isto a influenciou a desenvolver o gosto por essa atividade. *Beatriz* é uma observadora sensível dos problemas de sua comunidade, além de possuir um vasto conhecimento sobre o bairro e seus moradores.

Um aspecto de sua trajetória de participação militante foi sua relação com a religião espírita. *Beatriz* desenvolve duas atividades aparentemente díspares, mas complementares – o trabalho político e a prática religiosa. Segundo a entrevistada, através de sua espiritualidade foi possível estabelecer uma relação mais próxima com o diferente, o que acentuou sua sensibilidade para lidar com os problemas e carências de sua comunidade.

Segundo sua narração, foi a opção religiosa que propiciou a reflexão sobre as velhas práticas clientelistas da política de outrora, da época de seu pai, que ela definiu como “barganha política”. Aliado a isso, seu relacionamento com acadêmicos (filhas e amigos) contribuiu para que suas idéias políticas fossem repensadas, anteriormente relacionadas à prática da “barganha”. A partir disso, ocorreu uma autocrítica que

<sup>20</sup>

*Beatriz* refere-se ao trabalho de “cabo eleitoral” de seu pai, da seguinte forma: “E eu me lembro que naquela época, nós tínhamos ehe políticos, na época do Bulcão Viana, antes do Bulcão Viana que eu nem lembro quem era, eu era muito menina ainda, meu pai era cabo eleitoral na rua. E ele adorava a políticage, adorava andar na rua, e eu também já ia atrás. Que naquela época a gente n-, não=não=não negociava né com dinheiro, como se faz hoje, com cesta básica, com cabide de emprego, mas sim com roupa. A gente dava roupa, corte de vestido, corte de fazenda (pausa). E eu me lembro que numa ocasião meu pai saiu à noite dando corte de fazenda prum monte de gente, que um político tinha dado pra ele, e a gente tava entregando papelzinho, porque era divertido” (linhas 186-196 da entrevista).

possibilitou uma mudança na orientação de seus projetos políticos, agora menos clientelistas, mas sempre direcionadas para a comunidade.

b) Contexto da entrevista:

Essa entrevista causou certa inquietação, pois *Alice* havia me alertado para ir com “jeito” devido o temperamento da entrevistada. No entanto, *Beatriz* foi solícita e prontamente se dispôs a marcar a entrevista para aquela semana. O local indicado para o encontro foi o próprio COMOSG, numa sexta-feira após as 17:00 horas. No horário combinado me apresentei e rapidamente iniciamos a entrevista. Como a entrevista ocorreu no final de tarde, havia policiais fazendo *blitz* na frente da escola local.

Após a pergunta inicial, *Beatriz* falou por aproximadamente uma hora e trinta minutos, com poucas interrupções da entrevistadora. As perguntas sobre a história do bairro e sobre a relação entre as pessoas foram incluídas na sua narração. Sua entrevista se revelou bastante rica, pois apresenta análises de muitos problemas da comunidade sob a ótica de alguém que vive cotidianamente com essas situações.

Durante a entrevista, *Beatriz*, por assim dizer, me encantou com sua forma de narrar: com simplicidade e muito sentimento. Tivemos uma interrupção quando um jovem entrou na sala procurando sua mãe. Nota-se que o Conselho é um espaço de referência para os moradores.

Terminamos a entrevista e ainda ficamos conversando sobre alguns dos assuntos abordados, como sua vida familiar, sua militância e a profunda admiração pelas filhas, que “herdaram” o “gosto pela rua”. Uma de suas filhas é assistente social e realizou um trabalho numa penitenciária do estado.

Ela tinha um vasto conhecimento sobre o bairro e sobre a relação com os moradores recém-chegados do conjunto habitacional. E, como sua narração foi muito intensa, ficou a sensação que eu poderia ficar horas ouvindo-a falar. Isso dificultou a identificação do momento de terminar a entrevista. Como ainda ficamos conversando um pouco depois da gravação, pois *Beatriz* continuou a falar por uns 10 minutos, fiquei tentada a religar o gravador.

Essa entrevista foi muito importante, pois a entrevistada tinha um grande conhecimento da história do bairro e uma ampla convivência com os moradores. Tais fatos, aliados à facilidade de narração de *Beatriz*, contribuíram para a coleta de um material significativo.

<b>Entrevista com <i>Gerusa</i></b>	<b>Data: 24/11/2003</b>	<b>Duração: 00:50:00</b>
-------------------------------------	-------------------------	--------------------------

a) Sobre a entrevistada:

*Gerusa* tem 22 anos, é moradora do bairro e ex-moradora do conjunto habitacional, casada, mãe de uma criança, acadêmica e coordenadora de projetos com crianças no COMOSG.

Nasceu no bairro e sempre morou no local. É a mais jovem dos entrevistados adultos. Também residiu no conjunto habitacional, quando de sua implementação em 2000. Porém, devido aos fatos relatados, relacionados à violência e ao medo, voltou a morar na casa dos pais, localizada no próprio bairro.

Estabelecemos contato inicial ainda na fase do levantamento preliminar da pesquisa. Fomos apresentadas por meio de *Alice*, mas em outras visitas ao COMOSG eu a procurei para conversarmos sobre a comunidade e seus problemas. Estabelecemos, assim, uma relação amistosa. Temos em comum o fato de sermos acadêmicas. Ela frequenta o curso de pedagogia na UDESC e tenta aplicar esse conhecimento nos projetos que participa no COMOSG. *Gerusa* ajuda a coordenar as atividades pedagógicas no conselho.

Sua participação voluntária no conselho é uma opção pessoal, mas está relacionada a um projeto coletivo para a comunidade. Orienta sua ação no sentido da participação coletiva, como tentativa de construir, junto com os outros membros do conselho e com os moradores do bairro, uma alternativa possível para a integração dos novos moradores, especialmente das crianças e dos jovens adolescentes.

b) Contexto da entrevista:

Esta entrevistada, apesar de nossa afinidade acadêmica, foi mais resistente em participar da entrevista. Liguei para sua casa, me apresentei novamente e perguntei se ela gostaria de participar de uma entrevista. Ela gentilmente pediu que eu deixasse meu telefone e que num outro momento daria um retorno. Percebi que ela havia esquecido, ou propositalmente esquecido, e liguei mais uma vez. Nessa ocasião, relatou que tinha receio de prejudicar minha pesquisa, devido a seu olhar poder estar “contaminado”. Deduzi com isso, que se referia a sua visão sobre a relação entre teoria e prática de pesquisa. Seu temor parecia vir do fato de ela também participar de um grupo de pesquisas na UDESC e conhecer as questões teórico-metodológicas e as técnicas de pesquisa. Ao mesmo tempo, ela participava do conselho. Imagino que o seu receio

possa ser explicado através da noção de *bias*<sup>21</sup> de Becker (1994). Devido a minha contra-argumentação, no sentido de esclarecer que gostaria que ela contasse um pouco sobre a história do bairro e como foi sua experiência como moradora do conjunto habitacional, ela aceitou participar da entrevista e indicou que o melhor lugar seria na universidade (UFSC).

Diante de seu receio em participar, no dia marcado fiquei apreensiva se ela realmente compareceria ao nosso encontro. Marcamos para as 10:00 horas, na sala do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS)<sup>22</sup>. Quando ela chegou, fiz questão de apresentar as instalações do NPMS, falei sobre as pesquisas e atividades ali realizadas. Em seguida, fomos para o local da entrevista. No entorno do local da entrevista havia muito barulho, o que, em alguns momentos, chegou a me inquietar e desconcentrar. Porém, a entrevistada parecia estar à vontade e concentrada, falava calma e pausadamente e o barulho não interferiu em sua narrativa.

No início da entrevista, *Gerusa* desviava um pouco seu olhar, mas logo descontraíu e parecia muito entusiasmada com o processo. Quando terminamos, ficamos conversando ainda por cerca de vinte minutos. Perguntei se ela havia desmistificado sua visão inicial sobre o processo de entrevista, e ela acenou que sim.

Após a entrevista conversamos ainda sobre outros assuntos como a questão do medo e da violência, bem como sobre o processo de pesquisa. Mais uma vez fiquei tentada a continuar gravando após desligar o equipamento. Pois, o momento pós-entrevista se torna mais descontraído tanto para o entrevistado, como para o entrevistador. Outro aspecto é o fato de o entrevistado ter um “poder de fascinação” sobre o pesquisador, quero dizer, o entrevistado conhece uma realidade que o pesquisador não conhece.

---

<sup>21</sup> Becker refere-se a *bias* como os vieses que podem influenciar nos resultados das pesquisas.

<sup>22</sup> Núcleo de pesquisas ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Ilse Scherer-Warren, do qual sou integrante.

<b>Entrevista com <i>Daniel</i></b>	<b>Data: 14/01/2004</b>	<b>Duração: 00:44:30</b>
-------------------------------------	-------------------------	--------------------------

a) Sobre o entrevistado:

*Daniel* tem cerca de 40 anos, é morador do bairro há cerca de 25 anos, casado, pai de dois filhos, bacharel em história e participante do COMOSG.

Seus avós e seu pai nasceram no bairro. Ele acompanhou boa parte das transformações ocorridas no local e possui uma rica memória da expressão cultural dos antigos moradores. Além disso, também é uma liderança no bairro, estando à frente do conselho há muitos anos.

Nosso contato ocorreu durante o processo da pesquisa. Fomos apresentados na ocasião da inauguração das novas instalações do conselho. Nessa ocasião, conversamos ligeiramente sobre assuntos relacionados ao conselho e ao bairro. *Daniel* mostrou-me um painel de fotos que estava afixado na parede, pois representava alguns dos momentos da trajetória do COMOSG. Falava com muito orgulho, pois conhecia boa parte dessa trajetória. Falei que estava iniciando uma pesquisa e, caso fosse possível, ele me concedesse uma entrevista. De forma tímida, não afirmou nem negou minha solicitação. Num primeiro momento não me deu resposta alguma sobre a realização da entrevista, mas em outra oportunidade conversei novamente com ele e marcamos a entrevista.

Sua narrativa enfatiza a relação do conselho com os órgãos públicos, a questão da violência e a relação entre jovens e adultos. Também faz uma avaliação dos “impactos” vividos pelos moradores do bairro com a implantação dos vários conjuntos habitacionais no decorrer dos últimos 15 ou 20 anos.

b) Contexto da entrevista:

Ainda no final da entrevista com *Beatriz*, *Daniel* havia entrado na sala após às 18 horas para trabalhar. Nessa oportunidade, perguntei outra vez se ele não gostaria de participar de uma entrevista. Ele respondeu “quem sabe”, acenando que seria possível participar.

Em janeiro de 2004, tentei novamente um contato. Consegui seu telefone no conselho e liguei. Ele aceitou participar e logo marcou o dia e o local.

A entrevista ocorreu no COMOSG. Na sala havia uma pessoa que trabalhava com eles, que lá permaneceu até o final da entrevista. Sua presença não atrapalhou a entrevista. Parecia uma espécie de participante oculto naquele encontro.

O entrevistado falou por uns 20 minutos e fomos interrompidos por um breve instante (para ele dar uma informação a uma mãe). No retorno, tivemos um probleminha na gravação, mas logo foi resolvido.

Sua narração inicial discorre sobre a história da trajetória do bairro, os primeiros moradores e o seu desenvolvimento, e os impactos da implementação dos conjuntos habitacionais. A narrativa do entrevistado é intensa e ele se refere com saudades dos tempos de outrora. Dessa forma, parecia estar à vontade, falando de algo que conhecia bem de perto.

Como ele é muito requisitado quando está no conselho, antes do término da entrevista já haviam pessoas a sua espera. Involuntariamente ocorreu uma certa aceleração da entrevista. Isso, porém, não pareceu ter influenciado em omissões de questões ou tópicos.

Depois da entrevista, ainda conversávamos os três, o entrevistado, a entrevistadora e a moça que estava na sala, sobre alguns temas já tratados na entrevista, como a história do bairro, a perda da identidade dos jovens e a necessidade de pessoas capacitadas para lidar com os jovens. *Daniel* também elaborou uma crítica ao poder público sobre o descaso para com a comunidade.

Do exposto, a seguir apresentaremos um resumo da origem e trajetória de moradia dos adultos.

**Quadro nº 1 - Origem e trajetória de moradia dos adultos**

Trajetória Nome, idade	Origem e trajetória de moradia	Obs
<i>Alice</i> (Cerca de 50 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nasceu em outro estado</li> <li>• Mora no bairro há cerca de 10 anos</li> <li>• Atualmente mora no bairro</li> </ul>	Artista plástica, foi membro da APP e voluntária na escola e no COMOSG.
<i>Beatriz</i> (46 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nasceu em Florianópolis (bairro Saco Grande)</li> <li>• Morou em um outro bairro de Florianópolis</li> <li>• Atualmente mora no bairro</li> </ul>	Líder comunitária e membro do COMOSG.
<i>Gerusa</i> (22 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nasceu em Florianópolis</li> <li>• Morou no bairro</li> <li>• Morou no Conjunto Habitacional</li> <li>• Atualmente mora no bairro</li> </ul>	Acadêmica do curso de pedagogia da UDESC, trabalha com projetos para crianças no COMOSG.
<i>Daniel</i> (cerca de 40 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nasceu em Florianópolis</li> <li>• Morou em um outro bairro de Florianópolis</li> <li>• Atualmente mora no bairro</li> </ul>	Bacharel em história e membro do COMOSG

### 5.2.2. Perfil dos jovens entrevistados e descrição do contexto das entrevistas

Durante uma visita ao projeto Agente Jovem em novembro de 2003, novamente me apresentei ao grupo para explicar quais eram os objetivos gerais da pesquisa. Nessa ocasião, mencionei que gostaria de realizar algumas entrevistas e explicitar os critérios de participação. Expliquei que se tratava de uma entrevista de grupo e que, nesse caso, tinha uma limitação de número de participantes (no mínimo dois e no máximo seis). Além disso, enfatizei que os grupos seriam formados por eles mesmos, em função da proximidade entre os membros. Expliquei também que na entrevista de grupo poderiam fazer parte outros jovens que não estivessem freqüentando o projeto, como, por exemplo, vizinhos de bairro, colegas da escola ou do grupo de música etc., mas que deveria ser formado por moradores do bairro.

Assim, solicitei que os interessados se organizassem e me procurassem no intervalo ou no final das atividades para trocarmos telefone ou para conversarmos sobre datas e locais. Para meu desânimo, pouquíssimos jovens manifestaram interesse. Consegui duas entrevistas de grupo (grupo *Primas* e grupo *Irmãs*). Um outro grupo de três jovens, rapazes moradores do conjunto habitacional, também se prontificou a participar, mas, de fato, esse grupo não compareceu no dia combinado para a realização da entrevista. No dia e local combinados, um dos jovens desse grupo foi ao meu encontro para desmarcar e justificar que os outros dois membros “tinham dado pra trás”.

Diante dessa dificuldade, fui até o conselho dos moradores para conhecer o “Projeto Agente Jovem Ambiental”, que havia sido indicado pelos entrevistados adultos. Nesse sentido, os membros do COMOSG me deixaram à vontade para entrar em contato com os jovens que participavam em um projeto de outra instituição. Dessa maneira, foi possível conhecer mais um grupo de jovens no bairro. Em janeiro de 2004, iniciei as observações com os jovens e realizei mais duas entrevistas (grupo *Viagem* e grupo *Mosaico*).

O quadro, a seguir, visa oferecer um panorama da nomenclatura que será utilizada para identificar os informantes nas entrevistas, bem como para diferenciar os espaços de participação em que observei os jovens adolescentes.

Os nomes dos jovens são fictícios. Entretanto, os nomes cujas iniciais são semelhantes serão diferenciadas, por exemplo, *Janaina* (Ja) e *Joana* (Jo), *Ana Lúcia* (Al) e *Antonia* (An), *Fátima* (Fa) e *Fernanda* (Fe). Quando da utilização de suas falas,



utilizarei um identificador “f” ou “m” no final de cada abreviatura para indicar, respectivamente, o sexo feminino ou masculino.

### Quadro nº 2 – Identificação dos participantes dos grupos

Projeto freqüentado pelo Grupo	Nome do Grupo	Nomes e códigos de identificação dos participantes
Projeto Agente Jovem	Grupo <i>Primas</i> (duas moças)	<i>Solange</i> (Sf) e <i>Janáina</i> (Jaf)
Projeto Agente Jovem	Grupo <i>Irmãs</i> (duas moças)	<i>Antônia</i> (Anf) e <i>Ana Lúcia</i> (Alf)
Projeto Agente Jovem Ambiental	Grupo <i>Viagem</i> (duas moças e um rapaz)	<i>Fátima</i> (Faf), <i>Fernanda</i> (Fef) e <i>Tomás</i> (Tm)
Projeto Agente Jovem Ambiental	Grupo <i>Mosaico</i> (duas moças e um rapaz)	<i>Cássia</i> (Cf), <i>Joana</i> (Jof) e <i>Mateus</i> (Mm)

Abaixo, apresento uma descrição sobre a organização dos jovens nos dois projetos – Agente Jovem e Agente Jovem Ambiental – como forma de situar o critério de formação dos grupos.

#### 5.2.2.1. Grupos *Primas* e *Irmãs* (Projeto Agente Jovem)

Nesse projeto participavam cerca de 25 jovens adolescentes moradores do bairro Saco Grande, do conjunto habitacional e do bairro Monte Verde. Entretanto, no período da pesquisa, esse número havia diminuído devido à desistência de alguns deles.

Havia mais jovens adolescentes do sexo masculino que do feminino. Pude perceber que existia o grande grupo que formava o projeto Agente Jovem e outros subgrupos integrantes desse grupo, cuja identificação parecia ocorrer em função da maior proximidade de suas relações.

Assim, havia pequenos grupos, como, por exemplo um de cinco jovens moças que eram primas e irmãs (duas delas participaram da entrevista do grupo *Primas*), outro grupo de duas moças e um rapaz (eram irmãs e ele primo, as duas moças participaram do grupo *Irmãs*), havia também um grupo formado por jovens do sexo masculino que eram moradores do conjunto habitacional e outro grupo composto de jovens moradores do bairro Monte Verde (esse era o maior subgrupo).

Os grupos que participavam desse projeto foram formados mediante critério de parentesco, no caso duas primas e duas irmãs.

#### 5.2.2.2. Grupos *Viagem* e *Mosaico* (Projeto Agente Jovem Ambiental)

O projeto Agente Jovem Ambiental atende cerca de 20 jovens adolescentes. A maioria (cerca de 13) das jovens era do sexo feminino. Nele também percebi que os jovens adolescentes formavam subgrupos, porém como a maioria dos jovens era moradora do conjunto habitacional e poucos eram moradores do bairro, parecia ocorrer maior interação entre os subgrupos, em função da proximidade ou da vizinhança, bem como pelo estabelecimento de relações de amizade.

Portanto, nesse projeto, o critério de formação dos grupos pareceu ser o da proximidade e amizade. O grupo *Viagem* foi formado inicialmente por dois jovens que foram vizinhos na infância. Na ocasião da pesquisa, *Tomás* continuava a morar no morro e *Fernanda*, que fora sua vizinha, estava morando no conjunto habitacional. Quando *Fernanda* e *Tomás* estavam se encaminhando para a sala onde seria realizada a entrevista, *Fátima* resolveu acompanhá-los, talvez por curiosidade, e o grupo a acolheu.

O grupo *Mosaico* foi formado pelo critério de amizade. *Joana* e *Mateus* se conheceram na escola local. Ele é morador do bairro e *Joana* do conjunto habitacional. A terceira integrante do grupo (*Cássia*) também decidiu participar da entrevista no momento em que *Joana* e *Mateus* estavam se dirigindo para o local da entrevista.

A seguir apresento os integrantes dos grupos, bem como o contexto de cada entrevista.

<b>Entrevista grupo <i>Primas</i></b>	<b>Data: 11/12/2003</b>	<b>Duração: 00:52:33</b>
---------------------------------------	-------------------------	--------------------------

a) Sobre as entrevistadas:

*Solange* tem 15 anos, nasceu em Foz do Iguaçu (PR) e não lembra a cidade de nascimento de seu pai nem de sua mãe. Mora no bairro Saco Grande no conjunto habitacional Vila Cachoeira desde 2002 e não morou em outros bairros do município. Cursa o ensino fundamental na escola local. Não sabe a escolaridade da mãe nem a do pai. Seu lazer preferido é ver televisão e frequenta o Projeto Agente Jovem. *Solange* não sabe o que pretende ser no futuro.

*Janaína* tem 16 anos, nasceu no Rio Grande do Sul e seus pais também são de lá. Mora no bairro Saco Grande no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e foi moradora da Via Expressa. Estava completando a 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental, frequentou curso de computação e atualmente está desempregada. Desconhece a escolaridade de seus pais. Frequenta o grupo do Projeto Agente Jovem. *Janaína* pretende ser juíza no futuro.

*Solange* e *Janaína* são primas. Nosso contato inicial ocorreu no Projeto Agente Jovem. Elas ficavam sempre juntas nas atividades realizadas pelo grupo. Porém, a *Janaína* ficava me observando, ao mesmo tempo em que fazia questão de demonstrar, com certo desprezo, que eu não era bem aceita por ela. Mantinha uma certa distância para comigo. Já *Solange* parecia mais acessível, mesmo demonstrando timidez. No decorrer de alguns encontros insistentemente tentei uma aproximação com essas moças.

Um fato que chamou minha atenção ocorreu depois de um tempo que estava observando o grupo. Numa ocasião, *Janaína* perguntou-me a hora, logo em seguida perguntou novamente assim passei a estender o braço para que ela visse pessoalmente a hora. Como estávamos em uma atividade Balakubatuki e não dava para conversar, ela acenou para mim sinalizando que não via a hora. No final dessa atividade, perguntou-me novamente as horas e eu mostrei o relógio. Nesse momento, disse-me que não sabia ler as horas naquele tipo de relógio (analógico). Me coloquei a sua disposição, caso quisesse, para explicar como ler as horas nesse tipo de relógio. Após essa ocasião, pareceu-me que *Janaína* começava a aceitar minha aproximação, mesmo que com reserva. Passamos a conversar mais e sempre me aproximava delas para vê-las realizando as atividades de artesanato. Uma outra “evidência” de sua aproximação foi quando todos falavam animadamente numa das atividades no projeto. Nessa ocasião, eu havia deixado o diário de campo em cima da mesa, pois havia retirado o gravador para o

pessoal escutar a gravação da atividade do Balakubatuki gravada na semana anterior. Percebi, em determinado momento, que *Janaína* estava lendo o caderno de campo. Aproximei-me da mesa e sutilmente fui guardando o material de pesquisa, depois pedi o caderno que ela segurava na mão. Achei estranha a sua atitude, mas depois percebi que ela desconfiava de minhas intenções e procurou se certificar delas lendo as anotações de campo. A partir desse momento seu comportamento para comigo mudou, ela não mais me olhava de forma indiferente ou com desconfiança. Acredito que ela demonstrou isso quando aceitou prontamente participar do processo de entrevista. Combinamos local, dia e horário. Porém, como a entrevista ocorreria após as atividades do projeto, fiquei apreensiva se elas iriam lembrar do nosso encontro, pois não possuíam telefone para que eu pudesse lembrá-las.

Um aspecto interessante do processo de entrevista com essas jovens foi o convite feito por *Janaína*. Quando marcamos a entrevista, ela sugeriu que saíssemos após a entrevista para passear ou no centro da cidade ou no *shopping center* Beira-Mar para ver os enfeites de natal.

Aceitei o convite, mas fiquei pensando se também não se tratava de mais uma forma de colher evidências acerca de minha inserção no grupo. Nesse caso, parecia querer comprovar como seria nosso convívio fora daquele espaço, ou talvez me conhecer um pouco mais, ou mesmo observar como seria minha reação em sua companhia.

b) Contexto da entrevista:

O local indicado por elas para a entrevista foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Talvez tivessem curiosidade em conhecer aquele espaço. Havia comentado com elas que levaria um lanche para que a entrevista fosse mais prazerosa e confortável.

Combinamos que no dia marcado para a entrevista eu as buscaria no conjunto habitacional. Elas solicitaram que eu as esperasse em frente à escola. Cheguei no horário e local previsto, pontualmente. Passados alguns instantes, novamente me ocorreu de elas terem esquecido o nosso encontro. Mas, em seguida, *Solange* veio ao meu encontro e convidou-me para ir até sua casa, dizendo que elas ainda estavam se arrumando.

Lá chegando, me deixou conversando com a mãe de *Janaína*. Esta senhora também é tia de *Solange*. Conversamos sobre assuntos relacionados à família. Contou-

me que ela tem sete filhos, sendo que o mais novo tem três anos e a filha mais velha de 17 anos<sup>23</sup>. Seus filhos menores freqüentam os projetos do conselho dos moradores do bairro e suas filhas mais velhas, o projeto Agente Jovem. Também conversamos sobre sua trajetória migrante. Fiquei sabendo que sua família viera do Rio Grande do Sul, migraram para São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, morou também em Foz do Iguaçu (PR) e, atualmente, mora em Florianópolis. Falou-me que isso ocorreu devido às atividades de seu marido, porém decidira que daqui não sairia mais.

Quando as jovens terminaram de se arrumar, saímos e nos dirigimos ao ponto de ônibus. Elas comentaram que tiveram receio que eu não comparecesse ao encontro. Também coloquei o meu temor de elas não comparecerem. Perguntaram como seria a entrevista respondi que seria um bate-papo descontraído e que eu havia preparado um lanche para nosso encontro<sup>24</sup>. No ônibus elas pareciam muito curiosas olhando para a janela, quando conversamos sobre assuntos gerais. Falaram-me que no dia 12 de dezembro de 2003 seria a formatura delas no colégio. Perguntei-lhes qual a série que estavam concluindo. Elas responderam: 4ª série do ensino fundamental.

Quando chegamos ao campus da universidade, mais uma vez *Janaína* perguntou como seria a entrevista. Reafirmei que se tratava de um bate-papo sobre a experiência delas no bairro. Elas pareciam não conhecer o campus universitário. Assim, fui indicando, no nosso trajeto até o CFH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), os prédios (biblioteca, reitoria, centro de convivência, etc.). Entretanto, o espaço que mais chamou a atenção delas foi a Concha Acústica, um espaço de eventos e encontro dos jovens universitários. Enquanto caminhávamos, percebi que *Janaína* corrigia *Solange* em relação a sua forma de andar e se portar<sup>25</sup>. Riam e olhavam as pessoas discretamente. Observei que elas tentavam adotar um comportamento compatível para um contexto universitário. O fato de estar num ambiente universitário requeria delas uma outra postura.

Compramos refrigerantes e nos dirigimos para a sala onde seria realizada a entrevista. No caminho, também ia apresentando as jovens a alguns colegas que ia encontrando. Quando chegamos ao local entrevista<sup>26</sup>, perguntei se elas gostariam de ir

---

<sup>23</sup> Esta moça é mãe de um filho. Também freqüentou o projeto e eu a convidei para a entrevista, porém não quis participar.

<sup>24</sup> Elas gostaram de saber que eu havia pedido a uma vizinha minha para fazer um bolo, pois no dia anterior estava envolvida com as atividades do mestrado.

<sup>25</sup> Solange estava andando sem postura, de acordo com a avaliação de Janaína, e falava algumas palavras erradas.

<sup>26</sup> Entrevista realizada na sala do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS).

ao banheiro ou outra coisa. Tive que me ausentar por alguns instantes para providenciar mais cadeiras.

Na sala, organizei a mesa com o lanche e coloquei o gravador mais próximo delas. Percebi que ficaram à vontade. Elas se colocaram à disposição para iniciar a entrevista e sobre o que o eu gostaria de saber. Expliquei novamente que não tinha perguntas fechadas, mas que gostaria de saber a história delas no bairro ou sobre o que elas tinham interesse em falar.

Inicialmente *Solange* não quis participar da entrevista. Falou que veio fazer companhia para *Janaína*. Porém, demonstrou interesse e parecia estar gostando de participar da atividade. Em relação à *Janaína*, que no processo de observação foi mais resistente com a minha presença no grupo, para minha surpresa, foi ela quem mais falou na entrevista.

Iniciei a entrevista pedindo que elas contassem um pouco sobre como foram morar no bairro e suas histórias de vida. As duas moças começaram falando pouco e timidamente, pois não lembravam ou não queriam lembrar de fatos passados. Com essa dificuldade inicial, percebi que teria que usar o roteiro de perguntas.

Nesse sentido, ocorreu uma diferenciação em relação ao uso do roteiro para a entrevista com os jovens adolescentes e com os adultos. Nas entrevistas com os adultos, estes falavam com mais desenvoltura, mesmo que inicialmente demonstrassem timidez para realizar uma entrevista. Algumas perguntas do roteiro foram incluídas espontaneamente pelos entrevistados em suas narrações. Com os jovens adolescentes, o processo foi um pouco diferente. Com esse estrato etário, a estratégia foi seguir o roteiro, pois exigem uma certa orientação para o diálogo.

Nesses casos, segui o tópico-guia. Entretanto, isso não impossibilitou a inclusão de outros temas que não estavam no roteiro. Tanto é que cada grupo enfatizou questões diferentes, mesmo seguindo o mesmo roteiro de tópicos. Dessa forma, no decorrer da entrevista as jovens citaram outros temas; eu apenas perguntava mais coisas para esclarecer os pontos de suas falas que não haviam ficado claros ou para aproveitar os assuntos que eram tratados por eles.

Em dois ou três momentos da entrevista com esse grupo, *Janaína* quis se certificar de que as informações narradas teriam um tratamento sigiloso. Em todos esses momentos, reiterei que, caso os dados fossem utilizados na pesquisa, todos os nomes de pessoas seriam mudados para que não houvesse qualquer tipo de identificação por

outras pessoas. Assim, ela narrou situações de pessoas de seu convívio envolvidas com o tráfico de drogas.

Depois da entrevista nos dirigimos para uma outra sala do NPMS. Era uma forma de mostrar minha ligação com a universidade e as atividades que realizava. Enfim, como forma de colocá-las em contato com a entrevistadora no espaço da academia. Lá chegando, o interesse delas foi acessar a Internet. Perguntei o que elas gostariam de procurar e elas responderam que queriam entrar na página de um cantor famoso, porém não sabiam como era a grafia de seu nome. Em seguida, me convidaram para ir ao *shopping*.

Na ocasião do convite para a entrevista, *Janaína* sugeriu que depois da entrevista fôssemos passear ou no centro da cidade ou no *shopping* Beira Mar. Eu havia demonstrado interesse em ir ao centro da cidade. Porém, no dia da entrevista me convenceram a ir para o *shopping*. Fiquei sabendo que elas freqüentavam pouco esse local, mas que gostavam de ver os enfeites de Natal. Assim, nos encaminhamos para lá.

No *shopping* passeamos nos vários pisos olhando as vitrines. Conversamos sobre a forma que as pessoas normalmente viam as pessoas que eram diferentes deles. Elas afirmaram que sentiam os olhares diferentes para com elas, mas que não ligavam. Ao passar pelas vitrines, elas indicavam que a roupa tal era seu estilo e que gostariam de comprar tal roupa para seus namorados, se tivessem dinheiro.

Num determinado momento do passeio, elas demonstraram que gostariam de comer um lanche. Fomos até a praça de alimentação e optamos por um lanche mais econômico de peito de peru no *Bob's*. Depois do lanche, acenaram que gostariam de ir embora, pois já passava das 15 horas. Acompanhei as duas jovens até o ponto do ônibus. Antes de embarcarmos no ônibus, agradeceram o passeio e me convidaram para sua formatura que ocorreria no dia seguinte. Respondi que infelizmente naquele dia eu teria aula e por isso não poderia comparecer, mas que gostaria de ver as fotos e saber como foi.

Depois desse dia, eu e *Janaína* nos encontramos rapidamente no conjunto habitacional. Ela me recebeu com atenção e trocamos algumas palavras sobre sua formatura e seu namorado: disse-me que estava pensando em casar no final de 2004.

<b>Entrevista grupo Irmãs</b>	<b>Data: 29/01/2004</b>	<b>Duração: 00:14:12</b>
-------------------------------	-------------------------	--------------------------

a) Sobre as entrevistadas:

*Antônia* tem 17 anos e é casada. Nasceu em Florianópolis, seu pai nasceu no Paraná e sua mãe em Florianópolis. Mora no bairro Saco Grande desde que nasceu e no conjunto habitacional Vila Cachoeira desde 2000. Cursa o ensino médio. Sua mãe tem ensino médio completo (técnica de enfermagem) e trabalha como agente de saúde no bairro, seu pai tem ensino fundamental completo e trabalha como vigilante. Seu lazer preferido é freqüentar a escola, diz não fazer parte de nenhum grupo ou associação. Freqüenta o grupo do Projeto Agente Jovem. *Antônia* trabalha atualmente como vendedora e pretende “ser uma boa professora de educação física ou talvez engenheira, mas exercer a profissão”<sup>27</sup>.

*Ana Lúcia* tem 16 anos e é irmã de *Antônia*. Também é casada e nasceu em Florianópolis. Não faz parte de nenhum grupo ou associação e freqüenta o grupo do projeto Agente Jovem. *Ana Lúcia* trabalha como vendedora e pretende “ser advogada e exercer a profissão”.

O contato com *Antônia* e *Ana Lúcio* foi estabelecido através do Projeto Agente Jovem. Elas participavam sempre do mesmo grupo, formado por elas e por alguns rapazes do próprio bairro e do Monte Verde. Inicialmente, elas se mostravam pouco confiantes sobre minha presença no grupo. Apesar disso, me trataram com atenção. Percebi que elas não gostavam muito das outras moças do grupo, que eram moradoras do conjunto habitacional, pois não conversavam ou se relacionavam com elas.

Nossa aproximação se deu na ocasião da 2ª Gincana<sup>28</sup>. No final de novembro, elas estavam fazendo um curso profissionalizante e se afastaram por um tempo do projeto, já no final das atividades. Numa ocasião em que estava me dirigindo para o conjunto habitacional, nos encontramos no ponto de ônibus e falamos rapidamente. Nesse momento, perguntei se elas não gostariam de participar de uma entrevista. Elas me forneceram seus telefones para entrarmos em contato em janeiro.

Em janeiro de 2004 liguei para saber como estavam e aproveitei a oportunidade para perguntar se elas gostariam de participar de uma entrevista. Marcaram uma data, porém não foi possível realizar a entrevista devido a um compromisso de uma delas.

<sup>27</sup> Os dados contidos nessa descrição foram extraídos de um questionário aplicado pela pesquisadora após a realização da entrevista. Foi mantida a grafia original.

<sup>28</sup> Envolvendo os jovens do projeto Agente Jovem de quatro localidades.



Indicaram, então, uma outra data. Quando liguei novamente para confirmar a segunda data, as irmãs afirmaram que estavam “brigadas” uma com a outra, mas aceitaram participar do encontro. Elas divergiram quanto ao local da entrevista: *Ana Lúcia* queria que fosse realizada em sua casa (casa do sogro), mas *Antônia* assinalou que seria melhor que a entrevista ocorresse em sua casa (casa dos pais). Depois de alguns telefonemas, ambas concordaram que ficariam mais à vontade em casa de seus pais. Dessa forma, a entrevista foi realizada na casa dos pais de *Antonia* e *Ana Lúcia*, no conjunto habitacional.

b) Contexto da entrevista:

No local da entrevista havia muitos ruídos. O rádio estava ligado, o pai fazia reparos na casa e a irmã menor observava atenta e curiosa.

Talvez pelo fato de elas estarem “brigadas”, a entrevista ficou um pouco prejudicada em termos de maior interação do grupo, bem como na forma sintética das respostas. Além disso, elas tinham recém-acordado, pareciam sonolentas. *Ana Lúcia* perguntou-me sobre o que eu “queria” saber. Elas esperavam que eu fizesse as perguntas. Expliquei que era um bate-papo e que era para elas falarem um pouco sobre a história do bairro.

Essa entrevista foi a mais curta, durou cerca de quinze minutos. Depois do encontro, *Ana Lúcia* fez questão de me acompanhar até o ponto de ônibus, antes, porém, levou-me até sua casa e apresentou-me a sua sogra. Depois nos despedimos. Posteriormente ao processo de entrevista reencontrei *Ana Lúcia* no centro da cidade, conversamos um pouco sobre o ano letivo e sobre seus projetos para o ano de 2004.

<b>Entrevista grupo <i>Viagem</i></b>	<b>Data: 05/02/2004</b>	<b>Duração: 00:30:15</b>
---------------------------------------	-------------------------	--------------------------

a) Sobre os entrevistados:

*Fátima* tem 15 anos e nasceu em Florianópolis. Seus pais também nasceram em Florianópolis. Mora no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira há cerca de três anos, antes morava no bairro Coqueiros. Está cursando o ensino médio, não indicou a escolaridade da mãe nem a do pai. No momento, sua mãe estava desempregada e seu pai era motorista. Seu lazer preferido é seu quarto. *Fátima* participa do Projeto Agente Jovem. No futuro pretende “mim enforma e trabalhar”.

*Fernanda* tem 14 anos, nasceu em Florianópolis, sua mãe veio do Paraná e não sabe muito sobre seu pai. Mora no bairro desde que nasceu e, atualmente, reside no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Cursa o ensino médio, sua mãe tem ensino médio completo, trabalha como cozinheira. Seu lazer preferido é a dança e o teatro, participa do Projeto Agente Jovem Ambiental. Pretende no futuro “formar, se casar, ter filhos e ser muito feliz”.

*Tomás* tem 16 anos, nasceu em Florianópolis, seu pai veio do Paraná (Pato Branco) e sua mãe da região da Grande Florianópolis (município de Angelina). Mora no bairro desde que nasceu. Atualmente está cursando o ensino médio, sua mãe tem ensino fundamental completo e é do lar, e seu pai ensino fundamental incompleto e trabalha como autônomo. Seu lazer preferido é o futebol. Participa do Projeto Agente Jovem Ambiental. No futuro pretende ser professor de inglês.

Conheci o grupo no projeto Agente Jovem Ambiental. No primeiro encontro, depois que me apresentei ao grande grupo e falei um pouco sobre a pesquisa que estava realizando e sobre a entrevista, também me coloquei a disposição dos monitores para participar das atividades. Naquela ocasião, um membro de uma ONG estava conversando com os jovens sobre um projeto e eles prestavam bastante atenção e faziam perguntas. Depois desse bate-papo, o grupo voltou a realizar as atividades de mosaico, fazendo seus desenhos na madeira.

No segundo encontro com o grupo, já no final das atividades, três jovens adolescentes me perguntaram sobre a entrevista, respondi que traria o gravador na semana seguinte e que os interessados poderiam participar da entrevista. *Tomás* e *Fernanda* ouviram as moças perguntando e, depois das atividades do Projeto, se dirigiram ao meu encontro no ponto de ônibus para me perguntar sobre a entrevista. Falei o mesmo que já havia mencionado para as moças. Eles se colocaram a disposição

para realizar uma entrevista. Combinamos que a entrevista seria realizada depois das atividades do projeto.

b) Contexto da entrevista:

No dia marcado, o grupo veio solicitar a antecipação da entrevista. Dessa forma, conversei com o monitor e o capacitador para eles liberarem os jovens das atividades. Tivemos ainda permissão para realizar a entrevista na sala da presidência do COMOSG.

Quando estávamos nos dirigimos para a sala, *Fátima* demonstrou interesse em acompanhar os outros dois membros. Perguntei para eles se tinha algum problema em relação à participação de *Fátima*, mas *Tomás* e *Fernanda* acenaram que não.

Chegando na sala, *Tomás* sentou na cadeira do “chefe”, colocou os pés na mesa e se jogou para trás. Por uns instantes ele parecia gostar daquela posição. E, num salto, saiu da cadeira e olhou para mim, pois se deu conta disso. Disse-lhe que, para mim, não tinha problema se ele quisesse ficar ali. Mas ele quis mudar de posição. Então sugeri que sentássemos numa mesa redonda de reunião ao lado da mesa do “chefe”.

Fizeram muitas perguntas, tinham curiosidades sobre o processo de entrevista e receio quanto às perguntas. Em alguns momentos eles gesticulavam um com o outro, especialmente *Tomás* e *Fernanda*, pois já se conheciam há mais tempo. Eles tentavam se comunicar entre si por intermédio de gestos, pois a entrevista já havia sido iniciada. Gesticulavam para que falassem um de cada vez, tinham receio que isso interferisse na gravação. Nestes momentos, coloquei-os à vontade para que se comunicassem como quisessem.

Inicialmente *Fátima* não quis participar, disse que gostaria apenas de estar presente. Mas, no decorrer da entrevista, interagiu com o grupo e também participou do processo.

Nesse grupo, talvez por ser composto de três membros, ocorreu divergência de opiniões em vários temas, como casamento e violência. Nesse caso, para eles os jovens estavam morrendo devido ao envolvimento com drogas. *Tomás* dizia que era culpa dos jovens, e *Fernanda* e *Fátima* achavam que era dos pais. Porém, *Tomás* argumentou novamente e as outras duas moças não prosseguiram com o debate.

Por dois momentos tivemos interrupção. Num deles, um colega entrou para procurar uma bola, mas se mostrava muito curioso com a entrevista e, no outro, o monitor pedia que terminássemos a entrevista para participar de um bate-papo com um

rapaz de uma ONG. Percebi que nestes momentos o grupo se dispersou um pouco. Depois da segunda interrupção, tivemos que acelerar o processo, pois eles ficaram curiosos com o visitante.

No encontro posterior a pesquisadora trouxe o fone de ouvido para eles escutarem a gravação. Isso também gerou certa curiosidade nos outros jovens. Alguns tiveram interesse em ouvir a gravação, talvez nem tanto pela entrevista, mas devido ao equipamento que chamava a atenção deles. Os membros do grupo quiseram ouvir um pouco da gravação. Dois ou três colegas também quiseram ouvir a gravação, pedi permissão para o grupo e eles concederam.

<b>Entrevista grupo <i>Mosaico</i></b>	<b>Data: 12/02/2004</b>	<b>Duração: 00:52:00</b>
--	-------------------------	--------------------------

a) Sobre os entrevistados:

*Cássia* tem 15 anos, nasceu em Florianópolis e seus pais também. Mora no bairro há quatorze anos e residiu, muito pequena, num bairro situado no centro da cidade. Está cursando o ensino médio. Sua mãe tem ensino fundamental completo e coordena o atendimento ao usuário do Núcleo de Transportes da prefeitura. Seu pai tem ensino médio incompleto e é aposentado. Seu lazer preferido é o vôlei. No futuro pretende ser “uma boa jogadora de voley, e fazer faculdade de contabilidade” pois “adora matemática”.

*Joana* tem 14 anos e nasceu em Florianópolis. Seus pais também nasceram em Florianópolis. Mora no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira há cerca de quatro anos, antes habitava um outro bairro de Florianópolis, próximo a Via Expressa. Está cursando o ensino fundamental. Sua mãe tem ensino médio completo e é funcionária pública, e seu pai tem ensino médio incompleto e é microempresário. Seu lazer preferido é a praia e participa do Projeto Agente Jovem. No futuro pretende fazer teatro e pintura.

*Mateus* tem 16 anos, nasceu em Florianópolis não sabe nada sobre seu pai. Sua mãe também nasceu em Florianópolis. Está cursando o ensino médio e já frequentou curso profissionalizante na área de informática. Atualmente está desempregado. Seu lazer preferido é o futebol e participa do Projeto Agente Jovem Ambiental. No futuro pretende ser campeão de judô.

No primeiro contato com o grande grupo, *Joana* chamou minha atenção por seu jeito expansivo, brincava com suas colegas e com os monitores falando “gracinhas”. Perguntei se ela poderia formar um grupo para realizar uma entrevista no próximo encontro. Ela desconversou, falou algo que não escutei. Percebi que estava um pouco retraída. Senti que ela havia ficado enciumada por não ter sido a primeira a participar da entrevista. Assim, logo falei “e aí quando vocês vão querer realizar a entrevista?” E ela não respondeu. Disse-lhe, então, que traria o gravador no próximo encontro, caso ela quisesse participar da entrevista.

No encontro seguinte, ela novamente não quis participar, alegando falta de tempo. Entretanto, na semana seguinte, no último dia de atividades antes da gincana, *Joana*, *Cássia* e *Mateus* aceitaram participar da entrevista.

b) Contexto da entrevista:

A entrevista ocorreu na sala de atividades do Projeto Agente Jovem Ambiental, depois das atividades do grande grupo. Tinha muito ruído em nossa volta. O pessoal estava se organizando para a gincana. As moças estavam pintando suas camisetas, o pessoal do teatro ensaiando uma peça escrita por *Tomás*.

Iniciamos a entrevista, mas tivemos algumas interrupções de pessoas entrando e saindo da sala. No final do processo, dois jovens entraram na sala e ficaram por uns momentos conosco, com o consentimento do grupo entrevistado. Depois da entrevista os membros quiseram escutar a gravação e também permitiram que os outros dois jovens escutassem.

### 5.2.2.3. Breve caracterização da trajetória migratória e situação atual de moradia dos jovens entrevistados

No contexto dessa pesquisa, faz-se necessário caracterizar a trajetória migratória dos jovens entrevistados como forma de fornecer subsídios para situá-los no contexto do bairro. O quadro nº 3 a seguir, apresenta a procedência e a trajetória de cada entrevistado, como também indica o atual local de moradia. Esse quadro foi construído a partir das informações obtidas nas entrevistas, bem como por dados retirados de um pequeno questionário aplicado após as entrevistas (ver questionário em anexo).

**Quadro nº 3 – Trajetória migratória e atual local de moradia dos jovens entrevistados**

<b>Identificação e grupo</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Trajetória migratória</b>	<b>Atual local de moradia</b>
<i>Antônia</i> Grupo <i>Irmãs</i>	Florianópolis (Bairro Saco Grande)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou em um Morro do bairro desde pequena</li> </ul>	Conjunto habitacional
<i>Ana Lúcia</i> Grupo <i>Irmãs</i>	Florianópolis (Bairro Saco Grande)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou em um Morro do bairro desde pequena</li> <li>Morou no Conjunto Habitacional em 2000</li> </ul>	Bairro
<i>Solange</i> Grupo <i>Primas</i>	Paraná	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou em um Morro do bairro</li> </ul>	Conjunto Habitacional
<i>Janaina</i> Grupo <i>Primas</i>	Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou em Foz do Iguaçu</li> <li>Morou na Via Expressa (próximo ao Angeloni) até 2000</li> </ul>	Conjunto habitacional
<i>Fernanda</i> Grupo <i>Viagem</i>	Florianópolis (Bairro Saco Grande)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou em um Morro do bairro desde pequena</li> </ul>	Conjunto habitacional
<i>Fátima</i> Grupo <i>Viagem</i>	Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou no bairro Coqueiros</li> </ul>	Conjunto habitacional
<i>Tomás</i> Grupo <i>Viagem</i>	Florianópolis (Bairro Saco Grande)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mora em um Morro do bairro desde que nasceu</li> </ul>	Morro
<i>Cássia</i> Grupo <i>Mosaico</i>	Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou no Centro ainda muito pequena</li> </ul>	Bairro
<i>Mateus</i> Grupo <i>Mosaico</i>	Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mora no bairro desde que nasceu</li> </ul>	Bairro
<i>Joana</i> Grupo <i>Mosaico</i>	Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morou na Via Expressa até 2000</li> </ul>	Conjunto Habitacional

A seguir procederemos com a análise das entrevistas. Nossa ênfase recairá sobre o caráter reconstrutivo dos procedimentos analíticos. Inicialmente, no capítulo seis, apresentaremos uma reconstrução sobre o estranhamento, partindo-se das narrativas dos sujeitos adultos. Em seguida, no capítulo sete, faremos uma reconstrução sobre o estranhamento e a segregação socioespacial na ótica de duas jovens adolescentes ex-moradoras da Via Expressa, bem como analisaremos alguns dos temas propostos pelos grupos de jovens entrevistados.

## 6. ALGUNS ASPECTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO NA VISÃO DOS ADULTOS: PROCESSOS DE MOBILIDADE SOCIAL E SEUS “IMPACTOS”

Nesse capítulo e nos seguintes adentraremos na análise dos dados empíricos. As entrevistas narrativas e os grupos de discussão constituíram os principais instrumentos de coleta de dados e embasaram os procedimentos analíticos da pesquisa. Como fonte primária de informações, as entrevistas tiveram tratamento central no trabalho de pesquisa, cabendo alguns esclarecimentos sobre o procedimento de transcrição e a forma como foi utilizada no texto. Optamos por realizar um trabalho de transcrição sem edições gramaticais, contudo adotamos regras de transcrição (cf. anexo 10.3) como forma de captar, nas entonações e tempos das falas dos entrevistados, os sentimentos transmitidos e, assim, evidenciar a relevância dos temas para os mesmos. Os temas centrais foram analisados à luz das teorias discutidas ao longo da dissertação, compondo, assim, um quadro analítico sobre as experiências e ações no enfrentamento dos problemas que configuraram as relações sociais num momento da história do bairro.

A partir das entrevistas com os adultos foi possível reconstruir uma narrativa sobre o bairro e caracterizar alguns aspectos das relações sociais na comunidade. Segundo o entrevistado *Daniel*, o bairro Saco Grande foi formado por imigrantes, sobretudo descendentes de açorianos. Inicialmente, seu povoamento ocorreu com a vinda de famílias que moravam na Costa da Lagoa. Suas principais atividades estavam relacionadas ao setor primário da economia (plantações e criação de gado).

Os moradores do bairro eram pessoas que já se conheciam há mais tempo, as relações de vizinhança e parentesco eram intensas. Mantinham acesas as tradições dos antepassados e compartilhavam uma forte identidade cultural, manifestada em atividades como o “terno-de-reis”, o “boi-de-mamão” e o “pau-de-fita”<sup>1</sup>. Segundo *Daniel*, as pessoas se reuniam para festejar com os amigos, como uma forma de reafirmarem seus laços sociais. A maioria da população dessa comunidade era formada por pessoas de classe menos abastadas e que lutavam muito para sobreviver. Porém, as épocas eram outras, os problemas também. Segundo o entrevistado, os problemas do bairro naquela época estavam relacionados principalmente à infra-estrutura e aos serviços urbanos (como iluminação, arruamento etc.).

---

<sup>1</sup> Sobre o folclore florianopolitano ver, dentre outros, MELO FILHO (1950).



Naquele período<sup>2</sup>, de acordo com *Daniel*, existia no grupo um sentimento de partilhar uma cultura comum, pois as pessoas e as famílias se conheciam. Era uma comunidade que tinha identidades social e cultural fortes, o que possibilitou, até certo período, mantê-la coesa. Os conflitos que ocorriam entre os moradores eram facilmente contornados. Como as pessoas se conheciam, o máximo que acontecia eram os falatórios sobre algum acontecimento, mas logo esquecidos, como explica o entrevistado (linhas 263-269<sup>3</sup>):

- D [...] o máximo o que se ouvia falar é “Ó, roubaram uma galinha de seu João de Doca”  
 E (riso)  
 D “Ó, a cabrita lá do fulano de tal desapareceu”, entendeu?  
 E Hm.  
 D “Ó, o Dé pegou a tarrafa do fulano lá emprestado e não devolveu”, era isso que acontecia.

Porém, essa situação passa a mudar por volta da década de 1980, quando vieram para o bairro novos moradores. Segundo *Daniel*, a história do bairro é uma história de “impactos”. Apresentamos, a seguir, um trecho do segmento sobre a história do bairro, em que o entrevistado fala sobre seu desenvolvimento e sua história de “impactos” com a chegada de novos fluxos populacionais (linhas 153-183):

- D O desenvolvimento dele (pausa) entendo, eu vou falar dos=dos últimos vinte e cinco anos, o bairro teve um grande impacto com relação a=a população local, em função do que veio né, através de do primeiro conjunto habitacional, foi o Conjunto Habitacional Monte Verde  
 E Hm  
 D Teve outro impacto que foi a divisão do bairro em Saco Grande I e Saco Grande II  
 E Hm  
 D Pela SC 401. Teve outro impacto que foi a construção de mais um conjunto habitacional, que foi o Conjunto Habitacional Parque da Figueira e há três anos, por fim, o último impacto ehe a vinda do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira  
 E Hm  
 D Então nós entendemos que (pausa) essa a=a vinda de uma população diferente da originária né, com certeza causou um

<sup>2</sup> O informante não cita datas específicas, mas se refere a uma época que provavelmente está situada há 20 ou 30 anos atrás.

<sup>3</sup> Para uma melhor compreensão dos códigos adotados na transcrição das entrevistas, ver anexo 10.3.

- impacto cultural muito grande na=na localidade né. Do primeiro conjunto habitacional Monte Verde eu lembro que (pausa) algumas famílias vieram das encostas do Morro da Cruz
- E Hm
- D Que na época já existia já a intenção de=de tirar aquelas famílias pobres que viviam no Morro da Cruz, pra transformar naquilo que ela é hoje né
- E Hm
- D Então eu diria que o Saco Grande II é um bairro de impacto e=e hoje paga (pausa) um preço muito alto por tudo isso. A=a vinda de outras famílias que ocuparam os morros do -as encostas do=do bairro, na qual eu coloco aí uns oitenta por cento ehe famílias oriundas d- do interior do Paraná né.

O entrevistado citou que um primeiro impacto ocorreu com a vinda de famílias para o conjunto habitacional Monte Verde, que segundo *Daniel*, vieram das encostas do Morro da Cruz. Outro impacto deu-se com a vinda de famílias para o conjunto habitacional Parque da Figueira. Nesse sentido, parece ter ocorrido uma mudança significativa no final da década de 1990, já que anteriormente o bairro era um só espaço, que se estendia do trevo de Cacupé até o trevo do Itacorubi. O terceiro e mais recente impacto ocorreu com a chegada das famílias da Via Expressa, que passaram a residir no conjunto habitacional Vila Cachoeira.

Podemos perceber que os impactos apontados pelo entrevistado referem-se à chegada de novas famílias ao bairro, isto é, ao aumento populacional resultante dos processos de mobilidade social, bem como da divisão do bairro, que nesse processo também foi separado. Tal processo teve como consequência uma diminuição do espaço (divisão do bairro) e um maior adensamento populacional com a chegada de novos fluxos populacionais de várias localidades do município, de cidades do interior de Santa Catarina e de outros estados. Pois, como afirmou *Daniel*, na atual composição cerca de 80% das famílias que vivem no bairro vieram de outras localidades. Daí o fato do informante caracterizar as famílias vindas de outras cidades e localidades como um “impacto”, pois este significativo aumento populacional interferiu e modificou as relações estabelecidas entre os moradores antigos ou tradicionais do bairro. Com isso, as relações sociais no bairro passaram a apresentar outra configuração.

## 6.1. SOBRE O ESTRANHAMENTO E SUA CONFIGURAÇÃO

O recorte sociológico da pesquisa dedica especial atenção ao “impacto” decorrente da chegada dos “novos” moradores do conjunto habitacional Vila Cachoeira, a partir de 2000, que segundo os entrevistados, modificou de forma intensa as relações sociais na comunidade.

Para os adultos, a implantação desse novo conjunto habitacional mudou as relações sociais no bairro. Além do impacto físico-territorial, ocorreu também um estranhamento entre a comunidade estabelecida e os recém-chegados, e, como consequência, um processo de estigmatização dos novos moradores: Os estabelecidos imputam aos “*outsiders*” as mazelas da localidade.

Como o foco da presente pesquisa é o último e mais recente estranhamento apontado por *Daniel*, ocorrido com a vinda das famílias para o conjunto habitacional Vila Cachoeira, é necessário buscar maiores informações sobre a origem desse conflito e sua configuração. Nesse sentido, apresentaremos a seguir um quadro das famílias que foram habitar o conjunto habitacional, apontaremos alguns aspectos sobre o processo de integração dos novos moradores e indicaremos algumas ações e situações que ilustram esse estranhamento:

- a) Inicialmente, em 2000, as novas famílias que foram morar no conjunto habitacional apresentavam a seguinte composição: cerca de 80% das famílias vieram da Via Expressa e haviam sido removidas de forma compulsória de seu local de origem; 20% dos moradores eram famílias procedentes do bairro Saco Grande que foram morar no conjunto habitacional de forma espontânea. Segundo *Gerusa*, as primeiras 40 famílias que passaram a residir no conjunto habitacional, eram procedentes do próprio bairro e aos poucos foram chegando as famílias das outras localidades.

Para as pessoas que vieram de outras localidades, a prefeitura municipal havia prometido apoio no processo de integração ao bairro. Entretanto, como afirmam os entrevistados adultos e uma jovem do grupo *Mosaico*, isso de fato não aconteceu.

De acordo com *Daniel* e *Gerusa*, as famílias foram morar no bairro quando a escola local<sup>4</sup>, o posto de saúde ou mesmo a creche ainda não haviam sido concluídos e/ou ampliados para atender o aumento da demanda por esses serviços e equipamentos públicos. Havia também a necessidade de transporte para as crianças, pois elas teriam que ser deslocadas para escolas e creches de bairros vizinhos. Aliado a isso, o bairro não tinha estrutura para oferecer emprego a esses novos trabalhadores.

Essa dificuldade inicial, apontada pelos entrevistados adultos, gerou sérios transtornos para as populações removidas, pois, sem esses serviços mínimos e com o aumento da demanda, houve uma sobrecarga nos serviços públicos oferecidos aos moradores do bairro, assim como um crescimento da taxa de desemprego.

- b) A partir de 2001 as casas passaram a ser vendidas (cf. entrevistas com *Beatriz*, *Daniel* e *Gerusa*). Na opinião dos entrevistados, a venda das casas ocorreu devido a falta de apoio por parte da prefeitura, bem como pelo não-cumprimento do que fora prometido. Com a venda das casas, novos moradores se estabeleceram no conjunto habitacional, gerando outros “impactos”, que tiveram seu ápice em 2002, como veremos a seguir.
- c) O ano de 2002 foi marcado por situações violentas no bairro<sup>5</sup>, assim como por intensas ações e mobilizações de alguns moradores voluntários que participavam especialmente do COMOSG e da APP da escola municipal, desenvolvendo projetos para crianças, jovens e adultos do bairro. Houve também um processo de articulação dos moradores do conjunto habitacional para a organização da primeira gestão da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira (AMVIC).
- d) Em setembro de 2003, quando iniciei a pesquisa de campo, um jovem adolescente de 15 anos havia sido morto com tiros na cabeça. Segundo os depoimentos de *Gerusa* e *Beatriz* e dos integrantes do grupo *Mosaico*, 2003

---

<sup>4</sup> Segundo *Alice* e *Gerusa*, antes da chegada dos novos moradores a Escola Básica Municipal Domícia Maria da Costa funcionava em outro lugar do bairro.

<sup>5</sup> Cf. entrevista com grupos *Mosaico* e *Irmãs*, *Gerusa*.

também foi um ano de intenso policiamento no bairro. Dessa forma, as situações de morte, aliadas ao aumento de roubos, assaltos, bem como do maior policiamento no local produziram medo nos moradores do bairro e do conjunto habitacional. Esses elementos foram apontados pelos entrevistados como indicadores da passagem de bairro “calmo” para bairro “agitado” ou “movimentado”.

- e) Em 2004, o bairro foi considerado pelos entrevistados como “calmo”<sup>6</sup>. Naquele ano, a prefeitura havia concluído as instalações do Centro de Capacitação e cursos profissionalizantes passaram a ser oferecidos aos moradores. Os moradores também haviam restabelecido a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira (AMVIC)<sup>7</sup>.

Dessa forma, inicialmente o projeto de ampliação de moradias foi implantado no bairro sem o conhecimento da comunidade. A prefeitura procedeu a relocação das famílias sem concluir parte da infra-estrutura, o que sobrecarregou aquela já existente no bairro, como nos relata *Daniel* (linhas 693-706):

D     Aí nós buscamos, fizemos uma comissão e fomos na secretaria de desenvolvimento social, conversamos com o professor S. (ruído de folhear de página) e colocamos todas essas questões, foi escola, creche, posto de saúde e a quem esse projeto iria atender. Aí foi onde ele colocou que ele ia atender as famílias da Via Expressa etc. etc. etc. Essas famílias viriam pra cá profissionalizadas, que viriam empregadas, que viriam com= com cesta básica mensal, que viriam com passe de ônibus para poderem buscar emprego, que teriam um galpão de reciclagem pras pessoas que trabalhavam catando papelão e catando latinha, que (pausa) a creche não taria pronta mas a prefeitura ia colocar um ônibus a disposição pra que essas famílias fossem a uma creche que seria ali na Agrônômica, que

<sup>6</sup> Contudo, *Joana* do grupo *Mosaico* afirmou que tal situação poderia mudar em 2004, uma vez que alguns dos moradores que haviam sido presos pelo envolvimento no tráfico de drogas já teriam terminado de cumprir suas penas. Isso, porém, não havia sido confirmado. Estive no conjunto habitacional em outubro de 2004, véspera do segundo turno das eleições municipais, e conversei com jovens adolescentes e adultos. Alguns informantes do COMOSG, do Centro de Treinamento do conjunto habitacional e moradores afirmaram que depois que as “famílias problemáticas” saíram, o conjunto habitacional estava “calmo”.

<sup>7</sup> Entretanto, segundo informações obtidas por meio de *Beatriz*, a nova gestão da prefeitura municipal iniciada em 2005 demitiu as pessoas e fechou o Centro de Treinamento. Para a entrevistada, a situação descrita no item “e” se modificou e mais casas foram vendidas.

seria construído uma escola em caráter de urgência, aquelas=aquelas escolas moduladas né

Entretanto, segundo os entrevistados, o apoio prometido aos novos moradores por parte da prefeitura não se concretizou. Por exemplo (*Daniel*, linhas 724-727)

- D Com relação ao atendimento na escola. Ficaram crianças fora da escola, ficaram crianças fora=fora de creche, ficaram pessoas sem atendimento no na área da saúde (pausa). Então, muitas promessas e de concreto quase nada

*Gerusa* também esclarece esse aspecto (linhas 108-134):

- G O Posto de Saúde e os ônibus sempre lotados e aí começou a ter problemas né. Com a vinda do Vila Cachoeira o restante né, eu fui morar ali, o primeiro foi as famílias do Saco Grande, as quarenta primeiras foram do Saco Grande e depois aos poucos foram vindo as outras famílias da Via Expressa, de outros locais. E o pesso- ãhn o restante da comunidade não=não se agradou com a vinda do=do Vila Cachoeira pra lá, porque disseram pra=pra, pras pessoas da Via Expressa foi dito que ia ser super tranqüilo, que eles iam ter emprego, que eles iam ter vale transporte, creche, escola, tudo ok ali que ia ser uma maravilha a vida deles. E pro pessoal do Saco Grande, mesmo eu trabalhando no Conselho, a gente na-, a população não era muito bem informada do quê que tava acontecendo, só a única coisa que eles sabiam era que iam vim famílias da Via Expressa, e pelo rótulo “família da Via Expressa” o pe- as pessoas já se assustaram, pelo preconceito, pelos noticiários policiais aparecerem a fa- a Via Expressa, então o pessoal ficou com medo, então tudo o qu- tudo o que passou a acontecer era nas “casinhas da Ângela” né, bem assim que era denominado, ah foi das casinhas da Ângela, que lá só tem vagabundo, só tem marginal. E aí uma parte da população se sentiu, porque tinham colegas ali, inclusive eu quando alguém falava pro meu pai, por exemplo, ele ficava p- né

E Hmh

- G Muito indignado, porque ele sabia que eu não era marginal, que eu não era traficante e morava ali. Só que aos poucos as aha as pessoas acho que se sentiram, não=não=não se habituaram com o local, não se agradaram ou n motivos começaram a vender suas casas [...]

Por um lado, o projeto foi implantado sem o conhecimento dos moradores do bairro, depois as famílias foram assentadas no conjunto sem a conclusão das obras de suporte, o que gerou problemas nos serviços públicos locais com o aumento da demanda. Associado a isso, os antigos moradores tiveram dificuldade em aceitar a procedência dos novos vizinhos, reafirmando o estigma de que eram marginais. Por outro, os novos moradores, também sem conhecimento da situação, haviam sido removidos de seus antigos locais de residência com a promessa de que passariam a habitar casas de material e que receberiam apoio no processo inicial de integração no bairro Saco Grande. No entanto, chegaram ao bairro com o rótulo de “favelados” e sofreram ainda com os problemas decorrentes da não-conclusão das obras. Esses elementos dificultaram o processo de integração e contribuíram para a venda das casas por parte dos mesmos.

Segundo *Beatriz* (linhas 599-602): “Com a venda da casa começou a vim as pessoas que realmente hoje tão nos incomodando, que foi pessoal que vieram marginalizado de fora. O pessoal saía das cadeia, aí tinha o tráfico de drogas e começaram a vim pra cá [...]”.

De acordo com *Gerusa*, que foi moradora do conjunto habitacional, o processo de venda das casas acelerou um processo de mudança de vizinhança. Os novos moradores se comportavam de modo a causar estranheza para os moradores do conjunto, bem como passou a ocorrer policiamento mais intenso no local. Como explica a entrevistada (linhas 143-155):

- G Então isso não=não=não=não ficou legal porque tu=tu chegava num dia em casa, noutro dia o vizinho já era outro, mudava muito rápido isso. E aí começou vir muita gente que a gente não conhecia, aquelas primeiras casas a gente já conhecia as famílias que ficaram um tempo, aí depois que começou uma troca muito grande tu não conhecia mais. E aí começou ehe subia, chegava do serviço ou coisa mais tarde, chegava em casa, o cheiro de maconha ehe as=as luzes da=da minha rua ali eles quebravam quase todas as luzes do poste pra ficar escuro, então a=a ronda da polícia ali toda noite assustava, embora a gente sentisse que era pra proteger, mas como eu não tive essa vivência de vê toda hora na frente da minha casa a polícia, eu me assustei com aquilo né.

Podemos concluir que o agravamento dos conflitos e os “estranhamentos” ocorreram sobretudo a partir do processo de venda das casas, que, por sua vez, implicou em uma mudança do “perfil” das famílias que passaram a residir no conjunto habitacional<sup>8</sup>. A seguir analisaremos alguns elementos que configuraram as atuais relações entre estabelecidos e *outsiders* no bairro.

## 6.2. A RELAÇÃO ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* SOB A ÓTICA DOS MORADORES ADULTOS

Podemos afirmar que nesse processo de estranhamento existem dois grupos de moradores estabelecidos: a) os que não aceitam os novos moradores como vizinhos e, b) os que tentam integrá-los à comunidade. O primeiro grupo está constituído pela maioria dos moradores da comunidade; o segundo representa uma parte menor, em geral moradores que participam do COMOSG, da APP da escola e que atuam como voluntários.

A maior parte da comunidade estabelecida alega que ocorreu aumento da violência em decorrência do envolvimento dos novos moradores com drogas, problema que já existia, mas que se agravou<sup>9</sup>.

Segundo *Daniel*, criou-se uma “mística” sobre esses moradores em função de situações de violência no bairro (linhas 490-496):

D [...] E se criou também uma mística, em função de algumas, de alguns casos de violência que começaram a acontecer no bairro, que a dificuldade que essas famílias têm também de conseguir emprego aqui, quando elas vão preencher a ficha “Onde é que você mora” “Conjunto Habitacional Vila Cachoeira”, “Ah, então a senhora deixa um telefone pra contato, que a gente liga quando se precisa” (pausa). Entendeu?

Nesse segmento, o entrevistado assinala que ocorreu uma “mística”, isto é, esses moradores foram representados como violentos e em decorrência sofreram um estigma por serem moradores do conjunto habitacional. Nesse caso, o estigma os

<sup>8</sup> Cf. entrevista realizada com *Alice*.

<sup>9</sup> Os problemas do bairro vêm sendo discutidos há mais tempo, por exemplo, em 1995 ocorreu o I Encontro das Comunidades de Saco Grande (I ECOSG) realizado nos dias 11 e 12 de agosto no COMOSG. Os temas tratados foram: água e saneamento, segurança pública (drogas), construções irregulares e lixo. A transcrição das discussões desse encontro foi encontrada no meio eletrônico.



impede de conseguir emprego no bairro. Entretanto, para alguns informantes e pessoas contatadas em conversas informais durante o processo de pesquisa, este estigma também acompanha esses moradores quando procuram emprego em outras localidades da cidade.

Outro aspecto das relações sociais entre estabelecidos e *outsiders* no bairro refere-se às diferenças entre os moradores, o que dificultou uma maior interação entre eles. *Daniel* falava anteriormente do “impacto cultural” que os novos moradores imprimiram no bairro. Perguntado sobre como era a vizinhança antes da vinda desses fluxos populacionais, o entrevistado avalia que os moradores mais antigos “eram mais amigos” (linha 230). Segundo ele, o “terno-de-reis” proporcionava uma “prova de amizade” entre os vizinhos, bem como propiciava a interação de vários grupos etários (linhas 226-243):

- E [...] como é que era a vizinhança, o quê que o senhor lembra disso.
- D Ah eles eram mais amigos poxa.
- E Hm
- D É, como eu falei pra você né, existia o terno de reis
- E Hm
- D Que ali existia uma grande prova de amizade mesmo que saiam lá aquelas senhoras, aqueles senhores, jovens né, com panderinho, uma gaita e um violão e iam de casa em casa na madrugada. Então o=o=o=o vizinho abria porta feliz da vida, oferecia alguma coisa pra eles, então existia esse=esse (pausa) braços abertos pra comunidade né
- E Hm
- D De=de esperar porque sabia que vinha, e se não fosse ficava chateado ainda
- E Ah!
- D Então, existia um elo de ligação muito grande. Coisa que a gente não conseguiu mais re- resgatar né [...]

Nesse segmento, o entrevistado destaca as relações de amizade e de vizinhança que existiam entre os moradores estabelecidos. Demonstra que as relações sociais eram mais próximas, pois havia um maior conhecimento e interação entre as pessoas e afirma que era “um bairro muito religioso” (linha 146). Essa coesão religiosa pode ser interpretada como partilha de códigos de conduta e crenças comuns entre os moradores.

Assim como o grupo de famílias antigas residentes em Winston Parva, analisado por Elias & Scotson (2000), que compartilhava de um “passado comum” que

os tornava semelhantes, os antigos moradores do bairro Saco Grande também mantêm essa “identidade” em relação a um passado comum. Mantêm um “estoque de lembranças, apegos e aversões comuns” (op. cit. p. 38), aos quais os moradores do conjunto habitacional não têm acesso, como demonstra a citação anterior do entrevistado.

Para *Alice*, uma migrante que foi morar no bairro há cerca de dez anos, a maioria dos moradores do bairro era composta de “manezinhos”, com formas específicas de falar e de se expressar, que remetiam a uma cultura comum. As pessoas que migravam para o local percebiam as diferenças (linhas 90-96):

A [...] A cidade, a=a, o bairro em si tinha praticamente só moradores da, nativos né que=que eram são pessoas Manezinhos mesmo daqui né. São descendentes, a grande maioria de açorianos, e até tive uma certa dificuldade pra conseguir identificar o que eles falavam pra conseguir ouvir eh, ouvia não, mas pra conseguir identificar exatamente, porque eles falam muito rápido e de uma forma (pausa) diferente da gente né.

Segundo *Daniel*, a “mistura” (linha 188) dos moradores tradicionais com os novos moradores inverteu essa lógica. Com a chegada de um maior número de pessoas *outsiders*, trazendo consigo suas crenças e códigos de conduta, a cultura tradicional local passou a se “descaracterizar”, pois como afirma o entrevistado, “quem chegou é que tá impondo sua cultura” (linha 189).

Isso, porém, não ocorreu apenas nessa localidade. Podemos observar essa tendência na Ilha de Santa Catarina como um todo. Pois, ao longo do processo de mobilidade social no município, vários fluxos populacionais se estabeleceram e trouxeram novos costumes, tradições, comportamentos<sup>10</sup>.

Douglas (1976), em sua análise sobre os rituais de pureza e impureza, afirma que a sujeira absoluta não existe, mas que “ela existe aos olhos de quem a vê” (op. cit. p. 12). Da mesma forma, essa suposta “homogeneidade” cultural e social que *Daniel* afirma haver existido no bairro antes da chegada do último fluxo migratório, permanece no imaginário de quem vivenciou esse “passado comum”. O entrevistado relata que a história do bairro é feita de “impactos”, o que nos leva a concluir de que já havia uma “mistura” anterior à implementação dos conjuntos habitacionais. Entretanto, na sua

<sup>10</sup> Cf. KUHNEN (1994).

opinião, foi esse último “impacto” que “descaracterizou” a “cultura” e as relações sociais no bairro de forma visível. Foi possível observar através das entrevistas que já havia um processo de estigmatização dessa população e que a explicação do entrevistado não deixa de estar influenciada por essa idéia. Além da estigmatização dos moradores do conjunto habitacional, houve um processo de remoção dessas famílias sem o devido planejamento e implementação de políticas públicas adequadas de integração, o que favoreceu o aparecimento de inúmeros conflitos e a interpretação de que esses moradores foram responsáveis pela descaracterização arquitetônica, cultural e religiosa do bairro.

Outro aspecto citado pelos entrevistados é que não havia grandes diferenças em termos de classe social entre os moradores mais antigos e os novos. *Daniel e Beatriz* citam que os novos moradores possuíam uma origem pobre, mas indicam também que a maioria dos moradores estabelecidos também tem essa origem. Segundo esses entrevistados, não seria a classe social, mas uma “diferença cultural”, o fator que demarca a distinção entre estabelecidos e *outsiders*. Essa diferença “cultural” foi percebida em vários aspectos como nível de conhecimento ou educação, hábitos e costumes, bem como nos comportamentos.

*Alice*, por exemplo, aponta um aspecto da diferença entre os dois grupos, quando afirma que os *outsiders* possuem uma “bagagem cultural bem menor” (“sem acesso ao estudo”), quando comparado com os estabelecidos (linhas 120-135):

- A E ela [Ângela Amim] implantou esse condomínio, que eu chamo de condomínio da Vila Cachoeira ehe bem no meio do bairro. Então realmente isso veio a criar assim uma mudança muito grande no perfil do bairro. Porque se até então, a- as pessoas que tavam chegando eram pessoas assim de culturas diferente, tavam vindo de longe aquela coisa. Aí de repente quando veio esse pessoal pra Vila Cachoeira (pausa) mudou completamente o perfil, porque daí ahã eram pessoas que basicamente nunca tinham tido acesso a=a estudo, pessoas ehe na grande maioria ahã sem cultura assim, ou melhor, sem cultura não existe, mas com uma cultura, uma bagagem cultural bem menor
- E Hm
- A Apesar do bairro ser um bairro de classe média baixa ahã destoou um pouco. Por que as pessoas daqui apesar de ser de classe média baixa elas têm assim um=um conhecimento geral bom, razoável, né. E daí os=os recém chegados diferiam um pouco dessa nossa situação.
- E Hm

Para *Alice*, com a chegada dos novos moradores ocorreu uma mudança de “perfil” dos moradores do bairro. Antes, aqueles que chegavam eram sobretudo migrantes, que traziam uma “bagagem cultural” distinta da cultura local, mas não necessariamente contraditória, já que detinham “um conhecimento geral ... razoável”, ou seja, compartilhavam de crenças e valores bastante próximos à dos “manezinhos” e, sobretudo, esses migrantes respeitavam as tradições locais. Dessa forma, a “bagagem cultural” trazida com esses migrantes ao invés de “descaracterizar” a cultura local, contribui para aumentar o prestígio da comunidade local. Em outras palavras: os antigos moradores passaram a ser vistos como “tradicionais”, ou seja, como detentores de tradições culturais e religiosas (“terno-de-reis”, “boi-de-mamão”, “pau-de-fita”), que não sendo compartilhadas pelos ‘de fora’ devem ser pelo menos respeitadas pelos mesmos. Tal atitude de reconhecimento e valorização das tradições locais por parte dos migrantes vindos do interior do estado ou mesmo de outras regiões, fez com que os mesmos não fossem rotulados como *outsiders*. Ao mesmo tempo, o fato de pertencerem à mesma classe “média baixa” e possuírem um “conhecimento geral ... razoável” semelhante, contribui para a aceitação desses migrantes por parte dos antigos moradores. Já “esse pessoal” que veio da “Vila Cachoeira” – segundo a entrevistada – parece não haver desenvolvido semelhante atitude de respeito e valorização para com a “cultura tradicional local”. Partilhavam em comum com os outros moradores advindos de regiões mais distantes a trajetória de migração, mas passaram a agir e a construir seus laços de forma diferente, mais condizente à situação em que viviam anteriormente. Ao que tudo indica, o nível de escolaridade dos moradores procedentes da Vila Cachoeira é inferior, fazendo com que os mesmos fossem rotulados com base na localidade de origem (“favelados”) e na escolaridade. Ao mesmo tempo, os migrantes, que vieram de regiões distantes, apresentam uma vantagem em relação aos migrantes vindos do entorno ou da Vila Cachoeira: os moradores “tradicionais” não conhecem seus locais de origem e pouco sabem sobre os modos de vida, estilos e valores compartilhados nessas regiões.

*Beatriz*, no segmento em que fala sobre as dificuldades de adaptação do pessoal recém-chegado, acrescenta uma outra diferença percebida em termos de hábitos de moradia. Segundo a entrevistada (linhas 522-532):

- B [...] o conjunto nosso do Vila Cachoeira, ele veio pra cá, no começo a gente teve sérias dificuldades pra adaptar o pessoal aqui. Era um pessoal pobre, muito necessitado, o pessoal não tinha noção, muitos deles (...) o quê que era um banheiro, chegaram a vender o= o= o vaso sanitário, o chuveiro, e fazer do=do=do banheiro um quarto (pausa) que era um absurdo
- E Hmh.
- B E faziam as necessidades dentro de uma vala que corria atrás de casa, e a gente presenciou bem isso. Outros ehe fa- faziam da cozinha botavam quatro pedrinha e cozinhavam dentro de casa, porque não tinha fogão.

Segundo a entrevistada, parte das pessoas que foram morar no conjunto habitacional tinham poucos recursos e apresentavam diferenças nos hábitos de moradia. Antes de morar no conjunto habitacional, essas pessoas residiram em locais com precárias condições de moradia e saneamento. Nesses espaços, utilizavam a casa e os utensílios domésticos de forma distinta e precária. Entretanto, quando vieram viver no conjunto habitacional e passaram a chamar a atenção pela forma como faziam uso da habitação e dos utensílios domésticos, que destoava dos padrões urbanos adotados pelas famílias já acostumadas e esse tipo de moradia, causando estranheza entre as pessoas que seguem um padrão urbano de utilização do espaço e dos utensílios domésticos, condizente com as normas de higiene e de segurança criadas para evitar epidemias, incêndios e outros problemas.

*Gerusa*, num segmento da entrevista em que narra sua experiência com as crianças no COMOSG, fala sobre a diferença de hábitos em termos de higiene, fala e costumes (linhas 284-290):

- G [...] Eles têm hábitos completamente diferentes ehe tanto de higiene quanto de fala, quanto de costume tudo assim, muito diferente do que era antes né. E aí aos pouquinhos a gente foi tentando se adequar também aquele=aquele novo ritmo, as crianças sofriam preconceito na=na escola “Ah, é da casinha”, tudo que é coi- se a criança andava descalça “Ah, só podia, é da casinha” [...]

Para *Gerusa*, o fato de as crianças do conjunto habitacional apresentarem diferenças de hábitos e costumes em relação às crianças do bairro, determinou um tratamento preconceituoso e estigmatizante sobre os novos moradores, o que os fez reagir contra-estigmatizando os moradores.

Podemos afirmar que o conflito entre os moradores estabelecidos e os *outsiders* é analisado pelos primeiros em função de uma “diferença cultural”, explicitada por níveis diferentes de “bagagem cultural”, como também por comportamentos e hábitos distintos. Em outras palavras, as diferenças sociais e culturais, muito mais que condições econômicas dessemelhantes, são a tônica do estranhamento entre os estabelecidos e os *outsiders* no bairro.

### 6.3. A DINÂMICA DOS PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E CONTRA-ESTIGMATIZAÇÃO NO BAIRRO

Segundo os entrevistados, os moradores removidos já chegaram ao bairro com o rótulo de “favelados”, o que pode ter contribuído para o processo de segregação espacial e marcação de estigmas. Esse processo foi acentuado no segundo momento do estranhamento (itens “c” e “d” acima citados), quando os novos moradores – diferentemente dos moradores que vieram anteriormente – passaram a ser vistos como responsáveis pela crescente violência no bairro e a ser triplamente estigmatizados: como pobres, marginais e perigosos.

Segundo alguns dos entrevistados, esse estranhamento teve como consequência um processo de “rejeição” por parte dos moradores estabelecidos em relação aos novos moradores e vice-versa. Esse aspecto aparece num segmento da entrevista em que *Alice* narra os problemas de “aceitação” dos novos moradores (linhas 137-144):

A [...] E criou uma série de problemas obviamente porque (pausa) não houve uma aceitação de imediato dos moradores com o pessoal que veio de fora. E ao mesmo tempo, eu acredito que justamente por essas pessoas se sentirem um tantinho rejeitadas, talvez assim não tão pouquinho, bastante rejeitadas, elas também (pausa) ãn, não=não foram muito simpáticas ao bairro sabe e então criou um certo atrito em relação ao relacionamento inicial, né. Hoje já se pode dizer que tá bem melhor né, mas levou um bom tempo pra isso acontecer.

A partir desse segmento, podemos perceber como se configurou a dinâmica do processo de estigmatização e contra-estigmatização. Como afirma a entrevistada, não

houve uma aceitação por parte dos moradores, os *outsiders* foram rejeitados e reagiram com agressões.

Um dos estigmas atribuídos é apontado por *Beatriz* quando se refere à falta de apoio da comunidade e da escola no processo de integração dos moradores ao bairro. Para uma parte dos moradores mais antigos, os *outsiders* eram “vagabundos”, isto é, pessoas desocupadas e representavam uma ameaça (linhas 549-560):

- B [...] Só que aqui na comunidade, ela não deu respaldo, a nossa comunidade foi falha, ela não deu respaldo. As pessoas trabalhavam a frente de projetos, escola isso tudo também não facilitaram muito sabe. O pessoal que veio de fora teve muito preconceito em relação a escola, em relação a vizinhos, em relação a própria comunidade que não acolheu.
- E Hmh.
- B A gente com outro projeto aqui, a gente tentou desenvolver um trabalho junto com eles (pausa) e a gente viu a necessidade e a briga que foi pra que as pessoas no começo facilitassem um pouco. Se eles pegavam um ônibus, todo mundo comentava “Ah, a prefeita trouxe essa cambada de vagabundo de fora”.

*Alice* narra outro aspecto: que os moradores temiam que a “mistura” ou a “diferença social” dos novos moradores rotulados de “favelados” pudesse interferir nos hábitos dos jovens e das crianças do bairro. Apesar de ela pessoalmente não concordar com isso, afirma que a maioria dos moradores tinha esse temor. Segundo a entrevistada (linhas 145-154):

- A [...] Ehe, outra coisa, porque os moradores não aceitavam que os nossos filhos ãn se misturassem com os filhos do pessoal que veio, porque achavam que a diferença social era muito grande,
- E Hm
- A Que eu não=não concordo com isso, mas grande maioria pensava assim né. Então com uma diferença muito grande, eles achavam que os nossos, as nossas criança ehe iam adquirir hábitos que não deveriam, porque na grande maioria o pessoal que veio era favelado, então não tinha aquela educação que todo mundo aspira pros seus filhos né.

*Alice* se refere ao “grande” medo dos moradores antigos em relação às pessoas que vieram da favela, de que os mesmos iriam introduzir a “droga” no bairro (184-192):

- A [...] Mas o grande medo que a maioria que população tinha aqui era aquela coisa assim de=de=de droga que pudesse vir junto, aquela coisa assim da, das pessoas já ter assim aquele preconceito, por quê, porque viviam em favelas então automaticamente tinham que ser marginais, tinham que ser drogados, tinham que ser pessoas ehe é sem um=um pingo de respeito por ninguém né. Então esse preconceito que a gente, que a grande maioria das pessoas tinham na época ãhn, aos pouquinhos foi caindo, porque não é a verdade.

Segundo a entrevistada, para os moradores o fato de os novos moradores terem uma trajetória de moradia nas favelas “automaticamente” indicava que eram pessoas perigosas, “marginais”, “drogadas”, que não “respeitavam” os demais, isto é, eram pessoas desqualificadas a viver em comunidade.

*Gerusa* destaca ainda o preconceito da polícia. Para essa entrevistada, parte das crianças *outsiders* afirmam não gostar do bairro por esse motivo (linhas 312-315):

- G [...] eu acho que eles=eles tem criança ali ainda que não gostam daqui, que falam nitidamente do preconceito tanto da polícia por causa da música deles que é o rap, que é o reagge, que é a=a prefe-, a polícia tem preconceito [...]

Sua explicação sugere que os policiais não respeitam as preferências musicais dos jovens, pois agem de forma a confirmar os estigmas atribuídos aos novos moradores. Podemos perceber que a comunidade construiu representações depreciativas, e isso sugere que não houve uma aceitação, ou seja, foram tratados de forma preconceituosa tanto por parte dos antigos habitantes do bairro quanto dos policiais.



#### 6.4. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO: SOCIABILIDADE E RECONHECIMENTO

Como foi indicado em algumas falas acima, na escola local também ocorreu um processo de estigmatização. De acordo com *Gerusa*, a escola havia desenvolvido um bom trabalho até a chegada dos novos moradores, entretanto afirmou que até o presente momento ainda não havia conseguido se adaptar a essa nova realidade do bairro. Esse aspecto é apontado por outros adultos entrevistados, como *Beatriz* e *Daniel*, e até mesmo pelos jovens<sup>11</sup>.

Segundo *Alice*, com o processo de rejeição dos filhos na escola, os conflitos ficaram mais evidentes, pois os novos moradores também passaram a reagir, rejeitando as instituições presentes no bairro, ignorando os estabelecidos e desenvolvendo mecanismos de defesa de caráter agressivo (linhas 159-170):

- A [...] Com isso (barulho de máquina) veio a rejeição da escola, coletiva.
- E Hm.
- A Ninguém queria que a escola dos nossos filhos fosse a mesma (pausa) escola do pessoal que veio da Via Expressa né. E quanto mais rejeição eles sofriam né, mais eles também nos rejeitavam né. Ehe, na escola, eu trabalhei um tempo lá dentro como voluntária, e daí o que acontecia era que as crianças ehe eram agressivas com os nossos né
- E Hm.
- A Ehe, daí as mães achavam que os filhos tavam, (barulho de máquina) as mães da=da Cachoeira achavam que os filhos tavam sendo rejeitados e daí vinham cobrar né. Então criou um clima muito assim de=de, sei lá, acho que assim não é inimizade, um clima, um clima de rejeição mesmo entre, entre ambas as partes né.

Como afirma *Alice*, os estabelecidos rejeitaram os novos moradores, rotulados pela condição de antigos moradores da Via Expressa, resumida no termo “favelados”. Esses, por sua vez, sofriam com a rejeição e reagiam através de uma estratégia de contra-rejeição ou de contra-estigmatização como definido por *Elias*. Tal estratégia compreendia mecanismos de defesa na forma de agressão como, por exemplo, brigas e ameaças.

<sup>11</sup> Cf. entrevista com o grupo *Mosaico*.

Podemos perceber que ocorreu um “clima de rejeição” mútuo entre estabelecidos e *outsiders*. Esse mecanismo de rejeição ou afastamento pode ser interpretado como forma de exclusão. Entretanto, o fato de excluir e segregar os novos moradores tendo como mote as diferenças, parece estar novamente relacionada à questão do não-reconhecimento dos novos moradores<sup>12</sup>.

Nesse processo de rejeição ocorreram brigas entre os pais e os estabelecidos ameaçavam retirar seus filhos dos projetos do COMOSG, caso este admitisse as crianças do conjunto habitacional (linhas 302-304):

G [...] Era crianças do bairro que saíram porque os do Vila Cachoeira entraram.  
E aí a gente meio que criou uma briga assim, porque uns dizia “Ah não, só vou botar o meu filho se você tirar o fulano” [...]

Podemos observar que os processos de rejeição aconteciam de forma mais evidente sobretudo nos espaços, nos quais era possível um certo controle por parte dos moradores, como, por exemplo, a escola e o COMOSG. Outro aspecto que chama a atenção é o fato da rejeição dirigir-se principalmente aos mais vulneráveis, ou seja, às crianças e aos jovens.

De um lado, os pais receavam a “mistura” dos filhos com as crianças do conjunto habitacional. De outro, os pais do conjunto habitacional brigavam para garantir a permanência de seus filhos nesses espaços.

*Alice*, que desenvolveu um projeto com crianças e jovens na escola<sup>13</sup>, narra esse fato destacando semelhanças e diferenças entre os jovens do conjunto habitacional e do bairro (linhas 760-863):

E Ehe como que era os jovens. Eram jovens da, do conjunto habitacional também?  
A Misto.  
E Era misto.  
A Ali=ali foi=foi assim, era praticamente meio a meio. Eu tinha metade de crianças do=do, da Vila Cachoeira e metade do bairro antigo.

<sup>12</sup> Cf. Cap. 1.6.: O reconhecimento como prática política cotidiana.

<sup>13</sup> A entrevistada afirma que o projeto de pintura foi organizado por ela, que atuou como professora e de forma voluntária. A participação da escola foi ceder um espaço e contribuir com alguns materiais para a realização do curso.

- E Hmh.
- A Bom. Essas crianças lá dentro conseguiam viver bem (pausa), mesmo porque eles tavam muito entusiasmados com o projeto então eles não tinham tempo de=de ficar ãhn se agredindo, n-, n- enfim o tempo deles era direcionado praquilo que a gente tava desenvolvendo. Então ali eu não senti diferença nenhuma
- E Hmh.
- A Em relação a essas crianças. Elas trabalhavam em conjunto, elas se elogiavam, ehe (pausa) gostavam, também criança tem aquela coisa né, ela é muito franca né. Quando gosta, gosta e quando não gosta, não gosta né (riso). Então de vez em quando surgia tipo assim “Ah isso tá horrível” né e daí outra rebatia uma coisa, mas=mas assim basicamente eles se davam muito bem, eles se enturmaram muito bem e (pausa).  
Agora tu notava a diferença em termos de conversa, porque quando a gente tava sentada, pintando, então tu fica ouvindo. Eu normalmente, eu (pausa) quando me pediam opinião, eu participava, agora se não me pedia eu ficava só ouvindo. E aconteceu um fato interessante, é que eu comecei a observar a=a maneira, a=a as conversas deles né. Eu comecei a=a=a a ver a diferença que existe em relação às crianças que viviam na Via Expressa e as crianças que viviam aqui no bairro antes. Ehe, os do bairro ehe eles ehe conversavam sobre o estudo que eles desenvolviam né, éh daí o quê que eles iam fazer né, que eles tavam se formando naquele ano já iam pro segundo grau, alguns ainda faltava alguns anos, daí se falava muito sobre pintura e sobre (pausa) ehe enfim o artista do dia que a gente conversava, essa coisa toda. Mas às vezes (pausa). Bom, as crianças da Vila falava em festa, em reagee em coisas assim sabe e (pausa) violência (pausa). É interessante isso, porque (pausa) algumas das conversas que eu ouvi lá, foram assim de, foram muito=muito=muito elucidativas em relação a=a aos problemas que vem, que vem pela frente sabe, porque ãhn, teve um dia que eu cheguei na (pausa), foi numa terça-feira, a gente tava conversando e daí uma menina chegou e foi e disse assim pra outra, duas meninas que moravam no bairro, na Vila aliás, ehe “Você esteve na festa de quinze anos da fulana?”, daí a outra foi e disse assim “Ah, eu não. A minha não deixou ir porque ia ser barra pesada”, aí a outra assim “Ah, eu fui, tava tão legal, deu até tiro de metralhadora”. Daí né quando foi falado isso, daí né eu comecei (pausa) a prestar mais atenção. Daí, realmente, teve um dia, eu já sabia que tinha ocorrido um acidente, um incidente muito sério ali dentro da Vila aquele fim de semana, mas n- não sabia assim (pausa) especificamente com quem, nem nada porque, mesmo porque eu não conheço (pausa) aha,
- E Hmh.
- A Conheço pouca pessoa ali dentro né, são, acho que são trezentas famílias ali e a gente não tem condições de conhecer todo mundo mesmo, conhece muito pouco (pausa). Mas daí eu comecei a prestar atenção e eu ouvi a história de que tinha entrado um

peessoal lá (barulho de descarga) e que passaram de carro atirando de metralhadora dentro n- na casa onde tava acontecendo a festa. E que daí um foi caos né, todo mundo correu, fugiu, se escondeu aquela coisa toda né, e eu (riso) fui e disse assim, daí uma das meninas que tinha ido né, eu disse assim “E tu foi pra casa correndo né?” Daí ela disse assim “Eu? Eu não, eu fui olhar quem tava atirando”, tu vê só como é que é. Daí eu, eu fiquei impressionada, eu fui e disse “Mas que horror! Tu foi, se fosse eu=eu ia (pausa) ia ir pra baixo da mesa, com medo né. Eu ia me enfiar num canto mais escondido da minha casa, de medo né”. Ela disse “Ah professora, como a senhora é covarde” (pausa). Então por aí a gente pode vê a formação que essas crianças tão tendo. Pra elas o perigo (pausa) não existe, e pra elas a vida tem um valor muito pequeno

E Hmh.

A Por que tu pode pensar que por aí, qual é o valor que uma pessoa pode dar pra vida né. Se ela acha que tá convivendo com metralhadora, com tiro é uma coisa legal, qual é o valor que se tem na vida? A vida tá=tá sendo uma coisa muito, o valor tá muito baixo, a cotação tá muito baixa pra vida dessas pessoas. Então o quê que vai acontecer, futuramente essa pessoa não vai dá valor nenhum pra vida do seu semelhante (pausa), porque ela foi criada num ambiente onde não tinha valor nenhum. Então são coisas assim, daí quando eu comecei a ouvir isso, então eu comecei a conversar, a gente começou a conversar e esse tipo de=de=de=de=de assunto (pausa) ehe começou a me deixar preocupada por causa das outras crianças sabe. Por que os outros não tavam acostumados com esse tipo de coisa e eu fiquei preocupada também em relação aquela, a- a- aquele, a- aquela rejeição

E Hmh.

A Do bairro contra o pessoal da Vila, porque a partir do momento que tu vê crianças lá de dentro falando desse jeito (pausa), os outros vão chegar em casa e vão comentar com seus pais o que ouviram e daí eles vão dizer “Viu! Não era isso que ia acontecer? Não era isso que a gente tava falando que ia acontecer”. Então daí quando eu, quando=quando=quando eu (pausa) percebi que tava se encaminhando pra esse tipo de coisa, então eu comecei a cortar um pouquinho e comecei a chamar a atenção pra outras coisas e (pausa) a gente acabou meio que amenizando o assunto e foi levando, então sempre que entrava pra esse lado de violência eu tentava (pausa)

E Hmh.

A Parar com o assunto, tentava desviar a atenção deles por que, não porque eu não quisesse ouvir, porque eu realmente tinha interesse em ouvir mais e ver como é que era (pausa) por ali a gente podia ver que era uma coisa muito pesada a vida deles né. Mas, ao mesmo que eu queria ouvir e eu fiquei preocupada em relação as outras crianças, então (pausa)

E Hmh.

- A Eu preferi ehe diluir o assunto e não, tentar não=não tocar muito ne- nessa coisa pra=pra não desenvolver mais problemas ainda do que a gente já=já tinha em relação a convivência.

Nesse longo segmento percebemos que não existiam diferenças em termos de aprendizagem. Pelo contrário, ambos os grupos de jovens apresentavam entusiasmo pelas atividades e a criatividade própria de um momento de descobertas. Isso pode ser relacionado ao fato de o projeto ser oferecido como atividade alternativa às atividades da educação formal, mesmo que ministrado numa sala cedida pela escola.

Percebemos também que os jovens interagiam entre si, criticavam e elogiavam os trabalhos dos participantes, ou seja, se “enturmaram” bem. Nesse sentido, a separação ocorreu porque na visão dos adultos seus filhos não poderiam se misturar com os do conjunto habitacional. Era uma separação imposta por alguns pais estabelecidos do bairro.

*Alice* assenta que a diferença entre os jovens era percebida no tipo de conversa. Podemos interpretar que experienciavam o cotidiano de forma distinta daqueles jovens do bairro. Diferenciam-se nos gostos e assuntos de interesse – os jovens do bairro falavam dos assuntos que os adultos gostam de escutar como estudo, projeto futuro, etc. – e os do conjunto habitacional de festas, aventura, perigo. Segundo Pais (1993), as festas funcionam como espaços que tradicionalmente propiciam a socialização e a sociabilidade para os jovens, seja proporcionando rituais de passagem para a vida adulta, seja promovendo o amadurecimento do jovem. O que podemos dizer ainda é que os jovens do bairro vivenciaram esses processos também de forma diferenciada dos outros jovens, o que os leva a encarar a vida de outra forma.

Outro ponto da narrativa de *Alice*, que chama a atenção, diz respeito a sua afirmação de que o valor da vida para esses jovens “tá muito baixo”, e que suas vidas foram desvalorizadas, ou seja, “fo[ram] criad[os] num ambiente onde não tinha[m] valor nenhum”. Talvez esse pequeno fragmento do texto possa esclarecer parte dos problemas que podem ocorrer em decorrência de *déficit* de reconhecimento (cf. Taylor, 1994), ou seja, as deficiências na forma de tratamento ou consideração de indivíduos e grupos estigmatizados e/ou discriminados interfere na forma de se comportar. Esses processos geram constrangimentos ou violências, bem como sentimentos contraditórios de efeitos paralisantes ou mesmo exacerbam sentimentos de revolta. Essas relações produzem conflitos identitários e formas de defesa e de ataque. Uma delas é a violência

(simbólica e física), outra forma é a luta contra tratamentos discriminatórios, construindo políticas de reconhecimento considerando as diferenças culturais como mecanismos potencializadores de práticas políticas que ampliem as relações sociais para grupos e indivíduos que compartilham essa situação.

Outra diferença apontada por *Gerusa* refere-se aos problemas que as crianças sofrem no cotidiano. Alguns desses problemas também são citados por *Beatriz* (linhas 507-517):

- B Hoje a violência é um grande problema que a gente tem, a educação é um outro problema grave. Por que, nós estávamos conversando outro dia no projeto, nós temos aqui quase duzentas crianças. As crianças chegam de manhã aqui (pausa) elas não vêm penteada, elas não tomam café em casa, elas não têm o aconchego da família
- E Hmh.
- B Vivem m- muitas delas apanhando durante a noite por causa da droga que o pai ou a mãe usa, por causa do assédio se-, sexual que elas não dormem, vive acordada a noite toda, chegam aqui ficam praticamente dormindo em cima da mesa
- E Hmh.

Segundo *Beatriz*, os problemas das crianças estão relacionados à violência e à educação. Em seu depoimento chama a atenção o fato das crianças não terem “o aconchego da família”. Muitas delas saem de casa despenteadas e não se alimentam, isto é, não são cuidadas. Muitas delas apanham ou sofrem de abuso sexual, ou seja, são violentadas.

De um lado, as crianças apresentam comportamentos agressivos e diferenças de hábitos e costumes. De outro, o comportamento agressivo das crianças pode ser justificado pelos problemas que sofrem. Podemos apreender que esses problemas não faziam parte do cotidiano das crianças do bairro. Talvez isso explique a dificuldade da comunidade em se adaptar a essa nova realidade, pois não estava preparada para essa nova situação.

Como vimos, o mote do processo de estigmatização esteve relacionado às diferenças. Entretanto, também evidenciou um outro aspecto do conflito que pode ser associado ao despreparo de alguns segmentos comunitários.

Podemos perceber que a rejeição ocorreu de ambos os lados e ficou mais evidente na escola, os pais estabelecidos estigmatizavam as crianças e os pais *outsiders* sentindo a rejeição dos filhos também contra-estigmatizam com agressões.

De acordo com *Gerusa*, a escola local desenvolveu um bom trabalho até a chegada dos novos moradores. Entretanto, afirma que esta instituição não estava preparada para lidar com os problemas enfrentados por esses novos moradores. Isso levou a ocorrência de vários conflitos na escola, como o aumento de brigas ou ameaças entre pais, professores e alunos<sup>14</sup>. Por um lado, os novos moradores tiveram dificuldade de se adaptar ao bairro. Por outro, instituições locais como a escola e mesmo o COMOSG também apresentavam limitações para lidar com essa nova realidade.

Para *Gerusa*, que participa do COMOSG, existe uma dificuldade para os integrantes dos projetos em saber como lidar com essas crianças e para distinguir os problemas. Segundo a entrevista, eles não sabem se os problemas são “culturais”, “psicológicos” ou se são ambos e estão misturados (linhas 469-477):

G [...] Então as coisas foram acontecendo muito rápido, o Saco Grande cresceu de uma forma, a gente começou a receber crianças diferente, a gente não sabia como lidar e até hoje eu acho que a gente não sabe direito ainda porque acontece vários problemas assim e a gente não sabe o quê fazer, não sabe pra onde encaminhar, não sabe se é um problema cultural, se é um problema psicológico, as coisas tão muito misturadas e eu acho que a gente não conseguiu ainda dar conta do problema e nem entender o problema ainda. Tem que (pausa) estudar mais.

Talvez isso esclareça um dos problemas colocados pelos entrevistados adultos, quando se referem à carência de profissionais capacitados para lidar com as diferenças dos novos moradores.

Com as falas dos entrevistados percebemos que, além dos mecanismos estigmatizantes e contra-estigmatizantes entre os moradores, que evidenciaram um conflito, também havia um despreparo por parte dos órgãos encarregados de inserir as crianças e os jovens nesse processo de integração ao bairro. Nesse sentido, podemos assentar que a não-adequação da escola a essa nova realidade contribuiu para o acirramento do estranhamento no bairro.

---

<sup>14</sup> O grupo *Mosaico* narra várias situações conflituosas.

Apesar das dificuldades de integração relacionadas às diferenças descritas pelos entrevistados, é possível vislumbrar com Taylor (1994) que as diferenças não restringem a busca de alternativas para políticas de integração, pelo contrário, podem também potencializar a adoção de práticas de respeito mútuo entre os moradores. Nesse sentido, cabe as instituições locais (escola, COMOSG e AMVIC), que se configuram como espaços de sociabilidade, buscar alternativas para alterar as condições de sociabilidade favoravelmente para as crianças e os jovens do bairro. Para atingir esse objetivo devem buscar recursos técnicos, humanos e pedagógicos que considerem as diferenças, bem como desenvolver formas de interação em que se estabeleça respeito mútuo entre os moradores. Contudo, perdura a questão se, de fato, algum dia esses moradores serão reconhecidos como merecedores de consideração e respeito.



## 7. NARRATIVAS JUVENIS SOBRE O ESTRANHAMENTO E O BAIRRO

Em contextos de exclusão, segundo Xiberras (1996), os laços sociais se tornam mais frouxos. Para o senso comum os laços sociais nesses contextos aparentam fragilidade ou anormalidade. Entretanto, percebemos, a partir das narrativas, que é possível construir laços sociais fortes através da participação em organizações civis, ou mesmo através de amizades e de relações de vizinhança estabelecidos nas interações cotidianas, mesmo ou justamente em situações de segregação e/ou marginalização. Como bem afirmam Bohnsack e Wild,

Formas coletivas de vida e *milieus* não são encontradas apenas nos modos de vida tradicionais e em contextos sociais intactos. Muito pelo contrário, justamente as experiências coletivas de descontinuidade e desintegração servirão como base dos novos *milieus* e vivências comuns específicas da geração, assim como dos novos modelos de enfrentamento [dessas experiências de descontinuidade e desintegração] (*apud* Weller, 2004, p. 106).

No capítulo anterior analisamos as narrativas dos adultos para reconstruir os “impactos” migratórios e as relações de estranhamento decorrentes desse processo. Mostramos alguns elementos que configuraram a relação estabelecidos e *outsiders* e a dinâmica de mecanismos de estigmatização e contra-estigmatização. Também, apontamos como esses mecanismos podem afetar a sociabilidade de crianças e jovens em contextos de exclusão.

No presente capítulo procederemos com a análise de alguns temas discutidos pelos jovens nas entrevistas de grupos e relacionados ao bairro em que vivem. Inicialmente, faremos uma reconstrução das relações sociais na Via Expressa a partir da visão de duas jovens ex-moradoras. Em seguida, procederemos com a análise de alguns problemas levantados pelos jovens durante as entrevistas. Para concluir, faremos uma análise comparativa dos grupos entrevistados.

## 7.1. UMA NARRATIVA SOBRE A VIA EXPRESSA NA VISÃO DE DUAS ADOLESCENTES MORADORAS DO CONJUNTO HABITACIONAL

Antes de analisarmos os tópicos sugeridos pelos grupos apresentaremos uma reconstrução das relações sociais estabelecidas na Via Expressa e o processo de saída dos moradores.

Anteriormente, vimos alguns elementos do estranhamento sob a ótica dos adultos entrevistados, moradores do bairro. Aqui, percorreremos as narrativas dos jovens para evidenciar suas representações sobre as relações sociais na Via Expressa. Esperamos explicitar assim, como eles percebem essa localidade.

Quem narra essa trajetória são as jovens *Janaina* do grupo *Primas* e *Joana* do grupo *Mosaico*, que moraram nessa localidade até o ano de 2000. *Janaina*, uma jovem de 16 anos, veio do interior do Paraná e foi morar na Via Expressa<sup>1</sup>. De acordo com seu depoimento, gostava de morar nessa localidade, pois lá as pessoas se conheciam há mais tempo e já haviam constituído fortes relações de vizinhança. Além disso, as pessoas se ajudavam mais e havia maior apoio da população circunvizinha.

Num segmento em que perguntava sobre sua experiência enquanto moradora da Via Expressa, *Janaina* nos relata o seguinte (linhas 284-301):

E Mas (pausa) vocês gostavam de morar ali na Via Expressa?

Jaf Eu gostava.

E E o quê que era legal lá?

Jaf Ah legal um monte de coisa, praia bem pertinho.

E É.

Jaf Danceteria bem pertinho (pausa). Um monte de coisa legal (pausa). Perto do natal eles davam um monte de coisa, um monte de coisa legal mesmo. Daí deixar tudo isso daí pra trás e morar noutro lugar, e um monte de coisa e não sei o que, não sei o que, daí é ruim.

E E o quê que é esse “monte de coisa pra trás”.

Jaf Ah, não sei, já estava acostumada assim a morar ali, já (pausa) tem um monte de amigo assim, todo final de semana eu ia na praia, saía, às vezes tinha show ali por perto, no Kobrasol, por ali, nós ia e (pausa)

No natal, assim, já era acostumada, né, no natal a sempre ganhar um monte de coisa, um monte de doce, um monte de brinquedo. Deixar tudo isso pra trás é ruim. Um monte de amigo no colégio, deixar tudo pra trás.

<sup>1</sup> A jovem entrevistada não cita datas nem períodos, apenas menciona que foi morar no conjunto habitacional no ano de 2000.

Para a jovem entrevistada, a compreensão da Via Expressa como um bom lugar para morar não está associada a uma infra-estrutura razoável, mas, especialmente, à sociabilidade, às relações de amizade e ao lazer. Segundo *Janaina*, a Via Expressa oferecia melhores oportunidades de lazer, uma vez que a localidade possui acesso à praia e fica próxima ao bairro Kobrasol<sup>2</sup>. Também havia estabelecido um círculo de amizades, tinha “um monte de amigo” e constituído relações mais próximas com as pessoas. Além disso, recebia brinquedos e doces no natal: esse aspecto pode ser interpretado como sendo uma forma de consideração, pois “já era acostumada, né, no natal a sempre ganhar um monte de coisa, um monte de doce, um monte de brinquedo”. Para essa jovem, isso indicava que era lembrada, o que lhe conferia certa importância.

*Joana*, uma jovem adolescente do grupo *Mosaico* e também ex-moradora da Via Expressa, perguntada sobre como eram as amizades nessa localidade concorda com *Janaina* no que se refere às relações de amizade entre as pessoas. Para ela (linhas 132-139):

- Jof     A gente era bastante amigo de lá. Daí a gente conhecia toda a redondeza e vieram tudo pra cá. Daí a gente conhece todo mundo.
- E        Mas, vocês eram amigos de lá e vieram pra cá.
- Jof     (acena que sim).
- E        Huumm. Ehe, como era a relação de vocês lá, com as pessoas. Eu tô perguntando pra saber (...)
- Jof     Legal.
- E        É.

*Joana* conhecia muitas pessoas, tinha um bom conhecimento da redondeza, estabelecia relações de vizinhança. O relato de *Joana* sobre vizinhança coincide com o de *Janaina*. Quando perguntada sobre como eram as amizades e a vizinhança no seu local de origem, afirma que (linhas 330-336):

---

<sup>2</sup> O bairro Kobrasol faz parte do município de São José, porém fica localizado numa área conurbada próximo à divisa dos municípios de Florianópolis e São José. Foi um bairro originariamente criado como cidade dormitório, entretanto adquiriu potencialidades na área de serviços, comércio e lazer (o lugar concentra muitos bares, restaurantes e casas noturnas).

- Jaf A amizade assim era tudo que nem irmão, de amigo assim né. E de vizinho também, de vizinho assim que eu me lembro era (...) era tudo assim mais perto.
- E É. E as pessoas se ajudam mais?
- Jaf Hmh. Quando um ganhava uma cesta básica ia lá (pausa) Quando faltava uma cesta básica, tia Maria ia lá e falava com a mãe, a mãe ia lá e (pausa) assim um ajudava o outro.

Podemos perceber que as relações de vizinhança propiciavam maior proximidade entre as pessoas. Para *Janáina* “era tudo que nem irmão”, tanto os amigos quanto os vizinhos. Aqui podemos vislumbrar que as pessoas partilhavam dificuldades comuns, desenvolviam formas de solidariedade, se ajudavam mais.

*Joana* e *Janáina* haviam estabelecido relações de amizade e vizinhança na Via Expressa, com as quais se identificavam e partilhavam problemas comuns. Também tinham mais opção de lazer e eram lembradas em datas festivas como o natal. Quando foram morar no conjunto habitacional esse círculo de relações foi alterado e as relações de solidariedade entre os vizinhos foi modificada, sentiram, pois, dificuldades de se adaptar a essa nova realidade.

O processo de remoção das famílias da Via Expressa também foi citado pelas entrevistadas. Ocorreu que, por determinação da prefeitura, parte dos moradores do local foi relocada para os conjuntos habitacionais que estavam sendo implantados em várias localidades do município. Esse processo, porém, não ocorreu sem resistência. Da mesma forma que os moradores do bairro não tinham conhecimento sobre a implantação do projeto, os moradores da Via Expressa foram removidos sem o seu conhecimento e com resistência.

Segundo a declaração de *Joana*, havia muitos comentários entre os moradores, porém poucos esclarecimentos sobre o processo de relocação. Os moradores não queriam sair do local, ou porque já haviam estabelecido relações de vizinhança ou por desconhecimento sobre o lugar para onde seriam transferidos, o que sugere que eles também tinham receio e incertezas quanto à mudança.

Nota-se também que essas pessoas não tiveram opção de escolha, ou seja, a transferência se deu de forma compulsória, foi um processo imposto. Conforme Zaluar (1985), nas políticas públicas de habitação para populações de menor poder aquisitivo verifica-se a ocorrência de processos de “remoção” compulsória, sem levar em consideração os efeitos negativos desse tipo de relocação, como, por exemplo, a

destruição das redes de solidariedade entre os moradores. Nessa direção, podemos argüir com a autora, que o sonho da casa própria e da melhoria da situação social muitas vezes contrasta com as perdas de sociabilidade construídas nesses espaços. Ocorre que as populações atingidas não são tratadas como sujeitos de direito, pois não são comunicadas sobre os acontecimentos, e sim, compulsoriamente retiradas de onde moram, tendo suas redes de vizinhança alteradas. Aqui novamente se coloca o problema da “(des)consideração” associado à negação de direitos fundamentais.

A jovem *Joana* narra como ocorreu esse processo. Segundo a entrevistada, os moradores foram obrigados a sair do local. A medida em que a população era retirada, suas casas iam sendo destruídas (linhas 85-128):

- Jof Eu saí de Capoeiras<sup>3</sup>, porque a Ângela Amim mandou destruir as casas de lá, desmanchar tudo e fez essas aqui e deu pra gente.
- E E como é que foi isso? o que você lembra (pausa) [...] (pausa)  
Você não lembra como é que foi, como é que foi isso. A Ângela mandou destruir as casinhas como você falou (pausa)
- Jof É, ela disse que a hora que agente saísse de lá, ela já ia destruindo. A gente tava saindo com a Topic de lá e eles tavam destruindo as casas na mesma hora.
- E Você morava com sua irmã.
- Jof Morava com minha mãe.
- E E como (pausa) Essa casinha era (pausa)
- Jof Madeira.
- E Ah, tá. Vocês moravam na Via Expressa?
- Jof É.
- Y Tá. E você lembra de como é que foi esse dia, de como é que foi o antes.
- Jof Foi bem corrido.
- E Corrido. Hmh. E, e como é que você percebeu as pessoas lá. (Mm e Cf estavam gesticulando entre si, pegavam papel, o que fazia um pouco de barulho no ambiente. Aproveitei para reiterar que podiam ficar à vontade)
- E Ahn, como é que você via, as pessoas comentavam, como é que foi isso (pausa)
- Jof Ehe, eles não queriam. Tinha gente até que tentou impedir nós. Ângela Amim não deixou. Mandou uns capanga dela lá. (fala pausadamente em tom irônico).
- Mm (riso)
- E Ehe, “uns capangas”, quem são?
- Jof É, aqueles seguranças dela lá, que não deixa ninguém se meter.
- E E=e quem queria impedir que vocês saíssem?
- Jof Uns fortão lá, grandão.

<sup>3</sup> Designação de um bairro do município de Florianópolis, próximo a Via Expressa.

- Mm Os moradores né, os moradores. Era os moradores que não queriam sair (pausa)
- Jof Não, a gente não queria sair de lá.
- E Vocês não queriam sair.
- Jof Thumthum (som com a boca)
- E Hm
- Jof Aqui é um fim de mundo. A minha mãe ficou quase um ano sem achar serviço pra ela trabalhar. Como a gente ia se virar aqui?
- E Hm
- Jof Daí ficou difícil.

Segundo a jovem, os moradores não queriam sair da Via Expressa, tentaram impedir o processo de remoção, mas foram coagidos a se retirar à força. Na opinião de *Joana*, o novo lugar de moradia parecia “um fim de mundo”, ou seja, distante do local onde suas relações de amizade foram estabelecidas. No antigo local de moradia as famílias se conheciam e os moradores eram conhecidos na vizinhança o que, inclusive, podia facilitar a busca por emprego. Além disso, a proximidade da localidade com o centro da cidade e os bairros circunvizinhos propiciava facilidade de locomoção, o que ampliava as possibilidades de trabalho.

Como vimos anteriormente, ao longo da parte II da presente dissertação, a Via Expressa é representada pelos moradores do município e do bairro Saco Grande como um espaço segregado e marginalizado, ou melhor, como uma “favela”, o que não deixa de ser uma representação que resulta da ampla divulgação dos acontecimentos violentos que lá ocorrem, por parte da mídia local.

As representações dos moradores de Florianópolis construídas sobre essa população sugerem que o problema da comunidade seja a violência. Entretanto, a jovem *Juliana* esclarece algo que não havia sido cogitado. Na sua interpretação as dificuldades de morar na Via Expressa eram os atropelamentos decorrentes do intenso tráfego no local. Como afirma a entrevistada (linhas 338-363):

- E E quais eram as dificuldades de vocês lá.
- Jaf Lá onde?
- E Lá aonde vocês moravam lá.
- Jaf Na Via Expressa?
- E Hm  
(pausa de 3 segundos)
- Jaf A maior dificuldade, que era a única, era porque assim tinha a BR logo em cima assim e as casas assim tudo em baixo aí era muito perigoso né, já pensou se algum carro derrapasse lá por

- cima e caísse lá embaixo, caísse nalguma casa e matava um monte de gente?
- Uma vez caiu, caiu um=um caminhão, acho que era, não sei o quê que era lá, cheio de boi, tá ligado, caiu, virou, daí (pausa). o irmãozinho da P. (Jaf fala para Sf), oh, aquele outro, não o (...) aquele outro maiorzinho, foi atropelado uma vez, lá em cima (pausa).
- Sf Humm.
- E Porque o carro caiu? Na estrada?
- Jaf Não. Ele foi atravessar correndo e (pausa) o carro chegou e bateu. E morria um monte de pessoas lá em cima, já tinha morrido um monte de pessoas. Uma vez um carro pegou um cara que tava de bicicleta, pegou e jogou a bicicleta longe cara, longe, esse negócio de miolo assim, tá ligado, pelo nariz do cara, um monte de coisa, né (expressão de arrepios)
- É=é então, acho que foi melhor um pouco sair dali também, por causa da BR que tinha logo ali em cima, daí era muito perigoso.
- E Então o maior perigo pra vocês lá, era a BR?
- Jaf (acena que sim com a cabeça).
- E Humm.

É quase um senso comum para a população florianopolitana que os moradores da Via Expressa formam uma comunidade violenta e perigosa, e deduz-se que seu principal problema seja a violência. Contudo, para os moradores dessa localidade as dificuldades podem não coincidir com as representações que são propagadas pelos meios de comunicação. Pois, as representações construídas pela mídia enfatizam aspectos que desabonam ou desacreditam indivíduos e grupos já marginalizados e segregados. Nesse caso, as experiências cotidianas dessas populações têm pouca visibilidade e elas não são consideradas em seus direitos e diferenças.

Pelo depoimento das duas jovens, podemos observar que a avaliação sobre as dificuldades de moradia na Via Expressa é diferente das representações comumente associadas ao local. Pois, para elas o principal problema vivenciado pelas famílias eram os atropelamentos e não o tráfico de drogas. Para os moradores, os acidentes na rodovia afetavam mais diretamente os moradores.

Para os habitantes próximos de sistemas viários com intenso tráfego de veículos, o problema pode ser o sofrimento com as perdas de pessoas de sua relação de vizinhança e amizade por atropelamentos, pois os atropelamentos podem matar mais moradores e afetar mais a comunidade do que o tráfico de drogas. Embora ambas as

situações provoquem insegurança e medo entre as pessoas, pois em ambos os casos são formas de violências.

Podemos apreender finalmente que a Via Expressa é um local de acolhida para as famílias que migram para a cidade na busca de melhores condições de vida. Seus moradores vieram com os sucessivos fluxos migratórios que caracterizam o processo de mobilidade social local. Para a maior parte da população de Florianópolis é apenas um espaço segregado e violento, porém, para os moradores do local, esse espaço se configura como alternativa de moradia. Muitos de seus habitantes gostam de viver lá, estabelecem relações de amizade e vizinhança, partilham alegrias e dificuldades, constroem, pois, uma história em comum. Segundo Martine Xiberras (1996), essas pessoas estabeleceram laços sociais em contextos de exclusão. O que se pode observar, conforme Zaluar (1985), é que esses grupos constroem laços de amizade e solidariedade nesses locais e que existe uma rede de convivência e de vínculos afetivos que elas perdem quando saem.

## 7.2. OS PROBLEMAS APONTADOS PELOS JOVENS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO BAIRRO

Nas entrevistas com os jovens adolescentes seguimos um roteiro de questões que podemos denominar de *corpus* exmanente<sup>4</sup>. Todavia, outros temas e/ou questões foram incluídos pelos entrevistados, compondo um *corpus* imanente. Procederemos, a seguir, com a explicitação e análise dos tópicos centrais sugeridos por cada grupo entrevistado<sup>5</sup>.

### 7.2.1. As dificuldades apontadas pelos jovens

Indicamos abaixo os tópicos discutidos pelos quatro grupos entrevistados e que serão analisados:

---

<sup>4</sup> Ver roteiros de tópicos temáticos, anexo 10.1).

<sup>5</sup> Os tópicos centrais surgiram de questões imanentes e exmanentes e serão analisados a seguir.



**Quadro nº 4 - Tópicos-temas discutidos pelos grupos**

<b>Grupo</b>	<b>Tópicos</b>
<i>Primas</i>	O sofrimento com a perda de pessoas significantes devido ao envolvimento com drogas.
<i>Irmãs</i>	O sofrimento com a adaptação a um novo local de moradia.
<i>Viagem</i>	O “bafão” como forma de violência simbólica.
<i>Mosaico</i>	O sofrimento com o preconceito e a violência: jovens como vítimas.

O critério de seleção dos tópicos foi estabelecido pela centralidade do tema no contexto da entrevista<sup>6</sup>. Nesse sentido, procedemos com a análise da passagem inicial e a do tópico central de cada grupo, como sugerido pelo *método documentário de interpretação* (cf. Weller, 2005). Esse procedimento contribuiu para assegurar confiabilidade sobre o critério da centralidade do tema de cada entrevista.

O conjunto temático dos grupos remete para questões relativas as dificuldades por que passaram os jovens no processo de integração dos novos moradores ao bairro. O sentido da explicação, porém, muda de acordo com a maneira como cada um vivenciou o estranhamento. Esperamos reconstruir um conhecimento de como os jovens adolescentes entrevistados experienciaram um momento desse estranhamento.

Desse modo, a seguir, apresentaremos uma análise dos temas centrais de cada grupo.

#### 7.2.2. O sofrimento com a perda de pessoas significantes devido ao envolvimento com drogas. Grupo *Primas (Solange e Janaína)*

A entrevista começa com a pesquisadora agradecendo a presença do grupo. Em seguida foi lançada pergunta exmanente sobre como foi a chegada ao bairro (linhas 191-200). *Solange* expressa que a chegada ao bairro foi legal por alguns dias e *Janaína* valida e exemplifica essa proposição falando sobre as primeiras impressões e sobre o processo de adaptação ao conjunto habitacional, seu novo lugar de moradia.

Segundo *Janaína*, quando ela foi morar no conjunto habitacional conhecia apenas duas pessoas que praticamente “[...] nós se criemos juntos né, bem dizer [...]”. Inicialmente ela não falava com ninguém, mas no decorrer do tempo foi conhecendo

<sup>6</sup> O tema central pode ser percebido quando este ocupa um espaço e também através da recorrência do tema em vários momentos da entrevista. Na presente pesquisa, o critério adotado para a seleção dos temas mesclou esses dois aspectos.

outras pessoas e “pegando amizade”, e “daí foi ficando legal”. *Janaína* afirma que à medida que foi conhecendo mais pessoas e fazendo amizades passou a gostar de morar no conjunto habitacional (linhas 278-283):

- E [...] Como é que foi a experiência né, de vir de um lugar que vocês não conheciam né, e como é que vocês se adaptaram, como é que foi as amizades
- Jaf É, no começo eu vim morar com a família do (...) Aí, assim, minha vontade era assim, eu já era acostumada ali na Via Expressa né, aí a minha vontade era de pegar assim tudo e voltar tudo de novo assim, voltar a morar ali no começo, três dias atrás ainda ficava com vontade de morar ali, mas agora não, agora se eu sair dali eu acho que (pausa) não sei não.

Em seguida, perguntei sobre a origem das moças, pois visava esclarecer seu percurso de moradia no município (linhas 201-218). *Janaína* exemplificou sua trajetória de moradia: nasceu no estado do Rio Grande do Sul, depois morou numa cidade do Paraná e, atualmente, mora em Florianópolis.

Como forma de estimular o grupo a falar e, ao mesmo tempo, trazer mais elementos sobre sua trajetória, já que *Janaína* havia contado sobre sua origem, perguntei então sobre sua história pessoal (linhas 220-243). *Janaína* afirmou: “não gosto de lembrar”. Para ela, existem “coisas” sobre sua história que são boas de lembrar e outras não. Inquiri então se essas “coisas” que ela se referia estavam relacionadas a coisas boas ou ruins. *Janaína* respondeu que em sua memória essas “coisas” estavam “misturadas”. Depois de uma pausa a jovem exemplifica algumas das “coisas” que foram boas e ruins. Segundo sua interpretação um aspecto bom refere-se à proximidade familiar, no caso o convívio com seus primos, já o aspecto ruim está relacionado à morte de um primo devido ao envolvimento com drogas.

Esse fato marca a separação do convívio com seus familiares (primos), bem como a mudança para um lugar desconhecido, pois segundo sua narração, depois desse acontecimento, ela se mudou com sua família para Florianópolis.

Com apenas 16 anos de idade *Janaína* já sofrera várias perdas e todas elas foram relacionadas ao envolvimento com o tráfico de drogas. A morte do primo (linhas 234-240) foi sua primeira experiência com a perda de pessoas de sua estima nessa situação.

Podemos perceber a resistência da entrevistada em lembrar de seu passado. Primeiramente ela afirma não gostar de lembrar e, logo depois, diz que “as coisas estão misturadas”. Parece haver uma certa dificuldade em rememorar os fatos passados porque estão relacionados a perdas e outros acontecimentos ruins, bem como em elaborar sua história de vida.

O tema central da entrevista foi o sofrimento com a perda de pessoas devido ao envolvimento com drogas. Esse tópico aparece nos segmentos perda do primo (linhas 234-240), perda do namorado (linhas 454-479) e perda de três amigos (linhas 549-557 e 610-613).

Em relação à perda do namorado (linhas 454-479), o tema surgiu no tópico em que *Janaína* narrava sua experiência de ir morar no conjunto habitacional. Segundo a jovem, ela o conheceu no bairro Monte Verde quando foi morar no conjunto habitacional Vila Cachoeira. Seu namorado era traficante e sua morte ocorreu quando ele “foi fazer cobrança num morro”.

*Janaína* narra essa situação a partir do relato de um amigo que estava junto com seu namorado. Segundo a entrevistada, seu namorado havia pedido para que eles não se encontrassem naquele dia, dizendo para ela: “Ó, essa noite eu não=eu não vou falar contigo”. Nessa situação de cobrança de uma dívida de droga, seu namorado e o amigo foram baleados, porém, o primeiro não resistiu e “morreu a caminho do hospital”. Para a jovem entrevistada essa perda foi difícil de ser superada: “Ah, quando me falaram, eu não acreditei. Até hoje é difícil de acreditar, muito difícil”.

Buscando levantar mais elementos sobre essa perda e entender essa dificuldade, perguntei se ela já sabia da atividade do namorado e como lidava com isso. Segundo ela, o fato de o namorado vender drogas não era difícil de aceitar porque ela já havia convivido com os primos que também vendiam drogas. Entretanto, a morte do namorado foi uma experiência traumática.

Dessa forma, procurei averiguar como era o comportamento do rapaz em relação a ela através de uma pergunta imanente do tipo: “E com você, como é que ele era com você?” (linha 512). Nas palavras de *Janaína*, seu namorado era:

Jaf Ah, muito carinhoso, muito legal. Assim, pegava na minha mão, nós passeava, nós ia assim no colégio, nós ia assim, tá ligado, ele me levava no colégio dele. À noite assim, ele falava: “oh vem à noite aqui que nós vamo sair”. Aí, então tá, aí ia eu e uma colega

minha, aí ele chegava e me abraçava. Ah, tudo tranquilo (pausa)  
Só que depois da perda dele, eu não sei (pausa de 3 segundos)

A partir de sua narração podemos compreender que o rapaz agia de forma carinhosa, a tratava com afeto e se importava com ela.

Em relação à perda de amigos (linhas 610-611), o tópico que deu origem a esse tema foi o de como era a relação com os jovens do conjunto habitacional (linhas 604-625). *Janaína* elabora a proposição de que a maioria do pessoal de seu convívio “são tudo fumante de drogas”, porém eles têm “um convívio legal” e “são tudo legal”, “apesar de ter perdido uns três né, mais a vida continua né, assim legal”.

Segundo o grupo *Primas* é legal conviver com esses jovens, entretanto devem seguir um código de conduta que se baseia na lealdade. *Janaína* exemplifica a “traíragem” (linhas 612-616) como um comportamento não tolerado pelos jovens. Caso alguém desse círculo de amizade pratique essa atitude, ou seja, traia a confiança do grupo, por exemplo, através de comentários ou denúncias, “já era”, são punidos e alguns deles com a própria morte.

Jaf     [...] É legal, é legal conviver com eles. Só não tem que ter  
traíragem no meio né, se tiver traíragem no meio já era (pausa)  
E       Trai-?  
Jaf     Ragem.  
E       Ah, traíragem!

Conforme comprovam estudos da Escola de Chicago citados por Coulon (1995b), há códigos de conduta, geralmente tácitos, entre os grupos que orientam seu comportamento. Os códigos não precisam ser objetos de conversações e comentários, mas são referenciais práticos, vivenciados pelos atores em seu cotidiano. No entanto, às vezes os códigos aparecerem na linguagem falada, conforme o caso citado.

*Janaína* explica que mantém relações amistosas com esses jovens e eles a convidam para sair. Entretanto, sabendo que eles saem armados e com drogas, prefere sair com sua irmã e suas primas.

Jaf     Mas é legal, eles são muito legal. Convida pra sair e tudo. Só  
que eu sou assim ó, eu recuso às vezes a sair assim, porque (...)

- sempre assim armado assim, com drogas, essas coisas, aí eu não sou muito afim né, já perdi o meu (pausa)
- E Hmh.
- Jaf Namorado, por causa dessas drogas e=e perdi um monte de amigos também por causa de drogas, então é muito difícil (pausa). Então eu não saio muito com eles não, eu saio mais é com a minha prima, minha irmã (pausa)

Para *Janaina* essa situação é difícil, pois ao mesmo tempo em que mantém relação de amizade com alguns jovens com algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas, tem que conviver com a idéia de perda.

### 7.2.3. O sofrimento com a adaptação a um novo local de moradia. Grupo *Irmãs (Antônia e Ana Lúcia)*

Perguntadas sobre como foi quando elas foram morar no conjunto habitacional (linhas 72-73), *Antonia* e *Ana Lúcia* afirmam que “foi um pouco chato”. Essas duas irmãs nasceram e sempre moraram num morro do bairro. Em maio de 2000 foram morar no conjunto habitacional Vila Cachoeira.

Segundo as entrevistadas, elas sentiram essa mudança de moradia mesmo que para o mesmo bairro, pois moravam “lá em cima e viemo aqui pra baixo” e era “estranho”. Lá no morro onde moravam “tinha bastante amigos” e no conjunto habitacional era “diferente”<sup>7</sup>. Perguntadas sobre como perceberam essa diferença, elas afirmaram que “as pessoas, o lugar são diferente”. A diferença percebida pelas irmãs em relação às pessoas foi elaborada por *Antônia* e está relacionada ao seguinte aspecto: as pessoas serem “inimigas, não fazem muita amizade” (linha 103).

Assim como os adultos elaboraram uma representação negativa sobre os novos moradores, mesmo antes de eles se estabelecerem no bairro, essa mesma representação foi incorporada pelos jovens moradores do bairro que, por sua vez, também reproduziram o processo de estigmatização<sup>8</sup>.

Perguntadas sobre a história do bairro, *Ana Lúcia* afirma não ter memória sobre o mesmo. Lembra que sua mãe “trabalhava muito” e que elas ficavam na “creche”.

<sup>7</sup> Uma situação semelhante, relacionada às dificuldades enfrentadas com a mudança para um bairro “estranho” nesse período de transição entre a adolescência e juventude também é relatada no contexto de uma outra pesquisa realizada em um conjunto habitacional na zona leste de São Paulo (cf. WELLER, 2004).

<sup>8</sup> Ver análises sobre o processo de estigmatização no capítulo 6.

Depois, “quando deu a idade” passaram a freqüentar o “CEC”, uma “escolinha que nem a creche” num período, e noutro período “ia[m] pro colégio”. Na infância as brincadeiras envolviam jogos (futebol, vôlei, taco) e tinham bastante amigos no seu local de moradia (o morro).

Sobre como era a relação com as pessoas mais velhas do bairro (linhas 152-164), as irmãs afirmam que “não conversava[m] muito com eles, mas passava e cumprimentava”. Isso pode ser explicado pelo fato de sua socialização ter ocorrido em espaços como a creche e projetos, pois como afirmaram as irmãs, ficavam períodos integrais nesses espaços. Dessa forma, é possível imaginar que isso limitava a proximidade com as pessoas mais velhas do bairro.

Podemos perceber que *Antônia* e *Ana Lúcia*, apesar de serem moradoras do bairro, sofreram com a mudança para o conjunto habitacional, pois se sentiram “estranhas” nesse novo local de moradia. No morro onde moravam tinham bastante amigos e conviviam com as pessoas, dessa forma compartilhavam algo em comum. Por oposição, segundo as jovens, no novo local de moradia, as pessoas eram diferentes, eram “inimigas”. Da mesma forma que *Janaina* e *Solange*, *Antônia* e *Ana Lúcia* também se referem à perda dos laços afetivos e de amizade como ponto desfavorável da experiência de mudança.

#### 7.2.4. O “bafão” como forma de violência simbólica. Grupo *Viagem* (*Fernanda*, *Fátima* e *Tomás*)

Perguntados sobre a história de como foram morar no bairro (linhas 89-110), *Tomás* e *Fernanda* explicam que nasceram no bairro e *Fátima* explica que morou anteriormente no bairro Coqueiros (linha 354). Atualmente *Fernanda* e *Fátima* moram no conjunto habitacional.

Sobre o bairro na infância (linhas 138-170), *Tomás* lança a proposição de que há cerca de quinze anos tinha “bem menos gente” e casas, fato que é validado por *Fernanda*. Para *Tomás*:

- Tm [...] antes a gente olhava lá pra cima era só mato,  
 E Hmh.  
 Tm Agora tem casa até lá em cima perto=perto da Pedra de Lista, encheu muito aquilo (pausa).

Segundo *Tomás*, a maioria de seus amigos da infância já não moram mais no bairro. Naquela época, brincavam na rua o dia inteiro, pois tinha pouco movimento de carros. Agora não é mais possível devido ao intenso tráfego de veículos. Afirma que o bairro cresceu de forma “desordenado[a]”, isto é, as pessoas estão construindo suas casas em áreas de encostas e de difícil acesso.

Perguntados sobre como era a relação com pessoas mais velhas (linhas 172-191), *Fernanda* lança a proposição que: “As pessoas eram mais educadas né”. Segundo essa entrevistada antes as pessoas “eram bem gente boa”. Para *Fernanda*, isso mudou “depois que veio, porque tem gente que veio, tem gente que veio de fora, que ainda não morava aqui no bairro”. Exemplifica que as pessoas “começam né, a fazer coisas que não devem, a assaltar casas né, e isso muda bastante o bairro”.

*Tomás* valida essa proposição afirmando que: “A violência cresceu”. Percebe-se que a violência no bairro está relacionada a assaltos, um tipo de criminalidade. Segundo *Tomás* o bairro antes era “calmo” e “agora tá bem agitado”. Tanto os jovens quanto os adultos têm a mesma interpretação sobre o bairro estar “calmo” ou “agitado”, e que o “agitado” está relacionado à atuação policial mais ostensiva<sup>9</sup>.

Em relação ao dia-a-dia do bairro (linhas 193-213), segundo o entrevistado, atualmente é intenso o tráfego de carros, como também ocorre “gritaçada na rua o tempo todo também”. *Fernanda* valida essa proposição e ambos exemplificam o que seja “gritaçada”:

- Fef Uns vagabundos que ficam na rua assim, de noite não deixa ninguém dormir, ficam fazendo esporro na frente da casa dos outros, ou até mesmo um pouco mais distante da casa. Bastante bagunça. Não têm o que fazer, daí ficam incomodando quem=quem precisa dormir pra no outro dia trabalhar. Tipo a minha mãe que muitas vezes não conseguiu dormir por causa de barulhos.
- Tm Aí, domingo à tarde eles pegam, abrem o capô, o porta mala do carro e ligam o som no último volume, Bruno e Marrone ainda (pausa)  
(risos)
- Tm É sempre o mesmo CD do Bruno e Marrone.
- E E isso próximo as suas casas?
- Tm Na frente. A, o porta malas do carro dá direto na janela, e o cara liga no último volume, o som.

<sup>9</sup> Também cf. análises do capítulo 6.

Para *Fernanda* a “gritaçada” está relacionada a “esporro”, isto é, algazarras, já *Tomás* exemplifica a “gritaçada” em termos de diferenças de gosto musical, pois os jovens novos moradores não possuem o mesmo gosto musical que o seu e escutam música num volume muito alto. Entretanto, o sentido é o mesmo: aponta para um tipo de comportamento que provoca um certo incômodo para os moradores.

Perguntados sobre o que gostariam que fosse diferente no bairro (linhas 376-443), *Fernanda* lança a proposição sobre as discussões entre os moradores. Segundo a entrevistada, o fato de as pessoas discutirem ao invés de “conversar[em]” denota falta de civilidade, isto é, falta de cortesia ou delicadeza. Exemplifica isso com a expressão “bafão”:

- Fef Acho que as pessoas ehe tinham que ser mais civilizadas, porque assim, ó. Se tem uma discussão, vai e faz bafão, entendesse?  
Não sei se tu entende o que é bafão
- E Hmh (riso). Ó gente, vocês fiquem à vontade (me referindo a Tm e Faf que gesticulavam entre si).
- Fef Daí (pausa) deviam entrar, assim, em casa e conversar, né (pausa)
- E Hmh.
- Fef É, mas não, já gosta de ir pra rua, já ouvi assim. É bom=é bom saber de uma fofquinha, é bom. Mas (...) (riso)
- E Mas era assim antes, ou mudou?
- Fef O que tu perguntasse?
- E Se=se era assim antes, ou mudou com a vinda de outras pessoas pra cá?
- Fef Não=não era assim. De vez em quando até tinha, né, era bem difícil,
- Tm (...)
- Fef Agora assim é mais fácil de ver um bafãozinho, qualquer coisinha agente já pára para olhar, já vem polícia, já vem um monte de (pausa)

O “bafão” também está associado às fofocas. Segundo *Fernanda*, antes não ocorria bafão (brigas e fofocas) com tanta frequência no bairro. Segundo *Elias & Scotson* (2000), a fofoca funciona como um mecanismo de seleção de informações e pode ser depreciativa ou elogiosa (p.121). Na pesquisa realizada pelos pesquisadores em *Winston Parva*, as fofocas elogiosas ocorriam entre os moradores mais antigos e



serviam para exaltar as qualidades de seus membros, o que reforçava os vínculos grupais. Já as depreciativas exacerbavam aspectos desqualificantes dos novos moradores. Também no bairro em foco, as coisas ruins que ocorrem são relacionadas aos novos moradores.

“Bafão” refere-se às discussões ou brigas ocorridas entre as pessoas (casais, pais e filhos, familiares, vizinhos), muitas delas envolvendo a polícia e que geram constrangimentos para os moradores. Podemos concluir que a “gritaçada” e o “bafão” também são formas de violência simbólica, como apontam os integrantes do grupo *Viagem*. Conforme conceituação de Bourdieu (2003), o poder simbólico é uma forma de “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (op. cit. p. 14). No caso da violência simbólica citada pelos entrevistados, também são “produzidos efeitos reais”, de estigmatização do grupo, brigas e fofocas, sem a utilização da força física.

*Fátima* também compartilha dessa interpretação e acrescenta a proposição de que no conjunto habitacional “as pessoas deviam ser mais unidas”, pois elas moram muito próximas umas das outras. *Fernanda* valida esse aspecto afirmando que os moradores “podiam ser mais amigos, né”.

Para *Tomás*, no morro onde mora “não tem bafão” e as pessoas ainda estão “se olhando, igualmente”. Essa idéia de “igualdade” talvez esteja relacionada ao fato de os moradores, por terem estabelecido relações de vizinhança há mais tempo, compartilharem algo em comum, se reconheciam mutuamente.

Buscando compreender a diferença de comportamento nesses dois espaços de moradia do bairro, perguntei para *Tomás* se ele imaginava o porquê disso. Segundo o entrevistado, ele não havia pensado sobre isso, mas elaborou a seguinte explicação:

Tm [...] acho que veio muita gente no mesmo lugar e ninguém se conhecia, não foi formando devagar, um conhecendo o outro, depois apresentava o outro, foi todo mundo de lugar diferentes, às vezes, que colocaram ali e deixaram, aí (pausa)  
 [...] Com tantas pessoas, assim, todo mundo, de repente assim, alguma tem que dar, né. Algum efeito negativo dá.

Para *Tomás*, o fato de colocarem pessoas de lugares diferentes que não se conheciam, que não tiveram como estabelecer relações de vizinhança ou proximidade

para conviver num mesmo espaço gera um “efeito negativo”. Podemos interpretar que os participantes dessa interação não se conheciam e por isso mantinham pouca afinidade entre si, e isso talvez possa ser explicado através do conceito de “distância social”<sup>10</sup>. Dessa forma, uma diminuição nas semelhanças produziu uma maior distância social nesse processo de interação entre os moradores.

#### 7.2.5. O sofrimento com o preconceito e a violência: jovens como vítimas. Grupo *Mosaico* (Joana, Cássia e Mateus)

Nesse grupo, *Mateus* e *Cássia* são moradores do bairro e *Joana* morou na Via Expressa e atualmente mora no conjunto habitacional. Perguntados sobre a história do bairro (linhas 144-181), os jovens entrevistados *Cássia* e *Mateus*, por serem moradores há mais tempo, lançam a proposição de que o bairro “era bem calmo”. *Mateus* valida essa proposição e afirma que antes da implantação da “Vila<sup>11</sup>” “o bairro era bem calminho”. *Cássia*, por sua vez, exemplifica esse aspecto, afirmando que antes “não tinha briga, não, ninguém tinha morrido aqui ainda”. Entretanto, *Mateus* pondera essa afirmação, e reformula sua colocação da seguinte forma: “Não tô falando que depois que a Vila veio pra cá destruiu tudo”. Pois, segundo o entrevistado, a Vila também trouxe aspectos positivos, como, por exemplo, a possibilidade de conhecer mais pessoas: “a gente conheceu mais gente assim, né”.

*Cássia* avalia que a idéia do antes e do depois da Vila estar associada ao “bairro agitado” e “bairro calmo” é uma visão da “maioria dos moradores”. Buscando apreender essa definição perguntei então “porque a maioria fala isso?”. *Joana* elabora a seguinte proposição para esclarecer o aspecto calmo-agitado: “Os policiais já tão se incomodando mais” (linha 178) e essa explicação é validada por *Cássia* e *Mateus*. Esse estar se “incomodando” pode ser associado ao fato de os policiais serem constantemente solicitados para atender ocorrências de brigas, mortes e roubos no bairro.

<sup>10</sup> Segundo SOUTO (1974), a “distância social” numa interação diz respeito ao aumento ou diminuição de semelhanças, assim: “A distância social entre os compostos interagentes aumenta ou diminui, conforme aumente ou diminua a semelhança entre esses compostos” (p. 15). Dessa forma, quanto menor a semelhança maior será a “distância social” entre os interagentes. O autor explica que a unidade da distância social é a semelhança, podendo definir o estabelecimento de relações primárias e/ou secundárias. Dessa forma, nas relações primárias apresentam uma menor distância social e nas secundárias uma maior distância social (op. cit., p. 16). Essa distância social explicaria o nível de agregação – alto ou baixo – ou seja, o nível de integração entre indivíduos e grupos.

<sup>11</sup> O conjunto habitacional também é designado de Vila, uma alusão ao nome do conjunto habitacional Vila Cachoeira.

Para *Mateus*, além do fato de os policiais estarem “se incomodando mais”, eles também “têm muito preconceito, entendeu, da Vila”. *Cássia* e *Mateus* concordam que, tanto os moradores estabelecidos há mais tempo como os policiais têm preconceito sobre a Vila (linhas 182-189).

- Mm Mas, assim, também porque eles tem muito preconceito, entendeu, da Vila.  
(Mm fala ao mesmo tempo que Jof)
- E Quem?
- Cf Os policiais.
- Mm Qualquer um, qualquer um.
- Cf Qualquer um. Todos os moradores daqui, que moravam aqui antes.
- Mm Tem preconceito aqui com a Vila, entendeu.

Segundo *Mateus*, existe um “preconceito” sobre a Vila. O jovem entrevistado elabora a proposição que esse preconceito é construído através de notícias divulgadas pela mídia sobre o bairro (linhas 189-195) e *Joana* também concorda com essa colocação. Segundo eles:

- Mm Ó, botaram um dia, escreveram “CVC”, aí fica “Comando da Vila Cachoeira”. Daí já vieram os repórteres, vieram aqui e diziam que era “Comando Vermelho da Cachoeira”.  
(Mm e Cf batiam na mesa com uma caneta emitindo barulho)
- Jof Comando Vermelho da Cachoeira. Já vieram dizendo.
- Mm E é preconceito né.

*Joana* e *Mateus* exemplificam outras situações em que sofreram preconceito (linhas 196-205), por exemplo:

- Jof Falaram que agente dali da escola matamo uma menina à porrada.
- Mm E um dia a polícia me parou, e disse bem assim ó: “volta para o teu lugar lá na Vila, que lá só tem lugar de vagabundo”. Aí eu peguei e falei bem assim: “eu não moro lá na Vila, primeiramente, eu não moro na Vila”. E daí eu falei assim ó: “o senhor não pode ficar julgando que lá só tem vagabundo, porque o senhor não mora lá”, peguei e falei.
- E Hmh.
- Mm Pô, me deu o maior tapão na cabeça.

E      É.

Os exemplos de preconceitos citados pelos entrevistados estão relacionados aos comentários dos moradores e aos julgamentos por parte dos policiais. A morte violenta de uma “menina” na escola foi atribuída aos estudantes moradores do conjunto habitacional: “falaram que agente dali da escola matamo uma menina à porrada”.

*Mateus* narra uma situação vivida por ele, um jovem negro que nasceu no bairro, quando um policial, depois de realizar revista no rapaz diz: “volta para o teu lugar lá na Vila, que lá só tem lugar de vagabundo”. O rapaz argumentou que não morava no conjunto habitacional, bem como contestou o modo como o policial se referiu a Vila, ou seja, “lugar de vagabundo”, mas foi agredido pelo mesmo. Nessa situação o policial agiu baseando-se em aparências, suposições e representações depreciativas sobre os moradores da Vila, além de explicitar uma atitude racista. Podemos perceber aqui claramente a questão da “(des)consideração” de que nos fala Oliveira (2004), quando os direitos não são respeitados e parte dos policiais em suas abordagens recorrem a padrões de “normalidade” para representar aqueles que desviam-se do padrão aceito. Ser marginal também parece ser, de acordo com a interpretação do entrevistado sobre a atuação dos policiais, uma questão relacionada à aparência fenotípica e ao estilo de vestir e de se comportar. O jovem era morador do bairro, nasceu no bairro, mas mesmo assim foi classificado como “vagabundo”.

Os estudos de Cicourel (apud. Coulon, 1995b) sobre delinquência juvenil demonstraram que ela é produto de um intenso processo de negociação social que envolve a polícia, os juízes, os jovens e os relatórios que são produzidos, etc. Podemos observar que no bairro pesquisado também se faz presente essa mesma característica, que cria um ciclo de estigmatização em relação aos novos moradores. Pois, eles já foram rotulados como marginais antes de irem para o bairro e essa representação é reproduzida pelos policiais e professores em suas atitudes diárias, pela mídia na maneira como veicula as notícias sobre o bairro, pelos moradores antigos na forma como se referem aos novos moradores e, inclusive, pelos jovens do bairro.

Entretanto, quando perguntados sobre “como é que vocês vêem isso, vocês acham que é isso mesmo que acontece?” (linhas 207-215). *Mateus* e *Cássia* elaboram a seguinte explicação:

- Mm Não. Eu acho que não né cara.  
 Cf Ah, eu não sei, porque eu não moro aqui perto, moro lá embaixo.  
 Mm Eu não acho assim, não acho que a Vila veio pra cá destruir tudo. Também não acho.  
 Cf Ahn, um pouco sim e um pouco não. Um pouco já é muito exagero, né.

Para *Mateus* e *Cássia* que são moradores do bairro, parte dos comentários tem fundamento e parte é exagero. É interessante observar que os jovens relativizam sua opinião sobre os moradores do conjunto no decorrer da entrevista. Inicialmente, afirmam que o bairro era mais “calmo” e que se transformou – ficando mais “agitado” – com a vinda dos moradores do conjunto habitacional e atuação da polícia. No transcorrer da entrevista, eles modificam essa opinião e reconhecem que há exageros em muitas afirmações negativas sobre o bairro.

Buscando averiguar o ponto de vista de uma moradora do conjunto habitacional, perguntei para *Joana* como ela via a Vila (linha 223). Segundo essa jovem moradora:

- Jof Pra mim ela, é um lugar legal pra morar, tudo. Só que os policial acham que é todo mundo que mora ali (pausa)

Essa proposição é validada pelo grupo (linhas 226-236) da seguinte forma:

- Mm+Cf É. Todo mundo que mora ali é coisa ruim.  
 Jof Faz a coisa errada. Mas não. Tem muita gente ali que é bem decente, que não gosta do que acontece ali (...).  
 Mm É isso aí, é isso, acho que é um preconceito né. Em todo lugar tem assim uma coisa que não presta, entendeu.  
 E Hmh.  
 Mm Todo lugar tem. (...) pra cá, e todo mundo o que acontece aqui é tudo a Vila, é culpa da Vila, entendeu.  
 (Jof, Cf e Mm falam ao mesmo tempo)  
 Cf Os rou- Assim ó, se tem algum roubo assim, ah foi o pessoal da Vila.  
 Mm É=é tudo assim ó. Aí eu acho preconceito, preconceito.

Segundo o grupo, a percepção dos moradores do bairro é a de que as pessoas que moram na Vila “é coisa ruim”, que “faz a coisa errada”, entretanto como afirma *Joana* “tem muita gente ali que é bem decente”. Para eles, atos criminosos como roubos são atribuídos a esses moradores e com isso criou-se um preconceito. Dessa forma, os moradores foram rotulados com atributos depreciativos que podem gerar representações distorcidas sobre eles.

Podemos concluir que o preconceito ao qual se referem os entrevistados está associado às representações distorcidas que a mídia, os moradores e os policiais construíram sobre os moradores do conjunto habitacional.

### 7.3. CONSTRANGIMENTOS SOFRIDOS NA ESCOLA E PROCESSOS DE CONTRA-ESTIGMATIZAÇÃO DOS JOVENS

Para o grupo *Mosaico* o tema dos constrangimentos sofridos na escola surgiu no tópico sobre o dia-a-dia do bairro (linhas 277-291). Depois de o grupo afirmar que o dia-a-dia do bairro “Tá normal” e “Agora tá mais calmo”, *Joana* lança a seguinte pergunta (linhas 293-4):

Jof [...] Sabe porquê que aquele colégio tá todo quebrado?  
Toda vez que alguém passa ao lado daquele portão eles dão um chute [...]

Segundo *Mateus* a atitude de algumas pessoas de chutar o portão da escola é uma forma de revolta contra a diretora. *Joana* valida essa proposição e elabora a seguinte explicação: “Ela não sabe tratar o aluno bem” (298). A jovem exemplifica essa afirmação narrando uma situação em que um jovem foi constrangido publicamente, ou seja, “passou vergonha”, foi desacreditado pela diretora perante seus colegas da escola (linhas 298-342):

Jof A diretora é muito nojenta. Ela não sabe tratar o aluno bem. No dia que ele queria ir para o passeio, ela deixou ele ir. Ele foi em casa, arrumou as coisinha dele e ficou ali sentadinho esperando, e chegou na hora, ela fez ele passar vergonha, ela não deixou ele ir.

- E Hmh.  
 Cf O Mm foi lá e arranhou o carro dela todo.  
 (Cf fala em tom sarcástico, rindo)  
 [...]
- E Hmh.  
 Jof Aí o fulano pegou uma pedra (pausa) Primeiro ele pediu um lápis pra gente lá em cima, aí o meu lápis tava com uma colega (pausa)
- E Hmh.  
 Jof Daí, a T. jogou o lápis dela e ele tentou riscar o carro dela, não conseguiu pegou uma pedra e ó, cracri (Jof representa a situação emitindo o barulho da pedra riscando o carro da diretora) (pausa).
- Mm Arranhei o carro dela. Eu arranhei o carro dela assim porque eu não sabia o que fazer, eu fiquei com raiva né. Porra, veio e falou assim ó “quer ir, então vai”. Então tá, peguei fui lá, arrumei tudo e fiquei ali esperando (pausa)
- E Hmh.  
 Mm Ó, ela fez eu passar a maior vergonha.  
 Jof Pô, me deu uma dó do Mm, porquê (pausa)  
 Mm A maior vergonha, cara. Ô, eu ajudava ela direto ali no colégio, ali mesmo.  
 Jof Festa Junina, Natal, Páscoa.  
 Mm Tudo.  
 Jof Tudo que tivesse ali, ele ajudava.  
 Mm Tudo. Tudo. Eu ajudava a fazer tudo ali, ó. Pra depois ela (...) passar vergonha.  
 (Mm fala num tom de indignação)  
 Jof Ele ficava desde de manhã ele ia pra escola a tarde todinha, lá.  
 E Hmh.  
 Jof Até às vezes ele ajudava a limpar a escola, tudo, fazia um monte de coisa e ela nunca (pausa)  
 (como se cobrasse a consideração da diretora pela colaboração do jovem)
- Mm (...) bem distante de mim, ó. Arranhei o carro mesmo.  
 Cf Matava ela.  
 Jof A gente até chamava ele de Carrapato.  
 Mm Ô (...) né cara.  
 Cf Quê?  
 Jof Carrapato, porque ele era bem grudado com ela sabe, ele fazia de tudo pra ela
- E Hmh.  
 Mm Pra ela. Daí, depois a minha vó ficou de cara assim, porque ela pegou e fez eu passar vergonha

O fato de ele agir com agressividade nessa situação foi justificado da seguinte forma: “Se ela chamasse ele num canto e falasse com ele, não, mas ela falou na frente

de todo mundo, né” (linhas 346-347). É necessário observar que *Mateus* e *Joana* estudavam na escola local, colaboravam em atividades como festas e limpeza e mantinham estreita relação com a diretora, por esse motivo ficaram revoltados com a mudança de atitude em relação a determinados estudantes.

Assim como analisamos no capítulo seis, inicialmente o processo de estigmatização recaiu sobre as crianças do conjunto habitacional e os conflitos acirraram-se entre os pais estabelecidos e os pais *outsiders*. Entretanto, segundo alguns depoimentos dos entrevistados adultos, as crianças e os jovens se relacionavam bem entre si, conseguiam estabelecer interações. Aqui podemos observar que as relações entre os estudantes seguem um pouco essa tendência. Pois, perguntados sobre como era a relação com os alunos da escola (linhas 428-430), o grupo *Mosaico* responde que com eles “já é diferente”.

Podemos perceber com o depoimento do grupo *Primas*, que ocorreu um clima de disputa e de ameaças na escola. O grupo, composto por duas jovens moradoras do conjunto habitacional, perguntadas sobre como era a relação entre os jovens na escola, descrevem outra forma de constrangimento associadas a processos de contra-estigmatização. Nesse segmento (linhas 660-761), as jovens justificam seu comportamento agressivo em relação às moças moradoras do bairro. Segundo *Solange* e *Janáina*, na escola e no bairro, as jovens estabelecidas “folgam” com elas, se prevalecem do fato de serem moradoras do bairro e reproduzem o comportamento estigmatizante dos adultos. Dessa forma, as jovens do bairro demonstram com gestos como o de cuspir no chão, um certo desprezo por elas. E como num gesto de defesa, elas contra-estigmatizam as moças na escola com ameaças, bem como provocam brigas.

- E           E, gente, e como é que é a relação de vocês na escola gente?  
Com os colegas, com os professores (pausa)
- Jaf         O ano passado eu batia muito nos colega.
- E           É.
- Jaf         Terrível, todo dia ia pra secretaria.
- Sf         Fessora, primeiro eu era direto na secretaria era eu. Era eu, a M.,  
a J. e a A.
- E           É,
- Sf         Era direto, direto.
- E           E porquê?
- Sf         Por que (pausa)
- Jaf         Por que nós batia. Ai de uma guria que passasse assim  
encarando e fizesse alguma coisa, deu. A gente pegava na saída  
e deu!



- E E o quê que elas falavam (pausa) E o quê que elas falavam pra vocês ficarem (pausa) E o quê que as moças falavam pra vocês ficarem mais (pausa)
- Jaf Mais irritadas?
- E É.
- Jaf Ah, não sei, assim, metidinhas assim, que eu não vou muito com a cara, assim, sabe (pausa)
- E Humm.
- Jaf Aí falava já alguma coisa e já esquentava e aí já falava: “Fica ligada comigo que na hora da saída tu vai ver”.
- E Huumm.
- Jaf Aí elas contavam lá pra diretora, e ah, as (...) vão pra secretaria, e a gente ia pra secretaria. Mas, ah se a gente fosse pra secretaria por causa de alguma guria. Deu, lá fora, já era, ups, pegava e deu (pausa)
- E E essas moças, essas gurias eram da onde? Da Vila ou (pausa)
- Sf Tudo lá do ponto final.
- Jaf Tudo do ponto final.
- E Huumm (pausa). Ponto final, lá na (pausa) Como é que é o nome (pausa) No Saco Grande (pausa) E elas falavam o quê pra vocês, assim, que vocês lembram?
- Jaf Nem lembro mais (pausa)
- E Não lembra, assim, tipo, um comentário que vocês não gostavam (pausa)
- Jaf Ah, nem precisava falar.
- E É. Mas, porquê vocês se irritavam tanto com elas?
- Jaf Por que nós não ia muito com a cara, com a lata da pessoa né, daí nós falava “deu pra ti” assim (pausa) Agora não sou mais né. Parei um pouco de, esperando a poeira baixar um pouco (pausa)
- E Porquê?
- Jaf Por quê daí né, vai ser tudo diferente (pausa)
- E “Poeira baixar um pouco”, tu tá deixando a “poeira baixar um pouco”, em que sentido?
- Jaf Ramm.
- E Assim (pausa) é, de=de não se irritar mais com elas (pausa) de não (pausa)
- Jaf Não, por quê elas não estudam mais nesse colégio. Se estudam, estudam agora de manhã, porque (pausa)  
Mas tem uma lá na Vila que, ai dela quando eu pegar (pausa)
- E É, ela é da Vila mesmo (pausa)
- Jaf Ah sim, essa daí vai apanhar=apanhar, apanhar um monte, até ficar (pausa) toda quebrada.
- E E porquê isso?
- Sf Sabe o quê que é, elas folga com a gente.
- E Hmh.
- Jaf Trairona.
- E E por quê que elas folgam?
- Jaf Por ser metidas.
- E Huumm.

- Jaf É isso que eu odeio no pessoal. Por ser metida. Sabe (pausa) Daí é fogo (pausa)
- E Sei (pausa) Mas, elas fazem algum comentário, alguma coisa assim (pausa)
- Jaf De mim, fazem.
- E É.
- Sf Não é diferente pra mim, também faz, né.
- J E por fazer de mim (pausa) É porque, assim, eu chego e aviso antes de bater. Antes eu não avisava, agora eu chego e aviso, aviso uma vez só daí (pausa)
- Sf Eu não aviso, eu falo (...) pega.
- Jaf Eu aviso, aviso.
- E E tu já bateu em alguém?
- Jaf Já, um monte de vezes (pausa)  
(risos)
- Jaf Uúú, o ano passado mesmo, credo, direto=direto=direto. Esse ano eu tô quieta, mas (pausa)
- E E geralmente o motivo do, de vocês bater, era porquê elas “folgavam” com vocês (pausa)
- Jaf É. Se folgasse com uma, era em grupo, tá ligado, tudo em grupo,
- E Huumm.
- Jaf Se folgasse com uma, folgou com todas.
- E Huum (pausa) Mas lá na Vila você só tem problemas com essa moça, então, assim (pausa)
- Jaf É porquê agora as nossas amigas tudo se separam, (...). Mas, essa daí não vai passar. Eu só avisei (pausa)
- Sf Eu (...) não vai passar.
- Jaf Eu avisei, fica ligada, se liga na minha, não passa guspindo perto de mim. Porquê ela tem o costuminho de quando me ver passa guspe, tá ligado?
- E Hmh.
- Jaf Eu falei: “não gospe perto de mim, não passa se entidando, se mostrando” tá ligado.
- Sf Se entidando (pausa)
- Jaf Aí, não, é o modo de dizer, né.  
Aí (pausa) ela passa, falando assim ó: “Eu passo a hora que eu quiser, não sei o que, não sei o que”.  
Ah, vai passar a hora que eu quiser então, vamo ver se vai passar na hora que tu quiser. Só estou esperando ela passar de novo, que ela vai ver.

Esse longo segmento justifica-se pela riqueza de detalhes sobre os processos de estigmatização e contra-estigmatização ocorridos entre as moças do bairro e as do conjunto habitacional. Para os entrevistados jovens e adultos, inicialmente ocorreu um estranhamento entre os moradores antigos e os novos. Por um lado, ocorria a estigmatização das crianças do conjunto habitacional pelos moradores estabelecidos do

bairro, que retiravam seus filhos da escola e dos projetos do COMOSG. Por outro, jovens adolescentes *outsiders* contra-estigmatizavam com ameaças e brigas os jovens moradores do bairro. Dessa forma, podemos colocar que o processo de estigmatização dos novos moradores iniciou-se com as crianças e jovens, mas partiu dos adultos e ocorreu num espaço formal de sociabilidade. Podemos interpretar ainda que os jovens mais do que as crianças reproduziam os estigmas impostos pelos adultos perante as jovens do conjunto habitacional.

As jovens do grupo *Primas* evocam alguns dos aspectos que contribuíram para os processos de contra-estigmatização. Inicialmente começam narrando que eram chamadas na secretaria do colégio todo dia devido às atitudes agressivas. Desta forma, elas se consideravam “importantes” por serem chamadas à secretaria, o que pode indicar que, para elas, essa é uma atitude louvável porque transmite uma imagem positiva de si perante os outros jovens, acreditam que seu comportamento agressivo lhes confere respeito. Também podemos decodificar que elas agem de forma defensiva, para garantir que serão respeitadas pelos outros colegas.

No caso das duas entrevistadas, elas agrediam as jovens moradoras do bairro porque estas “folgavam” com elas, ou seja, as agrediam com palavras e gestos para expressar seu desabono. É o que Oliveira (2004) denomina de “insulto moral”. Para o grupo, as moças do bairro são “trairona[s]”, ou seja, não seguem o mesmo código de conduta, não são, pois, confiáveis, traem os preceitos do grupo de jovens do qual participam. Segundo as jovens entrevistadas, elas também são “metidas”, ou seja, arrogantes e expressam com gestos como o de “cuspir no chão” que não as consideram, pois o ato de cuspir no chão indica desprezo, desconsideração.

#### 7.4. CONSTRANGIMENTOS CAUSADOS PELA POLÍCIA E A AÇÃO DOS JOVENS

Esse tema foi muito discutido pelo Grupo *Mosaico*, composto por jovens moradores do bairro e do conjunto habitacional. As situações descritas pelo grupo enfatizam os constrangimentos sofridos pela atuação policial em algumas situações na escola e na rua.

Um dos aspectos citados é a ação sistemática dos policiais no conjunto habitacional a partir das 22 horas. *Joana*, por exemplo, narra uma situação vivida por ela (linhas 1186-1207):

- Jof Daí, um dia eu tava indo pra Beira-mar, os policial passaram e deram “Oi”. Aí o tio B. passou ali e falou assim (pausa)  
(Cf pediam para Mm e os outros colegas presentes que parassem de falar, pois estava sendo gravado)
- Jof O tio B. disse, o tio B. falou que era pra gente evitar de sair, por causa de, por causa de muita briga né. Aí, a gente tava indo pra Beira-mar e, quando a gente, eu tava descendo pra pegar o ônibus, parou a policial ali, a luz apagou essa luz aqui quando a gente passa apaga, né. Apagou aquela luz ali à noite e ela começou no meu cabelo, e fazia assim (demonstra com as mãos). E fazia assim, eu tava toda arrumadinha, mexia assim, fazia assim, começava a sacudir, fazia assim no meu cabelo (demonstra com as mãos). Tirou a trança que tava no cabelo e tudo. Só pra vê se achava droga. Aí (pausa) (J encena como a policial agiu para fazer a “geral”, como procurava e desmanchava seu penteado)
- Mm (riso). Daí tu perguntasse “tu achasse o que queria, ou não” (...)
- Jof Daí eu bem assim “dá licença, meu Deus do céu!”, daí o policial bem assim “é, cala a boca baixinha”. Eu disse assim, aí eu bem assim, olhei pro meu tamanho, olhei para o dele e disse assim: “Baixinha. Tem coragem de me chamar de baixinha?”, ele era desse tamanhozinho assim (indica com a mão), bem gordinho (riso). Até meio tortinho (pausa)  
(risos)

Segundo a jovem, a ação policial no local ocorre de forma indiscriminada e a qualquer hora. Os policiais, de acordo com seu depoimento, não respeitam os moradores, realizam revistas em situações espúrias, como, por exemplo, no escuro. Entretanto, percebemos também que a jovem age de forma a tentar desqualificar a autoridade policial. Responde de maneira insolente à abordagem policial e desqualifica a aparência do policial.

Segundo a análise de *Gerusa*, descrita no capítulo 6, as crianças do bairro não gostam de morar lá devido ao tratamento discriminatório por parte dos policiais. Os jovens do grupo *Mosaico* também concordam com essa avaliação.

Em outro segmento, quando perguntados sobre como o grupo pensava a violência na cidade, expõem como representam os policiais (linhas 1069-1094):

- Jof Até tiveram a coragem de matar agora um policial. Jogaram dentro da vala.
- Mm É. Jogaram no lodo.
- Cf Ahn, policial civil ainda.
- E Quando?
- Cf Ah, faz um tempinho.
- Jof Mataram ele e jogaram dentro do lodo.
- Cf Mas ele era usuário, de droga.
- E O policial?
- Jof É.
- E Era usuário?
- J Era um pé de porco.
- Cf+Mm Cocaína.
- Jof Porque morreu (...) dentro do lodo (riso).
- E “Pé de porco”? O que significa?
- Jof Ehe pé de porco.
- Mm Policial.
- Jof É esses vira-lata. Policial.  
(riso de dois outros jovens adolescentes que estavam presentes na sala).
- Cf É. Ele era usuário de cocaína.
- Jof (...) Daí, como eles, acharam que (pausa) Como assim pé de porco, que ele gosta de andar no=no, eles fizeram um favor pra ele, mataram ele e botaram dentro do lodo (riso). Daí quando tira (pausa).  
(Jof fala em tom irônico)
- Mm É que os policial são preconceituoso.

Nesse trecho os jovens revelam sua indignação contra o tratamento discriminatório dos policiais. Como os policiais muitas vezes não respeitam os moradores, eles também não são respeitados pelos jovens, que os representam como “pé de porco”, ou seja, desprezíveis, não dignos de respeito. Os jovens trazem esse exemplo para ilustrar que não só os moradores passam por problemas de consumo ou tráfico de drogas, pois alguns policiais também vivenciam situação semelhante.

O grupo *Mosaico* ainda traz outros exemplos acerca do tratamento policial em relação a alguns jovens. Narra uma situação ocorrida com uma jovem negra moradora do bairro (linhas 1213-1238):

- Jof A policial também. Ela bateu na *Melânia*.
- Mm Ele deu uma canelada, porra (...) todo.
- Jof A policial bateu na *Melânia*.
- Cf Ele quem?
- Jof A policial bateu na *Melânia*.

- Cf Que *Melânia*?
- Jof Aquela ali, a irmã da *Cininho*, que tá morando agora no Monte Verde. Ela deu=deu dois chutão assim na *Melânia*,  
(Cf pede silêncio a Mm e aos outros dois colegas presentes)
- Jof E a *Melânia* tava assim com uma bolsinha, porque a *Melânia* tava com um dinheiro da mãe dela, que elas iam pagar prestação. Aí eles tavam cuidando do colégio na frente. Aí essa policial, acho que ela se encantou pela *Melânia*, a implicar com a *Melânia* e a *Me-*, mandou a *Melânia* dar a bolsa, ela disse: “Eu não vou dar a bolsa, é minha”. Daí ela pegou, veio e deu chute assim na canela da *Melânia*, assim ficou tudo roxo, que é aquela bota é pesada, e tem tipo um ferrinho na frente, ficou tudo roxo aqui. Daí ela: “eu não posso dar essa bolsa”. E a mulher achava que ela tinha droga. Aí ela disse “tem dinheiro aqui, mas é pra pagar a prestação antes que o ônibus venha”, daí passou o ônibus e ela ficou doida. Aí mesmo é que a *Melânia* gritava com ela ali. Aí a *Melânia* teve que correr para dentro da escola, porque a=a policial bateu um monte nela, jogava coisa nela, que ela tentava correr atrás dela, disse que se ela não parasse de correr que ela ia dar um tiro nela, falou um monte. Daí.
- Mm Mas não pode.
- Jof Daí (pausa) Eu sei. Era só pra assustar a *Melânia*, né.
- E Hmh.

Nessa situação, a policial do sexo feminino que estava “cuidando” do colégio ao ver a moça negra com uma bolsa na mão desconfiou de sua atitude e a perseguiu. Entretanto, segundo *Joana*, a moça estava direcionando-se ao ponto de ônibus para ir ao centro da cidade pagar uma prestação para sua mãe.

Nesse ponto, gostaria de abrir um parênteses para descrever a jovem citada nesse exemplo. Conheci *Melânia* no projeto Agente Jovem, quando iniciei a pesquisa de campo. Ela e sua irmã participavam do grupo. Chamou minha atenção o seu comportamento espontâneo e carismático perante o grupo. A moça interagiu com todo o grupo, bem como era muito sorridente e aparentava certa liderança ante o grupo de jovens do conjunto habitacional, apesar dela morar no morro ao lado do conjunto. No dia da primeira gincana<sup>12</sup>, ela contagiou a todos dançando e cantando rap com o jovem *Trechero*<sup>13</sup> e sua irmã *Cininho*. Depois disso fomos nos aproximando. Ela também se

<sup>12</sup> Ver descrição da atividade no capítulo 5.

<sup>13</sup> Realizei entrevista com o jovem *Trechero* de 21 anos, em 26/11/2003 na UFSC. O objetivo era realizar uma entrevista com *Trechero*, *Melânia* e *Cininho*, pois eles formaram um grupo de *fank* no bairro. Mas, devido a desistência das moças do projeto Agente Jovem, bem como a desarticulação do grupo de *fank*, não foi possível realizar a entrevista com esse grupo. Dessa forma, a entrevista de *Trechero* não pôde ser analisada na presente pesquisa pelo motivo de sua faixa etária ser

dispôs a participar de uma entrevista. No entanto, ela acabou desistindo do projeto e nosso encontro ficou prejudicado. Podemos concluir que *Melânia* era considerada uma pessoa importante para o grupo de jovens. Porém, para a policial, era apenas uma possível desviante.

Em algumas situações os jovens agiram a favor do grupo e contra os policiais. Estabeleceram, pois, estratégias no sentido de impedir a ação policial, como explica o grupo *Mosaico* (linhas 1240-1256):

- Jof Daí a *Melânia* tentou pular o muro. Daí eu saí correndo de lá, daqui da frente, e a gente tava tudo aqui jogando bola, saímo tudo correndo e fomo lá e falamo um monte pra policial, enquanto a *Melânia* corria, né. Cercamo a policial e ficamo falando um monte pra ela, daí a *Melânia* pulou o muro, por causa que aqueles ferro era difícil pular, né. Tava bem no começo quando eles colocaram aquele ferro<sup>14</sup>. Daí ela tentou subir, ainda rasgou a calça dela nova, pulou pro outro lado, correu pra casa dela e se escondeu.
- Mm Ela é neguinha.
- Jof É. Aí a *Cininho*<sup>15</sup>, não tem, quis fazer uma graça, levou dois tapão na cara (...)
- Mm Da policial.
- Jof É. A policial fez bem assim “Cala a boca!” pahh (som com a boca), bem na cara dela. E não sei que, quando ela falou de novo assim “ó”, ela só deu outro tapão assim nela. Ela ficou com o rosto todo vermelho, assim.  
(Jof fala a frase da policial com entonação, demonstrando um tom autoritário)

Primeiro os jovens tentaram negociar com a policial: “fomo lá e falamo um monte pra policial”, como forma de socorrer a jovem em apuros “enquanto a *Melânia* corria”. Depois, a irmã da jovem tentou defendê-la, mas foi agredida pela policial. Isso mostra que, em determinadas situações, os policiais utilizam de sua condição de autoridade e agem como inimigos dos grupos. Esse tipo de situação produz grandes constrangimentos para todos os moradores, pois os policiais baseando-se em estereótipos ou representações distorcidas estigmatizam grupos e indivíduos. E isso para

---

diferente da maioria dos jovens entrevistados, entre 14 e 17 anos, e apresentarem experiências distintas.

<sup>14</sup> A jovem se refere à grade do colégio.

<sup>15</sup> *Cininho* é irmã de *Melânia*.

os jovens é uma forma de violência. Na situação citada a policial coagiu a moça utilizando-se da violência física (batendo) e simbólica (baseada em representações).

Ainda conforme o que foi descrito no sexto capítulo, a ação policial é um indicativo de que o bairro está “agitado”. Para os entrevistados jovens e adultos, nesse período ocorreram muitas ações policiais no bairro. Os policiais realizavam revistas a todos aqueles que se enquadravam dentro das representações associadas à marginalidade. Essa situação foi colocada também por *Gerusa* e coincide com a narração do grupo *Mosaico*. Segundo os jovens (linhas 1296-1309):

- Jof E até de dia, assim se eles desconfiam, se eles vêem os rapazes assim sentado, eles ficam revistando. Principalmente à noite, é mais é à noite. Eles vêm depois das dez horas, pra pegar no pé né, eles ficam dando revista. Daí, esses dias, tinha sete carro de polícia ali na Vila. Daí eu achei estranho, né. Daí a gente foi, daí era umas sete horas já (pausa)  
(Cf pede para Mm parar de fazer barulho)
- E Hhm.
- Jof Daí, quando a gente chegou lá em cima, eles tavam batendo no *Tadeu*. Tu tava lá, né. Bateram um monte nele e por causa de uma coisa que ele não fez.
- Cf Bateram em quem?
- Jof No *Tadeu*.
- Cf Hum.

Nessas circunstâncias percebemos claramente a violação dos direitos dos jovens. Como também observamos que a atuação de policiais femininos e masculinos assemelha-se na utilização da violência e da coação.

Indicamos anteriormente algumas formas de atuação dos jovens para coibir o tratamento discriminatório dos policiais. Contudo, os jovens do grupo *Mosaico* desenvolvem mais um outro aspecto da questão. Eles afirmaram terem conhecimento de que a agressão por parte dos policiais é ilegal, bem como enfatizaram conhecer as delegacias para a prestação de queixas. Nesse sentido, perguntados sobre como viam a discriminação, o grupo narra a seguinte situação (linhas 1311-1352):

- E Gente, e vocês, como vocês vêem a discriminação? Vocês já se sentiram discriminados por morar aqui?
- Mm Já.
- E Ou por outro tipo de discriminação?
- Jof A diretora chamou a gente de marginal.



- Mm É, ó. Ela me chamou de marginal, ó.  
 Cf Delinqüente.  
 Jof Delinqüente.  
 Mm Eu mando tomar no rabo.  
 (risos)  
 Mm Eu mando tudo tomar no rabo. Eu mando mesmo, eu mando, cara. Policial, tudo.  
 E Hmh.  
 Cf Ah, eu não.  
 Mm (...)  
 Jof Tomar no pi-.  
 Mm (...) Já veio dizer que=que eu era neguinho (...) não sei o quê. Outro dia (...) assim, pegou um facão assim, e disse que ia fazer filé de nego comigo.  
 (risos)  
 (interrupção de cerca de 3 segundos. O sr. *Daniel* abriu a porta e nos cumprimentou rapidamente).  
 Mm (...) filé de nego.  
 Jof Eles me chamaram a *Melânia* de macaca, de nega feia. Daí ela disse que ia registrar uma queixa, por que era racismo, né. Chamaram ela de macaca, de nega, de beijuda, de um monte de coisa, os policial chamaram ela.  
 Mm É isso aí mesmo.  
 Jof Daí ela falou assim, eu vou, quando ela tava pulando o muro né, ela disse vou lá no posto policial registrar uma queixa de vocês.  
 Mm Tem que ir no quinto DP direto.  
 Jof Foi lá e se deu mal.  
 Mm Eu fui no quinto DP.  
 Jof O policial bateu um mon-, deu mais uma surrinha nela lá. Ela tava lá, já.  
 E Ela foi dar queixa e apanhou?  
 Mm Claro.  
 Jof Apanhou ainda, por que a policial tava lá e disse que viu ela roubando alguma coisa só pra ela dar um, disse que ia conversar com ela dentro do postinho.  
 Mm (...) quinto DP na mesma hora. Eu fui no quinto DP. Fui, porque a polícia bateu, cara. O cara disse que ia fazer filé de nego. [...]

Nesse segmento, os jovens entrevistados narram várias situações em que se sentiram discriminados, como na escola – “a diretora chamou a gente de marginal” –, assim como em situações de enfrentamento com policiais: “Eles me chamaram a *Melânia* de macaca, de nega feia. Daí ela disse que ia registrar uma queixa, por que era racismo, né”. Como também de moradores: “O cara disse que ia fazer filé de nego”.

Os jovens afirmam que conhecem as delegacias especializadas e citam que prestam queixas nos DPs (Departamento de Polícia) da capital. Alegam também que já

se dirigiram ao 5º DP para prestar queixas relativas à violência contra a mulher e ao 6º DP para registrar boletins de ocorrência relativos a agressões<sup>16</sup>. Entretanto, em suas narrativas, afirmam que procuraram estes órgãos para prestar queixa, mas, em alguns casos, são agredidos na delegacia. No exemplo citado, a policial que atuou nessa situação chegou antes da moça e, antecipadamente, contou a sua versão dos fatos.

*Janaina* do grupo *Primas* afirma que em relação a seus projetos futuros deseja ser juíza e pesquisadora<sup>17</sup>. Esse desejo relaciona-se, de certa forma, com o tipo de tratamento que recebem por parte das autoridades. Pois, para a jovem, ser juíza significa ter uma posição privilegiada, ter poder de decisão, aspectos que no seu cotidiano são negados.

Podemos perceber que os jovens têm conhecimento sobre leis, direitos humanos, bem como sabem onde recorrer para prestar queixas. Constatamos também que os integrantes do grupo *Mosaico* agiram em várias situações de forma a impedir as ações policiais que lhes pareceram injustas ou incorretas, pois no caso em questão a jovem estava com uma bolsa e ia pagar uma prestação.

Segundo os jovens do grupo *Mosaico*, eles não se consideram “delinquentes” nem avaliam que as pessoas citadas por eles também o sejam. Pelo contrário, os exemplos mencionados ilustram que eles e os jovens de seu círculo de amizades passaram por algum tipo de constrangimento, aparentemente sem fundamento, o que provocou as reações citadas.

Os policiais avaliam a reação dos jovens às suas abordagens como um desrespeito à autoridade, pois partem de representações distorcidas sobre esses jovens. Mas, para os jovens entrevistados, o comportamento agressivo e/ou formas de desacato podem significar modos de defesa. Podemos perceber ainda que os direitos dos moradores, especialmente dos jovens, são dissolvidos em nome da segurança pública.

Os jovens entrevistados que passaram por constrangimentos (físicos ou morais) da parte de policiais e/ou de outros agentes socializadores, avaliam que estes não são

---

<sup>16</sup> Segundo informações obtidas no 5º DP do bairro Trindade, os DPs são formados por policiais civis e têm função investigativa e judiciária. Na capital existem 10 DPs distribuídos em alguns bairros, bem como existem as delegacias especializadas como o 6º DP, isto é, Delegacia de proteção à mulher, ao menor e ao adolescente. À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo, mantendo postos policiais nos bairros.

<sup>17</sup> O fato de *Janaina* se referir ao desejo de ser pesquisadora talvez esteja relacionado à experiência que havíamos vivenciado no processo de observação. Na apresentação do grupo *Primas* (item 5.2.2.2) relato como foi nossa aproximação. O fato de ela manifestar essa vontade pode indicar que a representação que construiu sobre a pesquisa foi positiva, bem como foi um exemplo de situação em que ela se sentiu importante e levada em consideração, o que a fez pensar na possibilidade de no futuro seguir a profissão de pesquisadora.

dignos de respeito, pois agem guiados por preconceitos. No exemplo em pauta, eles demonstram desprezo para com os policiais, a diretora e o morador que chamou o rapaz de “filé de nego”. Percebe-se que os jovens não respeitam as pessoas que atuam dessa maneira e retribuem o tratamento discriminatório e/ou estigmatizante agindo de forma insolente e agressiva.

Com base nesses relatos foi possível reconhecer distintas formas de discriminação e de agressões físicas e simbólicas com as quais os jovens experienciam cotidianamente. Ao mesmo tempo, verificou-se que os mesmos conhecem seus direitos e buscam desenvolver estratégias ou ações com o objetivo de reconstituir a identidade deteriorada pelos estigmas que lhes foram imputados<sup>18</sup>.

## 7.5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS GRUPOS

Em termos gerais, os tópicos-tema discutidos seguiram um roteiro prévio (ver roteiro em anexo). Entretanto, no processo de entrevista, outros temas foram abordados pelos grupos. Os assuntos sugeridos pelos jovens dizem respeito às dificuldades vivenciadas por eles no cotidiano do bairro. Nesse sentido, descrevem o bairro antes e depois da implantação do conjunto habitacional, discorrem sobre como era a relação entre os moradores e como perceberam a vinda dos novos moradores, apontam ainda algumas das ações desenvolvidas para enfrentar os problemas.

Para os grupos *Irmãs* e *Viagem* as dificuldades citadas recaíram nas brigas. Para esses dois grupos, cuja maioria dos integrantes foram moradores do bairro<sup>19</sup>, as relações entre os moradores antes da vinda dos novos residentes eram menos conflituosas, porque havia uma maior semelhança entre eles, isto é, uma menor distância social. Nesse sentido, uma maior semelhança entre os moradores indicava que o grupo partilhava de códigos e comportamentos comuns, o que proporcionava uma imagem positiva entre os vizinhos.

Na representação dos jovens moradores acerca do bairro, antes eles brincavam na rua e tinham muitos colegas, enquanto hoje, o bairro e a população cresceram. Antes as relações de vizinhança eram mais próximas, as pessoas ainda estavam se “olhando

---

<sup>18</sup> Sobre os tipos de estratégias desenvolvidas por jovens com o objetivo de superar o racismo e outras formas de discriminação ver WELLER (2002a e 2004).

<sup>19</sup> Ver quadro nº 3, item 5.2.2.3, na presente dissertação.

igualmente” como disse *Tomás* do grupo *Viagem*. Atualmente, a situação se modificou e as diferenças parecem ser maiores. Ainda de acordo com o depoimento dos jovens, antes as pessoas eram “educadas”, “civilizadas”, ou seja, se comunicavam e interagem mais; hoje as relações são mais propícias a brigas, o que mostra a ocorrência de conflitos. Para esses jovens, a briga pode ser associada a um tipo de comportamento produzido pela falta de afabilidade, pois os moradores resolvem os desacordos entre si brigando. No caso das integrantes do grupo *Irmãs*, elas se sentiram estranhas nessa situação. Podemos concluir que para os jovens do grupo *Mosaico* e do grupo *Irmãs*, as brigas são formas de violências simbólicas impostas pelos novos moradores.

Para os jovens dos grupos *Primas* e *Mosaico*, os problemas elencados dizem respeito a formas de sofrimentos relativas à perda de pessoas e ao preconceito. Ambos os grupos foram formados por jovens moradores do bairro e do conjunto habitacional.

Segundo os membros do grupo *Mosaico*, o conjunto habitacional não trouxe somente aspectos negativos para o bairro. Para *Mateus* (linhas 156-7): “A Vila veio pra cá e até foi legal, a gente conheceu mais gente assim, né”. Para eles, a vinda dos novos moradores trouxe a possibilidade de ampliar os relacionamentos e interações e isso mostra que eles perceberam aspectos positivos com a vinda dos novos moradores.

A noção de bairro “calmo” e bairro “agitado ou movimentado” foi apontada como sendo uma mudança ocorrida no dia-a-dia do bairro com a vinda dos novos moradores. Segundo os jovens do grupo *Mosaico*, passou a ocorrer um maior policiamento no local, pois de acordo com a avaliação de *Mateus*: “antes não era assim, não tinha muita polícia. Lá uma vez ou outra era, passava um carro [...]” (linhas 180-1). Essa idéia também é compartilhada por alguns entrevistados adultos como *Gerusa* e *Beatriz*.

Entretanto, para os jovens do grupo *Mosaico*, o maior policiamento no local também trouxe sofrimento. A partir dos depoimentos anteriores dos entrevistados é possível observar que eles passaram por constrangimentos na escola e na rua. De um lado, os policiais realizavam revistas nos jovens que considerassem de alguma forma suspeitos, bem como agiam de forma a reproduzir rótulos para justificar atitudes agressivas contra os jovens que, supostamente, poderiam ter cometido alguma infração. De outro, o grupo narra que a diretora chamou a polícia várias vezes, contudo, afirmam que nessas situações as agressões aconteceram de ambas as partes. Na visão desses jovens, as agressões partiram primeiro da diretora, pois ela gritou com um colega e ele revidou, em outra situação ela bateu num aluno e este revidou ou mesmo no exemplo

em que desacreditou o jovem perante os amigos. Para os jovens, nesse tipo de situação eles se defendem agredindo ou mesmo destruindo o patrimônio público. No entendimento desses jovens, o tratamento discriminatório ou os insultos morais também são formas de violência e devem ser revidados.

Os jovens dos grupos *Mosaico* e *Primas* se diferenciam dos jovens dos grupos *Viagem* e *Irmãs* no que se refere ao reconhecimento. Para os primeiros ocorre um não-reconhecimento deles enquanto sujeitos de direitos por parte dos moradores, dos policiais e dos professores na escola, o que provoca comportamentos discrepantes e/ou agressivos. Outro aspecto que distingue os dois grupos refere-se à violência simbólica, para os dois primeiros grupos a violência é uma imposição dos agentes socializadores, já, para os segundos, os novos moradores impuseram formas de violência até então não experienciadas pelos moradores estabelecidos. Em ambos os casos, ocorrem, pois, formas de constrangimentos que os impedem de estabelecer relações sociais mais amplas e fortalecem processos de exclusão.

O que os jovens ressaltam de acontecimentos positivos em suas vidas é quando foram de alguma forma “reconhecidos” como pessoas, tratados com respeito, atenção e/ou carinho. O reconhecimento, nesse caso, não está relacionado à questão de uma luta coletiva por direitos sociais (cf. Taylor, 1994) e sim a uma forma de consideração da pessoa enquanto portadora de sentimentos (cf. Cardoso, 2004).

Taylor e Cardoso chamam a atenção justamente para o fato de que os grupos étnicos e/ou outros grupos estigmatizados reivindicam não somente direitos de cidadania, mas, além disso, buscam formas de tratamento que implique na idéia de que “o respeito devido não é um acto de gentileza para com os outros. É uma necessidade humana vital” (Taylor, 1994, p. 46). Existem, pois, formas de tratamento que consideram o outro significativo, bem como o contrário, formas que inferiorizam ou desqualificam indivíduos e grupos, produzindo comportamentos agressivos. Na direção da análise de Goffman (1988) esse tipo de tratamento torna os indivíduos desacreditados e/ou desacreditáveis.

Podemos mapear nos depoimentos dos jovens diversas ocasiões nas quais sentiram-se tratados com respeito e consideração. Por exemplo, uma das integrantes do grupo *Primas* narra a forma como o namorado se relacionava com ela, com carinho e atenção. Os jovens do grupo *Mosaico* citam uma ocasião em que um professor do colégio trouxe bolo no aniversário de *Joana*, ou quando, em algumas situações, alguns professores se colocaram a favor dos alunos e contra a posição da diretora da escola. No

entanto, quando são tratados com desrespeito e desconsideração reagem executando atos violentos. Nesse contexto, é possível compreender a reação do aluno em riscar o carro da diretora, pois antes ele tinha uma relação de amizade com ela, que foi rompida em público e resultou num ato de humilhação. O estudante não conseguiu entender o motivo da mudança de atitude da diretora e sua resposta à situação foi estragar seu carro.

Casos como esse são comuns na vida dos jovens entrevistados dessa pesquisa e causam muitos constrangimentos, bem como são motivos de sofrimento pessoal para eles. A forma que encontram para revidar esse tipo de agressão é apelar para outras maneiras mais diretas de manifestar seu descontentamento.

Apresentaremos a seguir à guisa de conclusão uma análise sobre o tema da violência, buscando apreender as representações que os adultos e os jovens constroem sobre esse assunto, para, enfim indicar, a partir dos entrevistados, alguns elementos que possam servir de subsídios para futuras políticas públicas de moradia no município.

## 8. *À GUISA DE CONCLUSÃO: A VIOLÊNCIA NA ÓTICA DOS JOVENS E DOS ADULTOS ENTREVISTADOS*

A análise do tema da violência justifica-se pelo fato de haver se constituído como um tópico comum aos entrevistados adultos e jovens. Ao mesmo tempo, a reflexão em torno desse tema cristaliza um momento que poderíamos definir como uma *reflexão de segunda ordem*<sup>1</sup> e que estamos apresentando “à guisa de conclusão”, uma vez que acreditamos não ter esgotado todas as possibilidades de análise do material coletado durante a pesquisa e das teorias discutidas na primeira parte da dissertação.

Na fase exploratória da pesquisa, a maior parte dos informantes contatados queixaram-se da violência no bairro. Dessa forma, procuramos conhecer o que os jovens pensavam sobre um tema que preocupava muito os adultos. Nas entrevistas com os grupos perguntamos o que os jovens pensavam sobre a violência no bairro e na cidade. Nas entrevistas com os adultos o assunto surgiu de forma espontânea em suas narrativas.

Os jovens adolescentes entrevistados colocaram alguns entendimentos sobre o tema. Para o grupo *Primas*, quando perguntadas sobre o que gostariam que fosse diferente no bairro propuseram a seguinte elaboração sobre o tópico (linhas 864-872):

- E           E, o quê vocês acharia[m] que deveria ser diferente no bairro?  
 Jaf        Ah, não sei. Pra mim, acho que nada. Pra mim acho que tá bom.  
 E           É.  
 Jaf        Pra mim acho que tá bom. Tem pessoas que diz que quer sair dali por causa da violência, por causa da droga, por causa da morte.  
 E           Hmh.  
 Jaf        Por que morte, droga e violência tem em todo lugar. Todo lugar.  
 E           Humm.  
 Jaf        Não vem dizer que não tem num lugar, porque tem. [...]

---

<sup>1</sup> O *método documentário de interpretação* sugere que o pesquisador transcenda o nível imanente de interpretação em direção ao nível documentário. Essa mudança na postura de análise, ou seja, do nível imanente para o nível documentário também é definida como observação ou interpretação de primeira para segunda ordem (cf. WELLER, 2005).

Segundo *Janaína*, algumas pessoas demonstram interesse em sair do conjunto habitacional devido a violência, a droga e a morte, mas, para a jovem, a violência existe em todo lugar. A violência na cidade foi elaborada por *Janaína* como algo “muito ruim”, porque muitas pessoas morrem vítimas de balas perdidas. Contudo, outras formas de violência não relacionadas ao tráfico de drogas também provocam mortes (linhas 1116-1129), como por exemplo:

- [...]
- Jaf Que nem no, naquele dois (...) *center* né. Morreram um monte de pessoas, que não tinham nada a ver (pausa) familiares, mãe de crianças, um monte de coisa, que não tinha nada a ver, morreram (pausa)
- Sf Família o quê?
- Jaf (...)
- E Aonde isso que você falou?
- Jaf Ali, em Nova York, Estados Unidos.
- E Mas, e aqui na cidade como vocês vêem isso (pausa)
- Jaf Ah, eu não sei, porque cada dia morre um e nasce outro, né. Então eu não sei.
- E Mas e assim vocês, pra vocês isso (...) interfere na vida de vocês (pausa) Não interfere (pausa)
- Jaf Na minha, não interfere não.
- [...]

Para *Janaína*, o atentado terrorista ao *World Trade Center* em Nova York exemplifica uma situação de violência que também provoca muitas mortes. Ela utiliza esse exemplo para validar seu entendimento de que a violência e a morte existem em todo lugar.

Perguntada como via a violência na cidade, *Janaína* avalia que a “cada dia morre um e nasce outro”, isto é, morrer e nascer faz parte da vida, de acordo com seu entendimento. A violência no bairro foi associada a situações de tráfico e para as jovens essa forma de violência faz parte de seu cotidiano, entretanto, as mortes delas decorrentes geram perdas. Vimos anteriormente na análise do grupo *Primas* que a perda de pessoas queridas (primo, namorado, colega) devido ao envolvimento com drogas foi explicitada como sofrimento. A análise realizada sobre essas perdas sugere que, para *Janaína*, isso é um fato significativo, pois envolve o afastamento de pessoas com quem estabelecia relações de amizade e afeto.



As integrantes do grupo *Irmãs* validam a proposição do grupo *Primas* em relação à violência. Para ambos os grupos, a violência é um fato cotidiano e está em todo lugar, não ocorre só no bairro. As jovens do grupo *Irmãs* quando perguntadas sobre como viam o problema da violência em Florianópolis, afirmaram que (linhas 334-346):

- [...]
- Al Terrível, né. Tudo quanto é lugar que tu vai tem violência.  
 E É.  
 Al Tenho até medo de sair de casa porque tu não sabe se vai voltar.  
 E Aqui hoje. Ou em qualquer lugar?  
 Al Qualquer lugar.  
 E Hmh.  
 An Eu também acho a mesma coisa.  
 E Mas vocês assim, percebem alguma coisa a mais? Em relação, por exemplo, isso interfere na vida de vocês.  
 An Bastante. Porque a gente fica mais preso dentro de casa, do que sair pra rua.  
 E Hmh.  
 Al Tenho medo de sair.

Para o grupo *Primas*, a violência provoca medo e incertezas, pois quando saem “não sabe[m] se vai[vão] voltar” para casa. A violência para essas jovens aprisiona e restringe, estabelece limitação na livre circulação: “a gente fica mais preso dentro de casa”.

Perguntadas sobre como viam a violência no bairro, *Antônia* e *Ana Lúcia* elaboram sua avaliação da violência em oposição à noção de bairro “calmo” (linhas 364-379):

- [...]
- Al Como é que eu vejo. Sem palavras.  
 E É=é demais aqui?  
 Al Agora não, mas antes (pausa) Agora até que tá calmo. Bem calmo, calmo demais até.  
 E Mas vocês chegaram a=a, tipo a não sair de casa por (...).  
 Al Com medo.  
 E Aqui do bairro.  
 Al Eu cheguei até a ficar sem ir pro projeto.  
 E Huum.  
 Al A gente ia sair, tudo.  
 E E, por quê isso? E, por quê isso, com medo dos problemas ou porque você foi ameaçada?

Al Não. Da violência mesmo.  
E Hmh.

Essas duas jovens constroem uma proposição sobre a violência no bairro em contraposição à noção de bairro “calmo”. Podemos interpretar que esse era o parâmetro de normalidade estabelecido no bairro e até então vivenciado pelos moradores. Antes o bairro era “calmo”, possuía uma configuração diferente da atual, em que a população era menor, as relações entre os moradores eram mais próximas, tinham mais amigos e brincavam na rua.

Em oposição a essa idéia, a noção de bairro “agitado” foi construída em torno de situações de mortes, tráfico, roubos e a uma maior ocorrência de policiamento. Dessa forma, podemos perceber que os moradores construíram parâmetros como “calmo” e “agitado” para avaliar o nível de violência no bairro.

Para as jovens *Antônia* e *Ana Lúcia*, que moraram num morro do bairro e mudaram para o conjunto habitacional, essa nova configuração das relações no bairro influenciou na adaptação do novo local de moradia. As jovens estranharam a dinâmica de bairro “agitado”, pois isso implicou numa mudança no padrão de relações estabelecido anteriormente, bem como limitou a livre circulação no bairro e restringiu a possibilidade de ampliar relações de vizinhança e amizade entre os moradores.

O grupo *Viagem* valida essa proposição do grupo *Irmãs*. Para os jovens do grupo *Viagem*, a violência no bairro “cresceu”, pois antes o bairro era “calmo” (linhas 188-191):

Tm A violência cresceu.  
Fef Antes era um bairro, antes era um bairro bem calmo, não era tão agitado como antes, agora tá bem agitado.  
E Hmh.

Quando perguntados sobre o que achavam da violência em Florianópolis, os jovens afirmam que a violência vem crescendo (linhas 628-643):

E [...] E o que vocês acham do problema da violência aqui em Florianópolis?

- Tm Pô, tá crescendo muito. Minha mãe vê aquele programa (pausa) como é que é o nome, aquele do meio-dia no SBT. SBT Comunidade, com aquele cara que fala estranho.  
Ó, todo, toda segunda ele fala que morreu dois, três, toda segunda, no final de semana, que morreu dois, três.  
Aí, a maioria é jovens, preso (pausa). Ó, a violência cresceu pra caramba.  
Antigamente dava plantão quando era um preso, cara, na TV.  
Agora se for dá plantão quando vai um preso, aquilo lá (pausa)
- Fef É.
- Faf É a maioria que morre é tudo adolescente por causa com o envolvimento com drogas.
- Tm Drogas.
- Fef Pior é que é mesmo.

Segundo os integrantes do grupo *Viagem*, os meios de comunicação divulgam com muita frequência casos de homicídios na cidade. Eles percebem que a maior divulgação de homicídios pelos noticiários locais é um dos termômetros para perceber o crescimento da violência na cidade. Quando indagados sobre como vêem a violência no bairro, os jovens afirmaram que está crescendo o nível de violência na localidade (linhas 696-701):

- E Hhm. E=e como você[s] vêem o problema da violência aqui no bairro?  
(pausa de cerca de 10 segundos)
- Tm Tá crescendo demais. Ehe, se continuar assim daqui a uns anos, ou menos de dois anos até, pode virar um Rio de Janeiro. É o morro mandando fechar o comércio. [...]

Para esses jovens, a violência no bairro foi relacionada ao tráfico de drogas. O grupo também elaborou a proposição de que o tráfico local poderia assumir uma dinâmica semelhante a que está ocorrendo no Rio de Janeiro. Percebe-se que a violência ocorrida no Rio de Janeiro é um parâmetro de comparação com a do bairro. Esse tipo de violência vem sendo amplamente noticiado pelos meios de comunicação, que enfatizam os conflitos entre traficantes e policiais. Podemos perceber que a violência divulgada pela mídia é associada à criminalidade e aos homicídios, ou seja, associada à idéia de violência urbana.

A violência na cidade, segundo os membros do grupo *Viagem*, coincide com a dos outros dois grupos. Para os jovens entrevistados, a violência sempre existiu na cidade. Os grupos percebem que o fenômeno ficou mais evidente ou teve maior visibilidade através da maior divulgação de casos de homicídio pela mídia. Essas situações envolvem a violência associada à criminalidade e foram apontadas pelos grupos como indicadores do crescimento da violência na cidade.

Contudo, o grupo *Mosaico* acrescenta uma outra proposição sobre o tema da violência, quando seus integrantes discorrem sobre o que entendem por violência (linhas 1026-1032):

- Mm     É, fechar o pau, encher de porrada, né.  
 Cf     É=é.  
 Mm     Matança. Preconceito. Morte. Tem um monte de tipo de violência, fessora.  
 Jof     Tem violência física. Tem violência (pausa)  
 Mm+Cf Verbal.

Os jovens do grupo *Mosaico* elaboram a proposição de que a violência ocorre em situações como a de “encher de porrada”, isto é, bater, brigar; bem como em situações de mortes. Entretanto, acrescentam outros tipos de violência como o preconceito e a violência verbal. Podemos afirmar que para esses jovens a violência física associada a mortes é a forma mais conhecida e a mais noticiada pelos meios de comunicação. Entretanto, esses jovens apontaram outras formas de violência não divulgadas pela mídia, que enfrentam diariamente em seu cotidiano.

O preconceito, nesse contexto, pode ser interpretado como uma forma de agressão moral que, conforme Goffman (1988) e Oliveira (2004), desacredita e/ou constrange indivíduos ou grupos estigmatizados. A violência verbal citada pelo grupo *Mosaico* pode ser associada aos insultos sofridos pelos jovens nos vários espaços de sociabilidade (escola e rua) e por vários agentes (policiais, professores e moradores).

Podemos afirmar que para os jovens entrevistados a violência existe em todo lugar, bem como o termo foi associado a mortes e brigas. Os integrantes do grupo *Mosaico* elaboram uma diferenciação quando exemplificam os tipos de violência.

Para os adultos entrevistados, a violência foi abordada de várias formas. O entrevistado *Daniel*, por exemplo, problematiza o tema da violência em vários

segmentos de sua narrativa. No tópico em que abordava a relação entre poder público e comunidade (linhas 574-580), avalia que:

- D [...] eu entendo que a maioria dos impactos que a gente sofre é em função do (pausa) da falta de=de=de=de=de respeito, da falta de participação, da apro- da falta de aproximação entre o poder público e comunidade. As coisas elas acontecem, como eu falei, elas acontecem jogadas de cima pra baixo e não discutidas na base, pra ver se isso é bom pra comunidade ou não é bom pra comunidade
- E Hmh.
- D E é fácil de resolver algumas questões. Pois uma das coisas que mais se discute no=no país é a questão da violência. Em Florianópolis eu entendo que é muito mais fácil do que em=em outros centros né (som externo, alarme disparado). Em Florianópolis é=é muito mais, tá mui- tá iniciando um processo de=de=de=de violência né e na qual em outros Estados a coisa já tá avançada há vinte, trinta anos.
- E Hmh.

Segundo *Daniel*, a violência é um fenômeno recente em Florianópolis e haveria possibilidade de encontrar alternativas para lidar com o problema através da “aproximação entre poder público e comunidade”. Na sua visão, a forma impositiva de atuação por parte do poder público não abre espaço para a discussão das dificuldades das comunidades, o que impossibilita a percepção de suas especificidades, bem como a construção, junto aos moradores, de políticas públicas mais eficazes na resolução dos problemas vividos pela comunidade. Nas suas palavras (linhas 617-620)

- D [...] Então, a partir do momento que o município, que o Estado, que a câmara dos vereadores buscar discutir com todas as comunidades da periferia ehe discutir as suas necessidades, com certeza nós vamos diminuir o índice de violência.

O entrevistado também relaciona a violência no bairro aos problemas da falta de opção para os jovens que, depois do período escolar, têm poucas opções para desenvolver suas sociabilidades com atividades prazerosas, uma proposição também compartilhada pelas entrevistadas *Alice*, *Beatriz* e *Gerusa*. Na opinião de *Daniel* (linhas 594-602):

- D [...] Não existe nenhum=nenhum tipo de oficina, nenhum tipo de=de trabalho de reintegração social, não existe nenhum projeto que eles [os jovens] possam participar, não existe uma aula de dança, não existe uma aula de capoeira, não existe uma escolinha de futebol, que são coisas que=que eles gostam
- E Hmh
- D Não existe uma praça de esportes, não existe uma área de lazer apropriada que a gente possa desenvolver ehe cultura, esporte e lazer
- E Hmh

Ainda segundo *Daniel*, a violência poderia ser mitigada através de um “trabalho de reintegração social” no qual fosse possível envolver os “menores delinqüente[s]”. Nas suas palavras (linhas 621-625)

- D O índice de violência hoje ele tá ligado à falta de projetos de=de reintegração social, a falta de opção, existe se existe dez menores delinqüente, se você conseguir envolvê-lo em alguma atividade sadia, você vai diminuir em mais de cinquenta por cento
- E Hmh

Para o integrante do COSMOG, a falta de opção de trabalho e lazer para os jovens do bairro levou ao aumento de atividades criminosas como os furtos e o tráfico. O entrevistado avalia que a violência no bairro está associada à “delinqüência juvenil”, mas poderia ser abrandada com projetos que ele denomina de “reintegração social”.

Na sua interpretação, o aumento da violência também promoveu o “afastamento da=da [comunidade] pras atividades do conselho” (linhas 861-5).

- D [...] É a falta de participação da comunidade geral (estalo de dedo), ela diminuiu em função de muitas coisas que aconteceram, o aumento da violência eu acho que tá ligado ao afastamento da=da comunidade em geral para pras atividades aqui do Conselho.

Para *Daniel*, a violência impede a participação das pessoas no conselho dos moradores. Esse aspecto pode ser analisado à luz da pesquisa de Cardia e Schiffer (2002), que estudaram a interface entre violência e desigualdade social comparando comunidades de bairros não-periféricos e periféricos de São Paulo.

Segundo as autoras, as áreas periféricas estudadas apresentaram problemas semelhantes em relação ao acesso aos direitos e às “desvantagens”. As desvantagens citadas referem-se à renda, escolaridade, acesso ao trabalho, mortalidade infantil, efetivos de segurança pública, “capital social potencial” (isto é, percepção da gravidade dos problemas como “desemprego, uso de drogas, falta de ter o que fazer, alcoolismo e gravidez na adolescência” p. 28) e a exposição à violência. Para as pesquisadoras, a presença ou ausência da violência pode ser analisada em termos de fatores de risco ou de proteção. No primeiro caso, elas destacam a falta de capital social e a “superposição de desvantagens”. No segundo, a presença de capital social e dos direitos foram apontados como fatores de proteção contra a violência.

Ainda de acordo com Cardia e Schiffer (op. cit., p. 25), a violência interfere na “coesão social”, pois abala a “confiança interpessoal” de uma comunidade, dificultando o diálogo entre os moradores e a adoção de ações coletivas junto ao poder público. As autoras observaram uma maior tendência à coesão nas comunidades periféricas. Elas explicam que uma maior coesão indicaria uma “disposição dos moradores para agirem em prol do bem comum e até para intervir de forma a evitar atos de violência e/ou situações de risco que afetam grupos vulneráveis: crianças, jovens, mulheres e idosos” (idem, *ibidem*).

A pesquisa das autoras sobre o fenômeno da violência evidenciou que é importante observar, por exemplo, a “estabilidade da população” para perceber o grau de coesão social de uma comunidade. Esse elemento pode contribuir para a identificação dos fatores de risco e de proteção, bem como pode ajudar a nortear políticas públicas mais eficazes no combate à violência. A “estabilidade” é medida através de indicadores de ocupação domiciliar (se são proprietários ou não dos imóveis) e de taxas de crescimento e envelhecimento da população, bem como pelo número de moradores por domicílio. Nesse sentido, a superlotação de domicílios foi apontada como um aspecto que concorre para o “desconforto psicológico” entre os jovens e para a geração de conflitos interpessoais entre adultos, gerando um “*stress* familiar” (op. cit., p. 25, grifo das autoras). Um aspecto interessante da pesquisa refere-se à relação entre

homicídio e congestionamento familiar. Segundo as autoras: “As áreas com maior ocorrência de homicídios são também aquelas que apresentam maior congestionamento domiciliar” (p. 25).

Entretanto, Cardia e Schiffer (op. cit.) afirmam que sua pesquisa mostrou uma forte tendência das desvantagens: violência e falta de capital como fatores potenciais para “impedir a violência e reverter as carências” (p. 28). Segundo sua avaliação, isso se explica pelo fato de existir maior cooperação e disposição para agir em prol de segmentos menos favorecidos nesses contextos. Nas palavras das autoras:

Os dados sugerem que a desigualdade no acesso a direitos alimenta a violência. As comunidades mais afetadas pela violência têm em comum uma superposição de carências. Os poucos elementos de proteção contra os efeitos da violência advêm da própria coletividade que, a despeito das condições muito adversas, em que a incivilidade e o desrespeito mútuo prosperam, resistem e mantêm no dia-a-dia relações mais próximas e de mais cooperação com seus vizinhos do que moradores de outras regiões da cidade. (op. cit., p. 31).

Percebemos alguns paralelos entre a realidade analisada pelas autoras com a existente no bairro Saco Grande no que se refere aos conflitos decorrentes da ocupação domiciliar do conjunto habitacional. Conforme análises realizadas no capítulo seis da presente dissertação, para *Gerusa, Daniel e Beatriz*, a venda das casas do conjunto habitacional contribuiu para o acirramento do estranhamento no bairro. Pois, a partir desse acontecimento, ocorreu uma maior rotatividade de moradores e a superposição de famílias por unidade habitacional. O aumento populacional do bairro, aliado à rotatividade de moradores no conjunto habitacional e ao aumento da violência foram citados pelos entrevistados como fatores que produziram estranheza entre os moradores estabelecidos. Pois, tais episódios desestruturaram as relações de vizinhança já estabelecidas na comunidade e provocaram uma diminuição nas semelhanças entre os moradores, ou seja, o aumento da distância social entre estabelecidos e *outsiders*.

Podemos interpretar, ainda, que o aumento populacional aliado ao “congestionamento familiar” pode explicar, por exemplo, a maior ocorrência de brigas - “bafão” - citadas pelos jovens entrevistados. Essas situações são apontadas como formas de violência simbólica que produzem desconforto para os moradores estabelecidos.

Para os grupos entrevistados, o aumento da violência na cidade é percebido através dos noticiários que divulgam casos de homicídios. A violência no bairro foi



representada pelos jovens por meio das noções de bairro “calmo” e “agitado”, parâmetros utilizados para informar o nível de violência no local. Para os jovens e adultos entrevistados, a violência adquire visibilidade no cotidiano do bairro nos momentos em que ele está “agitado”. Entretanto, no dia-a-dia do bairro, os moradores vivenciam outras formas de violência, como as citadas pelos componentes do grupo *Mosaico*, por exemplo, em relação ao preconceito e à violência verbal.

Podemos afirmar que os jovens entrevistados percebem a violência na cidade através da mídia, contudo, os jovens estigmatizados experienciam com maior frequência a violência simbólica em seu cotidiano. Essa forma de violência é pouco explorada pela mídia ou mesmo não é considerada violência, no entanto afeta tão profundamente a vida desses jovens. As representações propaladas pela mídia, de forma geral, informam o crescimento da violência urbana. Entretanto, os jovens e os adultos entrevistados constroem outros mecanismos para estimar o nível de violência no bairro e compartilham de parâmetros comuns, como as noções de bairro “calmo” e “agitado”, para avaliar o nível de violência na localidade.

#### 8.1. VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO NO BAIRRO SACO GRANDE: PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E FORMAS DE RECONHECIMENTO ENTRE OS MORADORES ESTABELECIDOS E OS *OUTSIDERS*

As análises sobre a exclusão e o desvio sugerem que estes fenômenos estão fortemente relacionadas à construção de representações que desqualificam ou desacreditam indivíduos e grupos através de rótulos e estigmas; que geram formas de violências ou coerções que restringem as possibilidades de relações sociais mais amplas. Nesse contexto, problemas associados a formas de reconhecimento interferem diretamente na construção de relações de confiança em si e no outro, dificultam ou excluem as possibilidades de integração ou inserção do indivíduo em outras esferas sociais e alteram a auto-imagem de si e a imagem do outro dificultando a construção de uma identidade positiva.

As relações de estranhamento entre moradores estabelecidos e *outsiders* acabam adquirindo, muitas vezes, contornos de violência simbólica. Conforme demonstram as análises das entrevistas, podemos observar que os moradores

estabelecidos do bairro construíram rótulos e estigmas sobre as populações *outsiders*, mesmo sem um relacionamento direto com elas. Ou seja, mesmo antes dos moradores vindos da Via Expressa se estabelecerem no conjunto habitacional, já haviam julgamentos negativos a respeito dessa população. Não é nossa intenção aqui comprovar se o bairro tornou-se ou não mais violento com a vinda das pessoas, mas indicar que partimos do pressuposto de que a forma como consideramos alguém (grupo ou indivíduo) interfere no seu comportamento.

Com base nos resultados da pesquisa realizada, podemos concluir, seguindo as análises de Goffman (1975) e de Elias (1994b), que haviam discrepâncias entre as identidades sociais reais (como eram ou viviam as pessoas na Via Expressa) e as identidades virtuais (como os moradores imaginavam os *outsiders*) dos novos moradores. Essas discrepâncias geraram representações desqualificantes sobre os *outsiders*, que afetaram a auto-estima do grupo e provocaram processos de contra-estigmatização.

Entretanto, para os moradores estabelecidos que tiveram a oportunidade de interagir com os novos moradores – por meio dos projetos desenvolvidos no COSMOG – foi possível desconstruir parte dessas representações negativas e construir outras mais positivas acerca do grupo *outsider*. Nesse caso, a partir do envolvimento nos projetos do COMOSG, os moradores estabelecidos puderam percorrer o ciclo ao qual Goffman (1988) se refere, ou seja, da descrença até chegar à crença. Em outras palavras, os moradores estabelecidos elaboraram rótulos depreciativos para qualificar os novos moradores e, com o desenvolvimento de um relacionamento mais próximo, modificaram suas representações iniciais.

As ações perpetradas com o objetivo de integrar os recém-chegados propiciaram um maior conhecimento sobre esses novos moradores. Nesse caso, eles passaram a ser vistos como pessoas que têm uma trajetória de vida e que, como os moradores mais antigos, também buscam uma vida melhor e com mais dignidade. Através desse contato com os novos moradores, aquela primeira imagem que os moradores estabelecidos tinham projetado foi aos poucos sendo transformada, proporcionando, dessa forma, um processo gradativo de reconhecimento entre estabelecidos e *outsiders*, ou pelo menos de uma parte dos estabelecidos em relação aos novos moradores.

O processo de reconhecimento faz parte da estrutura das relações da vida social. Segundo Honneth (2003), é um procedimento intersubjetivo, porque se aprende com o outro nas relações cotidianas, propiciando padrões de auto-relação do indivíduo nos âmbitos das relações sociais (indivíduo, família, comunidade, sociedade). Para o autor, o reconhecimento ocorre de forma positiva ou negativa. A primeira refere-se a três formas de reconhecimento construídas de forma recíproca nas relações sociais, como dedicação emotiva (relações amorosas, de amizade), reconhecimento jurídico (envolve direitos, deveres e imputabilidade moral) e assentimento solidário (envolve uma construção cultural entre grupos, comunidades, tradições). A segunda está associada ao reconhecimento recusado ou “denegado”.

Nesse sentido, segundo a análise do autor, é essencial que se distinga quais formas de não-reconhecimento afetam os grupos nas interações sociais. Para Honneth, o “reconhecimento denegado” (op. cit. p.157), isto é, o reconhecimento negado, pode assumir várias formas, como violação, privação de direitos e degradação. Essas formas de não-reconhecimento são acompanhadas de categorias morais como “ofensa” e “rebaixamento”, que podem interferir diretamente na confiança que o indivíduo tem de si e do outro. Estes mecanismos não só afetam suas possibilidades de ação como também alteram os vínculos construídos coletivamente e lesionam a personalidade do indivíduo de forma profunda, afetando também sua forma de autocompreensão, auto-respeito e a estima social. Conforme suas palavras:

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva (op. cit. p. 213).

No caso dessa pesquisa, é possível concluir que o grupo *outsider*, principalmente os jovens e as crianças, são lesados nas três formas de reconhecimento citadas pelo autor. Pois, pelos depoimentos dos adolescentes e dos adultos, observamos que em relação à “dedicação emotiva” o preconceito que sofrem afeta diretamente suas relações afetivas em seus diversos níveis: familiar, de amizade, amorosa. No que diz respeito ao reconhecimento jurídico, vêem desrespeitados seus direitos como cidadãos quando de alguma forma os reivindicam. Por fim, em relação ao “assentimento

solidário”<sup>2</sup>, não são aceitos por grande parte da comunidade moradora do bairro em que foram “obrigados” a viver.

A falta de cuidado e de respeito para com as populações carentes ficou explícita nessa pesquisa e deve ser motivo de uma maior reflexão por parte dos órgãos públicos.

## 8.2. ALGUNS SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS PROBLEMAS APONTADOS PELOS ENTREVISTADOS

Percebemos que as relações sociais no bairro se configuram como relações entre estabelecidos-*outsiders*, como as apresentadas por Elias & Scotson (2000). Entretanto, concomitante a esse processo, existiu um esforço de integração dos moradores recém-chegados por parte dos membros do Conselho dos Moradores do bairro e de alguns moradores estabelecidos através de ações voluntárias para com os moradores *outsiders* como, por exemplo, o apoio ou assistência inicial por parte do COMOSG em relação às famílias do conjunto habitacional, a criação de projetos de geração de renda para os moradores (oficina de pães) ou mesmo ações no sentido de integrar adultos e jovens no espaço do COMOSG (projeto Agente Jovem e grupo da “maior idade”). Além disso, foram reivindicados junto ao poder público equipamentos e programas sócio-educativos e de lazer para crianças e jovens do bairro, com o objetivo de amenizar os processos de exclusão desse segmento populacional no bairro. Nesse contexto, o conselho teve importância capital, pois funcionou como mediador entre os moradores estabelecidos e os *outsiders* e assim como entre os *outsiders* e o poder público. Dessa forma, de acordo com Xiberras (1996), agem no sentido de reconstruir os laços sociais possíveis de serem estabelecidos em contextos de exclusão.

Entretanto, nessa tentativa de integração os problemas citados foram os seguintes:

---

<sup>2</sup> Assentimento solidário cf. HONNETH (2003) pode ser associado a uma orientação comum de valores (p. 159).

a) Falta de apoio e estratégia dos órgãos públicos

Pelo que observamos e com base nos resultados dessa pesquisa, muitos problemas poderiam ter sido evitados se houvesse um trabalho de preparação das populações atingidas, bem como os investimentos em infra-estrutura e serviços públicos básicos, conforme havia sido inicialmente prometido.

Com relação a esse aspecto, constatamos que inicialmente as relações conflituosas entre estabelecidos e *outsiders* ocorreram devido a um certo descaso por parte da prefeitura, que não cumpriu o apoio prometido. Além disso, a mídia havia construído uma representação depreciativa sobre os novos moradores, que possibilitou processos de rotulação e estigmatização dos novos moradores vindos da Via Expressa, o que corroborou para o estranhamento entre os dois grupos.

Com relação à atuação do Estado, podemos mencionar que o órgão municipal envidou algumas medidas no sentido de apoiar a comunidade do conjunto habitacional que, no entanto, se apresentaram incipientes ou insuficientes diante das dificuldades encontradas. Uma delas foi disponibilizar uma Assistente Social que vem trabalhando com a comunidade. Também foram realizadas reformas nos prédios da Associação dos Moradores e do Centro de Capacitação. Para os moradores, esse Centro representa uma alternativa de capacitação para os moradores, de forma que possibilitem a inserção no mercado de trabalho ou mesmo a geração de renda.

O Centro de Capacitação vinha desenvolvendo e promovendo cursos como o de jardinagem, cabeleireira, eletricista, confeitaria, entre outros. Segundo uma estagiária assistente social e moradora do conjunto habitacional que trabalha no Centro de Capacitação, os cursos oferecidos em 2004 foram um “sucesso”, isto é, foram muito requisitados por moradores jovens<sup>3</sup> e adultos que procuram essa capacitação como forma de inserção no mundo do trabalho. Contudo, segundo informações obtidas em fevereiro de 2005 junto ao COMOSG, o novo prefeito havia demitido os profissionais que estavam atuando no conjunto habitacional, o que desmobilizou as atividades desse Centro de Capacitação.

---

<sup>3</sup> Alguns cursos oferecidos, como o de eletricista, devido aos riscos do curso, estabelece idade mínima de 17 anos. Para o ano de 2005 estava previsto curso de informática, muito requisitado pelos jovens.

- b) Carência de profissionais capacitados para lidar com uma realidade de pobreza

Esse aspecto foi apontado, especialmente, em relação à forma de elaborar os problemas dos jovens e crianças do bairro. Segundo os adultos entrevistados, *Beatriz* e *Gerusa*, algumas crianças moradoras do conjunto habitacional apresentam dificuldades comportamentais e psicológicas profundas, a maioria decorrente de maus-tratos ou do descaso familiar, associados a problemas de prostituição infantil e de tráfico e consumo de drogas. Problemas estes que geram processos de discriminação, estigmatização e rotulação. Também abalam a confiança e criam problemas de aceitação relacionados a recusa da integridade física, moral e legal (cf. Honneth, op. cit). Esses mecanismos comprometem os processos de integração e lesam os processos de identificação dos indivíduos.

Acreditamos que esses processos de integração conflituosos poderiam ser minimizados com a adoção de mecanismos de planejamento que considerem as implicações que esses processos de remoção provocam para as populações de acolhimento e de origem. Para tanto é necessário que os órgãos responsáveis adotem medidas de acompanhamento desses processos de relocação, estabeleçam uma aproximação mais efetiva junto às populações diretamente atingidas, buscando articular políticas públicas e ações civis no enfrentamento dessas situações de estranhamento, que atingem tão profundamente as relações sociais entre os grupos e a maneira como o indivíduo vê a si e ao outro.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. (1997). “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, set./dez, p. 25-36.

ABRAMOVAY, Miriam et. al. (2002). *Gangs, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades de periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia et. al. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/BID.

ABREU, Irlane Gonçalves. (1994). “Geografia urbana: questões sobre sua natureza e seu objeto”. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org.), *Os caminhos da reflexão sobre cidade-urbano*. São Paulo: EDUSP, p. 129-136.

BAZILLI, Chirley et. al. (1998). *Interacionismo simbólico e a teoria dos papéis: uma aproximação para a psicologia social*. São Paulo: EDUC.

BECKER, Howard S. (1971). *Los extraños: sociología de la desviación*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo.

\_\_\_\_\_. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (1990). “Uma entrevista com Howard S. Becker”. *Estudos Históricos*, v.3, n.5, pp. 114-136. (Entrevista a Gilberto Velho et. all. Artigo encontrado na internet em texto pdf.).

\_\_\_\_\_. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2ª ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar, São Paulo: Hucitec, (caps. 1, 2 e 3).

BITOUN, Jan. (1994). “Recife, uma interpretação geográfica”. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org.), *Os caminhos da reflexão sobre cidade-urbano*. São Paulo: EDUSP, p.27-45.

BOURDIEU, Pierre. (2003). *O poder simbólico*. 6ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 7-16.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca (2003). *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis: Vozes.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. (2002). “Violência e desigualdade social”. *Revista Ciência e Cultura*, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a.54, n.1, jul./ago./set., p. 25-31. (Núcleo Temático: Violência; Sérgio Adorno [coord.]).

CARDOSO, Ruth C. L. (1986). “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. 2ª ed. In: Eunice Durham (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-105.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (1994). “Repesando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre”. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org.), *Os caminhos da reflexão sobre cidade-urbano*. São Paulo: EDUSP, p. 157-198.

CARVALHO, Giane Carmem Alves de. (2004). “*A corda bamba*”. *Violência juvenil e políticas públicas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, Liliane Edira Ferreira. (2002). *Do balcão à mesa: imigrantes e descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

CASTEL, Robert. (1997). “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a ‘desfiliação’”. *Caderno CRH*, Salvador, n.26/27, jan./dez., p. 19-40.

CECCA. (1996). *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.

CICOUREL, Aaron. (1990). “Teoria e método em pesquisa de campo”. 3ª ed. Tradução de Alba Zaluar. In: Alba Zaluar Guimarães (org.), *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, p. 87-121.

CORRÊA, Viviane Ribeiro.; CARMINATTI, Fábio; VASCONCELOS, Ginga (2004). “O associativismo civil em Florianópolis: identidades e tendências”. In Ilse Scherer-Warren e Iara Maria Chaves (orgs.), *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular, p. 45-55.

COULON, Alain. (1995a). *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus.

\_\_\_\_\_. (1995b). *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

DA MATA, Roberto. (1978). “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”. In: Edison de Oliveira Nunes (org.), *A aventura sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, p.23-35.

DIÓGENES, Glória. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Secretaria da Cultura e Desporto.

\_\_\_\_\_. (2000). “Gangues e polícia: campos de enfrentamento e estratégias de diferenciação”. In: Carlos Alberto Messeder Pereira e Elizabeth Rondelli (orgs.), *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco.

DOUGLAS, Mary. (1976). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.



DURHAN, Eunice. (1986). “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-37.

DURKHEIM, Émile. (2001). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret. (Prefácio à primeira edição, Prefácio à segunda edição, Introdução, Caps. 1 e 2), p. 11-66.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

ELIAS, Norbert. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FANTIN, Márcia. (2000). *Cidade dividida*. Florianópolis: Cidade Futura.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Vários verbetes).

FOLDER ELETROSUL (S/D). Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A.

FOLDER Projeto Chico Mendes. (s/d). Programa Habitar Brasil/BID. Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

GASKELL, George. (2002). “Entrevistas individuais e grupais”. In: Martin W. Bauer e George Gaskell (orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto e imagem: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, p.

GOFFMAN, Erving. (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. 4ª ed. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

GOSS, Karine Pereira. (2003). *Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas (SC)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

GUIMARÃES, Eloísa. (1997). “Juventude(s) e periferia(s) urbanas”. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, set./dez, p. 199-208.

HEINICH, Nathalie (2001). *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, SP: EDUSC.

HERITAGE, John C. (1999). “Etnometodologia”. In: Anthony Giddens e Jonathan Turner (orgs.), *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, p. 321-392.

HONNETH, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.

JOAS, Hans. (1999). “Interacionismo simbólico”. Tradução de Raymond Meyer et. al. In: Anthony Giddes e Jonathan Turner (orgs.), *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, p. 127-174.

JOHNSON, Allan G. (1997). *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar. (Vários verbetes).

JOSEPH, Isaac. (2000). *Erving Goffman e a microssociologia*. Tradução de Cibele Saliba Rizek. Rio de Janeiro: Editora FGV.

JOVLOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W.; (2002).”Entrevista narrativa”. In: Martin W. Bauer e George Gaskell, (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto e imagem: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

KUHNEN, Ariane. (1994). *Reciclando o cotidiano: o lixo como política pública e como representação social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. (2002). *Lagoa da Conceição: meio ambiente e modos de vida em transformação*. Florianópolis: Cidade Futura.

LIMA, Rita de Cássica Pereira. (2001). “Sociologia do desvio e interacionismo simbólico”. In *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 13(1), maio, p. 185-201.

LÜCHMANN, Lígia et. al. (2004). “Identidades e diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis. In: Ilse Scherer-Warren e Iara Maria Chaves (orgs.), *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular, p. 57-69.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1986). “Discurso e representação ou de como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas”. 2ª ed. In: Ruth Cardoso (org.), *A aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, p. 127-140.

MANNHEIM, Karl. (1968). “O problema da juventude na sociedade moderna”. Tradução de Octavio Alves Velho. In: Sulamita de Brito (org.), *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 69-94, vol. I.

\_\_\_\_\_. (1993). “El problema de las geraciones”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.62, abril/junio, p. 193-242.

MARCON, Maria T. de R.; et. al. (1987). “Patologia urbana: favelização no aglomerado urbano de Florianópolis. *Revista Geosul*, n.4, ano II, segundo semestre, p. 53-64.

MATHEUS, Tiago Corbisier. (2003). “O discurso adolescente numa sociedade na virada do século”. *Psicol. USP*. [online], v.14, n.1, [citado 30 abril 2004], p.85-94. Disponível no world wide web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642003000100006&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100006&Ing=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-6564.

MELO FILHO, Osvaldo Ferreira de. (1950). *O terno de reis no folclore catarinense*. Florianópolis: Oficinas da I.O.E.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (1994). “Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”. *Caderno CRH*, Salvador, n.21, jul/dez, p. 29-47.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. (2004). “Racismo, direitos e cidadania”. *Revista Estudos Avançados da USP*, v.18, n.50, jan.-abr., p. 81-93.

PAIS, José Machado. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

\_\_\_\_\_. (2003). *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. (1998). *Risco do HIV/AIDS: representações sociais entre soropositivos e doentes*. Tese de Doutorado. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, capítulo 2 “Representações sociais: a busca de sentido”, p. 85-123.

PERALVA, Angelina Teixeira. (1997). “O jovem como modelo cultural”. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, set./dez, p. 15-24.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elizabeth et. al. (orgs.). (2000). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco.

PEREIRA, Karine Antunes; TOMIELLO, Naira. (1996). “Emergência do associativismo civil em Florianópolis”. In: Ilse Scherer-Warren & NPMS, *Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil*. Florianópolis: Insular, p. 17-21.

PERLMAN, Janice. (1977). *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO. (s/d). Guia de Capacitação, versão preliminar.

RIBAS JUNIOR, Salomão. (1998). *Retratos de Santa Catarina* (concursos e vestibulares). Florianópolis: Ed. Do Autor.

SANTOS, Milton. (1994). “Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX”. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org.), *Os caminhos da reflexão sobre cidade-urbano*. São Paulo: EDUSP, p. 17-26.

SANTOS, Silvio Coelhos dos. (1998). *Nova história de Santa Catarina*. 4ª ed. Florianópolis: Terceiro Milênio.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (orgs.). (2004). *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular.

SCHERER-WARREN, Ilse; NPMS. (1996). *Organizações Voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil*. Florianópolis: Insular.

SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. (1999). *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí: Ed. da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2002). “Redes e sociedade civil global”. In: Sérgio Haddad (org.), *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, p. 63-92.

\_\_\_\_\_. (2004). “Associativismo civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização”. In: Ilse Scherer-Warren e Iara Maria Chaves (orgs.), *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular, p. 21-44.

SCHÜTZ, Alfred. (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

SEPLAN (SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO). (1991). *Atlas escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro.

SILVA, José Borzacchiello da. (1994). “Reinventando Fortaleza: o saber geográfico e outros saberes na interpretação da cidade”. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org.), *Os caminhos da reflexão sobre cidade-urbano*. São Paulo: EDUSP, p. 47-62.

SILVA, Adriano Larentes da. (2003). “Migração e diferença: o caso do CTG em Florianópolis”. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, RS:Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 39, n. 163, jul./dez., 2003, p. 211-223.

SILVA, Elisabeth Murilho da. (2003). *A violência diletante: um estudo sobre as brigas juvenis no contexto do lazer*. Tese de Doutorado. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP, cap. 3 “transgressão, delinquência e desvio: definições de algumas condutas juvenis”, p.100-157.

SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE. (1968). Vários autores. Vol. I – Da Europa de Marx à América Latina de Hoje; Vol. II – Para uma sociologia diferencial; Vol. III – A vida coletiva juvenil; Vol. IV – Os movimentos juvenis. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. (1999). *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores.

\_\_\_\_\_. (2004). “Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas”. *Perspectiva*, Revista do Centro de Ciências da Educação, v.22, n.2, jul./dez., p. 451-470.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. (2003). “Juventude e políticas pública no Brasil”. In: Oscar Dávila Leon (org.), *Poíticas públicas de juventud em America Latina*, Viña Del Mar, Chile: Ediciones C/DPA.

SPOSITO, Marília Pontes. (1993). “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade”. *Tempo Social*, v.5, n.1 e 2, p. 161-178.

\_\_\_\_\_. (1997). “Estudos sobre juventude em educação”. *Revista Brasileira de Educação*, n.5-6, set./dez, p. 37-52.

\_\_\_\_\_. (coord.). (2002). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7)

SOUTO, Cláudio. (1974). *Teoria Sociológica Geral*. Porto Alegre: Globo.

TAKEUTI, Norma. (1998). “Juventude, exclusão e identidade”. *Sociedade e Estado*, Brasília, n.2, jul/dez, p. 167-188.

\_\_\_\_\_. (2002). *O outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro/Natal: Relume Dumará/UFRN.

TAYLOR, Charles. (1994). “A política de reconhecimento”. In: *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa/Princeton: Instituto Piaget/Princeton University Press, p. 45-94.

TEIXEIRA, José Paulo; SILVA, Jorge E. (orgs.) (1999). *O futuro da cidade: a discussão pública do Plano Diretor*. Florianópolis: Instituto Cidade Futura.

VELHO, Gilberto. (1978). “Observando o familiar”. In: Edison de Oliveira Nunes (org.), *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46.

\_\_\_\_\_. (1985). “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social”. In: Gilberto Velho (org.), *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 11-28.

VIANNA, Hermano (org.). (1997). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

VIANA, Thereza C. B. Silveira. (2003). *Perfil analítico das organizações e das lideranças do associativismo civil em Florianópolis/SC*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

VILA NOVA, Sebastião. (1998). “Chicago e a Sociologia dos Estados Unidos (1833-1935)”. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Veja.

WAIZELFISZ, Jacobo. (2002). Mapa da violência III, UNESCO, síntese. Encontrado na [http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_pesquisas/pesquisa\\_exclusiva/id050502.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_pesquisas/pesquisa_exclusiva/id050502.htm) página:

WELLER, Wivian *et al.* (2002). Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: Uma forma de análise das visões de mundo. *Sociedade e Estado* [Dossiê Temático: Inovações no Campo da Metodologia das Ciências Sociais]. Brasília, vol. XVII, n. 02, jul./dez., p.375-396.

\_\_\_\_\_. (2002a): O Hip Hop nas cidades de São Paulo e Berlim: orientações coletivas e estratégias de superação do racismo de jovens negros e jovens de origem turca. In: *Anais do XXVI encontro anual da ANPOCS*. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2002.

\_\_\_\_\_. (2004). “O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo”. *Caderno CRH*, Salvador, v.17, n.40, jan./abr., p.103-115.

\_\_\_\_\_. (2005): A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, v. 7, n. 13, p. 260-300, jan./abr.

WHYTE, William Foote. (1990). “Treinando a observação participante”. 3ª ed. In: Alba Zaluar Guimarães (org.), *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, p. 77-86.

WOLFF, Edson.(1999). “Histórico do plano diretor do distrito sede”. In: José Paulo Teixeira e Jorge E. Silva (orgs.), *O futuro da cidade: a discussão pública do Plano Diretor*. Florianópolis: Instituto Cidade Futura, p. 15-24.

XIBERRAS, Martine. (1996). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 41-160.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. (2001) “Violência extra e intramuros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n.45, fev, p. 145-164.

ZALUAR, Alba. (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (1986). “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”. In: Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107-125.

\_\_\_\_\_. (1997). “Gangs, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência”. In: Hermano Vianna (org.), *Galeras carioca: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 17-57.

ZURBA, Magda do Canto. (2003). *Modos de subjetivação e produção de conhecimento na vida cotidiana: um estudo na Vila Cachoeira*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

## 10. ANEXOS

### 10.1 ROTEIROS DE TÓPICOS TEMÁTICOS PARA AS ENTREVISTAS

#### Com pessoas-chave (adultos)

Ordem	Pergunta	Objetivo
1	Poderia contar um pouco da história do bairro?	Conhecer como os moradores vêem sua história.
2	Poderia contar um pouco sobre a implementação do projeto Bom Abrigo?	Explorar aspectos da inserção do projeto no bairro.
3	Que tipo de infra-estrutura foi implementado a partir deste projeto?	Conhecer os impactos físicos do projeto.
4	Como está sendo a relação entre os moradores do bairro?	Explorar aspectos das relações sociais entre os moradores.
5	Poderia falar um pouco sobre as iniciativas da comunidade/escola/COMOSG no bairro?	Conhecer a dinâmica das ações coletivas no bairro.
6	Poderia falar um pouco sobre os projetos ou expectativas da comunidade em relação ao bairro?	Conhecer como os moradores vêem o presente e o que esperam para o futuro do bairro.
7	Você gostaria de falar ainda sobre algum assunto que não conversamos?	Incentivar a inclusão de questões não colocadas na entrevista.

#### Com jovens adolescentes

Ordem	Pergunta	Objetivo
1	Poderiam contar um pouco sobre como foi quando vocês vieram morar nesse bairro?	Explorar aspectos da migração.
2	Como é a relação de vocês com as pessoas mais velhas no bairro?	Estudar aspectos geracionais.
3	Poderiam falar um pouco sobre o dia-a-dia no bairro? O que fazem?	Explorar aspectos do cotidiano dos jovens-adolescentes
4	O que vocês fazem no tempo livre?	Conhecer as principais atividades dos jovens-adolescentes
5	Como que é a relação de vocês na escola?	Perceber como ocorre a sociabilidade no âmbito escolar
6	O que vocês pensam em fazer no futuro?	Explorar o que pensam os jovens sobre o futuro.
7	O que vocês gostariam que fosse diferente no bairro?	Verificar como os jovens percebem os problemas no bairro.
8	Poderiam falar também um pouquinho sobre a família de vocês? Como é a relação com seus pais?	Explorar aspectos da socialização dos jovens com os pais
9	Como é a relação com os irmãos/esposas/filhos	Explorar aspectos de relacionamento com a família.
10	Vocês pensam em casar? Como vocês gostariam que fosse o futuro dos filhos de vocês?	Explorar aspectos da reprodução social familiar e como os jovens adolescentes vêem a família
11	Vocês acham que o problema da violência aumentou em Florianópolis? Como vocês vêem o problema da violência na cidade de Florianópolis?	Explorar aspectos da violência urbana.
12	Como vocês vêem o problema da violência no bairro?	Conhecer como os jovens percebem o problema da violência.
13	Como vocês vêem o problema da discriminação? Já tiveram algum problema de discriminação por morar nesse bairro?	Explorar aspectos sobre a discriminação, estigmatização e segregação no bairro.
14	Eu não tenho mais perguntas. Vocês ainda gostariam de falar sobre alguma coisa que não conversamos?	Incentivar a inclusão de questões não colocadas na entrevista

## 10.2. QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS JOVENS ENTREVISTADOS

**Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC**  
 Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política  
 Aluna: Viviane Ribeiro Corrêa

*Estou desenvolvendo uma pesquisa para conhecer como vocês estão pensando o bairro em que moram, como se relacionam com as pessoas mais jovens e mais velhas, quais as atividades de lazer, quais os planos para o futuro. **Todas as informações serão tratadas com rigor e sigilo. Nomes e local de residência serão modificados.***

**Dados Gerais**

Nome ou apelido: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Cidade em que nasceu: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Cidade de nascimento do pai: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Cidade de nascimento da mãe: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Atual bairro de moradia: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo vive nesse bairro? \_\_\_\_\_

Já viveu em outros bairros no Estreito ou em Florianópolis? sim ( ) não ( ) Quais?  
 \_\_\_\_\_

**Escolaridade:**

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental:            completo ( )            incompleto ( )

Segundo Grau/ Ensino Médio:            completo ( )            incompleto ( )

Curso Profissionalizante:            completo ( )            incompleto ( )

Que curso profissionalizante frequentou? \_\_\_\_\_

Em que escola ou instituição realizou o curso? \_\_\_\_\_

Ensino superior:            completo ( )            incompleto ( )

**Situação atual:**

Empregado ( )            desempregado ( )            frequentando escola ( )

frequentando curso profissionalizante ( )    outras ( ) \_\_\_\_\_

Caso esteja trabalhando, qual a profissão/atividade que está exercendo?  
 \_\_\_\_\_



**Escolaridade da mãe:**

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental:            completo ( )            incompleto ( )  
Segundo Grau/ Ensino Médio:            completo ( )            incompleto ( )  
Ensino superior:            completo ( )            incompleto ( )  
Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

**Escolaridade do pai:**

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental:            completo ( )            incompleto ( )  
Segundo Grau/ Ensino Médio:            completo ( )            incompleto ( )  
Ensino superior:            completo ( )            incompleto ( )  
Profissão do pai: \_\_\_\_\_

**Dados complementares:**

Religião: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Lazer preferido: \_\_\_\_\_

Você faz parte de algum grupo ou associação? sim ( ) não ( ) Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O que pretende fazer no futuro? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 10.3. CÓDIGOS DE TRANSCRIÇÃO

E	Abreviação para entrevistador (quando realizada por mais de um entrevistador, utilizar E1, E2).
Am, Bf	Abreviação para entrevistado ou entrevistada. Utiliza-se “m” para entrevistados do sexo masculino e “f” para pessoas do sexo feminino e dá-se um nome fictício ao grupo.
?m ou ?f	Utiliza-se o símbolo “?” seguindo o identificador “f” ou “m” para indicar que a pessoa do sexo masculino ou feminino não foi identificada. Acontece algumas vezes em discussões de grupo, quando mais pessoas falam ao mesmo tempo.
(pausa)	Pausa momentânea, de até dois segundos. Acima desse limite indicaremos o tempo entre parênteses, como, por exemplo: (pausa de 3 segundos).
Exem-	Palavra pronunciada pela metade.
Assim=assim	Palavras pronunciadas de forma emendada.
<u>Exemplo</u>	Palavras pronunciadas de forma enfática são sublinhadas.
(...)	Parênteses com reticências expressam a omissão de uma palavra ou frase que não foi compreendida ou inaudível.
(comentários)	Expressões não-verbais, interrupções ou comentários sobre acontecimentos externos, como, por exemplo: (pessoas entram na sala), (gesticulação com a mão, corpo), (som com a boca), etc.
(riso)	Indica que o participante sorriu.
(risos)	Indica que o grupo sorriu.
Hm, ehe, ãhn	Sonorização não-verbal.
[...]	Simbologia para indicar que uma parte da fala do entrevistado(a) foi suprimida.

## 10.4. FOLDER (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS)

**PROJETO  
CHICO  
MENDES**

**PROGRAMA HABITAR  
BRASIL/BID**

**Tire aqui suas dúvidas.**

**PROJETO  
BOM  
ABRIGO**

Secretaria Municipal da  
Habitação, Trabalho e  
Desenvolvimento Social

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORIANÓPOLIS

Parceiros

**habitar  
brasil  
bid**

Programa Habitar Brasil/BID  
Subprograma de Desenvolvimento  
Institucional de Municípios  
Financiamento: Governo Federal

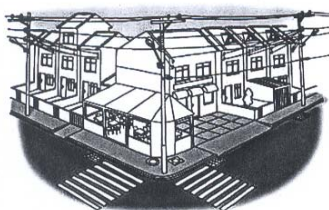
Secretaria Especial de  
Desenvolvimento Urbano da  
Presidência da República

**GOVERNO  
FEDERAL**  
Trabalhando em todo o Brasil

## O PROJETO

### 1) O que é este projeto?

O Projeto Chico Mendes faz parte do programa habitacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, chamado Bom Abrigo, e envolve recursos do



município, do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Projeto Habitar Brasil/BID busca melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, localizadas no bairro Monte Cristo.

As famílias serão beneficiadas com melhorias no sistema viário, saneamento básico, iluminação pública, construção de creches, moradias e área de esporte e lazer, mudando para melhor a vida nas comunidades.

### 2) Por que a área do Chico Mendes foi escolhida para desenvolver o projeto?

A Prefeitura, através do plano de desenvolvimento integrado do município, considera a região do Chico Mendes muito importante para o desenvolvimento de toda a cidade e como ponto de ligação com os municípios vizinhos.

O Projeto Chico Mendes conta, ainda, com a parceria das associações de moradores das três comunidades, considerando os seguintes aspectos:

- tamanho da área;
- sistema viário;
- sistemas de abastecimento de água e iluminação pública;
- número de pessoas que vivem na comunidade;
- sistema de ocupação da terra (tamanho e irregularidade dos terrenos);

- dificuldade de acesso de veículos de emergência: ambulância, caminhões do corpo de bombeiros, táxi, etc.;
- setores de comércio e serviços instalados na região: padarias, farmácias, supermercados, borracharias, cabeleleiros, etc.;
- serviços públicos de atendimento ao cidadão: postos de saúde, escolas, creches, etc.;
- serviços religiosos que atuam na região, e
- os moradores e suas famílias.

### 3) Em quanto tempo o projeto será executado?

A obra está sendo implantada em etapas e sua conclusão está prevista para o ano de 2003.

### 4) Quantas famílias serão beneficiadas?

Serão atendidas, através de diversas ações, cerca de 1.100 famílias nas três comunidades.

### 5) Que melhorias prevê o projeto?

Estão previstas ações importantes nas comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória tais como: **regularização:** dos terrenos e das novas construções através de titulação (escritura pública); **urbanização:** abertura, alargamento, drenagem e pavimentação de ruas, ampliação e melhoria das redes de água, esgoto e energia elétrica além da iluminação pública.

Haverá também melhoria na coleta de lixo, já que o acesso dos veículos coletores será



facilitado; **unidades habitacionais:** serão construídos 26 módulos sanitários (banheiros) e pontas de água e recuperadas 61 habitações, além da construção de 425 novas moradias para famílias que vivem em situação

pelas obras previstas no projeto; **desenvolvimento comunitário:** serão construídos dois centros comunitários, uma creche e um parque infantil. A quadra de esportes será coberta e serão feitas melhorias na área de lazer da comunidade, além da construção de espaços para geração de renda. Também foi construído um Posto de Saúde para atendimento aos moradores da região;



#### **projeto de desenvolvimento**

**social:** ações de Educação Sanitária e Ambiental, de organização comunitária e capacitação e geração de renda, com espaço para oficinas de formação e capacitação de mão-de-obra.

#### **REMANEJAMENTO DAS FAMÍLIAS E ABRIGOS PROVISÓRIOS**

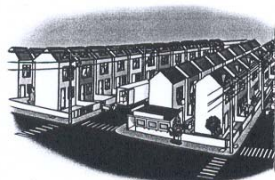
##### **6) As famílias irão permanecer na mesma área e na mesma situação de vizinhança?**

Sempre que possível, serão mantidas as relações de vizinhança e a proximidade com a antiga residência.

##### **7) Quem não aceitar o Projeto tem que sair assim mesmo?**

A justificativa mais importante do projeto está sustentada no interesse coletivo, que deve estar acima do interesse individual.

É possível e provável que alguns não aceitem o projeto por interferir nos seus planos em nível pessoal ou familiar. Neste caso, o projeto prevê mecanismos de negociação, através de indenização e compensação.



##### **8) O que são abrigos provisórios?**

São espaços de moradia provisória que estão sendo construídos para abrigar as famílias que serão atingidas pelas obras que vão acontecer nas três comunidades durante o período de construção das moradias definitivas.

##### **9) Quantos abrigos provisórios estão sendo construídos?**

Estão sendo construídos 68 abrigos junto ao 10º Batalhão da Polícia Militar numa área próxima às comunidades. Os outros 32 apartamentos, construídos pelo programa anterior (Habitar Brasil) na Comunidade Chico Mendes, continuarão servindo de abrigos provisórios.

##### **10) Quanto tempo as famílias vão permanecer nos abrigos até poderem ir para suas casas?**

O tempo de permanência das famílias nos abrigos fica condicionado à conclusão de cada etapa.

##### **11) Qual é o tamanho dos abrigos provisórios?**

Cada abrigo provisório mede 25m<sup>2</sup> e é formado por um quarto para o casal, um banheiro e uma sala conjugada com a cozinha, além do sótão que poderá ser aproveitado para dormitório. Cada família terá um quintal e jardim delimitado com muro. Caso a família seja muito grande, poderá ser ampliado o espaço do sótão ou destinadas duas unidades para a mesma família. No local dos abrigos provisórios será construída uma área de lazer comunitário, com parque infantil dotado de diversos aparelhos, quadra de esportes e praça com bancos e mesa de jogos.

##### **12) Quem irá para os abrigos?**

As famílias cujas casas serão atingidas pelas obras previstas no Projeto ou que se encontrarem em situação de risco. À medida em que as casas dessas famílias forem ficando prontas, as famílias serão transferidas para a moradia definitiva, de acordo com

### 13) Como será feita a transferência das famílias?

As famílias serão visitadas por técnicos da Prefeitura e representantes da Comunidade, que irão confirmar as informações dos recadastramentos de 1998 e 2000, e farão a avaliação do imóvel e as negociações necessárias.



### O IMÓVEL ANTIGO E AS INDENIZAÇÕES

#### 14) Qual a garantia de que as indenizações serão justas?

Foi constituída uma comissão especial de técnicos da Prefeitura para fazer as avaliações, a qual será acompanhada por representantes da Comunidade. Os moradores serão chamados para conhecer o resultado da avaliação e negociar o valor apurado antes da transferência para o abrigo provisório.

#### 15) Quais os critérios para a avaliação do imóvel antigo?

O valor da indenização vai depender da área do imóvel antigo, do material usado, dos acabamentos e do estado de conservação do imóvel.

#### 16) A Prefeitura vai pagar a indenização? Como isso será feito?

A indenização será feita através de abatimentos no financiamento da nova casa. Os casos de indenização em dinheiro estão previstos para as famílias que não quiserem permanecer na área ou quando o valor da moradia anterior for maior que aquele da nova moradia.



Este procedimento garante à família o retorno dos investimentos realizados no imóvel

### 17) O que acontecerá com a moradia antiga quando a família for para o abrigo provisório?

A antiga moradia será demolida, e o lugar será urbanizado através da construção de sistema viário e equipamentos comunitários. A moradia será reconstruída conforme o Projeto.

### O FINANCIAMENTO

#### 18) Como as famílias vão pagar essas moradias?

O pagamento será feito na forma de financiamento habitacional com prazo de pagamento



de até 25 anos e taxa de juros de 3% ao ano, limitada ao comprometimento de até 30% da renda familiar. As prestações poderão ser subsidiadas, de acordo com a situação socioeconômica de cada família.

#### 19) Como serão tratados os casos em que as famílias não possuem condições financeiras para pagar o imóvel?

Quem não tiver renda suficiente para pagar pelo imóvel vai poder ser beneficiado com uma nova moradia através de um contrato de concessão de uso, até que alguém da família possa assumir o financiamento. Assim, a família poderá usar a casa, porém não será proprietária do imóvel.

Em caso de desemprego, a cobrança das prestações mensais será suspensa a pedido do morador, e as parcelas serão cobradas no final do contrato.

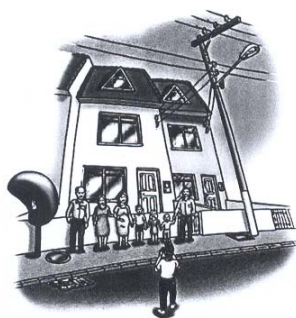
#### 20) As famílias vão pagar pelo terreno?

Sim, e o valor de cada terreno corresponderá ao valor da avaliação feita por profissional especializado, baseado no valor de mercado e será proporcional à área ocupada pelas



**21) O que estará incluído no financiamento?**

No valor do financiamento estará incluído o valor do terreno, proporcional à área demarcada para cada família, e o valor da casa, quando forem reconstruídas ou melhoradas. As famílias não pagarão pela infra-estrutura urbana e social.

**22) O que é subsídio e quem terá direito a ele?**

O subsídio é um desconto no valor da prestação, que poderá ser de até 50%. Ele será concedido às famílias que se enquadrarem dentro dos critérios de carência, estabelecidos pelo Conselho Municipal de Integração Social. Basicamente depende da renda da família e do número de filhos.

**23) Quando as famílias começam a pagar o financiamento?**

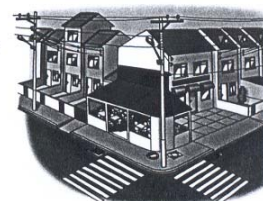
Depois de efetivarem acordo e assinarem os contratos de financiamento respeitado o período de carência de 4 meses.

**A CASA NOVA****24) Como é a casa nova? Que tipos de casas existem?**

A proposta habitacional prevê um modelo básico de moradia, e outro diferenciado. O modelo básico é formado por uma unidade com dois pavimentos com 42,38m<sup>2</sup> de área e com possibilidade de aproveitamento do sótão. No andar térreo fica a sala conjugada com a cozinha e um banheiro. No andar superior ficam os dois dormitórios, com acesso através de escada interna. A área de serviço fica no lado externo da casa,

orientação dos técnicos da Prefeitura.

Já o modelo diferenciado foi previsto para atender situações especiais, tais como: portadores de deficiência física, idosos, grande número de pessoas na família e comércio estabelecido. A forma dessas moradias também se diferencia conforme a situação, podendo chegar a uma área de até 63m<sup>2</sup>.

**25) O que pode ser feito para a ampliação da casa?**

O sistema de construção das moradias permite a ampliação para cima em mais um andar, além da ampliação da área de serviço e varanda, que ficam por conta do morador.

**26) Quando será fornecida a escritura do imóvel novo?**

A escritura será fornecida Após o pagamento do valor correspondente ao total do financiamento, ou seja, a quitação do valor do contrato.

**27) O que será feito com o dinheiro das prestações pagas pelos moradores?**

Uma parte vai para o Fundo Municipal de Integração Social para ser investido em outras áreas necessitadas e uma parte (25%) retornará para ser reaplicada na própria área através de projetos de interesse da comunidade. A ideia é ter um recurso constante, pelo menos enquanto durar o financiamento, para ser aplicado na melhoria do projeto, na manutenção e aquisição



## TRABALHO SOCIAL

### 28) Como as comunidades estão participando do projeto?

As comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória estão participando do Projeto através das representantes das associações de moradores e lideranças comunitárias.

A participação dos moradores acontece nas reuniões e assembleias comunitárias, e nas comissões de moradores organizadas para acompanhar o desenvolvimento do Projeto, tais como: comissão de acompanhamento das obras, comissão de meio ambiente, comissão de financiamento, comissão dos equipamentos comunitários, comissão para o remanejamento e outras que se fizerem necessárias.

### 29) Quais as atividades de capacitação profissional e geração de renda que serão desenvolvidas nas comunidades?

Serão construídos e equipados galpões na comunidade Chico Mendes para o desenvolvimento de atividades de geração de renda, tais como:

- cursos na área da construção civil;
- cursos na área da alimentação;
- empreendimento-escola na área de higiene e beleza;
- reciclagem de lixo;
- comércio de artesanato;
- central de serviços.

### 30) Que trabalho social será realizado junto às famílias nos abrigos provisórios?

As famílias serão acompanhadas pelas lideranças comunitárias e assistentes sociais no período em que estiverem nos abrigos, recebendo apoio na convivência social e comunitária e no retorno às suas novas moradias.

### 31) Quais as atividades comunitárias que acontecem no prédio Chico Mendes?

- educação infantil com creche para crianças de 03 a 06 anos;
- oficinas de esportes, cultura e lazer para crianças, jovens e adultos, tais como dança, teatro, capoeira, esportes, etc.
- trabalho sócio-educativo com jovens, através do Projeto Agentes Jovens e Centro da Juventude;
- grupo de idosos;
- Biblioteca Comunitária para empréstimo de livros;
- trabalho com jovens e adultos de capacitação profissional e geração de renda e central de serviços;
- Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na área do meio ambiente;
- atendimento à população através de plantão social, reuniões e outras atividades de interesse comunitário.

### O prédio é seu! Ajude a preservá-lo.



10.5. CARTAZ

